REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 242

JANEIRO - MARÇO

1959

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possim sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1959

MOREIRA BRANDÃO

JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELO BRANCO

PROÊMIO

Se quiséssemos apenas ressaltar a linhagem dos nossos antepassados e parentes, e enumerar as atividades por êles desempenhadas, não necessitaríamos ir além do que registraram os escritores norte-riograndenses; seria o bastante para nos envaidecer, mas, desejando mostrar aos contemporâneos os motivos pelos quais êles se destacaram e os serviços prestados ao país, não só no torrão natal, como no cenário nacional, procuramos estudar o seu passado e narrá-lo, justificando-o quanto possível, de acôrdo com os escassos elementos de que dispusemos, em vista de se acharem quase extintas as fontes, principalmente, no tocante aos arquivos e periódicos do Rio Grande do Norte, e totalmente desaparecida a correspondência epistolar do biografado, a qual, quando éramos criança, vimos muito bem organizada e disposta pelos nomes dos missivistas, conservada na casa do meu pai.

Podemos, aqui, aduzir as palavras do Visconde de São Leopoldo — «Não se diga mais: sou nobre, porque um dos meus avós o foi.» «Mas, possa-se, ao menos, dizer: meu nome é honroso, porque o Estado sempre recebeu serviços daqueles que me antecederam e cesse de o ser, desde o momento, em que aqueles, a quem o transmitir, se tornarem inúteis à pátria.» (Memórias de José Feliciano Fernandes Pinheiro, compiladas pelo conselheiro Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, 1837, *in Rev. do Instit. Hist. Geogr. Br.*, t. 37, 2ª parte, pág. 10).

Ou cantar com o grande Camões:

«Não me mandes cantar extranha história;
«Mas, mandes-me louvar dos meus a glória.
(*Lusiadas* — Canto III, E. III.)

«Que não hé premio vil ser conhecido
«Por um pregão do ninho meu paterno».
(Canto I, E. X.)

O que se deve ressaltar na vida política de Moreira Brandão não é sòmente o organizador de um partido, quando ainda jovem de 22 anos de idade, mas, a sua persistência na defesa das idéias democráticas, desde essa fundação, sem tergiversar nas suas linhas gerais, durante quase meio século, só transigindo ante as circunstâncias reguladoras da sociedade e a marcha geral dos acontecimentos, conforme êle mesmo explicava ainda no primeiro decênio de sua carreira política: «Não há opiniões invariáveis para o homem político; é o tempo que as forma, são as circunstâncias que as regulam. O estadista aceita a situação e se prevalece dela, mas, não é êle que a faz a seu arbítrio».

Além disso, é preciso destacar a profunda afeição ao seu torrão natal, demonstrada durante tôda a sua existência, pois, desde que se formou em Olinda, rejeitou e repeliu qualquer oferecimento ou convite para ocupar cargos, por vêzes, dos mais dignificantes e honrosos, fora das raias de sua província, a não ser os de eleição para representar os seus comprovincianos no parlamento brasileiro, ou de alguma comissão como delegado do govêrno para cerimônias cívicas.

Deixou por isso, de atuar num cenário mais amplo do que o da sua pequenina e atrazada província e de desenvolver melhor os predicados e aptidões que ornavam a sua personalidade.

Sua cultura, sua vida, sua moral, seu exemplo, sua ética como político, jornalista, advogado e orador, sem descer a retaliações e intrigas próprias de meio pequeno, constituíram um padrão de vida que forçosamente contribuíram para melhorar os costumes, educação e formação moral dos contemporâneos, beneficiando até os adversários que o admiravam e tratavam com elegância e donaire nas liças oratórias, jornalísticas e parlamentares; de tal maneira que modernos escritores potiguares afirmam que êle se adiantou cêrca de um século além do ambiente em que viveu.

A província teve outros filhos de igual ou superior craveira, mas não influíram na sua formação moral e cultural, como o biografado, pois, se chegaram a representá-la e a ter influência nos seus destinos e progresso, ou residiam em outros recantos do país, ou viveram muito menos, ou ainda não conseguiram ir até o fim de sua existência, ocupando função de relêvo de modo que pudesse cooperar de maneira real e preponderante no seu aperfeiçoamento e progresso.

Tarquínio de Souza, Brito Guerra, Gomes da Silva e outros, refulgiram nas letras e política do seu tempo, sendo que o primeiro doutrinando na faculdade de direito do Recife, em cuja cidade residia; o segundo destacando-se na magistratura em vá-

rios tribunais do império; e o terceiro sem poder demonstrar tôdas as facetas do seu talento, por haver falecido muito cedo.

Vultos outros de mérito surgiram no cenário político e jornalístico do Rio Grande do Norte, filhos, porém, de outras plagas, como Amaro Bezerra, Henrique Câmara, Olinto Meira, Luiz e Diocleciano de Albuquerque.

Não era um lutador violento, atrabiliário, vingativo, demolidor, intolerante, absorvente, rixento, demagogo, mas, um varão de mentalidade liberal, culto, educado, moderado, de feitio moral elevado, intransigente na defesa de seus ideiais, cuja causa jamais abandonaria, mesmo quando prejudicado nos seus interêsses pessoais.

Até os nomes dos jornais, que fundou, demonstravam o seu patriotismo, o seu caráter e as suas inclinações: *Jaguarary* — nome de um índio potiguar célebre pelo seu destemor e lealdade; *Argos*, como que indicando sua penetrante vista, para mostrar os defeitos do regime e de seus agentes; *Fagote*, para com as suas vibrações melhor alertar o povo; *Liberdade*, mostrando a sua feição democrática; *Progressista*, para pregar e acompanhar a marcha dos tempos; *Rio Grandense* ou *Rio Grande do Norte*, revelando o seu grande amor ao torrão natal.

O notável escritor potiguar Câmara Cascudo que há sido a pessoa que tem mais se preocupado com o biografado, exprime-se a seu respeito sempre com admiração e gabo, ressaltando os seus altos predicados morais e elevados dotes intelectuais.

Ao tratar, o conhecido polígrafo, da missão ao Rio da Prata, diz que o plenipotenciário Honório Hermeto Carneiro Leão, já o conhecendo do govêrno de Pernambuco e sabedor da «rapidez», clareza e perfeição dos trabalhos entregues aos seus cuidados imediatos», «o convidou insistentemente para seu secretário», (artigo na *A República* (Natal), de 19 de janeiro de 1939, intitulado *Moreira Brandão*).

Mais adiante, aludindo ao partido liberal na província, afirma que se deve a êle a sua fundação, sistematização, impulso e continuidade, só abandonando a sua causa quando o partido feneceu, ao extinguir-se a monarquia. Na direção dêsse partido, acrescenta Cascudo, Moreira Brandão sempre se mostrou cauto, vigilante, bem educado, maneiroso, suportando as adversidades e confortando os amigos, sem nunca abandonar o pôsto de verdadeiro sacrifício, respeitado contìnuamente pelos seus adversários; sendo de notar que os mais impetuosos oradores das hostes conservadoras, como «Henrique Câmara e Luís Souto, desabusados e habituais derribadores de contrários, poliam a linguagem e tomavam ares cavalheirescos quando esgrimiam com Moreira Brandão».

«Era uma alma de instintos puros, enojado de processos vingativos e permanentes»; homem simples, meticuloso, frio, arredio, dispensando festas e moções, agindo pela persuasão e pela paciência, honesto, impassível no fastígio ou na queda partidária». Seu *processus* diferia «do ambiente como seu estilo, despido de ornatos, sêco, nítido, substancial, agrada pela influência inglêsa dos constitucionalistas que lia». E concluiu Cascudo: «Moreira Brandão dá um bom exemplo de raridade política, de figura original de polidez e de decôro numa época em que o insulto era eloqüência e a mentira humorismo».

Rio de Janeiro, março, 1956.

O POLÍTICO

Desde os primitivos tempos da ex-capitania de João de Barros que se disputavam no seu solo as preferências por certos colonizadores, iniciando-se, assim, a vida partidária na região.

Descoberto o Brasil por navegadores lusitanos, cujo govêrno incorporou à sua coroa, esta parte da América do Sul, surgiram franceses pela costa atlântica, tomando pé em vários lugares, sendo o território da referida capitania teatro de lutas entre as duas raças, dividindo-se a população autóctone entre êsses conquistadores europeus.

No século seguinte, já quando dominavam os holandeses, ainda havia tribos adeptas dos franceses, se bem que o grosso das comunidades indígenas estivesse repartido entre ibéricos e flamengos.

Expulsos êstes e retornado o país ao domínio luso, foram chegando novamente os dirigentes vindos da metrópole, mas, sem que as lutas cessassem, pois, seguiram-se tremendos embates entre os sequazes dos holandeses e portuguêses, apoiados êstes em tropas militares governamentais, durante uns seis lustros.

Não se pode afirmar que fôsse uma política de ideais, ou de princípios cívicos, como séculos depois se verificaria, mas, a distinção de grupos era perfeita. Certas tribos apoiavam os franceses e outras os portuguêses, sendo que, mais tarde, tornaram-se umas adeptas dos flamengos e outras dos lusitanos.

Êstes foram os primeiros a entabular negociações com o gentio litorâneo, mas, por que abusassem do seu poderio, ou não procedessem lealmente com os seus hospedeiros, os silvícolas se foram revoltando, dando preferência aos franceses que, usando de uma tática mais consentânea com a índole dos aborígenes, indubitàvelmente menos dura e despótica e mais afável e generosa, sem grandes exigências e perturbações na vida social das malocas, acabaram por merecer o apoio de numerosas cabildas.

Isto, durante o período anterior à conquista da capitania. Realizada esta um biênio depois, era celebrada a paz com os donos da terra, seguindo-se um período de tréguas, mas, logo que os flamengos se apoderaram da capitania, já entendidos com tribos do

alto sertão, surgiram os simpatizantes dos novos senhores, com quem colaboraram feroz e pertinazmente, tomando parte até em congressos, como o de Tapisserica (Pernambuco), em 1645, tanto que, muitos lustros após a retirada dos holandeses, êsses indígenas ainda lutaram por decênios contra os portuguêses.

No período colonial, em que a política se cingia ao círculo do capitão-mor, tinha por contrapêso apenas o senado da câmara. Aquêle vinha sempre de fora: do reino ou da governadoria — Bahia, a princípio, depois Pernambuco, a que estava sujeita a capitania.

O segundo, a não ser a Câmara de 1611, só estabelecido em 1662, era, em geral, composto dos *homens bons* da terra, isto é, dos mais respeitáveis: ou por seus haveres e fidalguia, ou por sua importância política, militar, ou lealdade à metrópole.

No paço do senado, centralizava-se a vida local, reunindo-se alí, na casa do capitão-mor ou nas *rodas*, os homens notáveis que passavam os dias apreciando os casos políticos e administrativos, sem esquecerem as bisbilhotices próprias de aldeia.

No domínio holandês, apesar de instituída uma junta de escabinos composta de flamengos, quando se formou a assembléia de 1640, em Pernambuco, o Rio Grande não teve um colono para representá-lo.

O senado da câmara de Natal enfrentava o capitão-mor e o ouvidor real, portando-se ante o rei onipotente sempre com galhardia e destemor, negando-se, por vêzes, a dar posse àquelas autoridades, por falta de formalidades e, protestando, sempre que se oferecia oportunidade, contra os caprichos e desmandos das mesmas, ao governador geral ou ao próprio soberano, sendo que a êste clamou durante mais de um século contra a iníqua subordinação da capitania ao govêrno de Pernambuco, arrogando-se ao direito de substituir o capitão-mor, na sua falta, antes que o real senhor de Portugal lhe desse essa atribuição, como se verificou nos séculos XVII e XVIII, por ocasiões diferentes.

O fim principal da administração nessa época era a colonização, já bem acentuada desde as raias com a Paraíba até o vale do Ceará Mirim, no primeiro cinqüentenário de sua existência, dedicando-se os primitivos povoadores à lavoura, pastoreio e pesca, além das indústrias extrativas, tanto que, no domínio holandês e mesmo antes, o pequenino e subalterno distrito já abastecia de gado e pescado, não só aos invasores, como aos pernambucanos e aos seus aliados.

Restabelecida a autoridade lusa, procuraram os seus representantes regularizar a ordem e incrementar a sua economia, fazendo convergir para o seu território novos colonos, de maneira que am-

pliasse o âmbito existente, tanto na orla litorânea em demanda do noroeste, como nas plagas sertanejas em procura do interior do país, e, a despeito da rebelião indígena surgida por essa época, conseguiram alargar a conquista, levando-a, já no último quartel do século XVII, pelos vales do Piranhas, Apodi e Seridó, sendo que êste fôra iniciado por imigrantes vindos pelo Piranhas.

Lentamente, prosseguiu esta expansão na centúria seguinte, sendo que, no trintênio de 1774 a 1806, quando a capitanía esteve quase todo o tempo dirigida por «Juntas» compostas do Ouvidor da comarca, o qual raramente aparecia, por ter sua sede na Paraíba, do comandante da fortaleza e de um membro do Senado da Câmara, o povoamento mais se disseminou pelos meios rurais, incrementando a cultura da mandioca, milho, cana de açúcar, algodão, sal, e a criação de gado, de tal forma, que, segundo alguns cronistas o Rio Grande do Norte se tornou o «celeiro do norte» e a «terra de mais abundância», suprindo as capitanias visinhas, como já acontecera durante a luta contra os flamengos, exportando, além disso, para o exterior, pau brasil, algodão, drogas medicinais e outras especiarias, orçando a população no comêço do século XIX numas cinqüenta mil almas, quando um século antes, talvez, não passasse de mil.

Essas «Juntas», se bem que durassem, apenas, três anos, compunha-se na sua maioria de gente ali residente, de maneira que tornou a administração mais estável e, a despeito de não contar com grande apoio do govêrno pernambucano, permitiu uma fase menos atribulada, ensejando melhor desenvolvimento à economia regional, cujo fisco teve seus réditos elevados, no fim do período, em seis ou mais vêzes.

Os governantes vindos de fora, além dos abusos que praticavam, não raro se transformavam «os maiores flagelos da população».

Não eram sòmente os capitães-mores exorbitadores de suas funções que prejudicavam o progresso regional, o próprio comércio era subordinado ao de Pernambuco que, tanto quanto lhe convinha, restringia o do Rio Grande, sufocando, assim, a vida econômica da região.

Ainda, de 1808 a 1817, apesar do decreto do regente português, abrindo os portos brasileiros, o de Natal permaneceu sem alfândega devido à oposição do govêrno sediado em Recife, só conseguindo desvencilhar-se dessa subordinação, ao cabo dêsse período por ter o governador José Inácio Borges praticado atos corporificadores da nossa independência, declarando rôtas as relações com Pernambuco, no momento, sublevado, atos êstes, mais tarde, sancionados pelo soberano luso.

Nessa época, já se podia notar uma política idealista, na atrasada província, batendo-se uma facção por princípios mais elevados, a fim de dotar o país de franquias liberais, relegando um passado incômodo e opressivo.

Talvez, durante um decênio, conspirou-se com o fito da implantação de um govêrno republicano, com os padres Antônio de Albuquerque Montenegro e João Damasceno Xavier Carneiro e o Coronel de milícias André de Albuquerque Maranhão, à frente, os quais lograram o seu intento, chegando, em 1817, a deporem as autoridades monárquicas e constituírem um govêrno republicano composto do referido Maranhão, Coronel de milícias Joaquim José do Rêgo Barros, Capitães de linha Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque e de milícias Antônio da Rocha Bezerra e padre Feliciano José Dornelas.

Por inexperiência de uns, inércia ou desinterêsse de outros, pouco durou êste regime (cêrca de um mês), restabelecendo-se logo a legalidade, apesar da formação de uma nova «Junta Provisória» organizada na vila do Regente (Porto Alegre), origina-se de *Porta-Alegre*, escrevendo-se, atualmente, «Portalegre», que durou apenas noventa dias.

Retornando ao govêrno, José Inácio Borges procurou efetivar o seu projeto de independência da capitania, conseguindo-o em 1821, pelo que passou o Rio Grande do Norte à categoria de província, igual às demais, entendendo-se diretamente com a côrte lisbonense.

Já se esboçavam dois partidos: o favorável à independência nacional com o príncipe D. Pedro e orientado pelo referido Inácio Borges, e um outro fiel a Portugal, dirigido pelo ouvidor da comarca Dr. Mariano José de Brito Lima.

Travada a primeira luta eleitoral para constituir uma «Junta Constitucional Provisória» a fim de substituir o presidente da província, que se licenciara, foram eleitos a 3 de dezembro de 1821, para constituí-la os Coronéis de milícia Joaquim José do Rêgo Barros e Luiz de Albuquerque Maranhão, padre Francisco Antônio Lumachi de Melo, sargento-mor Manuel Antônio Moreira, Capitães Antônio da Rocha Bezerra, Manoel de Medeiros Rocha, e Manoel de Melo Montenegro Pessôa, sendo o primeiro presidente e o último secretário, todos partidários da independência.

Já sob o seu govêrno, realizou-se cinco dias depois a eleição para deputados às «Côrtes de Lisboa», sendo escolhidos Afonso de Albuquerque Maranhão e Antônio de Albuquerque Montenegro, e um suplente, só indo a Lisboa o padre Montenegro, mas, sem comparecer à Câmara respectiva.

Nessa época, o govêrno era dominado pelo comandante da fôrça de linha Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque, o

qual versátil e voluntarioso, do mesmo modo que apoiava uma eleição, concorria para anulá-la, pelo que, a 7 de fevereiro de 1822, já forçava o Senado da Câmara de Natal a eleger um «Govêrno Temporário», de acôrdo com os partidários do ouvidor Brito Lima, sendo escolhidos para presidente Francisco Xavier Garcia; Secretário, Matias Barbosa de Sá; membros Francisco Xavier de Sousa Júnior, Inácio Nunes Correia Tomaz e Pedro Paulo Vieira que convocou os eleitores para que a 18 de março seguinte escolhessem a «Junta do Govêrno Provisório» empossada no mesmo dia e composta dos senhores, padre Manoel Pinto de Castro, presidente; Manoel Antonio Moreira, secretário, Sargento-mor João Marques de Carvalho, Agostinho Leitão de Almeida e Tomaz de Araujo Pereira, da facção portuguêsa, mas, esta se foi enfraquecendo com a retirada do referido ouvidor do Rio Grande do Norte, e devido à luta com a Câmara de Natal, aproximou-se do príncipe D. Pedro, passando a cumprir as ordens dêste.

Antônio Germano, por sua vez, compreendendo a situação, pediu reforma que lhe era concedida a 21 de julho de 1823, e a 24 de janeiro de 1824, assumiu o govêrno da província o presidente do Senado da Câmara de Natal, Manoel Teixeira Barbosa, em virtude de disposição expressa da Lei de 20 de outubro de 1823, na falta do presidente, vice-presidente, conselheiros e suplentes, apoiado por homens ponderados e pacíficos.

Anteriormente, realizara-se (11 de novembro de 1822), no meio da maior indiferença, a eleição para deputado à Assembléia Constituinte brasileira, sendo eleitos o Dr. Francisco de Arruda Câmara, tendo como suplente o Dr. Tomaz Xavier Garcia de Almeida, que tomou assento no lugar daquele.

Compareceram a esta reunião, apenas 18 eleitores, quando na eleição de 3 de dezembro de 1821, para se escolherem os membros da «Junta Constitucional», apresentaram-se 43, número já considerado insignificante, e, na de 18 de março de 1822, para instituição da «Junta do Govêrno Provisório», decresceu para 24.

O que parece é que os componentes dessa última «Junta» não dispunham de influência perante o povo e como fôra imposta pela fôrça militar, aliada à da justiça, na época, sempre metida na política partidária, com o afastamento dos chefes dessas duas classes dos seus postos oficiais, o comparecimento às urnas cada vez se reduzia mais, tornando-se indiferentes aos chefes políticos os pleitos eleitorais.

É nessa época, que se inicia o govêrno dos presidente efetivos, sendo nomeado por carta imperial de 25 de novembro de 1823, Tomaz de Araujo Pereira, que assumiu a 5 de maio do ano seguinte.

Era pessoa de poucas letras, bem relacionado e honesto, mas, fraco, não conseguindo manter-se no govêrno, senão pouco mais de quatro meses, desprestigiado por civis e militares, sendo que o seu próprio secretário Agostinho Leitão de Almeida, nomeado também pelo Imperador, divergiu dêle na adesão à Confederação do Equador, impedindo-o que o fizesse oficialmente e agindo junto ao Senado da Câmara de Natal.

Foi o único filho da província que mereceu a honra da efetividade nesse cargo, assim como o padre Francisco de Brito Guerra foi o único que conseguiu ser senador, durante o regime monárquico no Brasil. Ambos eram filhos do sertão: o primeiro de Acarí — zona do Seridó, e o segundo duma fazenda no vale do Upanema, região oeste do Estado, mas, que viveu mais de trinta anos em Caicó, também zona do Seridó.

Passada a primeira refrega da fase da independência nacional e afastada a recolonização tentada pelos portuguêses, já não se tratava de escolha entre Portugal e Brasil e simplesmente de uma colisão entre a tendência liberal e o despotismo de Pedro I, cujo partido, no momento, vitorioso em Natal, com o presidente da Câmara Lourenço José de Moraes Navarro, usa logo de represálias, mandando prender José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro e o padre Francisco da Costa Seixas, emissários do Rio Grande do Norte junto à revolução apelidada do Equador, em Pernambuco, além de outras pessoas, não perdurando por mais tempo essas violências por ter voltado ao govêrno da província, a 20 de janeiro de 1825, Manoel Teixeira Barbosa, novo presidente do Senado da Câmara de Natal, que era moderado e conciliador.

O Conselho do Govêrno Provincial foi criado em 1821, mas, a primeira eleição para o mesmo só foi efetuada na província em 1824, realizando-se mais duas, uma em 1825 e outra em 1828.

Os escolhidos no primeiro pleito não puderam completar o seu mandato de quatro anos, por imposição das mais elevadas patentes da fôrça de linha que o dissolveram e obrigaram o chefe do govêrno a entregar a administração da província ao presidente do Senado da Câmara e não ao conselheiro mais votado, como determinava a lei e desejava o Presidente Tomaz de Araujo que, sentindo-se desautorizado, justamente pela tropa que o devia apoiar, renunciou ao cargo.

A êsse Conselho do Govêrno, era o presidente da Província obrigado a fazer uma exposição geral da sua situação, conforme determinava o artigo 80 da Constituição do Império, criando cargos na instrução pública, dando outras providências e sendo substituído pela assembléia legislativa provincial, com a reforma constitucional.

O dito Conselho era composto de seis membros, tendo sido eleito para todos os três o Coronel Joaquim José do Rêgo Barros, que já governara a capitania em 1806, 1817 e 1821-22, como comandante das armas, membro do govêrno republicano e presidente da Junta Constitucional, respectivamente; para os dois últimos como conselheiro mais votado, o Capitão Antônio da Rocha Bezerra, que, anteriormente, já tomara parte no govêrno da capitanía como integrante do conselho republicano de 1817, da Junta Constitucional de 1821-22 e governou a província de 1826 a 1827 e de 1830 a 32, como membro mais votado do referido Conselho; para o primeiro e o último o Coronel Luiz de Albuquerque Maranhão, que pertenceu à Junta Constitucional de 1821-22; Matias Barbosa de Sá para o primeiro e último, já tendo ocupado o cargo de secretário do «Govêrno Temporário» de 1822; Manoel Teixeira Barbosa para o segundo, tendo governado a província como presidente do Senado da Câmara de Natal, em 1824 e 1825 e, mais tarde, na qualidade de terceiro vice-presidente da província; Manoel Pinto de Castro para o último, o qual já pertencera à Junta do Govêrno de 1822 a 24, administrando a província em 1832 e de 1832 a 33, como membro do Conselho referido (1).

Êstes homens eram os políticos mais em evidência na capital, sendo certo que, de 1824 a 1832, Manoel Teixeira Barbosa e Antonio da Rocha Bezerra se revesavam na administração da capital e da província, só os substituindo, já no período da Regência, em setembro de 1832, o padre Manoel Pinto de Castro, por haverem falecido no mesmo mês, os conselheiros mais votados Rocha Bezerra, Rego Barros e, talvez antes, Luiz de Albuquerque Maranhão, que era o terceiro na ordem da votação.

Diz Rocha Pombo que Manoel Teixeira Barbosa era um dos homens que, desde 1821, passavam em Natal como dos mais considerados pelo ser caráter, sendo sempre consultado em casos difíceis (2).

É certo que Agostinho Leitão de Almeida dominava no seio do Govêrno de 1822-24, mas, aos poucos foi perdendo sua fôrça, a ponto de ser expulso do mesmo em 1823, voltando em 1824, a ser secretário do Presidente Tomaz de Araujo; tendo sido, em 1826, o candidato mais votado para senador pela província, não tendo sido, porém, escolhido; mas, foi eleito deputado geral, de 1826-29. Teve grande influência política na província, mas, na Câmara geral pouco fez (3).

Segue-se o período da Regência, devido a abdicação do Imperador Pedro I no seu filho Pedro, que tomou o título de II, fase esta que se alongou até 1840, ano em que foi declarado maior

o segundo imperador brasileiro. (Sessão da Assembléia Geral de 23, julho).

É uma fase agitada, eriçada de motins e revoltas em várias províncias, como já havia sido a anterior, não deixando o Rio Grande do Norte de ser atingido pelas lutas de facções que vinham desde a independência da nação pondo-se em constantes agitações — «uns cuidando de defender e guardar as posições; outros, ansiosos de que lhes toque a vez de as ocupar», como acertadamente afirma o historiador Rocha Pombo.

Um homem vindo do sertão dominaria todo êsse período o padre visitador Francisco de Brito Guerra que soube dispor ao seu redor de pessoas influentes no litoral e no interior, de sorte que formaria um reduto eleitoral contendo quasi a totalidade dos norte-riograndenses, a ponto de, ainda na década seguinte, o deputado Casimiro José de Moraes Sarmento que administrou a província de 1845 a 1847, dizer na Câmara Geral, que ali não havia partidos, pois — «De um lado está quasi tôda a província, os homens mais abastados, mais inteligentes, mais honestos e distintos, e do outro — estão os réus de polícia, os grandes criminosos, os calaceiros e a parte pior da população, salvo uma ou outra honrosa exceção» (4).

E acrescenta que, quando foi administrá-la, o partido *do sul* (5) ocupava quasi tôdas as posições, sendo o mesmo, desde 1831, forte, unido e triunfante nas eleições quer, com providências favoráveis ou adversas, tanto que os Presidentes Oliveira Bello (1844-5), Siqueira (1848) e Taques (1849), apesar de muito contribuírem para apoiar os *nortistas*, êstes foram sempre derrotados (6).

O ex-presidente da província D. Manoel de Assis Mascarenhas (1836-42), quando representante do Rio de Janeiro, em 1849, afirmava da tribuna da Câmara Geral dos Deputados — «Desde muitos anos a Província do Rio Grande do Norte, ou a maioria dela que se intitula o partido do Sul, está na posse de fazer não só o deputado geral, mas até o suplente, todos os vinte deputados provinciais, a maior parte dos juízes de paz e câmaras municipais», pelo que «os governos respeitarão as opiniões da província manifestadas de uma maneira tão pública, tão solene» (7).

O deputado pela Bahia, Benvenuto Augusto de Magalhães Taques e também ex-governante do Rio Grande do Norte (1849), um dos indicados por Moraes Sarmento como favorável ao partido do norte, apenas, esclarece que o partido do sul não é o mesmo do tempo do Sr. Mascarenhas, tendo mudado muito as coisas na

província, desde que o Sr. Sarmento deixou de dirigí-la, e estando o referido agrupamento muito fracionado (8).

O que é fato é que, a despeito da atitude do Presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, contribuindo para o fechamento do único jornal existente na província, em 1837, pertencente à facção dominante e a perseguição feita a pessoas dessa agremiação, a pretexto de urdirem uma sedição contra seu govêrno, em 1838, e, conseqüente assassinato do referido presidente, o partido chefiado por Brito Guerra não sofreu desprestígio, parecendo até que saiu dessas lutas mais forte e poderoso, tanto que, na capital do país, não aceitaram a versão oficial de ter havido uma sedição contra o govêrno local e nem acreditaram na insegurança e reclamos do vice-Presidente Joaquim Aires de Almeida Freitas, amigo do assassinado; admitindo a própria imprensa defensora do gabinete ministerial a variante de que o atentado fôra ocasionado por «motivos particulares (9), explicação esta também dada pelo vice-presidente da província, Dr. João Valentino Dantas Pinagé, na sua fala de sete de setembro de 1838, à Assembléia Legislativa Provincial.

Não era de esperar que Brito Guerra continuasse prestigioso, uma vez que o seu maior sustentáculo na Côrte, o Regente Feijó, renunciara, achando-se na administração do país o Sr. Pedro de Araújo Lima, adversário do regente substituído, mas, ou, porque tivesse o apoio dos senadores José Martiniano de Alencar e Antônio Pedro da Costa Ferreira (10), seus aliados políticos, ou por outro motivo qualquer, o partido sulista conservou o seu prestígio, conseguindo manter os cargos políticos provinciais até depois de 1850, sofrendo, às vêzes, amofinações de alguns presidentes efetivos, mas, contìnuamente vencedor nos pleitos eleitorais, não só para cargos de representação geral, como regional.

Brito Guerra fôra eleito suplente de deputado geral à segunda legislatura (1830-33), antes da abdicação de sete de abril, assumindo essa função a 24 dêste mês, devido ao falecimento do deputado efetivo José Paulino de Almeida e Albuquerque; reeleito à terceira legislatura (1834-37), já como titular do pôsto; sendo nomeado senador, em 1836 (11) em que permaneceu até 1845, quando faleceu; havendo sido na esfera regional, eleito membro do Conselho Geral da Província, em 1828, com Rego Barros e Rocha Bezerra; presidente da primeira assembléia legislativa provincial que substituiu êsse conselho, em 1835; devendo-se-lhe, além dos serviços que prestou nesses cargos, a iniciativa da publicação do primeiro jornal na província — *O Natalense* (1832), que durou cinco anos.

Ao seu lado, já surgia desde 1836, João Carlos Wanderley, que conseguiu permanecer como secretário do govêrno provincial

ininterruptamente, até 1848, deputado provincial de 1840 a 1847 e ainda de 1850 a 1851, e, apesar de ter tido o seu diploma de deputado geral anulado, em 1851, foi reeleito quatro meses depois, apresentando-se como o político mais autorizado, por essa época, na província, amparado na Côrte pelos mesmos paredros que apoiaram o senador Guerra (12), sòmente caindo em desvalimento com a efetivação da política de «conciliação» do Marquês de Paraná, tão bem recebida por todos.

A política cavilosa do apegamento aos cargos de mando, adotada no decênio de 1831 a 1840, seguiu-se na década seguinte, nada conseguindo o partido saquarema ou nortista, apesar do gabinete imperial mandar à província alguns presidentes filiados ao seu credo, porém, o partido sulista que, antes da nomeação do Presidente Moraes Sarmento, ainda não manifestara a orientação partidária que deveria seguir, teve que revelar a sua bandeira, devido à exaltação dos dois campos políticos, declarando-se — Luzia, liberal, etc., conforme divulgação no *Diário Novo*, do Recife, ligando-se o Nortista aos Guabirus de Pernambuco, que tinha por defensor o *Lidador* de Pernambuco, então, sabendo-se a que lado pertencia a gente *do sul* e a *do norte;* havendo defecções (13).

Era êsse o panorama político na província, ao iniciar-se a segunda metade do século XIX. Foi pelo meado de 1850, que chegou a Natal, formado em ciências jurídicas pela Academia de Olinda, José Moreira Brandão Castelo-Branco, norteriograndense de Goianinha, jóvem de 21 anos, formado no ano anterior.

Deixara um bom cargo na secretaria do govêrno de Pernambuco, pelo meado do referido ano (14), rejeitando, em 1851, insistentes convites do futuro Marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, o mesmo estadista com quem servira em Recife, e que bem pudera aquilatar os seus dotes de inteligência e cultura, — para seu secretário na missão ao Rio da Prata, a fim de poder melhor servir à sua terra natal e ser contrário aos seus interêsses e aspirações, conforme alegou mais tarde, ao justificar o pedido de dispensa do cargo de oficial da secretaria do govêrno de Pernambuco (15).

Advogado militante, desde êsse tempo, não podia fugir à vida jornalística, cuja inclinação já demonstrara ainda nos bancos acadêmicos e bem assim aos problemas atinentes à nação e ao govêrno, cujo entrecho já esboçara num periódico que dirigira no último ano do seu curso jurídico-social (16).

E para melhor acentuar as suas convicções políticas, já se achava em contato com os antigos sulistas, pelo que foi incluído ainda acadêmico (agôsto de 1849) na chapa de deputados pro-

vinciais, servindo no biênio de 1850 a 1851, e fundou o *Jaguarary*, em cujas colunas proclamava as suas idéias liberais e tão francamente o fez que assustou os dirigentes da nau imperial, a ponto do senador Limpo de Abreu asseverar que êste periódico derramava «idéias e princípios contrários às instituições do país» (17).

Não fazia ainda um ano que chegara ao torrão natal e já se esforçara pela instituição de um jornal, apesar de não haver na província oficinas tipográficas.

Mandava editá-lo em Pernambuco, bem como um outro que o substituiu, a 7 de setembro do mesmo ano — o *Argos Natalense*, cuja existência não passara de 1852 (18).

Eram de vida efêmera, mas, já representavam um grande esfôrço numa terra pobre e atrazada, pois, a capital pouco progredira, a despeito da província tomar certo incremento agrícola e pastoril, com o estabelecimento de cêrca de uma centena de engenhos de açúcar e inúmeras fazendas de gado, devido ao desvio de sua produção para as províncias limítrofes e conseqüente descaminho de rendas.

A população provincial, estimada, em 1820, numas 70.000 almas, elevou-se, quatro lustros depois, a mais de 100.000 habitantes, devendo ter pelo meado do século uns 150.000; aumentadas a riqueza particular, a renda pública, a quantidade de freguesias, municípios, comarcas, escolas e juizados de paz, de tal forma que os engenhos de açúcar de 4 ou 5, no período colonial, passaram a mais de 40, em 1845, e a cêrca de 100, em 1850; as fazendas de criação tiveram seu número alteado a mais de mil, crescendo a cultura do algodão, a indústria da pesca e o comércio de cabotagem; indo os réditos públicos de 15:000$, em 1835, para 63:000$ em 1839-40, ascensão esta não mantida no decênio seguinte e de tal forma decaiu que, de 1846 a 1848, não alcançou a casa de 20:000$, alteando, em 1851, para 47:000$, só conseguindo ultrapassar a renda de 1840, em 1855; de dez freguesias, no princípio do século XIX, em 1840, tinha 19, só havendo outras depois de 1850; sendo de menor número os municípios que, nas mesmas épocas, alcançavam a cifra de 8 e 17, respectivamente; sem uma só comarca, ao iniciar o século XIX, teve a primeira que compreendia tôda a província em 1818, cuja superfície foi dividida em 1835, ficando todo o sertão do vale do Piranhas para oeste, com sede na do Açu que, em 1841, foi, por sua vez, desmembrada com a criação da do Martins, só havendo novas instituições, na década de 1850 a 1860; com uma instrução no mais lamentável estado possível.

Natal, com o seu ronceiro evoluir, duzentos anos depois de sua fundação, ainda não atingira um milhar de habitantes. Em

1810, quando por aí passou o inglês H. Koster, era constituída por dois reduzidos núcleos — a cidade alta e a baixa, ou ribeira, se bem que o município tivesse cêrca de seis mil almas; só se proibindo a construção de casas cobertas de palha, capim ou junco, nas principais ruas da cidade, em 1852; ainda sem calçamento, iluminação pública e desligados os seus dois bairros, como, no comêço do século, se bem que possuindo uma população mais numerosa, orçando, talvez, em 5.000 pessoas, com seus arredores; contando, apenas, um semanário — *O Nortista*, (1849-50), isto mesmo, impresso no Ceará, sem uma biblioteca pública; e, apesar de possuir um «Atheneu», em que se devia ensinar retórica, filosofia, matemática, francês e latim, desprezava-se a língua nacional, geografia e história, e das trinta escolas primárias espalhadas pela província e quatro aulas de latim, nem tôdas estavam providas.

Os homens mais letrados eram os bacharéis em direito e os padres, todos políticos, inclusive os juízes, que preparavam os jornais, um dos meios de manifestação pública do pensamento, ao lado da tribuna parlamentar, do juri e dos grêmios particulares, bem como dos oradores das praças públicas.

Moreira Brandão, no seu primeiro jornal — *O Jaguarary* — em artigo de fundo, exprimia-se assim sôbre a constituição do império: «por uma experiência de 28 anos, nos tem convencido de que a atual organização do nosso govêrno não pode convir a um povo, que nasceu para ser livre, hoje, que um brado unânime parte de todos os pontos do Império, em prol da reforma no sentido liberal, hoje, que uma oligarchia ínfrene e caprichosa acastelada no Senado pretende suspender o curso natural das cousas, e embarga a marcha do progresso; hoje, que vivemos sem lei, entregues á discrição do arbítrio, e aos excessos de um despotismo real, o que nos resta?» (19).

Era partidário de uma Constituinte, achando que o artigo da Constituição que permitia reformas não satisfazia e acrescentava: «É mister derribar esse edifício rôto, e remendado, composto de tantos elementos heterogêneos; é mister arrasá-lo, e em suas ruinas levantar uma obra nova, segundo o estado actual da nossa civilisação, segundo os nossos costumes, os nossos interesses e inclinações».

E aduzia que a enfermidade era grave, sendo necessário um remédio heróico e destruir o mal pela raiz, nada resolvendo uma reforma parcial e que sòmente os governantes sentem a atualidade boa, porém, o povo sofria e se achava desgostoso, «a indústria nacional desfavorecida e em atraso, a urna eleitoral escrava do governo; os nossos juízes mandatarios do executivo

as nossas garantias escarnecidas e desprezadas; os empregos públicos confiados aos mais humildes servos do poder; a bandeira nacional pizada e cuspida pelo orgulho estrangeiro; o crime ufano e premiado; o mérito esquecido, e, muitas vêzes, calcado e oprimido».

E, no mesmo artigo, esclarecia que não era contrário à monarquia e ao invés, abraçava-a, mas, «para que ela se sustente e possa florescer, é mister amolda-la ás inclinações e aos costumes da America; é mister que façâmos a sua aliança, com o elemento democrático; que demos força a este, para que não seja suplantado por aquela, nem mutuamente se odêem e se combatão; é mister emfim que a monarchia tenha o apoio nacional», para sua própria estabilidade.

E concluía, ser a reforma necessária, não só para o Brasil, como para a monarquia, mesmo porque — «a actualidade tem a republica nas entranhas», como adianta um periódico liberal, e o remédio único é a Constituinte.

Noutro artigo, combatia o Senado vitalício, mostrando que não temos classes distintas, como na Inglaterra e na França (Câmaras dos Lords e dos Pares) ou, como Roma, em que representava os interêsses patrícios, todos com seus privilégios, sendo no Brasil tudo povo e a nação um todo composto de partes políticas homogêneas, não havia razão para sua existência, e, tratando-se de uma monarquia respresentativa, o Senado devia ser provisório, como na Bélgica, sendo os seus membros eleitos por oito anos, renovada a metade de quatro em quatro anos (20); modificação só alcançada com a promulgação da primeira constituição republicana, quarenta anos mais tarde.

Ante essa linguagem, o senador Limpo de Abreu, na sessão de 19 de maio de 1851, acusou-o de derramar «idéas e principios contrarios ás instituições do paiz» e «opostos á ordem publica» (21), mas, a própria redação do jornal potiguar mostrou que clamar contra a opressão e tirania, fazer oposição a êsses atos, estigmatizar a política de compressão e bradar pelas reformas necessárias a libertar o país do estado anômalo em que se acha o mesmo, não atentava contra aqueles princípios, e que assim agindo tinha a liberdade de pensamento, como o Sr. Limpo de Abreu «que hoje chama ordem ao que outróra chamara anarchia governamental» (22).

E dess'arte, pela primeira vêz, na província, um periódico agitava idéias políticas, indicando princípios e medidas que podiam salvar o país, merecendo aplausos não só dos seus conterrâneos, como dos de outras províncias, nas quais alguns jornais chegaram a transcrever seus artigos (23).

É de notar que, por essa ocasião, o único senador pelo Rio Grande do Norte, Assis Mascarenhas, ex-presidente e deputado geral da mesma província, eleito pelo partido sulista, dissera que tal facção não tinha politica e acrescentou que os princípios defendidos pelo dito jornal eram «pessimos e subversivos da ordem pública», secundando o seu colega Limpo, e que o mesmo não representava o partido (24).

Mascarenhas sentia-se atingido pelos artigos do referido periódico, pois, justamente, o privilégio da vitaliciedade dos senadores, era um dos pontos fundamentais da reforma preconizada por Moreira Brandão; e, além disso, a palavra *Constituinte* nesse tempo, era terrível e gelava o sangue dos tiranetes, ameaçando o poder empregar violência contra quem escrevesse a respeito da mesma (25).

Suspensa a publicação dêste jornal, seguiu-se a do *O Argos Natalense*, cujo primeiro número surge a 7 de setembro do referido ano, com as mesmas idéias, direção e politica, assinalando «que o partido liberal do Rio Grande do Norte não renega seus princípios, não retrocede do caminho honroso que tem trilhado, pugnando pelas realizações dessas idéas sociaes, que hoje geralmente são recebidas, e que falão mui alto em abono da nossa geração, que sujeitou-se ao domínio da razão, e que, com esclarecido zêlo e patriotismo, as tem defendido por toda a parte, dando garrote ás velhas crenças, que, não obstante os esforços da tyranía, não podem vigorar nesta metade do século XIX»; acrescentando que estava de perfeito acôrdo com o partido liberal de Pernambuco e de todo o norte do Brasil, adotando a bandeira da Constituinte e reconhecendo a «necessidade de as provincias, principalmente as do Norte, onde a mão do despotismo pésa com mais força, se entenderem, se ligarem, se fortificarem em um só pensamento, afim de promoverem, por meio dessa liga de interesses recíprocos, fundada na rasão, e na justiça de sua causa, os melhoramentos do paiz» (26).

Antes do aparecimento dêsses jornais, havia na província duas parcialidades divididas pelo ódio e intriga, e que apoiavam determinadas candidaturas, iniciando os *Jaguarary* e *O Argos Natalense* a defesa dos princípios liberais, que davam novas fôrças aos seus partidários e «graças ás disposições de todos os nossos correligionarios e especialmente aos esforços do nosso amigo, o sr. dr. Moreira Brandão, a quem cabe a gloria da creação do mesmo directorio, do qual muito esperamos em pról da causa da liberdade», faziam sua instalação no dia 9 de setembro de 1851, com a presença de 73 cidadãos, sob a presidência do Dr. Moreira Brandão, sendo eleitos para o diretório referido os Srs. João Carlos Wanderley, Dr. José Moreira Brandão Castelo

Branco, Dr. José Henrique de Oliveira, Padres Luís da Fonseca e Silva e Bartolomeu da Rocha Fagundes, Dr. Victor José de Castro Barroca, João Inácio de Loyola Barros, José Lourenço de Almeida, José Inácio de Brito e Matias Carlos de Vasconcelos Monteiro (27).

Chegando a Natal o programa do partido liberal da Côrte, mantendo a vitaliciedade do senado e condenando a idéia da constituição, a facção local discordou terminantemente, conforme assinala o *O Argos* indicado em a nota 27.

Ainda em 1852, na mesma Tipografia Nacional (28), existente em Pernambuco, Moreira Brandão redigia o *O Fagote* do qual nenhum número consegui compulsar. É possível que continuasse a trilhar a mesma orientação dos anteriores. Talvez, o nome tivesse uma correlação com *O Clarim* da agremiação adversa, editado por essa época.

O partido *do sul* já se vinha enfraquecendo, desde o decênio anterior, com algumas defecções importantes, mas, a despeito delas e do apôio de certos administradores da província ao agrupamento contrário, êle continuava invicto nos pleitos eleitorais travados, quer na órbita regional, quer na geral, só perdendo o seu domínio com a política conciliante do Marquês de Paraná, ocupando, apenas, alguns dos seus membros, no interregno de 1853 a 1856 e, mesmo nos ministérios que se seguiram, até o primeiro têrço da década iniciada em 1861, cargos secundários.

No decênio de 1831 a 1840, faleceram os antigos políticos vindos das lutas da independência nacional, como Francisco Xavier Garcia, Luís de Albuquerque Maranhão, Joaquim José do Rego Barros, Antônio da Rocha Bezerra e Manuel Teixeira Barbosa, e no seguinte, Francisco de Brito Guerra, Bartolomeu da Rocha Fagundes e Manuel Pinto de Castro; sendo que alguns ingressados na política no primeiro dêsses decênios, e que chegaram a exercer grande influência, ocupando cargos eletivos e governando a província, como João Carlos Wanderley e Estêvão José Barbosa de Moura, atravessaram o segundo império, aquele desde 1853, e êste a contar de 1843, sem o antigo influxo, vindo a morrer, já nos primórdios da república, adeptos dêsse sistema de govêrno, e outros, como João Valentino Dantas Pinajé e Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara se passariam para as hostes nortistas, dominadoras no período, que se seguiu à subida do gabinete do Marquês de Paraná, tendo o primeiro, depois de exercer cargos de administração, justiça e eleição, sucumbido já na província do Ceará em 1863, como juiz de direito, e o segundo, como um dos mais fortes esteios do partido conservador, dirigindo-o com o máximo prestígio até falecer em 1884, principalmente de 1877

em diante; tendo ocupado os lugares de vereador e presidente da Câmara Municipal de Natal, deputado provincial em vários biênios, administrador dos Correios, inspetor da Tesouraria de Fazenda e comandante superior da Guarda Nacional da capital e anexos, fazendo deputados gerais os seus lugar-tenentes, sem nunca ter desejado ocupar tais funções (29).

Moreira Brandão, exonerando-se do cargo de oficial da secretaria do govêrno em Pernambuco, pelo meiado de 1850, recusou vários convites do Conselheiro Honório Hermeto, indicado, em 1851, para ir tratar de importante missão no Rio da Prata, como seu secretário. Certamente, fugia ao honroso encargo para ingressar na política partidária de sua província, não desejando, talvez, prestar serviço ao referido conselheiro, por ser êste conservador e ter êle Moreira idéias liberais muito avançadas; tanto que, na mesma época, rejeitava um oferecimento de «influente saquarema de Pernambuco» para um emprêgo de justiça (30).

De 1853 a 1856, com a promessa do Marquês de Paraná de lançar um véu sôbre o passado, seguindo-se uma era cheia de esperanças, com belo e sedutor programa, todos aderiram às idéias de paz e concórdia expostas pelo chefe do gabinete, ficando o país em expectação; porém, quase dois anos decorreram sem uma prova irrecusável de sua sinceridade, «limitando-se a uma conciliação pessoal que dava ares de corrupção, sem um passo para a conciliação das ideias, que formava a parte mais importante e o mais belo esmalte do programa ministerial» (31).

Notada a impaciência dos liberais, o presidente do gabinete apresentou-se à frente da reforma eleitoral e vindo a lei dos círculos, grangeou o ministério muitas adesões e simpatias gerais, mas, não havendo magistrados que a executassem, atendeu-se mais às exigências dos candidatos do que às conveniências públicas, e, falecendo Paraná, e o espírito que animava o govêrno, surgiram a fraude e a violência, como adianta o *Liberdade* citado à nota 31.

Moreira funda, então, o *Liberdade* cujo primeiro número tem a data do natalício do imperador que se vem manifestando sôbre os fatos, como se vê nos períodos acima e adianta que a província era votada ao desprêzo e esquecimento, passando como enjeitada no meio de suas irmãs, sem poder sustentar os seus fóros e sem mesmo achar remédio às suas mais urgentes necessidades; sendo a causa dessa mudez e males a falta de uma tipografia, falha que hoje desaparece com o lançamento desta gazeta — «pedra no edifício magestoso, que se vai levantando á custa de tantas fadigas; e unindo os nossos esforços aos daqueles que labutam incessantemente pelo bem da Patria; no dia do triumpho nos caberá a gloria de havermos para elle concorrido».

E prossegue: «É preciso falarmos para que se nos-ouça. A imprensa é para os partidos políticos o que a lingua é para os indivíduos; e se estes pela mudez se tornam isolados no meio da sociedade, aqueles, sem o auxílio da imprensa, definham e morrem. É por este valoroso vehiculo que as idéas se derramão, comunicando-se os pensamentos, e o homem, como se pudesse multiplicar-se, logra estar ao mesmo tempo em todas as partes, assemelhando-se ao infinito».

«Eis pois em campo a — Liberdade — cujo nome só exprime assáz a causa que professa, a senda que tem de trilhar, e o fim a que se destina».

E acrescentava: «Sem esquecer os melhoramentos moraes e materiaes da província, as necessidades da lavoura, o desenvolvimento do comercio, e a proteção das artes, a *Liberdade*, jornal essencialmente politico, não perderá de vista o seu fim principal».

«Caminhemos pois: encetemos uma discussão calma e decente; mostremos ao povo os seus direitos e deveres; procuremos dirigir convenientemente o espírito público: censuremos os actos da administração, sem entrarmos no santuário da vida privada; combatamos os adversarios sem injuria-los, respeitemos o merito onde ele estiver, e caminhando assim pelo direito, terá desempenhado sua missão a Liberdade».

«Se pudermos concorrer para que a sociedade se normalise, e se firme em bases sólidas o império da lei e da razão, satisfeito será o nosso intento, e completo o nosso triunfo, porque onde está o direito, ahi está com elle a liberdade, e sem aquele esta não passa de uma chiméra». «La liberté c'est le droit et le droit c'est la liberté» (artigo de fundo).

Êste jornal, segundo Luís Fernandes, durou até 1857, mas, só encontrei o número citado.

Do seu programa depreende-se que a tipografia, em que se imprimia, foi a primeira adquirida por Moreira Brandão (Tipografia Liberal Norte-Rio Grandense), uma vez que *O Jaguarary*, *O Argos Natalense* e *Fagote* eram impressos em Pernambuco.

Seguiu-se *O Riograndense do Norte* (1858-1862), que, em 1859 e 1860, publicava os atos oficiais e era redigido por Moreira Brandão, Luís Carlos Wanderley, Vicente Inácio Pereira e Luís Rodrigues de Albuquerque, e dizia que o ministério de 13 de dezembro de 1858 parecia uma organização política de moderação e concórdia, sendo os Srs. Nabuco e Paranhos conhecidos como dedicados a esta política, e o anterior, em cujo seio se viam o Marquês de Olinda, Sousa Franco e Jerônimo Francisco Coelho, eram uma garantia dêsse programa; e aduzia: «Não ha opiniões invariaveis para o homem político; é o tempo que as forma, são

as circunstancias que as regulam, e ir contra a marcha geral das idéas, seria um esforço inutil ou, mais que isto, uma imbecilidade irrisória. O Estadista aceita a situação e se prevalece dela, mas, não é ele que a faz a seu arbítrio» (32).

A 14 de abril de 1861, Moreira Brandão reuniu em sua casa, mais de setenta partidários, a fim de reorganizar o partido liberal, deliberar acêrca da atitude a tomar sôbre a próxima eleição de vereadores e juízes de paz, bem como ouvir os presentes sôbre o modo por que êle Moreira há dirigido o partido, nos últimos tempos; resolvendo-se, afinal aclamar uma comissão diretora provisória, que ficou assim constituída: Dr. Moreira Brandão, Dr. Wanderley, Vigário Fagundes, Tenente-Coronel José Lourenço, Vice-Cônsul Pereira Júnior; e outra para organizar os Estatutos, composta dos Drs. Albuquerque e Dória e do Capitão Serafico de Brito. Para a Câmara de Vereadores foram apontados os Médicos L. Carlos Wanderley e Firmino Dória, Padre Bartolomeu Fagundes de Vasconcelos, Capitão João Ferreira Nobre, Alferes Urbano J. de Loyola Barata, Domingos Henrique d'Oliveira (negocitante), Joaquim Soares Raposo da Câmara (negociante), Manuel Joaquim de Amorim Garcia (negociante) e Lourenço Fernandes Campos Café (proprietário) (33).

Moreira, quanto a êsse período, chamado de conciliação, diz em discurso proferido na Câmara dos Deputados, na sessão de 21 de janeiro de 1864, que sempre pertenceu ao partido liberal, conhecido por Sulista, na província, porém, aparecendo a política de conciliação, abraçou e prestou-lhe os serviços que pôde (34), tendo ocupado vários cargos na administração provincial, como sejam secretário da presidência Bernardo Machado da Costa Dória (1857-1858), inspetor da instrução pública e do Ateneu Rio Grandense (35), tendo ocupado também êstes mesmos cargos no govêrno do Dr. Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (1858-59); de agente visitador (36) do distrito literário da comarca da capital, em 1859, e de lente de filosofia do referido Ateneu, de 1858 a 1861 (37).

A administração Dória destacou-se por uma enérgica repressão aos criminosos protegidos ou poderosos, só escapando os que se afastaram da província ou morreram na hora de se efetuar a prisão, como o famigerado Brigadeiro André de Albuquerque Maranhão Arco-Verde, homem poderoso e membro de uma grande família, acusado do assassinato de vários indivíduos, além de um irmão e de sua própria mulher (38).

Quanto a Nunes Gonçalves, o historiador Rocha Pombo disse: «Conquanto não permanecesse no seu cargo mais de um ano e poucos meses, foi o Dr. Nunes Gonçalves um dos administradores mais operosos que teve a província» (39).

Realmente, foi quem inaugurou o Ateneu Rio Grandense, no seu prédio atual, criou um «Lyceu de Artes o Ofícios», a fim de amparar e educar órfãos dos dois sexos, concedeu um auxílio anual aos jovens Francisco Gomes da Silva Júnior e Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco, para se formarem na Europa, em Engenharia civil, (voltando ambos diplomados em direito pela Sorbonne); criou municípios e transferiu a sede do de Extremoz para a vila de Ceará Mirim; mostrou o isolamento em que se achava a cidade do Natal, devido à falta de comunicações com o interior da província, escoando-se pelas vizinhas, os produtos da criação e lavoura, pelo que insistiu junto à assembléia provincial e ao govêrno imperial, para que melhorassem a viação intermunicipal e o serviço de navegação nos seus portos; procurando, além disso, beneficiar a capital, para o que conseguiu da assembléia legislativa verba para adquirir sessenta lampeões de azeite em Pernambuco (40), instalados posteriormente ao seu govêrno.

A ação de Moreira Brandão como auxiliar dessas administrações deve ter sido eficiente, pois, ambas foram profícuas, se bem que em setores diferentes.

A primeira, como vimos, salientou-se na repressão aos criminosos de tôdas as categorias, que viviam imunes, pelo seu poderio ou pela proteção de que fruiam, ao passo que a segunda destacou-se mais pelo desenvolvimento da instrução pública, sem olvidarem ambas, outros serviços de utilidade geral, sendo de notar que a sua maior atividade foi no sentido de melhorar a lastimável e caótica situação da instrução pública.

Desde o govêrno do Sr. Dória, que vinha esforçando-se neste sentido, apresentando ao mesmo substancioso relatório, a 1º de fevereiro de 1858, do qual trasladamos alguns dos seus tópicos, deixando de fazê-lo na íntegra por compreender mais de vinte páginas da Fala presidencial.

Começa aludindo ao estado de quase abandono da educação e instrução do povo, em todo o Império, despendendo-se enormes importâncias com outros objetivos e deixando-se a instrução, em todos os seus graus, em proporções mui acanhadas relativamente às rendas gerais e regionais, e se contamos, hoje, com algumas ilustrações honrando a nossa terra, deve-se mais atribuir «á vigorosa inteligência de que, em geral, são dotados os Brasileiros, do que a um sistema de educação e de ensino bem fundado e devidamente organizado». E acrescentou:

«Parece-me uma verdade demonstrada, e, falando, assim, digo-o especialmente a respeito da nossa Província, onde os pais de família não encontram recurso algum, vendo-se dolorosamente

na necessidade de conservar seus filhos na mais crassa ignorancia, até privados dos primeiros rudimentos, liberalizados em paizes mais adiantados á ultima zona da sociedade, aqueles que não dispõem de meios necessarios para manda-los educar em outra parte» (41).

O cargo de inspetor da instrução pública foi criado em 1852, sem ter um secretário ou amanuense, nem arquivo, só havendo alguns assentamentos sôbre professôres e serviços inerentes, na Secretaria do Govêrno (págs. 30 e 31); faltas essas remediadas, de certo modo, em 1856, quando a Resolução nº 350, reuniu ao lugar de diretor do «Ateneu Rio Grandense» o de inspetor da instrução pública (pág. 31).

Lembrava a nomeação de um delegado em cada cidade, vila ou povoação, onde houvesse ensino, devendo recair a escolha de preferência nos párocos, «disposição sabia e vantajosa, pois, sem uma inspeção imediata, activa e inteligente, longe de medrar, a instrução definha». «Os professores, ainda quando nos primeiros anos de magisterio se mostram assíduos e zelosos, mas, com o andar dos tempos, por uma fragilidade e inconsistencia inherentes á natureza humana, vão perdendo o ardor e entusiasmo, que inspira a sublimidade de sua missão; sem procurarem aperfeiçoar os metodos de ensino, sem tomarem o devido interesse pelo adiantamento de seus alunos, deixam-se vencer pelo espírito de rotina, e, como que insensivelmente, entregam-se á inercia, e é preciso que estejão sob as vistas de uma autoridade que os observe, os anime e advirta, para que se evite este escólho, onde mil vêzes naufragam as intenções mais puras e os projectos mais pomposos» (pág. 32).

Esta sábia providência tem, porém, deixado de produzir os desejados efeitos, por falta, em certas localidades, de pessoas aptas e como, além disso, não percebem vencimentos e se dedicam a outros trabalhos, só acidentalmente visitam as aulas, mal sabendo o que nelas se passa, pelo que a fiscalização é quase sempre ineficaz (pág. 33).

O que anima e fortalece o obreiro é a esperança do salário, sendo, geralmente, defeituoso e incompleto o trabalho em que não há um lucro correspondente; não me animando a pedir uma retribuição para êles devido à insuficiência dos cofres provinciais; contudo, é preciso tomar uma medida com o fim de melhorar a fiscalização, motivo pelo qual alvitra a criação de dois inspetores incumbidos de visitar as escolas, com boas gratificações, dependendo o seu provimento de um exame, em que se apure, não só a sua moralidade e circunspeção (pág. 33), como a sua competência.

Fala ainda num projeto mais econômico, criando agentes extraordinários de inspeção, nomeados em épocas indeterminadas, com vantagens suficientes, parecendo mais proveitoso, porque deixavam os professôres na dúvida sôbre a data da inspeção e de quem fôsse o seu encarregado, razão suficiente para que êles estivessem continuamente preparados para receber a visita, de quem muitas vêzes podia depender a sua sorte (pág. 34); ou a instituição de comissões centrais, por meio das quais a administração geral desceria gradualmente até as mais insignificantes povoações, como se faz na Prússia, dividindo a província em distritos escolares, com um conjunto de três a cinco membros (pág. 35).

E se houver embaraço nessa criação, ou no seu desempenho, lembrava a nomeação de inspetores do ensino, preferentemente os juízes de direito ou funcionários de ordem elevada, nos quais se devia presumir uma inteligência mais esclarecida e maior interêsse pelos destinos da sociedade (pág. 35).

Propunha também a instituição de um Conselho de Instrução Pública na capital, órgão consultivo de suma utilidade e que trataria de questões as mais transcendentes sôbre direção do ensino, ficando o serviço a cargo da congregação do Ateneu, logo que êste fôsse montado (pág. 36).

Tratando da instrução em geral, doutrinava: «Instruir e educar a mocidade não é sómente promover o seu aperfeiçoamento, é firmar os alicerces sobre que tem de assentar os futuros destinos da sociedade: na infancia, é que se formam os corações e se dirigem as inteligencias, e (pág. 37) dirigindo as inteligencias e formando os corações é que havemos de ter melhores homens e consequentemente melhores cidadãos» (pág. 38).

«Os sentimentos e as idéas que dificilmente recebe o adulto, endurecido e mal disposto, com facilidade se inoculam na alma e no coração do menino, nessa idade em que o exemplo e a imitação actuam com maior energia sobre o seu espirito verde e irrefletido: se, pois, a instrução secundaria e os estudos superiores formam sabios que fazem a honra e a gloria dos Estados, no ensino primario, na educação está a primeira garantia da ordem e da liberdade, o elemento principal da prosperidade da nação» (pág. 38).

Era favorável à multiplicação de escolas até nos mais insignificantes lugares, mas, regidas por professôres capazes, o que não acontecia na província, os quais, na maior parte, pouco entendem de pedagogia, ignorando o que são obrigados a ensinar: poucos lêem com perfeição, muito poucos escrevem com acêrto, tendo, assim, os discípulos, ainda os mais hábeis e estu-

diosos, de ficarem eivados de vícios e defeitos; sendo, além disso, raros os que se esmeram, como devem, em promover o adiantamento dos alunos porque, além disso, não são inspecionados e têm necessidade de dedicar-se a outros serviços estranhos ao magistério, devido aos ridículos vencimentos que percebem (pág. 39).

Sugeria, então, para melhorar a situação que se aumentassem os seus vencimentos, a fim de que os atuais se dedicassem mais à profissão e se pudesse conseguir gente habilitada; bem como chamar o professorado à reabilitação por meio de novos exames, mantendo os que demonstrassem capacidade, criando-se, assim, um estímulo, para os mestres (pág. 42), de quem, na reforma a adotar-se, deviam exigir-se conhecimentos mais amplos, pois, as habilitações correntes são muito acanhadas (pág. 43).

As escolas deveriam ser classificadas em primeiro e segundo grau, com maior ou menor desenvolvimento, segundo as condições dos lugares em que fôssem estabelecidas; sendo os professôres considerados vitalícios, depois de dois ou três anos de prática; não havendo no estado atual um estímulo ou futuro para êles, pois, todos gozam das mesmas vantagens no mesmo dia da nomeação (pág. 43), quer procedam bem ou mal, sejam instruídos ou ignorantes (pág. 44).

Entretanto, é preciso a emulação, estabelecendo-se uma graduação na carreira, segundo o merecimento, a fim de arrancá-los da inércia que os embota e entorpece, regular as suas remoções, conceder uma gratificação aos mais profícuos; assegurar a sorte dos que se inutilizarem no serviço e garantir, quanto possível seja, o futuro de suas famílias; meios êstes poderosos para tornar a profissão mais procurada (pág. 44).

«A instrução primaria, proclama ele, é um alimento tão necessario ao espirito, como o pão o é para o corpo; é a necessidade de todos como disse uma lei francesa». «É preciso, pois, leva-la á porta de todos e gradua-la acomodando a todas as classes, para que não fiquem privadas do indispensavel ao preparo e entrada a todas as profissões; sendo preciso formar colegios ou internatos, ao menos na capital, se possivel, onde, sob direção conveniente, recebam os alunos a par de uma instrução, uma educação acurada, que, muitas vêzes, não se recebe dos pais» (pág. 45).

«A instrução e a educação obram simultaneamente, e abração o homem todo, isto é, a sua constituição fisica e o seu desenvolvimento moral e intelectual». É preciso que o ensino se dirija também ao coração para entornar em seu seio os princípios de moral e de religião que devem formar os costumes (pág. 46);

devendo os professôres dar aos alunos lições e exemplos de civilidade, obrigá-los a se apresentarem com limpesa e decência, dirigindo na aula os seus gestos, modos, expressões, estendendo suas vistas, mesmo fora delas; proibindo o ingresso nas aulas de pessoas que sofrem de moléstias contagiosas, exigindo a vacina como condição para a matrícula e admitindo, ao menos, nas escolas de segundo grau, o exercício e a ginástica (pág. 47).

Propunha a proibição absoluta dos castigos físicos, infelizmente, ainda admitidos, cuja ineficácia se ia reconhecendo, aconselhando o amor, o conselho e a persuasão, únicos meios que desenvolvem nos corações sentimentos nobres, excitantes da prática de boas ações. E acrescentava: «O rigor e a violência submetem, mas, não aperfeiçoam moralmente. A palmatoria deve ser condenada como instrumento barbaro e desnecessario, pois, é aviltante e desafia o odio contra quem os emprega» (pág. 48).

Devido à dificuldade de aquisição de compêndios, lembrava que fôssem comprados pelo govêrno e franqueados aos pobres gratuitamente e aos ricos pelo custo.

Mandando a lei que se fornecesse gratuitamente aos alunos (pág. 48) papel, tinta e outros objetos de expediente, quando pobres, seria para desejar que êsses educandos recebessem do mesmo modo, vestuário, desde que fôsse justificada a sua indigência (pág. 49).

Quanto ao ensino secundário, adiantava que se limitava ao ensino de algumas cadeiras avulsas de latim e francês, geralmente pouco freqüentadas, tendo a lei que criou o Ateneu extinguido as duas da capital: uma de latim e outra de francês. E acrescentava não descobrir grandes vantagens nas aulas de latim em vários pontos da província, mas, sua extinção não deveria de pronto ser decretada e sim proibido o seu provimento, logo que vagassem (pág. 50).

Relativamente ao ensino particular, afirmava não se achar habilitado a informar o que havia a respeito, pois, os professôres quer do primário, quer do secundário, não são obrigados a dar notícia de sua situação, nem a pedir licença para funcionar; sendo necessário acabar com essa permissão franca e absoluta, sujeitando-os a uma inspeção conveniente (pág. 50).

Para concluir, tratava do sistema monopolista fundado na Prússia, da liberdade de ensino admitida na Inglaterra e na Bélgica, preferindo êste por ser mais racional (pág. 50); entendendo, porém, que se deveria adotar um meio têrmo, um sistema misto (pág. 51).

No princípio de 1859, Moreira Brandão devia ter apresentado outro Relatório ao novo presidente Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, no qual propunha a fundação de uma «Casa de Edu-

cação», ou um asilo para órfãs desfavorecidas da fortuna, sem arrimo de seus progenitores, sem moral, ou idéia de virtude, sujeitas à corrupção e prostituição, bem como órfãs abastadas para que aumentassem a renda da instituição.

Era o próprio presidente que oferecia à ilustrada consideração da Assembléia Provincial «o interessante trabalho» oferecido pelo diretor da Instrução Pública, o qual desenvolvia, na parte referente à educação da mulher, «com toda a lucidêz os principios que podiam ser aduzidos em apoio a um Asilo de Educandas»; e ajuntava: «A adoção dessa instituição assinalará uma pagina brilhante no catalogo de vossas leis. Caberá a vós, senhores deputados, a gloria de haverdes iniciado tão uteis medidas, recomendando os vossos nomes ao reconhecimento da Província» (42).

As «Aulas Maiores» da capital foram transformadas no «Ateneu Rio Grandense» em 1834, no qual, cinco anos depois, tinha funcionando quatro aulas: latim, francês, geometria e filosofia, sendo que esta só com um aluno, havendo preferência pela de latim, e como não tivesse instalação própria, as aulas eram dadas nas residências dos professôres. Coube ao Presidente Antônio Joaquim de Siqueira iniciar, em 1848, a construção de prédio para êsse fim, porém, o Presidente José Joaquim da Cunha, em 1852, extinguia o instituto, mantendo as cadeiras isoladas de latim e francês, pelo nenhum rendimentos do seu movimento (43), sòmente restabelecido em 1856, pelo Presidente Passos, mas, só inaugurando o edifício (ainda o atual, ampliado) a primeiro de março de 1859, na administração Nunes Gonçalves.

Neste dia, solenemente, presentes o presidente, o inspetor da Instrução Pública e diretor do referido Ateneu, professôres e outras pessoas distintas, compreendendo um curso de oito aulas: língua e literatura nacional, antigamente omitidas; latim, francês, inglês, geometria, geografia, poética e eloqüência, e filosofia, não funcionando ainda as de inglês e filosofia, foram instaurados os seus trabalhos, pronunciando o presidente da província um discurso, em que ressaltou o avultado dispêndio para acabar a sua construção, e as leis de 25 de abril de 1857 e de 13 de setembro de 1858 e Reg. nº 4, de 13 de novembro de 1858, que regulam o ensino em geral (44).

Moreira Brandão, na qualidade de diretor da Instrução e do «Ateneu Rio Grandense», proferiu eloqüente oração, mostrando o progresso universal, pelo que se referiu ao vapor abreviando as distâncias; o telégrafo parecendo querer destruí-las; o homem que conseguiu circular o globo por mar e terra, eleva-se nos ares e vôa; o gás assemelhava a noite ao dia; a eletricidade prome-

tendo fazer da noite dia; a liberdade harmoniza-se com a ordem; o povo à monarquia; a filosofia com a religião; que os povos antigos se interessavam, pelo desenvolvimento das luzes como sendo a mais premente necessidade social e o principal fundamento da verdadeira política e cita Atenas pelo progresso feito nas letras, a Lacedemonia pelas suas virtudes e Roma pelas suas conquistas; sem esquecer Augusto, Luís XIV, Carlos Magno, Napoleão I, Frederico II, Pedro o Grande, além de outros, em épocas diversas, pelo culto que renderam à ciência; ressaltando que, só em Berlim (Prússia), há 196 liceus e escolas, com 50.770 alunos e 1.611 professôres; 113 estabelecimentos particulares, além de dezenas de escolas dominicais e cinco bibliotecas para a província.

E acrescenta que o Rio Grande do Norte até «pouco tempo parecia estranho ás tendencias do país; dir-se-ia que adormecida se deixou ficar após suas irmãs, ou que o alimento e o incentivo dados a estas não forão com ela distribuidos». A instrução primária foi reformada há pouco, bem como a secundária, mas, esta só agora se realiza, cabendo a glória ao Presidente Nunes Gonçalves, o que sem dúvida forma «uma das mais belas paginas da historia de sua administração», preparando «uteis cidadãos nos jovens filhos da Província que administra».

Aponta mais um serviço do govêrno às classes menos favorecidas, «pobres meninos que pareciam condenados a miseria e talvêz ao crime, oferecendo-lhes o «Colegio dos Educandos». Felicita os alunos pelo importante acontecimento que, além do bem particular feito a cada um, poderá concorrer para o bem geral da terra natal. Cita os talentos que se perdem «por falta de cultura, como, a planta abafada e comprimida pelas ervas parasitas», escondendo-se nas trevas e morrendo na aridez da ignorância. Incita os pais de família a educar os filhos, cultivando os seus talentos, por ser o século atual o do reinado da inteligência. E conclui, frisando: «nas vossas mãos está o vosso destino»; acrescentando que a ignorância, segundo Shakspeare, é a maldição de Deus; a instrução, conforme La Harpe, o complemento da natureza humana, ou como expõe Thales de Mileto, «a felicidade do espírito, como a saúde é a felicidade do corpo» (45).

Em seguida, falou o Dr. Luís Carlos Lins Wanderley, professor de «eloqüencia e poética», dizendo entre outras cousas: no Ateneu primitivo devia ensinar-se latim, francês, geometria, filosofia e retórica, mas, como certas árvores que definham e morrem apenas se lhes poda certa parte da haste, assim essa instituição pouco germinou, sempre decrescente até que se reduziu ao ensino das línguas latina e francesa, convertido o material

em casa de mercado; ultimando a sua oração de modo que segue: «Nas transições difíceis e arriscadas, ouviremos a poderosa vóz do nosso ilustre director, o Exm. Sr. Dr. José Moreira Brandão Castello Branco, que nos brada — *coragem* — e do alto da cadeira presidencial, apontando-nos o caminho do progresso com o dêdo da prudencia e da sabedoria, o Exmo. Sr. Dr. Antonio Marcelino Nunes Gonçalves, que incessante nos brada — *avante*» (46).

Seguiu-se o período chamado — *progressista* ou *da liga*, formado de uma ala do partido liberal, sob a direção de Moreira Brandão e uma outra do partido conservador obediente ao Coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, que fundou o seu órgão político, denominando-o de *Progressista*, substitutivo do *Rio Grande do Norte* e impresso na mesma tipografia, que passou a intitular-se *Liberal*, ou *Progressista Rio Grandense* (1862-66).

Acompanharam o Coronel Bonifácio, os Drs. Luís Gonzaga de Brito Guerra, Jerônimo Cabral Raposo da Câmara e Francisco Gomes Júnior, o Vigário Matos e Comandante Superior Varela (47).

No seu número de 13 de junho de 1863, pregava o mesmo jornal: «Obreiros do mesmo edifício, carreguemos, cada um de nós, em proporções de suas respectivas forças, os materiaes para a sua elevação; e se presidir, como esperamos, ao seu andamento ulterior, a mesma vontade firme, a energia perseverante, e o trabalho metódico, e bem combinado, com que lhe lançamos os alicerces, podemos ficar seguros de que chegaremos ao fastigio dele; visto que ainda não houve esforço constante, e sabiamente dirigido a que não correspondesse um resultado feliz e proveitoso».

«Emfim estamos agora em princípio, temos muito ainda a caminhar, não corramos precipitados, porque a fadiga cançará; é preciso, pois, que marchemos com essa calma refletida, que sabe moderar, e que, por si só, é mais evidente sintoma de força, por que ela sabe manejar».

Em reunião, na residência de Moreira Brandão, realizada a onze de junho seguinte, tratou-se de dar ao partido progressista um rumo de acôrdo com a situação, sendo escolhido, legítima e naturalmente candidato do partido à deputação geral, o Dr. Moreira Brandão, o que deveria ser comunicado aos diretórios da côrte e ao de Pernambuco, solicitando a valiosa coadjuvação.

Havia sido dissolvida a Câmara dos Deputados e uma carta particular da côrte, datada de 20 de maio adiantava que se esperava que na eleição de nove de agôsto, Moreira Brandão fôsse eleito deputado, interessando-se vivamente por essa candidatura,

Dom Manuel de A. Mascarenhas; realçando a missiva a probidade, talento e ilustração de Moreira que é considerado com razão chefe do partido progressista na província (48).

Assumindo a administração pública, o Presidente Olinto José Meira, ao decair de julho de 1863, o *Progressista* passou a defender o govêrno, publicando os seus atos até 21 de agôsto de 1866, quando cessou essa administração. Faziam parte de sua redação os Drs. Luís Carlos Wanderley, Vicente Inácio Pereira e outros (49).

Realmente, Moreira Brandão fôra eleito presidente dêste partido, deputado pela sua província natal, sendo o mais votado dentre os candidatos principais, com Amaro Bezerra (em segundo lugar), Leão Veloso, ex-presidente da província, e Tarquínio de Sousa, lente da Academia de Direito do Recife; tomando assento na sessão de 23 de janeiro de 1864 (50).

Moreira vinha aos poucos, porém, talvez, por incompreensão de suas idéias e sem possuir os dons de audácia e de servilismo tão úteis aos que desejam subir, nem querer transigir com a sua ideologia, não pôde fazer uma carreira mais rápida.

Em 1851, obteve um voto para deputado geral, como também o Dr. Amaro Bezerra; em 1853, apenas quatro sem ser candidato, nessas primeiras eleições, e Amaro já conseguia ser suplente com 79 sufrágios, chegando a tomar assento na Câmara; em 1857, obteve 29 votos, ficando em quarto lugar; em 1861, 175 votos segundo os liberais e 83, conforme os conservadores; e Francisco Otaviano de A. Rosa, contestando essa eleição, chama-o de «distincto chefe da opinião liberal na província do Rio Grande do Norte», mas, ainda não consegue ser eleito, sendo classificado em quarto lugar (51). Amaro já tomara parte nas legislaturas de 1857 e 1861, como deputado, cujo diploma nem era discutido pelos seus pares.

Como se vê, Amaro que chegara à província, em princípio de 1849, metia-se em lutas contra o govêrno dominado pelos sulistas em 1850, e, já, em 1851, era escolhido suplente de deputado geral e se reelegia nas legislaturas seguintes. Num de seus discursos na Câmara Geral, êle Amaro historiando sua vida, politica, na província, asseverava que, desde 1853, procurou ligar-se a Moreira Brandão e êste não acedeu (52), e, noutro, pronunciado no mesmo ano, corroborava a assertiva quando dizia que tentou arrancá-lo «da tutela perniciosa que sobre ele exercia João Carlos Wanderley, para juntos hastearmos a nossa bandeira»; tutela esta que Moreira Brandão, em aparte, repele, esclarecendo: «nunca estive sob a tutela de ninguem» (53); tendo recusado em 1853 o cargo de juiz de direito e, em 1867, o de membro da junta de justiça no Paraguai (54).

Moreira Brandão, na sessão de 21 de janeiro de 1864, disse que, desde que foi para o Rio Grande do Norte, após sua formatura, alistou-se, no partido liberal, mas que, aparecendo a política de conciliação, abraçou-a, prestando-lhe os serviços que pôde; e surgindo, em seguida, o partido progressista, igualmente aderiu (55); e, num outro discurso, proferido na sessão de 30 de março do mesmo ano, definindo a sua posição em face do ministério de então, aceitou-a, entendendo que a união progressista ùltimamente formada entre alguns liberais e conservadores moderados, não era senão uma nova fase das idéias liberais, fato inevitável depois da feição que, de tempos a esta parte, os negócios políticos têm tomado. É certo que se afirmou nessa casa haver o partido liberal desaparecido em certa época, ressuscitando; contudo, eu entendo que êle nunca morreu, tem vivido até hoje e viverá sempre, tendo passado apenas por certas modificações determinadas lògicamente pela ordem dos acontecimentos e modificação natural das idéias. E continua: os grandes partidos políticos não morrem, podendo surgir circunstâncias acidentais embaraçando a regularidade de sua ação e movimento, mas, como adianta célebre escritor — no meio de tôdas as oscilações e diferenças, dois grandes princípios, duas doutrinas, dois sistemas se debatem, constantemente, no seio da sociedade, disputando entre si o império do mundo; ou mais positivamente, como ensina um outro autor categorizado, tratando da situação partidária dos Estados Unidos da América do Norte, país em que a nação se achava dividida em duas opiniões, opiniões essas tão antigas como o mundo e que se encontram «revestidas de diferentes formas sob nomes diversos, em todas as sociedades livres: uma tendendo a ampliar e outra a restringir o poder popular» (56).

E acrescentou: «entendo que o partido conservador puritano represente incontestavelmente o princípio que tende a restringir as liberdades públicas e que o partido progressista quer, ao contrario, refletida e moderadamente, desenvolver mais estas liberdades; e nestas circunstancias eu não podia, nem posso deixar, como disse, de seguir o partido que a meu vêr representa as idéas liberaes com as modificações proprias da época» (apoiados).

Em seguida, falou sôbre a matéria em discussão referente ao exército, achando que se devia elevá-lo a 18.000 homens, a fim de se evitar o recurso à Guarda Nacional que afastava braços da lavoura e arredava cidadãos de outras ocupações úteis (pág. 259); propondo, também que fôsse aumentada a fôrça de linha no Rio Grande do Norte, aonde só havia uma companhia composta de 75 praças e 4 oficiais, criando-se outras companhias. Depois, discorreu sôbre o sistema de recrutamento vigente, achando-o opressivo e uma arma terrível nos lutas eleitorais, servindo

de instrumento de vinganças mesquinhas na mão de certas autoridades, condenando-o como iniquo, odioso, injusto e bárbaro; pelo que devia ser extinto, passando o exército a ser formado sòmente por voluntários. Todavia, enquanto não se chegasse à perfeição do voluntariado, lembrava diversas medidas, como fôssem: adoçar-se a penalidade, medida que lhe parece muito eficaz e a abolição completa dos castigos corporais (chibata e espada de prancha), não só para os voluntários, como para todos (57).

E acrescenta que isto representa uma aspiração da nação e da atualidade, porque é uma necessidade da civilização, reclamada pelas leis da humanidade e brios do soldado (58).

Outra vantagem que lembrava era o exato cumprimento dos contratos de engajamento, porque se o voluntário tivesse certeza de sua baixa, havendo nisso rigorosa pontualidade ao término do tempo, aumentaria o número de candidatos ao serviço militar.

Ainda sugeria uma outra providência — a promulgação de um código criminal e um outro de processo militar, já havendo projetos que deviam ser estudados.

Discorreu também sôbre fortificações, não olvidando a fortaleza dos Reis Magos, obra de grande aprêço, que devia ser devidamente preparada, ou, pelo menos, beneficiada.

Sòmente depois de meio século, seria adotado no país o sistema de voluntariado, assim como a extinção dos castigos corporais nas fôrças armadas, já no domínio republicano.

Como fôsse assás difícil um representante de uma província pequena conseguir tempo disponível para tratar de assuntos inerentes ao seu mandato, o orador aproveitou o ensejo e falou sôbre o programa ministerial, discorrendo sôbre as reformas judiciária, hipotecária e lei da guarda nacional, achando necessária uma alteração na lei de 3 de dezembro de 1841, a fim de separar a polícia judiciária da administrativa, dando mais garantias à liberdade individual; e um estatuto hipotecário que sirva para fundar e desenvolver o crédito territorial, grandes necessidades estas que a nação reclama, bem como a da lei referente à Guarda Nacional, para que seja aliviada a população de um serviço que a esmaga.

Elogiou a boa execução das leis e referiu-se à inutilidade destas quando os que a exercitam são maus; mostrando-se, finalmente, contra a ampliação das atribuições dos presidentes de província (59).

Êsse discurso foi entremeado de aplausos.

Na sessão de 28 de junho seguinte, Moreira discorreu sôbre a interpretação dos dispositivos constitucionais relativos à competência das assembléias provinciais para decretação de impostos que não fôssem de importação e de caráter geral (págs. 307-311),

achando que essas corporações podiam legislar livremente sôbre qualquer matéria ou objeto ainda sujeitos à imposição geral, com as limitações constantes dos artigos 10 e 12 do Ato Adicional (60).

Outro discurso era pronunciado na sessão de 6 de julho imediato, sôbre o orçamento do Império, em que procurou demonstrar não ser o *deficit* atual culpa do ministério em exercício, vindo êle do gabinete conservador transato. Depois, referiu-se ao funcionalismo, apelidado de cancro pela oposição; à agricultura (página 61), que lutava com escassez de braços, faltas de boas estradas, dificuldade de crédito e o espírito de rotina, achando que a colonização era um meio de suprir êsses defeitos, devendo-se promover a imigração, construir estradas de ferro, despesa esta muito útil e produtiva.

O crédito territorial devia ser fundado e desenvolvido; o ensino profissional estabelecido e, assim, outros meios que pudessem desenvolver a agricultura. Não esqueceu o melhoramento da indústria, da qual dependia o progresso do país. Acrescentou que o regime exclusivamente agrícola, prolonga a infância das sociedades, sendo a apatia física e intelectual o seu triste cortêjo, ao passo que as condições que fazem a indústria grande e próspera são as mesmas que tornam os Estados ricos e felizes.

Refere-se em seguida à indústria mineira e metalúrgica, as que mais fàcilmente se podem desenvolver num país como o nosso, tão largamente dotado de riquezas minerais, e, aludindo à indústria inglêsa e seu progresso, acha um crime de nossa parte deixar no seio da terra tantos tesouros desaproveitados (61).

Na mesma sessão, adianta que apresentou um projeto melhorando a Mesa de Rendas de Macau e permitindo que entrassem nesse pôrto navios estrangeiros; que pretende oferecer uma emenda relativa ao melhoramento do vale do Ceará Mirim, no qual há terras de fertilidade admirável e de grande futuro (pág. 63); fala sôbre o pau brasil e redução do seu impôsto de 15% para 7% e termina explicando a diferença entre sinopse e balanço, sendo muito aplaudido (62); e antes de findar o ano, proferiu um longo discurso sôbre a política do Rio Grande do Norte. (Sessão de 6 de agôsto) (63).

No ano seguinte, o seu principal discurso foi na sessão de 25 de abril, sôbre a reforma da Justiça, no qual êle mostra, citando ORTOLAN, que as civilizações humanas não começaram pelo saber, pela igualdade e pela liberdade, ou, pela idade de ouro, como aponta a imaginação dos poetas; tendo sido a marcha da humanidade em sentido inverso, conforme o axioma de VICO, oferecendo no seu berço a ignorância, a desigualdade e a dependência.

Continuando, êle discute vários pontos dessa reforma, como sejam — o juri e sua organização, jurados e votação; depoimen-

tos de testemunhas, contestação, competência dos juízes municipais e dos delegados de polícia, juízes de paz; sistema penal e penitenciário; reabilitação dos condenados, cuja inocência se verificar posteriormente a condenação passada em julgado; modificação da pena pela correção do delinqüente, ou sistema denominado de liberdade preparatória ou revogável, praticado vantajosamente em alguns países europeus; o modo e publicidade da execução da pena de morte; declarando-se, por essa ocasião, em oposição ao ministério, por não ter obedecido ao seu programa, citando vários motivos, sendo, afinal, muito cumprimento pelos seus pares. (64)

Em 1866, na sessão de 4 de setembro, discorreu sôbre o projeto governamental que adiava as eleições para a Câmara dos Deputados, declarando que, apesar de membro da oposição, poderia ou não votar contra o govêrno, segundo a matéria a discutir-se. Depois, fala demoradamente sôbre a guerra do Paraguai, sistema de recrutamento, voluntariado, Guarda Nacional. Voltando ao projeto que adia as eleições, achou a proposta inconstitucional, improfícua, inconveniente e perigosa; acrescentando que a lei regulamentar das eleições é de caráter matriz e de alta importância, equivalendo ou assemelhando-se qualquer alteração na sua estrutura a uma revolução.

E avançou: «quando vejo esta situação que procura manter-se a todo transe, quando contemplo o cahos em que nos achamos; quando vejo a política desencaminhada por dissenções e ressentimentos pessoais; quando observo a decadência do sistema representativo, a decapitação dos partidos, a confusão dos princípios; quando vejo tudo isto, não posso ter esperanças, e só receios».

É possível que me arrependa um dia de não ter acompanhado o carro triunfal em sua marcha estrepitosa; espero, porém, que isto não aconteça. «O que vejo, já disse, é o cahos; a situação é um cadaver, o governo que a representa é uma ilusão. Não posso esperar que desta situação e deste governo saia alguma cousa de util. Só Deus pôde do cahos tirar a luz, e formar do nada maravilhas da criação». Foi muito aplaudido. (65)

Amaro Bezerra, sete dias após, revelou apoiar o ministério Zacarias, apesar de o haver combatido, em 1864, uma vez que a situação atual é diversa daquele ano e se declarou francamente liberal. (66)

Moreira Brandão, nessa legislatura, foi sempre eleito membro da comissão de agricultura, minas e bosques; na abertura do Parlamento Nacional, a 3 de maio de 1866, fêz parte da deputação que recebeu o imperador e de outras comissões no paço imperial, neste e nos outros anos.

No tocante à sua atuação quanto à guerra do Paraguai, desde o primeiro ano que êle agiu proficuamente.

Devido à sua iniciativa houve uma reunião no paço da Assembléia Provincial, no dia 27 de janeiro de 1865, com o fim de se incitar e alistar voluntários para o exército e guerra do Paraguai (67); organizando-se uma «Comissão Patriótica» na capital, que também concebeu a grande e humanitária idéia de promover uma subscrição para sustentar as famílias dos bravos que vão oferecer suas vidas em holocausto à pátria; ficando a comissão assim composta: Drs. Moreira Brandão, Hermogenes Tinoco, Amorim do Valle, Vicente Inácio Pereira, Tenente Coronel Bonifácio, Major Pelinca, Capitão-mor José Alexandre, Drs. Gomes e Albuquerque.

No dia 19 de março, houve uma parada e revista no páteo da companhia de caçadores, ficando de um lado a Guarda Nacional e do outro os voluntários, ocupando o centro — o povo, oficiais do exército e altos funcionários, tocando uma banda de música. Às 5 horas da tarde, chegaram o Presidente Olinto Meira, chefe de polícia e outros cidadãos, pronunciando o chefe do govêrno ardente e patriótico discurso, historiando tudo quanto se tem passado antes e durante a guerra, e assinalando a vitória de Paisandu e o aprisionamento do vapor *Marquês de Olinda*.

Doze cidadãos abrazados do mais santo amor da pátria ofereceram-se a S. Excia. para defender o país, numa cena tocante e ao som do hino nacional. Em seguida, o deputado Moreira Brandão fêz algumas considerações no sentido de desenvolver o patriotismo dos brasileiros, provando-lhes que é mais digno ser voluntário da pátria ou do exército, do que soldado recrutado, dando ao terminar vivas à nação, ao imperador, à família imperial, aos voluntários da pátria e aos briosos riograndenses.

À noite, houve desfile dos voluntários, companhia de caçadores, acompanhados do presidente da provincia, autoridades, funcionários, pessoas gradas e oficiais da guarda nacional, pela Cidade Alta e Ribeira, vivando as autoridades, aos vencedores de Paisandu e ao povo do Rio Grande do Norte, levando no trajeto mais de três horas; havendo tanto entusiasmo que até os dissídios políticos têm sido esquecidos, e alastrando-se por outros municípios essa alegria e arrebatamento patriótico (68); já tendo embarcado a Companhia de Linha com destino à Côrte, aguardam transporte para o teatro da guerra uns quinhentos voluntários (69).

Confirmando essas notícias, outra carta de Natal (5 de abril) narrando o embarque da Companhia de Linha, adianta que, há muito tempo, não presenceava um ato de tanta gravidade e heroismo, sendo essa tropa acompanhada ao cais, pelo Presi-

dente Meira, chefe de polícia, deputado Brandão, pessoas gradas e cidadãos de tôdas as classes, falando eloqüentemente os referidos presidente e deputado, sendo que êste, na brilhante alocução dirigida aos seus patrícios, pediu-lhes que fôssem cheios de brio e valor conquistar os louros da vitória com que deviam engrinaldar a fronte e enobrecer a pátria, arrancando lágrimas dos espectadores (70).

O corpo de voluntários da pátria do Rio Grande do Norte saiu de Natal a 9 de junho, composto de 440 praças e oficiais, acompanhado pelas autoridades e povo, tendo havido vários discursos, embarcando no mesmo vapor voluntários e recrutas para a marinha nacional (71); partindo do Rio de Janeiro para Montevidéu a 3 de julho seguinte, solenemente, com a presença do Imperador, Duque de Saxe, ministros da guerra, da marinha e outras altas autoridades (72).

Durante sua estadia na Côrte, os expedicionários potiguares portaram-se muito bem, sendo tratados com exuberantes provas de consideração, respeito e cordialidade, desde a pomposa recepção a 27 de junho até o embarque para o Prata.

Os riograndenses ali residentes, formando uma só família tendo à frente o senador D. Manoel de Assis Mascarenhas e deputado Moreira Brandão, prestaram a êsses bravos constantes provas de aprêço e hospitalidade, e num jantar oferecido à sua oficialidade e corpo de cadetes, tocou uma banda de música a entrada dos convidados, sendo o banquete presidido pelo conselheiro Souza Franco, a cuja esquerda se via o senador Ottoni, saudando os voluntários os conselheiros Souza Franco e Ottoni, deputado Moreira Brandão, senador Assis Mascarenhas, Miguel Arcanjo Galvão e irmão, José de Sá Bezerra, Dr. Evaristo, brindes êsses retribuídos pelos Tenente-Coronel Vilar, comandante do batalhão e outros oficiais (73).

A sua atividade na Província, relativamente à administração pública, neste período, restringiu-se ao exercício do lugar de diretor da instrução pública, nomeado pelo Presidente Olinto Meira e exonerado a pedido no govêrno do Presidente Luiz Barbosa da Silva (74), tendo recusado o cargo de membro da justiça na guerra do Paraguai (75).

Já é tempo de se dizer algo sôbre a sua atividade como representante do povo na assembléia legislativa provincial.

De poucos elementos dispomos nesse particular, por não nos ter sido possível compulsar os anais não publicados dessa câmara e se acharem incompletíssimas as coleções de jornais potiguares encontradas.

Com tudo, conseguimos apurar que, no período de 1850 a 1867, foi eleito deputado provincial para os biênios de 1850-51, 1860-61, 1862-63, 1864-65 e 1866-67, tendo comparecido à assembl'éia em 1856, como suplente (76).

Como se vê, durante a fase conciliatória não conseguiu uma só vez, nem mesmo ser deputado provincial, tais as manobras entre os grupos filiados ao partido nortista, quase sempre apoiados pelos governantes da província.

Na legislatura de 1850-51, a propósito de um projeto sôbre iluminação na capital, apresentou uma emenda para que se construísse um cemitério na mesma, achando ambos razoáveis e justos: a iluminação para se evitar crimes e o cemitério a fim de se acabar com o pernicioso costume de se sepultar cadáveres nas igrejas que, de ordinário, ocasionam doenças, aumentando a mortalidade (77).

Ainda na referida sessão legislativa, êle e outros colegas deram parecer favorável a uma representação a ser dirigida ao Imperador solicitando anistia geral para os revolucionários de 1848-49, em Pernambuco, parecer unânimemente aprovado (78), e, como no mês seguinte, o deputado Carvalho argumentasse no sentido de não serem aumentados os ordenados dos empregados públicos por falta de meios para custear as despesas, Moreira, em brilhante discurso demonstrativo de patriotismo e filantropia, sem afastar-se das regras de economia, mostrou e provou a necessidade de melhorar a situação dos funcionários da tesouraria provincial e da secretaria do govêrno (79).

Para essa legislatura de 1850-51, Moreira havia sido indicado quando simples acadêmico, tanto que o órgão do partido contrário ao em que se filiou, proclamou que a facção sulista para preencher a chapa de deputados provinciais precisou: «mendigar às escolas um jovem estudante que apresentais enfaticamente ao público como Dr. José Moreira Brandão Castello Branco» (80).

Na seguinte (1852-3), foi o candidato mais votado, (eleição de 25 de março de 1851), mas, como fêz, seguidamente, severa campanha à atuação do presidente da província José Joaquim da Cunha, em 1851, na tribuna do congresso legislativo, apontando as perseguições, falta de garantias e violências cometidas pelo referido Cunha, foi reconhecido, apenas, como segundo suplente do deputado (81), não tendo tido assento na assembléia, nesta legislatura. Sem elementos para sabermos o que lhe aconteceu nas quatro seguintes; parecendo que, como recusasse a aliança que lhe ofereceu o deputado Amaro Bezerra, em 1853, êste se esforçasse para que o seu adversário não fôsse eleito, ou reconhecido, durante essa quadra política em que o mesmo Amaro conseguiu dominar; sòmente, penetrando na assembléia,

em 1856, feito suplente. Assim mesmo, apresentou um projeto, em julho, criando uma cadeira de música coral e instrumental, comprado êste pelo govêrno (82).

Da fase iniciada, em 1860, pouco sabemos, constando da correspondência enviada de Natal para jornais de Recife e da Côrte que o deputado Moreira Brandão prorrompeu em hostilidade contra a administração (Leão Veloso), num extensíssimo discurso, sendo secundado, dias depois, pelo seu colega Jeronimo Cabral, da facção conservadora, e pelo periódico *O Rio Grandense do Norte*, órgão do partido liberal (83).

Na sessão de 24 de fevereiro de 1860, apresentou, com vários outros colegas, um projeto autorizando o govêrno a despender a quantia de quatro contos de réis na construção de um teatro, na capital, o qual ficou parado depois de aprovado em primeira discussão, para ressurgir em 1862 e ser rejeitado (84).

Em 1864, Moreira Brandão, como presidente da Assembléia Provincial, promulgou a lei n.º 557, de 15 de dezembro, reformando a fazenda provincial, processo, arrecadação, coletorias, funcionalismo, além de outras providências; afora a de 19 de dezembro, referente ao compromisso da irmandade de N. S. da Conceição de Caiçara; e enviou o projeto de lei que aprovou o compromisso da irmandade de N. S. do Rosário, do Açu, à sanção presidencial, no dia 23 do mês referido (85).

Em 1866, apesar da maioria da Câmara Legislativa ser do seu partido, fêz eleger presidente o deputado Octaviano Cabral, em outubro (86).

Para esta legislatura, Moreira fêz contratar um taquígrafo, estranho à terra, para os debates da Câmara, e, apesar desta criar o lugar, dar o respectivo crédito e o funcionário chegar a estenografar oito ou nove discursos, o Presidente Luiz Barbosa vetou a lei, negando-se a pagar-lhe os seus serviços, bem como à tipografia liberal que publicara os atos oficiais, a despeito de contrato regular (87).

Em 1867, os deputados conservadores na assembléia eram dirigidos pelo Dr. Hermogenes Tinoco e os liberais pelos Doutores Moreira Brandão e Luiz Carlos Wanderley, tendo os dois grupos apoiado o novo Presidente Gustavo Adolfo de Sá; encontrando-se na seção de «Publicações a Pedido» do *Jornal do Comércio*, um artigo assinado *O Rio Grandense*, em defesa dêstes últimos deputados, chamando-os «dois distintos ornamentos da província: o primeiro vantajosamente conhecido pelos seus talentos na tribuna parlamentar e bem reputado pelas qualidades cívicas e virtudes que o distinguem; ambos fazem honra à província que os viu nascer, ambos estão muito elevados para que as sétas da maledicência os possam atingir» (88).

Para 1868, o partido liberal não apresentou candidatos ao congresso provincial, sendo a eleição disputada entre o bloco progressista do Dr. Amaro Bezerra e os conservadores da oposição (Octaviano Cabral) que fizeram alguns deputados (89).

Neste ano, Amaro Bezerra, que havia sido incluído com os Srs. Francisco de Sales Torres Homem e Rafael Arcanjo Galvão, pela Câmara Municipal da capital, na lista tríplice para senador, na vaga de D. Manoel de Assis Mascarenhas, não foi escolhido pelo Imperador, o qual nomeou o conselheiro Torres Homem, pelo que aborreceu-se com os correligionários da Côrte, e, voltando a Natal, declarou-se coordenador na província de todos os liberais e dizendo cumprir uma deliberação do diretório liberal central, reuniu, no dia 19 de novembro, na casa do Doutor Jefferson Mirabeau, os liberais progressistas de Natal e municípios vizinhos, além de cinco dos genuínos, dos quais fêz parte o vigário da capital, padre Bartolomeu da Rocha Fagundes, 3.º vice-presidente da província, criou o diretório provincial, servindo de secretário provisório o dito vigário, que foi incluído entre os doze diretores escolhidos (90): Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, presidente; Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco, secretário; Luiz Rodrigues de Albuquerque, Jefferson Mirabeau de Azevedo Soares, José Moreira Brandão Castello Branco, Joaquim Inácio Pereira, padre Bartolomeu da Rocha Fagundes, João Inácio de Loyola Barros, Joaquim Ferreira Nobre Pelinca, Francisco Bezerra Cavalcanti Rocha Maracajá e José Inácio Brito (91).

Moreira Brandão não esteve presente, tendo sido incluído por indicação de um amigo, e continuou a dirigir o *Rio Grandense* que, ainda por algum tempo, contemporizou com a política dominante, só fazendo-lhe franca oposição em princípios de 1869 (92).

A gente do govêrno ficou desapontada em presença de tão numeroso concurso, contra cuja realização empregou todos os recursos, mormente, para embaraçar a união e harmonia das facções liberais.

Moreira Brandão, que estava ausente da capital por ocasião da referida reunião, convocou os seus amigos para resolver se devia permanecer no diretório já escolhido, ou eleger um outro, nada decidindo, no momento, ficando o seu jornal neutro (93).

Com a subida do gabinete Itaboraí (16-7-1868), veio governar a província o Dr. Manoel José Marinho da Cunha, o qual, ante o aumento das fileiras das hostes liberais, procurou atrair Moreira Brandão, chefe provincial dos liberais que hostilizaram o ministério de 3 de agôsto de 1866, para uma aliança eleitoral, oferecendo-lhe um dos lugares de representante da provincia, sem que renunciasse os seus princípios políticos (94), e, como não

aceitasse, contemporizou algum tempo, mas, já em começo de 1869, passou a hostilizar francamente a política dominante (95).

Ainda durante êste ano, Amaro e Moreira se aproximaram, concorrendo o partido liberal ao pleito senatorial de 19 de setembro de 1869, com a seguinte chapa: José Moreira Brandão Castello Branco, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e Tomaz de Araujo Pereira, tendo a compressão governamental sido tão intensa que o Dr. José Maria de Albuquerque Melo, em publicação feita na imprensa do Rio de Janeiro, dizia que o presidente Pedro de Barros anarquizara a província para fazer triunfar a candidatura Torres Homem, e acrescentava que, mesmo que a província votasse em pêso nos candidatos liberais, nada adiantaria para o resultado que se tinha em mira (96).

Por ocasião da apuração dessa eleição pela Câmara de Natal, houve conflito, lavrando a minoria dessa corporação um protesto que a maioria rejeitou, negando-se a assinar a ata que dava mais de 300 votos aos candidatos governamentais Torres Homem, Jeronimo Camara e Tarquinio de Souza; e 180 aos Drs. Moreira e Amaro, ficando o vigário Tomaz de Araujo com 178 sufrágios (97).

Contudo, o Imperador nomeou o conselheiro Torres Homem e o Senado aprovou a escolha, assinalando o parecer da comissão de poderes a originalidade da duplicata de apuração e lista tríplice, uma vez que até o momento só tinha havido duplicata de eleições, pelo que taxou a apresentada pelos liberais de «ilegal, insólita e inaudita», improdutiva de efeitos; acrescentando que teve em seu poder um folhêto intitulado — *Assalto às Urnas*, no qual se afirma ter havido fraudes, violências e até assassinatos no curso das eleições. Aceitava a comissão alguns dêsses fatos, mas, achou que outros não estavam autenticados e provados, de maneira que não podiam alterar as conclusões do parecer (98).

Em 1868, Amaro tinha maioria na assembléia provincial e se elegia presidente desta, não tendo Moreira sequer ali sido admitido, sòmente conseguindo êste tomar assento nesse congresso regional, durante o decênio em que dominou o partido conservador, no biênio de 1872-3, isto mesmo devido à atitude desassombrada assumida por uma parte da assembléia.

O grupo do Dr. Octaviano passou a influir em 1871, na assembléia local, sendo o seu irmão Jeronimo eleito presidente da mesma, em 1871 e 1872, período em que foi presidente da província o Dr. Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque, tendo antes o mesmo Jeronimo Cabral estado no govêrno, na qualidade de 4.º vice-presidente da província. A atitude, porém, do Presidente Delfino, dando preferência aos irmãos Cabral, ocasionou o rompimento com a presidência do grupo Bonifácio-

Gomes da Silva, passando o jornal Conservador a lhe fazer oposição, bem como o órgão liberal (99), sem ter um periódico que o defendesse.

O referido presidente fazia questão do reconhecimento de dois deputados provinciais inelegíveis, promovendo o adiamento da abertura da assembléia por três vêzes, sendo que, na última delas, fêz acompanhar a sua portaria de trinta e seis praças e quatro oficiais. O *Jornal do Comércio* conta o fato da maneira seguinte: o partido conservador fizera as 22 cadeiras do congresso provincial, mas, constando ao Presidente Delfino que a Câmara Municipal apuradora expediria diploma ao Dr. Moreira Brandão, liberal, e que se achava no 23º lugar, por ser inelegível um dos candidatos mais votados, Major Joaquim Manoel Teixeira de Moura, o Dr. Delfino dirigiu um ofício à dita Câmara, a 30 de janeiro, declarando-lhe que devia expedir diploma ao incompatibilizado e não ao imediato em votos. Tendo a maioria da Câmara considerado o ato do presidente uma imposição, aliás, acompanhado de ameaças dos chefes do grupo exaltado e poderoso, (os Cabrais que fizeram a maioria da assembléia), deixou de atendê-lo, e diplomou o Dr. Brandão.

O presidente multou e mandou responsabilizar os vereadores reputados desobedientes, tendo sido marcado por S. Excia. uma nova apuração para 22 de fevereiro seguinte e ameaçada a nova Câmara de multa e processo se procedesse da mesma forma, por competir à Assembléia decidir se a eleição era ou não legítima.

A segunda Câmara, considerando a matéria, deliberou oficiar respeitosamente ao presidente, ponderando-lhe os escrúpulos que tinha em tocar no ato praticado pela primeira turma, e o receio de incorrer em responsabilidade, ficando tudo como estava.

Dizia-se que a Câmara seria também responsabilizada e recorrer-se-ia a várias convocações até serem esgotados os últimos suplentes, mas, tendo sido julgado improcedente o processo instaurado contra os vereadores, a segunda não foi suspensa, tomando o presidente a providência de adiar para 25 de maio a reunião da Assembléia, que estava marcada para 25 de março, e, antes de chegar a esta data, S. Excia. continuou a empregar os maiores esforços para que fôssem reconhecidos os senhores Joaquim Manoel e Sebastião Celino, incompatíveis por ocuparem o cargo de juiz municipal.

A 22 de maio, começaram as sessões preparatórias da referida assembléia, não chegando a inaugurar-se por ter o chefe do govêrno provincial a adiado mais uma vez para 5 de agôsto próximo, a fim de afastar os Drs. Gomes da Silva e Araujo Torreão, aquêle deputado geral e êste residente fora da província, devendo, assim conseguir maioria que se prestasse ao seu

plano de reconhecer os candidatos incompatibilizados. Vendo a sua causa perdida, no terceiro dia de sessão, o presidente tomou a medida de que falamos acima, acompanhando a sua portaria de fôrça; entrou no recinto da assembléia um sargento de fuzil e baioneta e quando o presidente do congresso abandonava a sua cadeira, no momento em que orava o deputado Torreão, surgiu o chefe de polícia.

No primeiro dia das sessões preparatórias, o Dr. Delfino conseguiu maioria de um voto e elegeu a mesa interina e a comissão de poderes que ofereceu um parecer reconhecendo legítimos os candidatos incompatibilizados, por ser a lei que as prevê *injusta, inconstitucional e odiosa*. No segundo dia, discutida a notável peça, o Dr. Gomes da Silva ofereceu uma emenda, fundamentando-a jurìdicamente e concluindo pelo reconhecimento dos cidadãos Moreira Brandão e Silva Antunes, em lugar dos Srs. Joaquim Manoel e Sebastião Celino. Neste mesmo dia, chegava do sertão um deputado, cujo voto poderia fazer a balança pender para o lado contrário ao govêrno, tendo sido, então, detido por uma escolta o de nome Basílio Araujo, não se efetuando a prisão devido à presença do juiz municipal e do comandante do destacamento da Guarda Nacional, que o arrancaram do poder da escolta.

No dia seguinte, não conseguindo os governistas que o recém chegado deixasse de comparecer à sessão ou com êles votasse, o Sr. Raposo da Câmara foi a palácio e trouxe o adiamento, acompanhado da fôrça armada, a que nos referimos.

Êstes fatos tiraram a fôrça moral da presidência, passando os amigos do Dr. Gomes da Silva a gozarem de mais fôrça, prestígio e popularidade.

Apesar da substituição do Presidente Delfino pelo Dr. Henrique Pereira de Lucena, que assumiu a administração a primeiro de julho, a abertura da assembléia ainda foi adiada para 5 de outubro, dia em que realmente instalou-se, sendo eleito presidente da mesma o deputado Gomes da Silva, pondo, assim, têrmo a êste interessante episódio político (100).

O órgão do partido conservador confirma êsses acontecimentos e esclarece que o edifício da Assembléia foi cercado, invadido o seu recinto, os seus membros desacatados e suas sessões interrompidas, empregando-se antes a corrupção e ameaça, sem poder abalar os ânimos fortes. Depois de ouvido o parecer do relator, deputado José Borja, opinando pelo reconhecimento de todos os diplomados, menos o Dr. Moreira Brandão, pediram a palavra os Drs. Gomes da Silva, Moreira Brandão, Henrique Câmara, Enéas Torreão, Vasconcelos Chaves e Ferreira Souto, membros da minoria; mostrando o Dr. Gomes a nenhuma base legal

do parecer, esgotando a matéria sob o ponto de vista jurídico e que, sem esperança de triunfo, vinha apenas salvar a sua responsabilidade, os créditos do partido a que pertence e os brios da província, enviou à mesa uma emenda assinada pela minoria, reconhecendo membros da assembléia todos os diplomados, menos o Sr. Sebastião Celino, por se achar com a mesma incompatibilidade do Sr. Joaquim Manoel. Sucedeu-o na tribuna o Dr. Moreira Brandão que, durante quase três horas falou, mostrando as dificuldades de sua posição de adversário politico ante uma assembléia conservadora que representava o papel de um alto tribunal na decisão a proferir; ponderou-lhe a enorme responsabilidade que lhe resultaria de um ato contra o direito e a lei expressa: apelou para a nobreza de caráter de alguns membros da maioria, cuja retidão nunca pôs em dúvida, e, em nome da provincia e dos créditos do partido conservador, empenhados em tão grave questão, exigiu e esperava alcançar justiça.

«Interrompido a cada passo por continuados e estrepitosos aplausos, S. Excia., mais de uma vêz, foi obrigado a elevar tanto a voz, que ficou quase na impossibilidade de articular uma só palavra, tamanho foi o seu esfôrço».

A sessão, que começou pouco depois de meio dia, foi prorrogada, sendo levantada pouco antes das 18 horas do dia 23 de maio, ficando o orador com a palavra para o dia seguinte.

Neste dia, aberta a sessão, logo depois, foi lido um ofício do secretário do govêrno remetendo uma portaria do presidente da província adiando para agôsto a reunião da Assembléia, e, como o deputado Gomes da Silva, pedisse a palavra, foi-lhe denegada, pelo que os onze deputados do lado direito, de pé, protestaram, ao mesmo tempo, contra a arbitrariedade do presidente da Assembléia e do da Provincia, protesto êste acompanhado pelas galerias apinhadas e inflamadas em nome da opinião pública, sem distinção de côr partidária.

Nessa ocasião, foi que penetrou a fôrça pública no recinto cujo prédio se achava cercado, tendo estado o Presidente Jeronimo Câmara, mais de uma vêz, para abandonar a direção da mesa, mas, criando ânimo, deu a palavra ao deputado Torreão, o qual manifestou eloqüentemente o profundo pesar de que estava possuído por ver confiados os destinos de sua província a um dirigente insensato, que, longe de promover a sua prosperidade, constituira-se num instrumento cego das paixões de um grupo, trabalhando, assim, para sua ruína e desgraça. E concluiu dizendo que S. Excia. assim agindo com a responsabilidade do presidente da Assembléia, cooperava caprichosa e imoralmente para excluir o Dr. Moreira Brandão, por não desejar que seus atos fôssem fiscalizados e a «sua administração se passasse nas

trevas»; depois do que o Dr. Jeronimo Câmara abandonou a cadeira presidencial, já tendo se escapado do recinto todos os deputados do lado esquerdo, os quais no decorrer dos três dias da sessão, conservaram-se amordaçados e cabisbaixos.

Referindo-se à oração de Moreira Brandão, expõe o mesmo periódico: «Deixamos de fazer quaisquer considerações sôbre o discurso do ilustre orador. S. Excia. não é novo na tribuna, onde já tem obtido bastante triunfos. Limitamo-nos a dizer que talvez aquele que alcançou no dia 23 foi o mais esplendido de quantos temos assistido, bastante por si só para firmar a grande reputação de que geralmente gosa S. Excia., como orador» (101).

O partido liberal não concorreu às eleições para a Câmara geral, sendo eleitos deputados pelo grupo conservador o Dr. Tarquinio Braulio de Souza Amarante e padre João Manoel de Carvalho, ficando a mesa da Assembléia provincial composta dos Drs. Gomes da Silva, Vasconcelos Chaves, Rafael Arcanjo e Soares da Câmara, respectivamente como presidente, vice-presidente, 1.º e 2.º secretários, por terem dado número os amigos do Dr. Jeronimo Câmara (102).

No govêrno do Dr. Lucena, foram nomeados 1º e 2º vice-presidente da província o Dr. Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves e o Coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, tendo o primeiro governado a província de 23 de outubro de 1872 a 19 de janeiro de 1873, quando a transmitiu ao Coronel Bonifácio.

O Dr. Chaves apesar de pertencer ao Partido Conservador, procurou durante seu govêrno exterminar a parcialidade dirigida pelos irmãos Cabral, afastando-os da polícia, Guarda Nacional e outros serviços públicos (103); conseguindo o Coronel Bonifácio, por êsse tempo, consolidar o seu prestígio, que se prolongou até o seu falecimento, não obstante algumas divergências com os Presidentes Bandeira de Melo e Alcoforado (104).

Amaro Bezerra, dizendo-se sem garantias na província, retirou-se em princípios de 1872, para Pernambuco, assumindo Moreira Brandão a chefia do Partido Liberal (105), para cujo diretório havia sido eleito vice-presidente a 7 de novembro de 1869 (106).

Enquanto durou o domínio dos conservadores, de 1868 a 1878, Moreira só conseguiu penetrar na Assembléia Provincial uma vez, isto mesmo, em 1872, como já vimos, por haver extrema divergência entre os próprios conservadores, a qual findou com a exterminação da influência do grupo dos Cabrais, apesar do Dr. Jeronimo Câmara, daí em diante, ser escolhido representante do povo ao Congresso Provincial, nos biênios 1874-5 e 1882-3;

nunca tendo alcançado a Câmara Geral, a despeito de haver sido candidato em tôdas as legislaturas, pelo menos até 1867 (107).

Na eleição de 1876 para deputado geral, ficou Moreira em quarto lugar, com 85 votos e Amaro em quinto, com 51 sufrágios (108).

Moreira Brandão durante êsse período não esmoreceu; a princípio, pelas colunas do *Rio Grandense* e, de 1872 em diante, pelas do *Liberal*, que êle fundou para substituir o *Liberal do Norte*, continuou a bater-se pelos seus ideais, principalmente, quando o diretório central do Partido Conservador impôs ao Rio Grande do Norte a candidatura do ministro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, para senador na vaga do conselheiro Tôrres Homem, falecido em Paris, em junho de 1876, época em que conclamou os brios da província e a união dos partidos e dignidade dos riograndenses para contrariar a eleição em perspectiva (109).

Êste jornal batia-se pelo programa do Partido Liberal do Império: liberdade de imprensa, do ensino, de consciência, de culto, de indústria e do comércio, a descentralização, a independência da magistratura, a garantia de todos os direitos, a verdade das eleições e pureza do govêrno representativo, a realidade e desenvolvimento do elemento democrático da Constituição e a maior amplitude e garantia das liberdades individuais e políticas. No tocante às questões do momento, queria o sufrágio direto, a independência do poder espiritual e do poder civil, de modo que, girando livremente nas órbitas de suas atribuições, fôssem igualmente respeitadas as prerrogativas da Igreja e do Estado e eficazmente protegidos e acautelados os inalienáveis direitos da consciência.

«Como riograndense, procuraremos concorrer para o engrandecimento e prosperidade da nossa Província, promovendo, quanto em nós couber, os melhoramentos morais e materiais de que ella precisa» (110).

A chapa conservadora era: Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Tarquinio Braulio de Souza Amaranto e Francisco Gomes da Silva (111), e do Liberal, os Srs. José Moreira Brandão Castello Branco, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e Rafael Arcanjo Galvão (112), sendo diplomados os primeiros e nomeado o senhor Diogo Velho, votando no Senado, contra êsse reconhecimento, os senadores Silveira da Mota, Pinto Chichôrro, Zacarias de Góis, Nabuco de Araújo, Saraiva, T. Pompeu, Nunes Gonçalves, Silveira Lôbo, Octaviano, Dias de Car-

valho, Visconde de Abaeté, Sinimbu e Cândido Mendes, e estando nesse número oito conservadores (113).

Escreve Aristides, em artigo datado de 29 de agôsto de 1876, do Ceará, a propósito da candidatura de Moreira à senatoria: «parlamentar eloqüente, jornalista ilustrado, advogado perito, o prestigioso chefe do partido na província por seus serviços reais e incontestáveis, impõe-se ao voto de seus comprovincianos», e outro artigo da mesma procedência e data, elogia o *Liberal* «por sustentar os princípios verdadeiros e sãos em que se assenta o futuro dos povos», acrescentando: «o órgão liberal do Rio Grande do Norte é um paladino distinto — fino espêlho em que se refletem os altos dotes do seu redator. Eu o admiro». «Também quero contar a glória em tão brilhante edifício» (114).

Ainda um outro, recebido da mesma proveniência e responsabilidade, datado de 15 do mês referido, o biografado é chamado de «chefe do Partido Liberal da província, talento gigante, de serviços ao partido, à província e ao país» (115).

Entre os principais liberais dessa época, apontavam-se o vigário Bartolomeu da Rocha Fagundes (decano do partido), Dr. Vicente Inácio Pereira, conselheiro Rafael Arcânjo Galvão, padre João Jerônimo da Cunha, Barão do Ceará Mirim, Drs. Olinto José Meira, Heraclio Vilar, Braz Carrilho, Coronéis Felipe Bezerra, Antônio Galdino da Cunha, Antônio Bento, Capitães José Ribeiro, João Vitoriano e José Fonseca e o vigário Borges (116).

Com a subida do Partido Liberal, a 5 de janeiro de 1878 (Gabinete Sinimbu), foram nomeados presidente o Dr. Eliseu de Sousa Martins e 1º e 2º vice-presidentes os Drs. Manoel Januário Bezerra Montenegro e Euclides Diocleciano de Albuquerque, por ato do govêrno imperial de 16 de fevereiro seguinte, pessoas estas mais ligadas ao Dr. Amaro Bezerra, do que a Moreira Brandão (117), tanto que o jornal *Liberal*, segundo uma correspondência de Natal para o Rio, deixara de ser o órgão do partido, não discutindo mais e sòmente insulta e ataca, sendo dirigido pelo próprio Presidente Eliseu Martins, que se tem revelado incapaz de exercer tão alto cargo (118); embora, mais tarde, se desaviessem, atacando-se mútua e desabridamente, sendo poupado pelo Dr. Elizeu, nessa arenga, o Dr. Moreira Brandão (119); a polêmica findou com a exoneração do presidente.

O Partido Liberal fêz a maioria da Assembléia Provincial, para a qual entraram os Drs. Vicente Inácio Pereira, Olinto Meira, Euclides de Albuquerque, Montenegro, Quintiliano, Adalberto, Manoel Victor, Horácio Sales, professor João Tibúrcio e

Antônio Justino, Coronéis José Bernardo, Antônio Basílio, Antônio Galdino, Maia, Antônio Bento, Thomaz Sena e Felipe, padre Bernardino, Capitão Vicente Andrade e Praxedes (120).

Quanto à representação à Câmara Geral, elegeu os Drs. Amaro Bezerra e Moreira Brandão, os quais tiveram parecer favorável da Comissão de Poderes e foram reconhecidos pela Câmara, na sessão de 10 de dezembro de 1878 (121); sendo eleito o primeiro para a Comissão de Estatística e Colonização e o segundo para a de Negócios Eclesiásticos (122).

Êste, já na sessão de 19 de março de 1879, na discussão do Orçamento, faz uma observação, manifestando o seu desejo de falar sôbre assuntos de sua província, principalmente, da tortura da sêca, que a tem assolado, mas, sòmente, na de 28 de abril seguinte, conseguiu discorrer sôbre o referido flagelo, alegando que, apesar de se tratar no momento do magno tema da reforma constitucional, não podia olvidar os «socórros que reclamão as provincias do norte, cujo estado desanimador e aflitivo não pode deixar de interessar vivamente, a quem longe delas não faz uma idéa exacta da intensidade dos seus sofrimentos e da urgência de suas necessidades». Considera o assunto dos mais importantes, não vendo outro igual, entre os «transes dolorosos da fome e da miséria, efeitos lamentáveis da maior calamidade que tem aparecido no Brasil». E, acrescentava ser urgente e palpitante a necessidade de socorrer as províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, assoladas pela terrivel calamidade e ainda não libertadas, devendo o auxílio ser por meio de trabalho, em vez de esmolas, que, longe de produzir efeitos benéficos, induz quase sempre à ociosidade e a tôda sorte de vícios.

Proferiu ainda algumas palavras em defesa dos Drs. Vicente Inácio Pereira e Olinto Meira, 1.° e 2.° vice-presidentes da província, contestando o Sr. Amaro Bezerra alguns dos seus assertos, mas, apoiado nessa defesa, pelos deputados Beltrão e Costa Azevedo, foi, afinal, aplaudido por vários congressistas (123).

Amaro Bezerra, na sessão de 23 de janeiro de 1879, diz não haver política liberal e sim, autocrática, e ataca o govêrno (124), e Moreira, na de 21 de maio seguinte, discorre novamente sôbre a sêca no nordeste, principalmente no Rio Grande do Norte; defende a votação de um crédito para socorrer flagelados e responde repetidas acusações do deputado Amaro Bezerra contra seus amigos, acusações essas que são repisadas noutras sessões do ano e sempre respondidas pelo seu colega de bancada; e, como Amaro atacasse seguidamente nesses discursos o Dr. Vicente Inácio Pereira, Moreira, na sessão de 3 de setembro,

entre outras coisas, lembrou-lhe que entrara numa chapa senatorial com êle Amaro e o mesmo Dr. Vicente Pereira; tendo, além disso, êle Moreira suportado dez anos de ostracismo, resistindo continuamente prometimentos dos conservadores que lhe ofereciam empregos e distinções (125); e termina aludindo ao Partido Liberal — «ao qual tenho dedicado tôda a minha vida e todos os meus esforços, desde que entrei na vida pública. Desinteressado e sincero, acompanha-lo-ei enquanto entender que os interêsses do país e especialmente os da minha província são devidamente atendidos, enquanto me convencer de que a política do govêrno é da opinião, em nome da qual subiu ao poder e inaugurou a situação» (126).

Ao voltar, em dezembro de 1879, à sua terra natal, foi chamado de «distincto chefe do Partido Liberal desta província». acrescentando o noticiarista que «os mais proeminentes membros do partido se dirigirão a recebe-lo, a bordo, em numerosos escaleres, e o acompanharão até á sua residência, tendo préviamente preparado diversos arcos em sua honra, no percurso das ruas e corêtos para musica, defronte da casa de residencia de sua família. Bem merecidas são estas manifestações por parte de dedicados amigos» (127).

Moreira Brandão, nessa fase, sobrepujou o prestígio de Amaro Bezerra, tanto que conseguiu as exonerações dos vice-presidentes Montenegro, Morato e Albuquerque e chefe de polícia Costa Miranda, amigos de Amaro e por quem êste muito se interessava, substituindo-os pelos Drs. Vicente Pereira e Olinto Meira; obtendo também maioria da Assembléia Provincial, para a qual sua facção elegeu 10 membros, ficando sete amaristas e cinco conservadores, apesar dos amigos do Dr. Amaro lançarem mão de todos os recursos para derrotá-lo, inclusive a conservação pelo ex-chefe de polícia Costa Miranda, de todos ou quase todos os funcionários policiais (128).

Parecia que a província desejava subtrair-se ao mando de Amaro, cujos amigos preparavam-se para, na Assembléia Legislativa, fazerem decidida oposição ao Presidente Lobato Marcondes, a quem os deputados moreiristas apoiavam cerradamente, sem haver possibilidade de acôrdo dos conservadores com os amaristas (129).

Reabrindo-se o Parlamento Nacional, em maio de 1880, Moreira Brandão teve um voto para primeiro vice-presidente da Câmara, sendo reeleito membro da Comissão de Negócios Eclesiásticos e da deputação, que devia receber o Imperador, em janeiro de 1881, sendo mais tarde, dissolvida a Câmara (130).

O Presidente Alarico José Furtado (1-5-1880 a 20-4-1881). ainda não cedia aos caprichos do Sr. Amaro, porém, êste, já em março, obtinha do govêrno central a sua demissão e a transferência do Dr. Vicente Pereira para a segunda vice-presidência e o provimento do seu amigo Dr. Morato, ex-primeiro vice, para êste cargo, recuperando o antigo prestígio (131), de maneira que, na eleição para deputados gerais, em fins de 1881, Amaro era eleito pelo primeiro distrito, para o que fêz um acôrdo com os conservadores, correndo o pleito pacìficamente, sendo o mais votado no segundo distrito o conselheiro Tarquinio de Souza, afinal, reconhecidos; e imediatos em votos naquele o Dr. Vicente Inácio Pereira e neste, o padre João Manoel de Carvalho (132).

Era o resultado das discórdias entre os dois chefes liberais, não podendo a facção de Moreira Brandão dominar o combinado entre amaristas e conservadores.

Seguem-se vários presidentes liberais, tendo o Dr. Sátiro de Oliveira Dias (1-6-81—16-3-82) procedido corretamente, agradando até os adversários, cujos vultos mais salientes foram ao seu embarque, ao deixar a província (133); Francisco de Gouveia Cunha Barreto (13-4-82—21-7-83), em cujo govêrno foi inaugurado o trecho da estrada de ferro de Natal a Nova Cruz, entre os quilômetros 41 a 117 (134); Francisco de Paula Sales (22-7-83—19-6-84), que inaugurou solenemente as obras de encanamento de águas para abastecimento da capital (135); e Francisco Altino Correia de Araújo (30-9-84—11-7-85), em cuja administração se realizou a eleição para deputados gerais (1-12-84), sendo diplomados os candidatos Amaro Bezerra e Moreira Brandão, se bem que êste tivesse a sua eleição contestada.

No ano anterior, houve uma outra para formar o corpo legislativo provincial, obtendo a facção liberal maioria, sendo que, na sessão de fevereiro de 1884, Moreira Brandão foi eleito presidente da Assembléia, e, por ocasião de um ataque do deputado conservador Henrique Câmara à situação dominante, foi preciso que o referido presidente, já unido ao Dr. Amaro, descesse da cadeira presidencial para defender o govêrno, produzindo uma oração polida, porém, muito aquém da sua ilustração e dotes oratórios «em virtude, talvez, da sua posição manifestamente constrangida» (136).

Amaro Bezerra, em agôsto de 1884, alcançava o seu maior triunfo na assembléia geral, sendo eleito 3.º vice-presidente da Câmara; obtendo em 1885, apenas dois votos para a mesma função (137).

As candidatura, eleição e reconhecimento de Moreira Brandão, nesta legislatura, foram cheias de peripécias.

Devido às divergências existentes no seio do partido, surgiu a candidatura do Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro, mas, deixando o Dr. Amaro a escolha do candidato pelo segundo distrito ao arbítrio do Coronel José Bernardo de Medeiros, na ocasião, o seu auxiliar de maior prestígio naquela zona, êste optou pelo nome de Moreira Brandão, redigindo-se assim, o manifesto ao eleitorado (138).

Durante a eleição, dizia-se que nenhum dos candidatos (Moreira Brandão e padre João Manoel), obtivera a votação precisa, de sorte que seria necessário um segundo escrutínio (139), mas, a junta apuradora expediu diploma a Moreira (140).

Pelo «Boletim» do jornal *Liberal*, ambos os candidatos tiveram 907 sufrágios, porém, suprimidos os colégios de Luiz Gomes e Vitória, Moreira ficava com 875 e João Manoel com 869 votos (141).

Na Câmara Geral, o parecer da Comissão de Poderes foi favorável a Moreira, mas, João Manoel conseguiu que se apresentasse uma emenda a seu favor; porém, como Moreira era antiescravagista e o número de deputados governistas na Câmara era mais ou menos igual aos contrários, a votação do parecer estirou-se desde fevereiro até 29 de abril, sendo a sétima conclusão que mandava aprovar tôdas as eleições do distrito, empatada numa verificação de votos, pelo que foi adiada a votação neste particular.

Deu-se, então, a queda do gabinete Dantas e a subida de Saraiva. Dantas queria a libertação dos escravos sexagenários sem indenização e como não conseguisse, atenta a contínua falta de número para a sua aprovação, devido aos deputados escravagistas que, no caso de darem *quorum* para reconhecer os deputados liberais e os favoráveis ao projeto, ficariam em minoria.

Saraiva abandonou o projeto, obrigando, a título de indenização, os alforriados prestarem serviços aos ex-senhores, durante três anos, criando um fundo de emancipação, depois do que, houve número e Moreira foi proclamado deputado na sessão de 12 de maio seguinte (142), escolhido para membro da Comissão de Contas, da qual se demitiu em julho seguinte (143), e incluído numa deputação que ia cumprimentar S. M. o Imperador, por motivo do natalício da princesa imperial (144).

Esta legislatura, porém, pouco durou por declarar Saraiva não poder governar com a maioria liberal, dando ensejo a ser substituído pelo Barão de Cotegipe, depois do que é enviada à Mesa da Câmara uma moção assinada por 57 deputados, inclu-

sive Amaro Bezerra e Moreira Brandão, negando-se ao ministério de 20 de agôsto a sua confiança, a qual, votada na sessão de 25, é aprovada por 67 contra 49 votos (145), pelo que o novo presidente do Conselho viu-se na necessidade de propor ao Imperador a dissolução da Câmara, no que assentiu S. M., porém, depois de votada a lei orçamentária, prorrogando, assim, as suas reuniões até 26 de setembro, quando foi lido no Senado o decreto imperial respectivo (146); tendo, a despeito do ocorrido, Moreira Brandão sido incluído numa deputação, que tinha de cumprimentar o Imperador pelo transcurso da independência nacional (147).

Com a mudança de gabinete, os conservadores iniciaram, a 22 de setembro, com o juiz de Direito Alvaro Antônio da Costa, nomeado primeiro vice-presidente, a costumeira derribada de funcionários da polícia, juízes municipais, remoções, e até anulação de aposentadorias e regulamentos, como os da instrução pública, da tesouraria provincial e do corpo de polícia, andando, só as demissões ao redor de uma centena, sendo que parte delas com a cláusula insultuosa «A bem do serviço público», reservada aos prevaricadores, pelo único pecado de ser liberal (148).

Na eleição de 15 de janeiro de 1886, para a nova legislatura, foram eleitos os conservadores Tarquinio de Souza e padre João Manoel, sem contestação (149), novos chefes do partido, pois, desde 1884, com o falecimento do Coronel Bonifácio Câmara e o passamento anterior do Dr. Francisco Gomes da Silva (1880), o partido cindiu-se, assumindo aquêles a direção das alas em que se dividiu o poderoso agrupamento.

Foi nessa legislatura que o padre João Manoel pronunciou o célebre discurso de 11 de junho de 1889, atacando desabridamente o govêrno, predizendo que o país passaria brevemente por profundas e radicais transformações, tendendo a desaparecer as velhas instituições, por estarem gastos e imprestáveis os aparelhos do sistema, divididos e esfacelados os antigos partidos, aparecendo como poder único, supremo e absoluto, a realeza, que tudo avassala à sua vontade, amesquinha, abate, mistifica e corrompe; invadindo, absorvendo e suprimindo todos os poderes constitucionais. E termina, enunciando que a República está feita, faltando-lhe a consagração nacional e, como na abolição da escravatura é um fato, «é preciso abolir o poder que nos oprime e esmaga, esterilizando tôdas as fontes de riqueza e estancando tôdas as fôrças vivas da nação»; acrescentando: «abaixo a Monarquia e viva a República» (150).

Em 1888, a divisão dos membros da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte repercutiu nas altas esferas políticas

da Nação, ensejando a que os Srs. Maciel e Costa Pereira falassem sôbre o caso na Câmara Geral, na sessão de 9 de outubro, e o senador Dantas fizesse observações sôbre o mesmo fato na Câmara Alta, respondendo a êste o presidente do Conselho João Alfredo.

O senador Dantas referiu que já havia reclamado do chefe do gabinete, a propósito da verificação de poderes dos deputados daquela assembléia e, como êle prometesse agir, esperou que tudo corresse bem, mas, à vista de dois telegramas que recebera, parecia que os negócios se complicavam, passando, então, a ler um dêles, no qual se narrava que, reunidos à hora regimental, na sala das sessões, catorze deputados, sem contestação de diploma, procedeu-se às eleições da mesa e comissões, prosseguindo normalmente os trabalhos; constando, porém, que nove deputados, antes da hora, reuniram-se na Câmara Municipal, formando mesa e deliberando. Receberam também idêntico telegrama os Senhores Visconde de Ouro Prêto, Cândido de Oliveira, Afonso Celso, Nabuco e Maciel.

O Sr. João Alfredo (presidente do Conselho) respondeu, dizendo, entre outras coisas, que o govêrno não poderia intervir na verificação de poderes, mas, conhecida a maioria de um lado político, declarou ao presidente da província que podia aconselhar a minoria para não contrariar êsse resultado, evitando a duplicata de assembléia, prejudicial aos interêsses da província.

Na Câmara dos Deputados, o Sr. Costa Pereira (ministro do Império), respondeu às reclamações do deputado Maciel sôbre o mesmo assunto (151).

O que é fato é que, em princípios de outubro, a abertura da Assembléia era adiada para primeiro de novembro, quando foi instalada, sendo eleito seu presidente o Dr. Moreira Brandão, vice-presidente Fabrício Maranhão e secretários os Drs. Carvalho e Souza e Guimarães (152).

Com a subida do Partido Liberal, em junho de 1889 (Gabinete Ouro Preto), foi nomeado presidente da província o Dr. Fausto Carlos Barreto e vices-presidentes os Tenentes Coronéis Antonio Basilio Ribeiro Dantas Junior, José Bernardo de Medeiros e Silvino Bezerra de Araujo Galvão (153).

A luta mais interessante, que se deu neste ano, foi a escolha do candidato a deputado geral pelo segundo distrito da província, entre o Dr. Amaro Bezerra e o Coronel José Bernardo de Medeiros, na qual, êste derrotou aquêle (154).

Amaro apresentou-se candidato pelos dois distritos da província, com o intuito de ser eleito por ambos e, em seguida, renunciar o de representante do primeiro distrito, aonde dispunha

de maior eleitorado e indicar um substituto, aliás, filho de outra província, mas, não conseguindo um só dos apresentados a escolha do segundo distrito, a maioria exigida por lei, houve um segundo escrutínio, em que Miguel Castro obteve 1.112 votos e o Dr. Amaro 662 (155).

A Câmara Geral chegou a reunir-se em sessões preparatórias, na primeira quinzena de novembro e aprovado o parecer que reconhecia deputado pelo primeiro distrito do Rio Grande do Norte, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, na sessão de nove de novembro referido (156); mas a mudança das instituições com a proclamação da República a 15, não consentiu que a nova legislatura se instalasse.

Moreira Brandão, depois da queda do partido conservador, em 1878, foi eleito para a Assembléia Legislativa Provincial nos biênios de 1882-3, 1884-5, 1886-7 e 1888-89, tendo sido escolhido para os biênios de 1878-9 e 1880-81, o seu gênro João Tibúrcio da Cunha Pinheiro Júnior (157); e sendo elevado à presidência dêsse corpo legislativo nos anos de 1864, 1884, 1885 (março) e 1889 (158).

Nada encontrei referente à sua atividade como deputado provincial, neste último decênio da monarquia brasileira (159).

* * *

No regime republicano a sua atuação política foi reduzida, todavia, manifestou-se em algumas oportunidades.

Como já tive ocasião de mostrar, num artigo sôbre a proclamação da República, no *Diário de Natal* de 17 de novembro de 1949, o comandante da guarnição militar, em Natal, Capitão Felipe Bezerra Cavalcanti, recebera ordem para instalar o novo regime no Rio Grande do Norte e, segundo me contara a minha tia Justina, filha de Moreira Brandão, única, aliás, que com êle residia na ocasião, o referido militar, em companhia do médico José Paulo Antunes, procurara o velho liberal e lhe oferecera a chefia do novo govêrno a inaugurar-se (160), e, como não fôsse aceita a honrosa investidura, apesar de suas idéias democráticas muito avançadas, aconselhou a aclamação do Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, chefe do Partido Republicano na província, não só ao dito capitão, como ao vice-Presidente Antônio Basílio Ribeiro Dantas, também liberal, e, no momento superintendendo a administração provincial, os quais procuraram o indicado, por si e por interpostas pessoas, convidando-o a assumir o govêrno provisório do novo Estado, sòmente o fazendo, contudo, após alguma relutância, dois dias após à proclamação da República no Rio de Janeiro.

Na verdade, Pedro Velho, na mesma tarde de 17 de novembro, logo após a sua aclamação no cargo de governador do Estado, nomeou uma comissão executiva, a que se deu também o nome de ministério, e Moreira Brandão foi designado para a pasta do Exterior, mas, discordando da orientação do mesmo, abandonou-o numa das últimas sessões da referida comissão, conselho ou ministério (161).

Na primeira eleição republicana, realizada a 15 de setembro do ano seguinte, Moreira foi candidato à deputação federal, pela dissidência do Centro Republicano Quinze de Novembro, que apresentou uma chapa composta dos Drs. Manoel Porfírio de Oliveira Santos, Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco, Daniel Pedro Ferro Cardoso e Almino Alvares Afonso (162), não sendo eleito um só dêsses aspirantes à Constituinte de 1890-91, salvo o último.

Foi também candidato ao Congresso Estadual de 1891, sem lograr êxito (163).

Em 1892, era diretor da Instrução Pública Estadual, cargo de que se demitiu em julho dêsse ano (164).

Continuando em oposição à situação política dominante, em 1895, quando se tratou da substituição do governador do Estado, Dr. Pedro Velho, os seus correligionários lançaram o seguinte manifesto: «Em nome do Partido Republicano Oposicionista, do qual somos órgão e legítimos representantes, resolvemos oferecer à consideração de nossos amigos e correligionários, a seguinte chapa, para a qual pedimos todos os sufrágios: — Para governador, Dr. José Moreira Brandão Castello Branco; para vice-governador, Dr. José Gervásio de Amorim Garcia. O primeiro é um riograndense distintíssimo que honra a sua terra, nome vantajosamente conhecido em todo o Estado, e que, de par com uma inteligência robusta e conhecida ilustração, recomenda-se ainda mais pela sua inquebrantabilidade de caráter e fina têmpera, honradez a tôda a prova e longa prática dos negócios públicos. Votando à sua terra natal entranhado amor e dedicação inexcedível, o Dr. Moreira Brandão no comêço de sua carreira pública rejeitou vantajosa posição que lhe foi oferecida por conhecido e eminente cidadão altamente colocado na política do antigo regime, contanto que não abandonasse seus amigos e patrícios, que então reclamavam seus serviços e lhe ofereciam a direção do antigo Partido Liberal, em cujas fileiras militou, merecendo ser eleito deputado geral, em mais de uma legislatura. Quando veio a República, não foi êle dos últimos a abraçar a nova forma de govêrno, que mais se coadunava com o seu alevantado espírito e coração verdadeiramente democrata, não recusando seu concurso

e seus serviços para a consolidação do novo regime, que realizava as aspirações da sua mocidade. Político sincero e devotado, o partido que conta com o seu apoio tem nêle um amigo dedicado e um correligionário capaz de todo o sacrifício, sempre firme no seu pôsto de combate, do qual só pôde afastá-lo, por momentos, o estado de saúde. O Partido Republicano em oposição se desvanece de recomendar ao sufrágio popular para o alto cargo de primeiro magistrado do Estado, o nome de um riograndense da têmpera e das qualidades do Dr. Moreira Brandão (165).

Às vésperas da eleição, entre outras coisas, expunha o órgão do partido: «Não vamos debelar o govêrno atual do Estado, que tem por si o poder, os minguados recursos do tesouro, a corrupção dos caracteres, característica da época, a inércia e o mêdo de muitos, a especulação de quase todos, e até, nos nossos arraiais, o abandono dos que nos deixam, gritando que somos um partido sem raiz e sem futuro».

«Bem sabemos que somos poucos e temos o nosso espírito preparado para os sucessos do dia 14» (166).

Na sua edição seguinte ao pleito, falando sôbre os resultados da eleição de 14, reconhecendo a vitória do govêrno, acrescentava: «Nos chamados *tempos ominosos,* no próprio regime da lei Saraiva, que foi o de maior soma de liberdade e de garantias, que o País já teve, no Rio Grande do Norte, máxime no especialíssimo colégio da capital, o govêrno nunca deixou de se dizer triunfante; pelo que não nos surpreendeu o resultado do pleito de 14. Estava previsto, era esperado».

Desde março de 1894 que a saúde de Moreira Brandão se achava abalada, tendo melhorado no fim dêsse ano, mas depois da indicação da sua candidatura à governança do Estado teve uma recaída, pelo que não pôde desenvolver uma ação mais eficiente na propaganda da eleição, falecendo dois dias após o dia fixado para a realização da mesma.

Noticia, assim, o órgão da facção que levantou a sua candidatura à alta administração do Estado: «Antigos e graves padecimentos fizeram tombar no leito da morte o grande cidadão, que a todos se impunha pelas virtudes do seu caráter, por seu espírito inteligente e ilustrado, por sua dedicação ao partido, a que pertencia, e a todos os seus amigos».

«O Dr. Moreira Brandão era um espírito de «élite», de um caráter sempre igual, de uma afabilidade e delicadeza que chegavam para todos os seus concidadãos, grandes e pequenos».

«A honestidade, virtude republicana por excelência, era por êle possuída no mais alto grau. Neste ponto, como em muitos outros, era verdadeiramente um exemplo digno de ser imitado».

Referindo-se à sua ação na Câmara Geral, disse: «Ali, com sua palavra eloqüente, com critério e patriotismo inexcedíveis, advogou sempre a causa da Pátria».

«Ocupou outros cargos de eleição e de nomeação do govêrno, e em todos se houve com tal correção, que nunca lhe faltou a admiração de seus compatriotas».

«A República encontrou no seu espírito de democrata a mais honrada adesão e dêle recebeu valiosos serviços». «Era pobre». «Exercia a profissão de advogado e era muitíssimo distinto, deixando na sua classe um claro que dificilmente será preenchido».

«Era, também, operoso e abalizado jornalista».

«Ùltimamente tinha recebido do seu partido a maior prova de confiança e consideração ao seu grande valimento. Foi o candidato apresentado pelo partido, ao cargo de primeiro magistrado do Estado, no pleito de 14 do corrente».

«Morreu, pode-se dizer, recebendo a consagração do voto popular».

«O astro que presidia o seu destino é que se imerge, hoje, no seio da imensidade; indo brilhar no mundo de outras constelações; deixa no nosso firmamento, se assim nos podemos exprimir, um rastro de luz que jamais se apagará».

«A memória do ilustre Dr. Moreira Brandão, que a morte na sua implacabilidade, hoje arrebata-nos, ficará imorredoura na alma da Pátria».

«O seu saimento teve lugar no dia 17, pelas 4 horas da tarde, sendo muitíssimo concorrido» (167).

* * *

Não devemos encerrar êste capítulo sem falar nas agressões que recebeu da parte de adversários e inimigos. Apesar da sua maneira de proceder, não podia passar incólume nos entrechoques e embates de uma carreira política, que se estirou por quase meio século.

Não trataremos, aqui, dos ataques que sofreu por defender idéias liberais muito avançadas, na época em que surgiu na arena política da província, há mais de uma centena de anos, nem dos que se lhe seguiram no resguardo da opinião política que adotou no decorrer da sua longa vida partidária, uma vez que já se acham expostos nas linhas acima, se bem que resumidamente, mas dentro dos elementos encontrados nas contínuas e demoradas pesquisas a que hei procedido durante cêrca de dois lustros; e sim, de ofensas à personalidade e inteireza do seu caráter.

Sofreu, principalmente, ataques dos Srs. Amaro Bezerra, jornalista Joaquim Guilherme e padre João Manoel.

O primeiro chegou a dizer, discursando na Câmara dos Deputados, na sessão de 12 de julho de 1853, que o Rio Grande do Norte não tinha «filhos de influência poderosa que possam excitar a atenção do govêrno» (168), e vivia sempre a discordar de Moreira Brandão, mesmo depois que se aproximou dos liberais, em cujo seio foi recebido, em 1868, com a mais dolorosa indecisão (169); adiantando o professor Lourival Câmara, que, sendo Moreira o chefe genuino do Partido Liberal, «recusou-se aceitar o novo correligionário e ficou abrigado à sombra da velha bandeira de seu partido, onde permaneceu até o dia em que o Dr. Amaro o convenceu da sua lealdade e da necessidade da unificação dos dois grupos, para derrotar o Partido Conservador» (170); suportando, logo em seguida, duro ostracismo que se estirou até 1878, quando subiu o Partido Liberal, permanecendo Amaro fora da província, quase todo êsse período.

Eleitos Amaro e Moreira deputados gerais, por essa época, pelo mesmo partido, Amaro sempre discordou de Moreira, acusando êste de deslealdade, ligando-se aos conservadores contra êle Amaro, quando ambos eram adversários (171). Por aí se vê a inanidade da increpação. Como poderia um político ser desleal para com um adversário, ao procurar unir-se a outros com o fim de vencê-lo?

É certo que Moreira, em 1878, obteve do govêrno central, a nomeação de dois vice-presidentes, sem o auxílio do seu companheiro de bancada, mas, o fêz na qualidade de um dos chefes do partido, por merecer no momento mais confiança do ministério, mas, dentro das boas normas, indicando pessoas das mais respeitáveis do agrupamento liberal a que ambos pertenciam.

Joaquim Guilherme de Souza Caldas, como correspondente do *Jornal do Comércio*, em Natal, enviava cartas para o velho órgão da Côrte, e, ao relatar fatos dos *Camisas Prêtas* (172), achou que Moreira Brandão era incoerente e fraco, por haver êle e os liberais provincianos criticado o govêrno local por proteger tais celerados, e, depois, aceitar Moreira a defesa do Tenente-Coronel Manoel André Tôrres Galvão, um dos cúmplices do bando, tendo como principal argumento de defesa a tomada de recrutas da fôrça pública, por ser o fim a que tinham em vista «impedir o tributo do sangue, já tão caro» à província (173).

Para se mostrar que o articulista não tinha razão, é preciso esclarecer o caso.

Moreira sempre foi favorável ao incitamento do voluntariado, de tal modo que promoveu uma reunião no paço da Assembléia Provincial, a 27 de janeiro de 1865, a fim de atrair voluntários, nomeando-se para tal uma comissão na capital e projetando filiais nas paróquias; prestando bons serviços ao recrutamento, guardadas as isenções da lei (174); e a 19 do mês seguinte, numa solene e tocante cerimônia no pátio do quartel de linha, falou novamente sôbre o assunto, procurando estimular o patriotismo dos compatrícios, demonstrando-lhes ser mais digno servir voluntàriamente à Pátria ou ao exército do que ser soldado recrutado (175).

Êstes pontos de vista êle desenvolvia na imprensa e na tribuna da Câmara dos Deputados, na qual frisou o sistema de opressão que o recrutamento acarretava, achando-o bárbaro, iníquo, injusto e odioso, sendo seu desejo a extinção dêsse meio de preencher os claros das fôrças armadas, que devia ser substituído pelo voluntariado (176).

De sorte que, esta maneira de pensar, Moreira já vinha defendendo, há anos, não se lhe devendo taxar de incoerente por adotar a mesma doutrina na tribuna do júri, em defesa de um acusado de cumplicidade num crime de resistência ao recrutamento ou tomada de recrutados, principalmente, quando se souber que o indiciado fôra, apenas, acusado e pronunciado por haver dado asilo a criminosos e no processo que o envolveu não se cuidou de apurar os fatos constitutivos dos delitos praticados pelos verdadeiros delinqüentes, deixando-se-os à parte, pronunciando o juiz da instrução, sòmente, os cúmplices, em geral, adversários políticos e desafetos de pessoas influentes e do govêrno, segundo informou o Dr. Horácio Cândido de Sales e Silva, promotor público que funcionou no sumário de culpa (177).

Pelo que se vê, o advogado não estava contra o pensamento do jornalista e do representante do povo, mostrando, pelo contrário, coerência e fortaleza de ânimo. Ademais, o que êle combatia pela imprensa era a proteção dispensada pelas autoridades e políticos dominantes ao famigerado bando dos *Camisas Prêtas*, como frisa o próprio articulista acusador, numa de suas missivas para a côrte (178), e os desmandos das autoridades nesses serviços.

Além disso, o júri de São José de Mipibu, sede da comarca, considerou isentos de culpa os acusados, que, submetidos a um segundo julgamento pelo de Goianinha, os absolveu também, demonstrando assim a inocência dos acusados.

O padre João Manoel já tivera uma prova da fidalguia e da ética política e jornalística de Moreira Brandão, quando atacado de maneira atroz pelos seus próprios correligionários, conforme alude João Manoel em artigo publicado na imprensa da Côrte: «Corre-me o dever de agradecer daqui a fineza com que me honrou o Sr. Dr. Moreira Brandão, distinto chefe liberal de minha província». Tendo um dos instrumentos do Dr. Gomes da Silva escrito um artigo contendo injúrias e calúnias contra mim, e desejando que fôsse publicado no *Liberal*, de que o Dr. Brandão é redator, recusou-se êste nobremente a dar circulação em sua fôlha a um documento, que só revelava ódio, espírito de vingança, baixeza e covardia» (179).

No entanto, João Manoel, anos depois, atacava Moreira Brandão pela imprensa, não tendo eu conseguido saber a consistência dessas agressões, e, apenas, sabido do incidente por uma notícia de uma gazeta de Natal, referente a uma festa oferecida ao Dr. Coriolano Augusto Loyola, irmão do Dr. Belmiro Milanez de Loyola, ex-juiz de Direito no Ceará Mirim, em que se achava presente Moreira Brandão, e na qual o Dr. Nascimento Castro o defendeu contra ataques do referido padre, ressaltando o elevado caráter, honestidade e eminentes qualidades que distinguiam o insultado. Depois disso, o Dr. Souto brindou-o igualmente e disse que, apesar de conservador, não podia deixar de fazer justiça ao seu ilustre adversário, vítima de uma vil difamação e que Moreira, trilhando o caminho da honra, distinguia-se por suas virtudes, sendo o seu nome objeto de respeito por amigos e adversários, não podendo tais insultos abalar ou diminuir êste conceito, de que, geralmente, goza.

No mesmo sentido, saudou-o ainda o Sr. Bonifácio Câmara, também conservador e filho de um homem que foi chefe dêsse partido, que disse julgar honrar a memória do seu pai e inspirar-se nos seus exemplos «fazendo justiça ao adversário, cujas qualidades o tornam merecedor de geral aprêço e veneração» (180).

A propósito dêsse assunto, isto é, da maneira pela qual agia a maioria dos jornalistas da época, diz Tavares de Lyra que em resposta a um artigo de oposição publicado numa fôlha local, referiu-se ao seu autor, que não ignorava quem era, em têrmos muito comedidos e cortezes, e que no dia da publicação dessa resposta, encontrou-se com o seu amigo Joaquim Guilherme, que redigira gazetas conservadoras no antigo regime, o qual, em conversa, dissera-lhe: — *Você não serve para jornalista de província... Poupa o adversário...* Ao que replicou: *Não se põe rabo de palha em quem não o tem...*

Joaquim Guilherme sorriu e respondeu: *Pois olhe, é muito mais fácil... A gente põe do tamanho que quer, sem precisar fazer emendas...*

Acrescenta Lyra: «Estas palavras de Joaquim Guilherme refletiam bem a mentalidade do maior número: a imprensa partidária não devia tratar com brandura aquêles que não comungavam da mesma fé. Seu papel era demoli-las, demoli-las sistemàticamnte» (181).

Em palestra comigo, o ministro Tavares de Lyra, explicou-me que o autor do artigo a que êle respondera e que dera lugar à observação de Joaquim Guilherme, era meu avô Moreira Brandão.

NOTAS

1 — Quando o futuro senador e chefe politico da quase unanimidade dos políticos do Rio Grande do Norte, padre Francisco de Brito Guerra, foi eleito para o Conselho Geral da Província, a 18 de novembro de 1828, o fôra com o Coronel Joaquim José do Rêgo Barros, já tendo êste sido eleito anteriormente três vêzes para o Conselho do Govêrno (1824-1832). C. Cascudo «acta Diurna» de 5 e 17 de novembro de 1940).

2 — «Historia do Estado do Rio Grande do Norte» (1922), 318.

3 — Apresentou um projeto extinguindo no Rio Grande do Norte a décima de prédios urbanos e um outro estabelecendo o imposto de cem réis por alqueire de sal exportado, além de um terceiro mandando prover cadeiras das províncias do Norte. (Anas da Câmara dos Deputados. Tomo 6, págs. 48 e 77).

4 — Anais da Câmara dos Deputados, 1851, 180.

5 — As designações do *Sul* ou *sulista* e do *Norte* ou *nortista*, na política local, segundo o deputado D. Manoel de Assis Mascarenhas, nenhuma significação política tinham, «tanto que se dizia que alguns dos influentes do partido que sustentavão o senhor Guerra, estavão em uma ocasião sentados do lado do Sul, e os que apoiavão a candidatura do Presidente, do lado do Norte» (Anais da Câmara dos Deputados de 1849, pág. 58); adiantando o deputado B. A. de Magalhães Taques que essas palavras eram «tomadas de factos acidentais» (Anais cits., pág. 65); porém, o órgão *Saquarema*, dirigido pelos Cabrais, dá a entender ser a causa determinante dêsses apelidos a ligação do senador Guerra aos senadores José Martiniano de Alencar e Antônio Pedro da Costa

Ferreira, na Côrte, com os quais concordava em gênero, número e caso nos negócios públicos e, morto Guerra, Alencar continuou a influenciar, como provam as nomeações dos Presidentes Morais Sarmento e Pamplona (1845-48), e do vice-Presidente Wanderley (1847-53), dando lugar a que assim se denominasse o partido, por se apoiar na política do Sul do Império, e o que se lhe opunha de *nortista* ou do *Norte*. (*O Nortista*, de 30-9-1849; 18-3 e de 5-4-1850). Alencar era representante do Ceará e Costa Ferreira do Maranhão, sendo aquele deputado amigo de Feijó.

6 — An. e T. cits., 181. No tempo em que Brito Guerra começou a dirigir a política da província, já havia um núcleo oposto orientado pelos juízes de Direito Antônio Cerqueira de Carvalho da Cunha Pinto Júnior e Joaquim Aires de Almeida Freitas; Mello Pinto, Carrilho e outros. (*O Nortista*, de 18 de março de 1850); tendo a divisão entre os riograndenses se originado de um fato eleitoral, surgindo logo os partidos *Norte* e *Sul*, tendo êste por chefe o finado senador Guerra e aquêle o presidente de então, Manoel Lôbo de Miranda Henriques; escudando-se o do Norte nas baionetas do presidente candidato, que foi derrotado pelo do Sul, devido à moralidade e justiça de sua causa, à boa direção, prudência e tino do seu chefe. (*O Sulista*, de 31 de agôsto de 1849).

O Presidente Miranda Henriques administrou a província de 23 de janeiro a 31 de julho de 1833.

D. Manoel de Assis Mascarenhas, discursando na Câmara dos Deputados, disse que havia três partidos na província, em 1840, quando a administrava. (Anais da Câmara cit., 1843, II, 1.004-5). Não apontou a denominação do terceiro.

7 — An. cits., 1849, 58.

8 — An. e T., cits., 65.

9 — *Cronista*, 26 de maio de 1838; *Jornal do Comércio*, 25 de maio de 1838.

10 — *O Nortista*, de 18 de março e de 5 de abril de 1850. — «Alencar era amigalhão de Evaristo da Veiga» (pág. 182) e êste gozava de grande prestígio junto a Feijó (Eugênio Egas) *Diogo Feijó*, 1912 (pág. 180); mas, como Bernardo Pereira de Vasconcelos era o chefe da oposição ao Regente Feijó e foi elevado a ministro da Justiça e interino do Império do novo Regente Araújo Lima, também adversário político daquele, só por meio de muita habilidade política conseguiram Alencar e Guerra manter inalterável a situação dominante na província, apesar dos

presidentes enviados para o Rio Grande do Norte, nem sempre se acomodarem às exigências e interêsses do partido sulista.

D. Manoel de Assis Mascarenhas conta que, quando foi nomeado presidente da provincia, em 1838, o ministro do Império, senador Bernardo Pereira de Vasconcelos lhe dissera que o assassinato do Presidente Ribeiro «fôra filho de vinganças, particulares». (An. da Câmara dos Deputados, 1843, I, 318).

11 — Ao que parece, pelo meado do decênio de 1831 a 1840, o padre Brito Guerra cercava-se dos mais influentes chefes politicos regionais, tendo ao seu lado muitos dos que, mais tarde, foram ingressar às fileiras da pequena facção oposta (*O Nortista*, de 31-8-1849).

Como é sabido, mesmo entre os componentes de uma grei, há descontentes e divergentes, de maneira que, quando em 1833, o presidente da provincia Miranda Henriques se candidatou à deputação geral e não encontrou apoio na agremiação politica dirigida por Guerra, arranjou adeptos, principalmente, no seio dos juizes e funcionários públicos, mais achegados e dependentes do poder, partindo daí a criação da facção adversa, que tomou o nome de *nortista* em contraposição ao de *sulista* do partido dominante; tanto que pessoas, que depois se destacaram na politica conservadora, como os Drs. João Valentino Dantas Pinajé e Luiz Gonzaga de Brito Guerra (*O Nortista* de 2-7; 6 e 30-11 de 1849) e o Coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, todos governantes da provincia, na qualidade de vice-presidente (*O Nortista* de 25-10-1849), foram sulistas; chegando Pinajé a chamar Brito Guerra de seu «padrinho e benfeitor» e pediu-lhe conseguisse a nomeação de um presidente, em 1838, que lhe viesse tirar o pêso dos ombros, vindo então o Sr. D. Manoel (*O Nortista* de 6 e 30-11-1849; *O Sulista*, de 26 e 6-1849); tendo os dois primeiros abraçado os principios do referido partido, sendo Gonzaga, sobrinho do finado Brito Guerra e Pinajé «relacionado em parentesco, e ambos protegidos do benemérito riograndense, que durante sua vida foi constantemente apontado como chefe dêste partido», rompendo ambos com o partido em 1847, a fim de ser Gonzaga candidato a deputado geral contra o Dr. Moraes Sarmento (*O Sulista* de 31 de julho de 1849).

12 — *O Nortista*, 18 de março e 5 de abril de 1850.

13 — *O Nortista*, 5 de abril de 1850.

14 — Anais da Câmara dos Deputados, 1864, IV, 110.

15 — *Jornal do Comércio*, 23 de setembro de 1858 «Publicações a Pedido».

16 — *Aurora* (Pernambuco, maio de 1849). Nessa época já cuidava dos problemas referentes à administração pública e sob o título *Necessidade e importância dos trabalhos públicos — Interêsse que nêles deve tomar um govêrno — Por quem deverão ser executados»*, escreveu: «O estabelecimento de obras publicas de um Estado é um dos meios mais proprios e conducentes à sua prosperidade.

A edificação de uma obra publica, sabiamente escolhida, é um importante passo, que se dá no caminho da civilização, é um triunfo que se alcança em prol da riqueza e do progresso de uma nação. Os teatros, templos, edifícios para o serviço nacional, pontes, estradas, canais, paquetes; em uma palavra, tudo que concorre para a moralização do povo, para a fertilização do País, para o aformoseamento e fortificação das cidades. e principalmente os meios de facilitar a comunicação e o comercio interno e externo de um paiz, que é o que principalmente entre os modernos se toma por trabalhos publicos — eis a mais poderosa mola do adeantamento da industria, da riqueza e felicidade das nações».

«A utilidade dos meios de comunicação ou dos trabalhos publicos por excelencia, é uma verdade de primeira intuição, é uma evidencia, de que mal se pode duvidar: esses poderosos agentes da civilização aproximam as nações uma ás outras, bem como as provincias e os individuos, abreviam as longitudes da terra, como produtos estranhos fertilisam os solos mais infecundos, derribam os obstaculos, que dificultam a comunicação dos homens entre si; a qual, como diz o grande economista J. B. Say, é o primeiro fundamento da sociedade; desenvolvem o progresso moral pela ligação e dependencia, em que está do material; os meios de comunicação, enfim, põem o ultimo sêlo, fazem o complemento e a realização do nobre sentimento da sociedade».

«Se, pois, são os trabalhos publicos um meio tão importante para o progresso e bem-estar da sociedade, todo o ente interessado nesse bem-estar deverá dentro de sua esfera promove-los, como o caminho por onde pode chegar ao fim desejado; o governo, portanto, que não pode ser indiferente ás necessidades do paiz, e aos meios de sua prosperidade, tem estrita obrigação de usar desse movel poderoso do melhoramento nacional».

«Mas esta proposição, cuja evidencia parece ferir os espíritos mais cepticos, conclusão, que naturalmente emana dos principios mais sãos e verdadeiros, nem por isso tem deixado de ser fortemente combatida».

«Alguns publicistas entendem que o poder constituído á frente de um Estado não tem outro fim senão defender a nação e os individuos contra qualquer agressor, que tente de algum

modo entrar em sua justa eficiencia: tem, segundo eles, uma missão puramente negativa, não passa, por assim nos exprimirmos, de uma sentinela dos direitos individuais e nacionais».

«Se atendermos, porém, os fundamentos da sociedade civil, se sondarmos a mesma natureza do homem não podemos deixar de confessar que o governo tem a preencher um fim mais amplo, uma missão mais positiva». (*Aurora*, periódico editado em Pernambuco, Tomo I, 1849, pág. 101).

«O homem fraco e desajudado por sua natureza desde os primeiros dias de sua vida sente as mais fortes necessidades de uma mão poderosa que o auxilie: da natureza dos membros que compõe a sociedade nasceu a necessidade de um governo: o homem não ha mister sómente de ser auxiliado contra a agressão pelos seus semelhantes, é-lhe tambem preciso, talvez, mais urgentemente, quem o sustente nas necessidades e miserias da vida, e o ajude a cumprir o alto fim, que tem sobre a terra. O governo, pois, criado para socorrer as necessidades do homem e auxiliar a sua insuficiência, não só deve garantir os direitos do cidadão e do Estado, como tambem procurar os meios de promover o seu melhoramento e por consequencia pela lei de seu fim não só o direito como a obrigação de se envolver nos trabalhos publicos, que, como temos visto, entornam á sociedade tantas fontes de vida e de prosperidade».

«Nos Estados antigos, é verdade, no Egito, na Assíria, em Roma e noutros paizes onde dominavam a oligarquia, o despotismo, ou a teocracia, e ainda mesmo em Atenas, debaixo da forma democratica, os governos não prestavam a menor atenção, nem tomavam parte alguma no que hoje entendemos por trabalhos publicos, mas a razão disso está em que as ideias do tempo lhes davam uma missão muito diversa: as conquistas eram o seu alvo principal: muralhas de bronze separavam as castas e tribos, não apreciavam as vantagens e o grande poder da industria, as profissões industriais, á excepção da agricultura, eram oficios infames só proprios para a condição de escravos, ainda mesmo aos olhos dos Platões e dos Aristoteles; é por isso que a escravatura era um fato geral, como muito bem observa Rossi, nem se podia formar do trabalho uma ideia acertada, e nem podia existir o que propriamente chamamos trabalho (pág. 102).

«O governo tratava de trabalhos publicos, mas quais eram as obras que mereciam a sua atenção? Não viam por certo essas empresas, de que havemos falado, reclamadas pelas necessidades publicas — apropriadas ao bem nacional; eram sim esses palacios soberbos, esses edificios imensos consagrados ao fausto e á vaidade das coroas despoticas. E com efeito nada mais natural do

que limitarem-se os governos desses tempos a empresas semelhantes, deixando de tratar de outras de maior utilidade; pois que além do que temos notado como muito bem adverte o Sr. Chevalier, então era desconhecida a arte dos transportes que se executam por meio das vias de comunicação; a utilidade das estradas, a invenção dos canais e outras novas descobertas passavam além do horizonte de suas ideias, e demais disso a fraqueza do poder produtivo tornava necessario o emprego da maior parte dos braços para assegurar a subsistencia publica».

«Na meia idade, debaixo da monarquia feudal, perturbava toda a Europa nesse governo anormal, nessa luta continua dos soberanos com as corporações, as obras que então se tinham em vista eram tão sómente aquelas que se compadeciam com o espirito da epoca — essencialmente militar — muralhas, torres, castelos e todas as edificações, que serviam para assoberbar o poder dos governantes e para a fortificação das cidades; e bem assim magnificos templos, ricos e elegantes conventos, animados pela exaltação do espirito religioso, que dominava o clero, e se derramava pela população; entretanto que as empresas, que hoje atraem as vistas do publico (pág. 102), não podiam merecer a atenção dos governos, por não terem delas conhecimento, ou por não enxergarem as prodigiosas vantagens, que trazem á sociedade».

«O gosto, porém, e interesse que mostravam os governos antigos pelos seus palacios, e os da meia idade pelas suas fortificações, bem revelam, que não eram indiferentes aos trabalhos publicos, pois que os executavam, segundo a epoca, no sentido de suas ideias».

«Mas hoje que felizmente hão desaparecido todos os obstaculos, que prevaleciam nos tempos passados, hoje, que se ha conhecido que é a industria um dos elementos mais poderosos da felicidade de um paiz, a unica fonte de riqueza, e que tanto a agricultura, como as manufaturas e o comercio não podem florescer sem a facilidade dos transportes, hoje finalmente, que as obras publicas são consideradas como um dos fundamentos e deixem-nos assim dizer, a aura do progresso e da civilização: o governo moderno não pode ter a missão dos governos antigos, não se deve colocar como uma estatua diante de tão palpitantes necessidades e de justas exigencias da sociedade: isto é, deve promover não só os melhoramentos morais e intelectuais como também os materiais, procurando todos os meios ao seu alcance para fazer prosperar o paiz, que vive debaixo da sua administração, pois nisto, como diz um profundo escritor, é que verdadeiramente consiste a politica no estado normal das sociedades».

«Aplicando a nós estes principios, o que haverá aí que mais reclame as vistas do nosso governo do que a abertura de canais e estradas que diminuam essas imensas distancias, que separam da capital e das cidades mais comerciantes do Império, tantos e tão importantes lugares, que aí vivem isolados nesses vastos centros? E que objeto mais importante do que ir de encontro a esses obstaculos, que tanto estorvam o comercio nacional, e por conseguinte a agricultura e manufaturas, que sem um comercio forte e animado jamais podem prosperar e dificilmente se sustentam? Que cuidado não merece ao governo desembaraçar tantos rios, com que a natureza banha as nossas terras, e que facilmente se podem tornar navegaveis com pequenas despesas, que não tardariam ser compensadas pelos beneficios que daí devem resultar?»

«Se lamenta J. B. Say, que muitas arvores criadas nas montanhas do Auvergne e do Jura, aí se vendessem por um ridiculo preço, quando levadas a vinte leguas de distancia subiria o seu valor de um a quarenta francos; que mais razão não temos nós para carpir a falta de meios, que nos trouxessem ás principais cidades, madeiras tão estimaveis, preciosidades tão raras, que aí ficam desaproveitadas nos sertões, não só no Pará, com que foi tão prodiga a natureza, como no centro de todas as nossas provincias».

«Por outro lado, não tanto que nos é possível, por esses meios ficariam remediados tantos males que resultam da dificuldade, que encontram os produtores em trazer os seus produtos ao mercado: a facilidade da condução economizando o tempo e a despesa do transporte, faria baixar o preço das mercadorias, o que vale o mesmo que dizer melhorar-se-ia a condição dos consumidores, que com o mesmo custo ficariam melhor servidos, aumentar-lhe-iam os meios de existencia — com eles os melhoramentos da sociedade — agigantado passo para a prosperidade do paiz» (pág. 103).

«Os meios de comunicação, que temos, são, bem o podemos dizer, apenas os vapores, mas, estes não podendo percorrer senão o litoral, cujas necessidades no seu estado atual só em parte satisfazem, deixam o centro gemendo na mais dura necessidade: sem caminhos de ferro, e até sem estradas comodas, sem canais e sem rios navegaveis: é mister voltear leguas superfluas, vencer ingremes ladeiras, atravessar caudalosos rios, que muitas vezes não dão passagem; é mister arrostar toda a sorte de perigos e dificuldades para que cheguem ao mercado os produtos, cujos lucros muitas vezes ficam absorvidos nas despesas da condução, o que desanimando os produtores reverte em prejuizo do povo sujeito

á carestia do mercado; e dificultando os meios da existencia traz de necessidade a diminuição e a miseria da população».

«E certamente, se no pequeno Estado da Belgica, se na França e na Inglaterra, onde os transportes, pela pouca extensão dos territorios, ainda faltando estes meios de comunicação, se poderiam operar sem muita dificuldade, se aí essas medidas são reclamadas como salvadoras, o que diremos nós do Brasil, que da serra Bocurayna, no Pará, até a extremidade do lago Mirim, no Rio Grande do Sul conta 760 leguas de comprimento, e 727 de largura desde a margem do Jabarí nos limites do Peru ao cabo de São Roque no Rio Grande do Norte?»

«A França não seria essa nação poderosa — rainha do continente europeu, a Inglaterra não gozaria o primeiro lugar entre as nações ricas e industriosas, os Estados Unidos não excitariam inveja ao mundo inteiro, maravilha da rapidez, com que esse paiz tão novo vai marchando com passos de gigante na senda da civilização, nada disso veríamos nós se milhares de quilometros não fossem ocupados por um canal do meio dia, em Erié e outros canais e caminhos de ferro, que enchem de gloria os nomes do grande Riquet, do Duque de Poridgewater, Witt Clinto e outros, que principalmente concorreram para empresas tão nobres e vantajosas não só á causa nacional como ao progresso do mundo».

«Do mesmo modo o Brasil não poderá ocupar um lugar importante no mapa das nações, se não lhe der a chave desse tesouro, que a razão nos apresenta e a experiencia nos assegura».

«Compenetrada dessas verdades, a Europa toda se dedica aos trabalhos publicos, a Austria, a Prussia, a Alemanha e a Russia, têm empreendido obras importantissimas».

«Oh! e quando teremos nós um governo sabio e patriota que atenda como deve para um objeto tão importante — o unico que pode tornar o paiz industrioso e rico? Em suas mãos dizemos nós com Scealoja, está o deposito dos meios, que devem conduzir a este fim».

Moreira Brandão prometia continuar, antes de assinar o artigo, mas, na coleção desfalcada e raríssima da *Aurora*, nada mais encontramos sôbre o assunto.

Depreende-se da leitura do exposto que o autor, apesar de ter apenas vinte anos de idade, já demonstrava possuir bons conhecimentos da matéria, estando a par do seu desenvolvimento nos continentes europeu e americano, embora, no Brasil, fôsse um tema pouco versado ou desprezado.

É de notar que ainda hoje, mais de um século após a data em que o articulista debateu o assunto, êste não se acha devidamente resolvido, sendo pouquíssimas as estradas de rodagem têc-

nicamente construídas e insuficientes e mal conservadas as vias férreas existentes; estando contìnuamente em debate nos jornais e planos governamentais; tendo o Presidente Washington Luiz (1926-30), dado razão ao jovem acadêmico, quando proclamou que «governar é abrir estradas».

Deve acrescentar-se que, sòmente quatro anos depois de agitada a matéria pelo signatário dêsse artigo, iniciou-se a primeira estrada de ferro do Brasil (Mauá), quiçá da América do Sul, sendo as rodovias brasileiras, não só naquela época, como até pouco tempo, meros caminhos que qualquer aguaceiro danifica ou arruina, sem falar nos vicinais, ainda mais imperfeitos do que os intermunicipais e interestaduais.

17 — *Jornal do Comércio.* 22 de maio de 1851.

18 — O desembargador Luiz Fernandes, no trabalho *A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte de* 1832 a 1908, coloca o *Argos Natalense* — antes do *Jaguarary,* tendo êste substituído aquêle (pág. 31), quando foi justamente o inverso. Já haviamos, em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1951-52), intitulado *A República no Rio Grande do Norte,* retificado êste engano do desembargador Fernandes, baseado numas correspondências de Pernambuco para o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, de 7 de outubro de 1851.

Depois de remetido o referido artigo e já composto, descobrimos alguns exemplares, na seção de obras raras da Biblioteca Nacional, dêsses periódicos, nos quais se verifica a exatidão da informação de Pernambuco, pois o *Jaguarary* foi publicado de março a julho e o *Argos* justamente de 7 de setembro em diante e editados em Pernambuco, conforme se observa à pág. 4 de suas edições, na Tipografia Nacional e não em Natal, como alude o ilustre pesquisador potiguar, ressalvado algum número de 1852, que não encontramos, mas, como o *Fagote,* saído neste ano e sob a mesma direção, também fôsse impresso na dita Tipografia, era possível ainda não possuísse o partido prelo em Natal.

19 — *O Jaguarary* de 5, maio, 1851.

20 — *O Jaguarary* de 17, maio, 1851.

21 — *Jornal do Comércio* de 22, maio, 1851.

22 — *O Jaguarary* de 28, junho, 1851.

23 — *O Jaguarary* de 17, maio, 1851.

24 — *O Jaguarary* de 12, julho, 1851.

25 — *A Revolução,* de novembro. (Recife), de 19, agôsto e de 29, setembro, 1850.

26 — *O Argos Natalense* de 7, setembro, 1851.

27 — *O Argos Natalense* de 18, outubro, 1851.

28 — Des. Luiz Fernandes — Opúsculo citado.

29 — *O Nortista* de 2, julho, 1849, já dizia, por êsse tempo, que as pessoas mais influentes, ricas e ilustradas da província, pertenciam ao partido *Nortista* e nas suas hostes incluía — Família Maranhão (ramo dos Cavalcanti, de Pernambuco), na qual se contavam alguns senhores de engenho; família do conselheiro Tomaz Xavier, a qual pertenceu o padre Miguelinho; as ricas famílias da «Casa Grande», do Açu; do ancião Capitão Manoel Varela Barca e do Coronel Estevão José Barbosa de Moura «rico proprietário e um dos saquaremas mais proeminentes»; bem como do Capitão Manoel Pereira, de Serra Negra (o mais rico proprietário do Rio Grande); do Capitão Antônio Fernandes de «Sabe Muito», com sete ou oito proprietários bem ricos. E aduzia, quanto a ilustrações, tem o partido o Dr. Gonzaga, da família do senador Guerra, cuja maior parte segue hoje as idéias nortistas; o juiz de Direito Pinajé, de muito mérito e prestígio; os três irmãos Cabral, além de diversos sacerdotes e pessoas de inteligência esclarecida, como o reverendo Florêncio Gomes de Oliveira.

O Sulista de 31 de julho citado, respondendo a essas afirmações, assevera que o Capitão-mor André de Albuquerque Maranhão, Capitão José Ignacio, Tenente Ignacio e Antônio de Albuquerque Maranhão, bem como André de Albuquerque Maranhão Arcoverde, são todos sulistas; estando a família do conselheiro T. Xavier reduzida a um padre velho e quatro senhoras também velhas; sem ter nenhum valor o Varela do Açu, bem como a família «Casa Grande»; sendo o Capitão Manoel Pereira, de Serra Negra, independente.

30 — *O Jaguarary* de 25, julho, 1851.

31 — *Liberdade* de 2, dezembro, 1856.

32 — *O Riograndense do Norte*, de 15, janeiro, 1859.

33 — *O Riograndense do Norte* de 21, abril, 1861.

34 — *Anais da Câmara dos Deputados* de 1864, T. 1, 339.

35 — Moreira Brandão referendou, como secretário interino, as leis 355 a 358, sancionadas pelo presidente A. B. de Passos, mas, não foi secretário dêste, e simplesmente, por faltarem às ditas leis formalidade, e já a 9 de maio de 1857, quando se achava em exercício o Dr. B. M. da Costa Dória; sendo que a 355 concedia ao estudante Daniel Pedro Ferro Cardoso um subsídio para fazer o Curso de Belas Artes. (Leis de 1857, págs. 3 a 8).

Do Dr. Dória merecia ilimitada confiança (*Jornal do Comércio* de 9-6-62, pág. 1).

Além disso, êle subscreveu, como secretário efetivo vindo da administração Dória, as leis ns. 365 a 367, datadas de 19 de julho de 1858, sancionadas pelo Presidente Nunes Gonçalves, que assumira a 18 de junho dêste ano. (Leis de 1858, págs. 1, 2 e 4).

36 — *Relatórios* do Presidente N. Gonçalves de 1, julho, 1858 e de 4, outubro, 1859.

37 — *O Dous de Dezembro,* de 3 de janeiro, 1861. Foi exonerado a pedido pelo Presidente José Bento da Cunha Figueiredo, não só dêste cargo, como do de diretor do Ateneu, segundo êste jornal, que obedecia à direção política do Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, chefe do Partido Conservador.

Compulsando os Relatórios presidenciais, verifica-se que, de 1854 a 1857, não funcionou a Cadeira de Filosofia do Ateneu Riograndense, já se achando matriculados nessa aula em 1858, cinco alunos (Relatório do Presidente Costa Dória, de 19, maio, 1858, pág. 10), porém, no fim de 1860 ou princípio de 1861, já os não havia, dando, assim, a entender que Moreira foi professor de 1858 a 1860; bem como parece que a direção do Ateneu e da Instrução Pública estêve sob sua responsabilidade, nos governos Costa Dória, Nunes Gonçalves, Oliveira Junqueira e parte do de José Bento (1857 a 1861).

38 — *Relatório* do referido presidente, de maio de 1858, no qual S. Ex.ª frisava acreditar ter sido êste o maior serviço prestado à província (pág. 7); tendo em seguida a perpetração de crimes se reduzido como por encanto (pág. 8).

No tocante à escolha do secretário do govêrno adianta que julgando necessário dar à secretaria um chefe de «maiores recursos intelectuais», nomeou o bacharel José Moreira Brandão Castello Branco, «que a instancias minhas o aceitou, mas, para fazer um serviço á minha administração do que por amor das pequenas vantagens inherentes ao lugar, que antes contrariava os seus interêsses», nomeação esta confirmada por Carta Imperial de 23 de junho (1857); tendo o referido bacharel, no desempenho dêsse cargo, prestado «importantes serviços, mostrando sempre, a par de uma inteligencia esclarecida, inteira fidelidade, atividade incessante e decidido amor ao trabalho» (pág. 2).

A propósito dessa administração encontrei no *Jornal do Comércio,* de 7 de dezembro de 1857, de 28 de janeiro e de 27 de fevereiro de 1858, três cartas datadas de Natal, referentes a êsse período governamental, seguidas de vários artigos do deputado

Amaro Bezerra e de Moreira Brandão, o primeiro atacando atos do Presidente Dória, e o segundo justificando-os.

É certo que as cartas não estão assinadas, mas, pelo modo de tratar dos assuntos, declarando-se filho da província, a alusão ao promissor programa do Presidente Dória, de quem era auxiliar destacado, dos seus primeiros atos e ao interêsse demonstrado em mostrar as riquezas do torrão natal, igual ao que revelou, quando renunciou vários oferecimentos de políticos influentes do País, para exercer funções fora de sua terra, que o podiam conduzir a posições das mais elevadas e gloriosas, concluí que se tratava do biografado, mesmo porque a correspondência ficou interrompida mais de um ano, apesar de prometida a continuação por ter Moreira passado a defender o govêrno Dória, a 19 de abril seguinte, publicando depois vários artigos no mesmo sentido na imprensa da Côrte (*Correio Mercantil*, de 2, setembro, 1858) (*Jornal do Comércio*, de 19 de abril; 4, 21 e 23, setembro 1858), para onde se transportou, a fim de melhor agir, já em caráter particular, pois, o Presidente Dória havia deixado o govêrno desde maio.

Além disso, o ponto de partida dos artigos de Amaro, sob o pseudônimo de *Aristarchus*, data de 25 de fevereiro de 1858, justamente, após a publicação, no mesmo jornal, das duas primeiras cartas atribuídas a Moreira Brandão, nas quais se aludia à política provincial, nêles atacando o Presidente Dória, sua administração e auxiliares, não só naquele artigo, como em vários outros, conforme se vê nas edições da fôlha referida, de 25, 26 de fevereiro, 1 e 2 de março, acusações estas que Moreira rebate em o número de 19 de abril seguinte.

Depois disso, travou-se longo debate entre ambos, servindo-se Amaro da tribuna da Câmara dos Deputados, dos «A Pedidos» do jornal citado (12, 6; 27, 8; 1, 2, 9, 16, 20 e 25, 9; e Moreira, das colunas da mesma gazeta, durante o mês de setembro, como já vimos acima.

É bom notar que a imprensa da Côrte só se referia ao Rio Grande do Norte, por meio de notícias extraídas ou transcritas dos jornais provinciais, principalmente do *Diário de Pernambuco* e do *Natalense*, como as referentes ao assassinato do Presidente José Paulino de Almeida e Albuquerque, em Recife, com um tiro de bacamarte, disparado por um transeunte, a cavalo, quando se achava numa janela em companhia de outros, na casa do desembargador Gustavo (*Diário Mercantil* ou *Novo Jornal do Comércio*, de 17 de fevereiro de 1827) e do Coronel Antônio José Leite do Pinho (*Jornal do Comércio*, de 23 de abril de 1834); indigi-

tado autor da morte de André de Albuquerque, chefe da revolução de 1817, na província; ou exposições oficiais, como as *falas* do Presidente Manoel Pinto de Castro dirigida ao Conselho Geral da Província a 1 de dezembro de 1832; do Presidente Basílio Quaresma Torreão, datada de 1 de dezembro de 1833, e a dêste mesmo presidente, lida na instalação da primeira assembléia provincial, a 2 de fevereiro de 1835 (jornal cit. de 15, janeiro, 1833; 23, janeiro, 1834; e 10, abril, 1835), respectivamente; do Presidente M. R. da Silva Lisboa (*Jornal do Comércio* de 9 de fevereiro de 1837); ou a cartas particulares daquela procedência «lidas pela redação», resumindo-as (*Jornal do Comércio*, de 31, agôsto, 1833).

O próprio assassinato do Presidente Silva Lisboa, em 1838, quase não teve repercussão, na imprensa da Côrte, cingindo-se, apenas, dois dos seus periódicos a dar uma ligeira notícia baseada numa carta de pessoa de crédito (o *Despertador* de 23, e o *Sete de Abril*, de 25 de maio de 1838); informação esta ainda mais sucinta em outras gazetas (*Jor. do Com.* de 25; o *Cronista* de 26 de maio referido); não aludindo ao caso várias outras fôlhas da oposição ou independentes. Sòmente, em junho seguinte, é que alguns dêles transcreveram sob o título *Interior — Parahyba*, *Diário de Pernambuco* ou simplesmente *Parahyba*, o ofício do presidente do Rio Grande do Norte ao da Paraíba, alusivo ao assunto e uma «Proclamação» dêste, ao enviar tropas, para a província vizinha (*Jornal do Comércio* de 6; *Sete de Abril*, de 8 e o *Chronista*, de 9 do dito mês, sem o menor comentário.

Já em 1850, quando se deu a morte do Presidente José Pereira da Silva Neves, a repercussão foi maior, não só transcrevendo notícias das fôlhas do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, bem como cartas do Rio Grande, correspondência do Recife, ofício do chefe de Polícia de Natal, pormenorizando o ocorrido e providências tomadas, carta do deputado Morais Sarmento, juntando outra de Natal, ora dizendo haver suspeita de envenenamento, ora rebatendo essa suposição (*Jornal do Comércio* de 16 de abril de 1850).

Depois, ainda surgiram publicações referentes, ao assunto, como o ofício do Presidente João C. Wanderley, comunicando as ocorrências ao ministro da Justiça (jornal cit., de 18 de abril); resultado do exame feito no Rio de Janeiro, do material retirado das vísceras da vítima (jornal cit., de 7 de maio); defesa dos sulistas (jornal cit. de 20 de junho, «Publicação a Pedido»); defesa do chefe de Polícia Dr. Vieira (jornal cit., de 28 de junho).

De 1839 a 1850, as notícias continuaram a ser extraídas das fôlhas pernambucanas, ou a pedido de algum político: já se

vendo no *Jornal do Comércio* de 1840, sob o título *Interior. cartas particulares* de várias províncias, menos do Rio Grande do Norte, e, em 1843, *Publicações a Pedido*, se bem que muito reduzidas, entre outras extrato de uma carta do Rio Grande do Norte, referente à boa administração do Capitão-mor André de Albuquerque Maranhão (Jorn. cit. de 15, Set., 1845); ofícios do Coronel Estêvão José Barbosa de Moura ao Presidente Morais Sarmento e ao secretário do govêrno Wanderley, respondendo a outros de ambos, suspendendo-o, por certo tempo, do cargo de comandante da primeira legião da guarda nacional, em Natal (Jorn. cit. de 23, dez., 1845): artigo assinado por João Inácio de Loiola Barros, atacando o Presidente Antônio Joaquim de Siqueira (Jorn. cit., de 30, jul., 1848).

No tocante a cartas, já se via uma, sem data, noticiando a eleição do Sr. Matoso Câmara para deputado geral, na seção *Interior*, com o subtítulo *Rio Grande do Norte* (Jorn. cit. de 17 nov., 1844); outra avisando a fuga de presos da cadeia pública e a existência do flagelo da sêca, de 28, março, mas, na sessão «Rio de Janeiro» (Jorn. cit. de 12, abril, 1847); outra, sem data, dando o resultado da eleição de senador, encabeçando a lista dos mais votados o candidato D. Manoel de Assis Mascarenhas, na respectiva seção *Interior* (Jorn. cit., 21, dez., 1849).

O *Correio Mercantil*, ainda em 1851, sintetizava dêsse modo:

«O *Diário de Pernambuco* resume assim as noticias das provincias que lhe ficam ao Norte: Fala no Pará, Maranhão e Ceará», e concluindo, aduz: «Em Pernambuco e demais provincias, nada havia de nóvo» (ed. de 27, dez.).

Daí em diante, aparece uma carta dando informes sôbre a eleição para deputados gerais, revelando a vitória do Partido Conservador (*Jornal do Comércio* de 30, nov., 1852), o qual subia, na província, pela primeira vez.

Fatos de relativa importância, como o assassinato do Dr. Trajano Chacon, em Goianinha, (Jorn. cit. de 6, jan., 1850) e do senhor de engenho do Cunhaú, José Ignácio de Albuquerque Maranhão, um dos proprietários mais opulentos da província, horrivelmente mutilado no engenho «Estivas», em que se refugiara (Jorn. cit., de 21, abril, 1851); foram transcritos de gazetas pernambucanas.

Em abril de 1859, encontrei uma carta de Natal, datada do mês anterior, em que o missivista dizia sentir a província não estar presente na primeira imprensa do Brasil por aquêles que têm o rigoroso dever de pugnar pelos seus direitos, pelo que encarre-

gou-se «da pesada missão de noticiador, referindo-lhe sempre os fatos com a consciência da verdade» (Jor. cit., de 1, abril, 1859; *Carta de Natal*, de 8, março, do mesmo ano).

Esta carta é minuciosa e se refere ao «luminoso relatório», lido pelo Presidente Nunes Gonçalves, na abertura da Assembléia Legislativa, destacando vários assuntos nêle estudados; bem como os melhoramentos e medidas indispensáveis ao engrandecimento da província, sem olvidar a instrução pública.

Dois meses após, vê-se outra carta em que o autor fala nas preocupações dos negócios sérios, narrando sòmente a verdade, sem encarar os fatos pelo prisma de mesquinhos interêsses e pequeninas paixões; elevando a missão da imprensa livre e independente; e por ser um escritor novo é contrário às doutrinas antigas e amigo das modernas, descobrindo, assim, sua opinião, assume a responsabilidade do que escreve, prestando, dest'arte, um serviço ao País, e, especialmente, ao Rio Grande do Norte. (Jornal cit., de 23, jun., 1859); *Carta de Natal*, de 26 de maio anterior).

Seguem-se outras cartas, da mesma procedência, como as de 14 de novembro, de 14 e 28 de dezembro de 1859; sendo que as últimas falam na abundância do melhor pau brasil, que é o *dourado*, seu corte, vultosa exportação; sem esquecer o desenvolvimento que tem tido a agricultura e o comércio no último decênio; duplicada a renda pública e elevada a população provincial a duzentas mil almas; muito se devendo esperar da inteligência da mocidade riograndense. (Jorn. cit., de 28, nov. 1859; 4 e 9, jan., 1860, respectivamente).

As de 1860, tratam mais de candidaturas à Câmara Geral e da atitude dos órgãos partidários na capital, sem ataques pessoais, sendo que a de 16 de novembro promete mais assiduidade, afirmando o autor da mesma não ser funcionário público. (Jorn. cit., de 27, nov.).

Moreira Brandão desempenhara o cargo de diretor da Instrução pública, na administração Nunes Gonçalves, mas, em 1860, já não exercia qualquer função pública, de sorte que ainda podia ser o responsável pela correspondência, iniciada em 1857.

De 1861 em diante, a linguagem dessas missivas nem sempre segue o mesmo diapasão, dando a entender haver mais de um autor, tanto que, numa delas, o missivista explica que o autor das mesmas foi discípulo e colega no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, amigo e apreciador de Justiniano José da Rocha, o grande jornalista brasileiro. (Jorn. cit., de 29, set., 1862. *Carta de Natal*, de 28 de agôsto, do mesmo ano); quando Mo-

reira formou-se em Olinda, e, provàvelmente, nem conheceu pessoalmente o renomado artífice do jornalismo pátrio.

* * *

A primeira das missivas de 1857, começa dizendo que, publicando o diário a quem se dirige notícias de tôdas as províncias, por meio de correspondência e não havendo uma pena que descreva as riquezas naturais e suas mais instantes necessidades, a marcha da administração e o que fôr ocorrendo de mais curioso e interessante, no Rio Grande do Norte, sente o irresistível desejo de fazer-se também correspondente, a fim de que a provincia, onde nasci, seja tambem, como suas irmãs, representada no grande centro da imprensa brasileira, no seu apreciado *Jornal do Comércio*. (Jorn. cit., de 7, dez., 1857; *Interior — Rio Grande do Norte — Carta* de Natal, de 18, nov., 1857).

Dela consta o seguinte: «A provincia do Rio Grande do Norte, que passa geralmente por uma das mais pobres do Brasil, não é tão pobre como se supõe, e pelo contrário, se a falta de indústria tem retardado o seu progresso, contém ela em si os mais poderosos elementos de riqueza e prosperidade».

«Terras de agricultura não as ha melhores, principalmente para a cana de assucar, que é o primeiro ramo de nossa lavoura. O riquissimo vale do Ceará Mirim, os fertilissimos terrenos de Cunhaú, as vigorosas varzeas do Potengi e os vastos paúis do Capió, excedem a tudo o que deles se pode dizer, e é preciso ver e aguardar as suas maravilhas para se fazer uma ideia desses inexgotaveis tezouros que enriquecem os municipios de Extremoz, São Gonçalo, São José, Papari e Vila Flôr, na parte meridional da provincia». «Além dêsses, os mimosos campos banhados pelo Trahiry e Maxaranquape produzem também os mais lindos canaviais, onde a famosa filha de Taiti, no meio da degeneração geral da sua raça, parece ostentar todo o vigor primitivo, tão bela e vigorosa como no-la trouxeram de Cayenna».

«No Ceará Mirim, no Cunhaú, no Potengy, não causa admiração que dê a cana 20 e mais safras, o que na provincia de Minas Gerais, no interior e no sul do Império mal se compreende e dificilmente se poderá acreditar; entretanto, aqui não é isto cousa rara, e nota-se mais o prodigio de que em certos terrenos a segunda folha é sempre superior a primeira, a terceira a segunda, e assim, em vez de cansar e enfraquecer parece que adquire a terra de dia em dia novas forças produtivas, de modo que uma pequena lavra que deu no primeiro ano 1.000 arrobas de assucar, pode dar no segundo ou no terceiro 1.500 ou 1.600; não

porque seja a soca mais vigorosa, mas talvez por conter maior parte de sacarose, e por ser em geral mais bem filhada».

«Essas terras prodigiosas que parece terem sido pela natureza destinadas para a plantação de cana, que ha 10 ou 15 anos se achavam quasi incultas, e que nesse pouco tempo tem já fundado consideraveis fortunas, essas terras, quero dizer não se prestam com menos vantagem ao cultivo de cereais, do tabaco, algodão e outras plantas, que mais servem aos nossos usos e precisões de vida».

«Temos hoje na provincia cerca de 150 engenhos; a produção do assucar duplica de ano em ano; e é muito de supor que no fim de 20 anos venha a agricultura a dar-nos um lugar distinto entre as outras provincias do Brasil. descobrindo extranhas preciosidades que por tanto tempo estiveram ocultas e desaproveitadas nas mãos da ignorância e da indolência».

«O norte da provincia compreende as nossas terras de criação, em cuja industria avulta principalmente o gado vacum. Em geral são os pastos abundantes e alimentosos, e a produção não tem diminuido, mas depois de 1845. parece que tem ido em marcha progressiva; as raças não são das mais aperfeiçoadas, encontra-se até em alguns lugares gado muito pequeno e acanhado, em outras. porém, principalmente nos sertões cobertos, onde a produção é menos abundante, tem o gado formas mais amplas e talvez mais belas, a carne é mais suculenta, e, muitas vezes, aparecem touros agigantados e vigorosos, que trazem á lembrança as mais belas raças inglezas e suissas».

«As raças cavalares é que se acham, como em todo o Brasil, em geral degeneradas, pequenas e disformes quartáos, é o que por aqui se encontra a cada passo, e os mais perfeitos estão longe de igualar á docilidade do cavalo arabe, a belesa do persa, o vigor do tártaro e outras qualidades que distinguem as melhores raças conhecidas».

«Ao norte possuimos tambem excelentes serras de agricultura que produzem, principalmente algodão; e as salinas do Assú, hoje pertencentes ao municipio de Macao, são tão ricas que podem abastecer o Brasil inteiro».

«Quanto porém tão prodiga a natureza repartiu conosco os mais belos presentes, perguntar-me-á Vm. «porque razão marchamos tão atrazados em relação a outras provincias talvez menos favorecidas?». A resposta. é facil, e muito tenho a dizer sobre este ponto; mas agora não só me falta o tempo para dar a esta materia o desenvolvimento de que ela carece. como receio pela difusão tornar-me fastidioso, quando mais preciso de conciliar a

sua benevolencia, e do respeitavel publico que me vai ouvir a vez primeira; limito-me, pois, a observar sucintamente, que este povo, pobre e ignorante, na ausencia de toda a industria, e entregue a seus proprios recursos, viveu por longo tempo só e unicamente da criação do gado, que pelo mau regime das fazendas e pelas secas periodicas a que estão sujeitos os nossos sertões, não podia nem poderá jamais constituir uma fortuna solida e duravel, enquanto pelo menos não se fizerem grandes depositos das aguas pluviais a cuja falta se deve principalmente atribuir a horrivel calamidade que havemos presenciado nos anos criticos».

«Quanto ao cultivo dos cereais e das plantas em geral, que fazem a subsistencia ordinaria da grande massa da população, produzia cada um apenas o que era indispensavel ás suas necessidades, e sem o comercio bem se vê que nenhum ramo de industria pode prosperar».

«Os engenhos de assucar são de bem recente data; há 12 anos antes eram propriedade exclusiva de um ou outro dos mais opulentos proprietarios, e causa admiração como em tão pouco tempo, terrenos baldios e quase desconhecidos se converteram em lavras deliciosas. O roceiro inexperto olhava estupidamente para o tesouro que tinha debaixo dos pés, e desconhecia as suas virtudes e o seu valor, bem como o cego que cercado de luz não divisa as côres dos objetos, ou o surdo insensível o dos sons».

«Felizmente esse tempo já passou, e a agricultura nascente da provincia vai em um progresso que nos faz conceber as mais lisongeiras esperanças».

«Mesmo assim lutamos com grandes e penosas dificuldades: o Ceará-Mirim em suas enchentes inunda os terrenos vizinhos e rouba-nos anualmente enormes somas, e o Maxaranguape, como que cioso da fertilidade de suas terras, engole, apenas nascida, a viçosa lavoura, e espraiando-se pelas espaçosas margens, faz recuar o agricultor que as demanda. Se o govêrno, atendendo como deve a este fecundo manancial da riqueza publica, proteger e animar a nossa jovem agricultura; se quiser dispender uma pequena quantia para a abertura dos rios mencionados, fará, sem duvida, a esta provincia, um incalculavel beneficio».

«Consta-nos que o presidente se dirigiu ao governo sobre este importante objeto, e se assim é, devo supor que o sr. marquez de Olinda, protetor como se tem mostrado da industria nacional, não olvidará os interesses legitimos desta parte do Brasil, já que os nossos cofres não podem comportar presentemente esse sacrificio, para eles excessivo, mas insignificante para o Estado».

«Até aqui só lhe tenho falado do estado material da provincia, e para não alargar-me em demasia, bem pouco lhe posso dizer do moral; entretanto sou obrigado a tocar tambem nesta especie, porque indesculpavel seria a minha reserva, principalmente no que diz respeito á politica, sendo como é, este o objeto de que em toda a parte mais se ocupa a imprensa, e que mais atrai a atenção publica».

«Esta provincia achava-se dividida em partidos, como todo o Imperio; de reação em reação foi passando, e a intolerância tinha-se radicado por tal modo em todos os espiritos, que impossivel parecia a reconciliação».

«Quando o marquez de Paraná, assentando-se ultimamente nos Conselhos da Coroa, proclamou como programa de governo — o esquecimento do passado, a moderação, a concordia dos brasileiros — esse grito generoso, que já era uma repercussão da alta vontade imperial, fez-se ouvir em todo o Brasil, e uma mudança favoravel se experimentou geralmente; entretanto, nesta provincia o efeito da nova politica foi quase imperceptivel, porque a febre que havia produzido o delirio trouxe-nos, não a quietação que resulta da confiança e da tranquilidade, mas o marasmo que procede da duvida e da inação. Correrão os tempos, e o espirito de partido tomara maiores proporções; parecia que iamos voltar aos tempos da maior efervescencia, quando chegou a esta terra o sr. dr. Dória, atual presidente da provincia, e então o programa que expendeu em uma circular impressa, inspirou logo uma mais solida confiança que se fortificou á vista dos seus primeiros atos».

«Hoje quasi toda a provincia cerca e aplaude a administração; os liberais e os conservadores têm a este respeito uma mesma linguagem; e se entre aqueles que estavam na posse exclusiva, alguns ainda ha intolerantes, que não simpatisam com a actualidade, não só são tão poucos, que não avultam, como espero que com o andar dos tempos abracem a unica politica que nos pode salvar depois de lutas improficuas que nos puzeram em reciproca hostilidade».

«Quando esta lhe escrevo, chega o *Oyapock*, e nada mais lhe posso dizer, reservando-me para outra ocasião». (*Carta* de Natal, de 18 de novembro de 1857).

A segunda carta, referindo-se ao assunto tratado na antecedente, adianta que ainda há muito o que dizer sôbre a feição material, mas, cuidará da moral, igualmente importante.

Terminara a missiva falando sôbre a politica de conciliação que agora vai dia a dia conquistando terreno, aumentando o número dos seus sectários, apesar de haver os exaltados e intole-

rantes, que, atiçando o fogo amortecido de antigas paixões, procuram arrastar-nos a êsses tempos desgraçados e remotos, e em que a diversidade de opiniões era alta, fazendo inimigos «onde razoavelmente não podia haver mais do que adversarios; tempos calamitosos em que era bastante a diversidade de interesses entre homens das mesmas crenças, para que uns aos outros se hostilizassem e tentassem mutuamente destruir-se, como se lhes houvesse fugido a razão, ou racionais não fossem, mas brutos e feras».

Ahi na côrte não se pode talvez avaliar o que eram alguns anos atraz os partidos nas provincias, principalmente nesta e outras da mesma ordem «que sendo sempre as ultimas a gosar do bem. não sei porque fatalidade são sempre as primeiras na partilha do mal; eu fui testemunha ocular de scenas as mais deploraveis, em que muitas vezes a justiça, a piedade, e amizade, a gratidão, e geralmente todos os bons sentimentos, os deveres mais sagrados, e as mais doces relações d'alma e de sangue, eram sacrificados á exaltação e á intolerancia dos partidos, ao orgulho e á vingança dos facciosos. Pois bem, no meio da luta uns ficavam feridos, outros locupletaram-se, todos bateram-se, e se geralmente a razão e o bom senso olham com horror para esse passado, ele deixou saudades a uns, rancores a outros; existem mesmo espiritos aferrados, e fanaticos, que prendem-se inteiramente ás tradições dos partidos, que repelem como uma apostasia qualquer modificação em suas ideias, e abraçados com as antigas bandeiras parecem dispostos a morrer por elas ou com elas, como os filhos de Judá, que regeitaram a lei de Christo por amor á de Moysés».

«Esses habitos arraigados e antigos não se destroem facilmente e o que aqui mais ou menos se observa, parece uma repercussão do que se vê ai na côrte; mas em honra aos generosos instintos do nosso povo devo dizer-lhe que só uma pequena minoria se conserva pertinaz e céga diante da luz; a arvore da conciliação estende os seus ramos por toda a parte e aprofunda as suas raizes; e com perseverança pode um governo sincero, senão extinguir os partidos, o que por certo não espero, moderar as suas paixões, conter os seus excessos e chama-los para um terreno diverso do em que estiveram por tanto tempo».

«Mal andei, quando em vez de lhe dar noticias, tive a fatua pretensão de dissertar sobre objectos tão altos e superiores á minha fraca inteligencia; mas devotado a essa politica generosa, ardendo em sincero desejo de ver unidos todos os Brasileiros, é perdoavel a minha ousadia»; prometendo ser mais minucioso de outra vez. (*Carta* de Natal, de 28, jan., 1858).

A terceira carta (27, fev.) encerra notícias sôbre a ação do Presidente Doria, empenhado vivamente na repressão e punição dos delitos, sem visar fins politicos como vê alguem, pois os seus

atos demonstram o contrário; chamando ao redor do govêrno os homens mais importantes de tôdas as opiniões, e mandando prender criminosos não só de uma facção como da outra, sofrendo assim, não os partidos, mas, os delinqüentes, medidas aliás que têm contribuido num periodo de oito meses, para que o crime desaparecesse como por encanto, a não ser a prática de um assassinato «quando em época bem recente o punhal e o bacamarte se achavam em continua actividade».

39 — *História do Estado do Rio Grande do Norte*, 345.

40 — Relatórios do Presidente Nunes Gonçalves de 1 de julho, 1858; de 14, fev. e de 4, out., 1859. .

41 — Relatório do Diretor de Instrução Pública da Província do Rio Grande do Norte, de 1, fev., 1858, 29; anexo ao Relatório presidencial de 19, maio, 1858.

42 — Relatório dêste presidente de 1, julho de 1858, página 9.

43 — O Presidente José Joaquim da Cunha, em seu Relatório dirigido à Assembléia Legislativa a 23 de julho de 1851, esclarecia que, desde a sua criação em 1834 até 1850, matricularam-se no estabelecimento 788 alunos, sendo aprovados 84, numa média anual de cinco aprovações, igual ao número de lentes; atribuindo êsse diminuto resultado à imperfeição do seu estatuto, parcos ordenados aos lentes, cuja admissão estava sujeita a condições quasi nulas, além do reduzido número de disciplinas, pelo que propunha a supressão das cadeiras à medida que vagassem, até que os recursos da provincia permitissem a criação de um instituto digno dela. (pág. 9).

No Relatório de 3 de fevereiro de 1852, o referido presidente afirmava só haverem nessa Casa, no fim de 1851, apenas três alunos na cadeira de latim e quatro na de francês, sendo todos aprovados, e insistia na sua inutilidade (pág. 5).

Afinal o Ateneu foi extinto pela resolução provincial n.º 253 de 27 de março de 1852, sendo os seus lentes aproveitados nas aulas de latim e francês da capital e na de latim do Açu. (Relat. do Presidente Antonio Francisco Pereira de Carvalho, 17 de fevereiro de 1853, pág. 8).

44 — *O Riograndense do Norte*, de 12, março, 1859.

45 — *O Riograndense do Norte*, citado. Era o próprio Presidente Nunes Gonçalves quem dizia mais tarde: «Estou convicto de que tirei a instrução publica do abatimento e do descredito em que se achava, experimentando-se já proveitosos resultados» e adiantava que, para o lugar de agente visitador, cargo criado pela lei de 13 de setembro de 1858 e Regulamento de 13 de

novembro do mesmo ano, resolvera aproveitar no distrito literário da capital, «a ilustração e zelo do proprio director geral da instrução publica bacharel José Moreira Brandão Castelo Branco». (Relat. de 4 de outubro de 1859, pág. 9); havendo 81 matriculas no Ateneu; 52 nas aulas de latim do interior; 20 nos Educandos Artifices (máximo fixado); 1.536 nas escolas primárias públicas e 84 nas particulares. (Rel. cit., págs. 9 e 11). Numa correspondência de Natal de 8, março, publicada no *Jornal do Comércio* (Rio), de 1, abril, 1859, lia-se que o Colegio dos Educandos oferecia um espetáculo tocante, vendo a população com admiração o seu progresso ante a lição de alta moralidade que êle apresentava e acrescentava: «Ainda hontem, cada um daqueles jovens era um desvalido, um mendigo», transformados em cidadãos uteis; «hontem a escola de corrupção pervertia-lhes a vida, precipitando-os nos vicios e crimes, hoje a severidade de costumes morais e religiosos prepara cidadãos dignos do paiz»; já tendo seus alunos produzido muitos pares de sapatos e uniformes para a fôrça pública, algumas obras de marcenaria, e estreiado na arte da música. (pág. 1, col. 7).

O Presidente João José de Oliveira Junqueira diria na abertura da Assembleia Legislativa no ano seguinte: O reg. de 13 de Novembro de 1858, precisa ser corrigido por pecar «pelas exageradas e inumeras exigências de que cerca o professorado, indo adiante de tudo quanto se tem legislado para as provincias mais adiantadas do imperio. Disposições ha que só poderiam ser cumpridas em paizes como a França ou a Prussia, onde ha um grande numero de pessoas habilitadas e cuja educação é, desde os tenros anos, encaminhada para o magisterio, como a de outros jovens se encaminha para as armas, para o estudo eclesiastico, e outros misteres da sociedade. (Rel. do referido presidente, de 15 de fevereiro de 1860, pág. 9); o qual na página 10 chama de util o colegio dos Educandos, e diz já ter 29 alunos matriculados, dando uma receita de Cr$ 11.350,00 para uma despesa de .... Cr$ 9.759,00; pelo que se pode calcular as vantagens desse «importante estabelecimento» e melhor seria se estivesse convenientemente instalado» (págs. 12 e 13).

O presidente que lhe seguiu, Pedro Leão Veloso, aludindo a êste colegio, assinala ter sido sem contestação um grande melhoramento, mas, que, sendo uma instituição de caridade, foi, «montado como industrial e lucrativo, admitindo-se moços feitos e afeitos no crime, com o fim de aproveitamento de seus trabalhos em lucro do estabelecimento; pelo que trouxe o descredito do colegio, que veio a tornar-se um foco de imoralidade antes do que uma casa de educação». Não se prestando aos designios de seu fundador e exigindo uma despesa forçada a que o tesouro provincial não

podia satisfazer, o dissolvi provisoriamente até que deliberasseis a respeito. (*Relatorio* de 16 de fevereiro de 1862, pág. 25).

O regulamento de 13 de novembro de 1858 foi revogado, ficando desregularizada a instrução (pág. 43); achando-se matriculados nas escolas primárias, 1.043 alunos (pág. 39); no Ateneu 58 em 5 cadeiras; e nas de latim do interior 75, e 16 na de francez, em São José de Mipibu. (*Relatorio* cit., pág. 44).

46 — *Jornal* e numero cits.

Nesse decênio, o partido conservador compunha-se de três grupos; o mais antigo, vindo da década anterior, dirigido pelos Cabrais (Octaviano, Jeronimo, Leocadio e Gabriel C. Raposo da Camara), formados em Direito; o dos bachareis João Valentino Dantas Pinajé e Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, iniciado já no fim do decênio referido, e o do Coronel Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara, tornado desde 1868, o mais prestigioso chefe dêsse partido, principalmente a contar de 1872.

Os Cabrais sempre foram Nortistas ou Conservadores, Pinajé e Bonifacio desligaram-se das hostes dos Sulistas, e Amaro Bezerra, chegado de Pernambuco em 1849, aceitou cargos públicos e ingressou na política neste mesmo ano, no govêrno do Presidente Magalhães Taques.

Em 1853, Octaviano predominava, sendo eleito deputado geral, bem como o ex-Presidente José Joaquim da Cunha, ficando Amaro como suplente.

Em 1857, Amaro, Pinajé e Bonifacio, unidos, fizeram deputados gerais o próprio Amaro e José Xavier Garcia de Almeida; e, em 1861, foram eleitos o referido Amaro e Gabriel Cabral Raposo da Camara.

A propósito dessa fase política, encontramos, no (*Jornal do Comércio* de 19 de abril de 1858), um artigo assinado por *Villoison*, apelido que apenas encobria o nome de Moreira Brandão, conforme declaração dêste, na edição dêsse jornal, datada de 4 de setembro do referido ano (pág. 2, cols. 3 a 5), explicando o articulista que os partidos *Sulista* e *Nortista*, eram bem extremados, porém, não tinham perfeita correlação com as duas grandes opiniões politicas do pais, sendo meramente provinciais, assim marchando até a administração do Presidente José Joaquim da Cunha (1850-52), o qual, encontrando o primeiro nas posições oficiais, fez uma completa inversão, elevando o segundo. Foi, então, que o *Sulista* tendo manifestado tendências para as idéias liberais, por elas se pronunciou formalmente, declarando-se o *Nortista* conservador, sendo êste chefiado pelo Dr. Octaviano e seu mano Jeronimo Cabral Raposo da Camara e aquele por João Carlos Wanderley e êle, Moreira Brandão.

E acrescenta: Na presidência do Dr. Carvalho (Antonio Francisco Pereira de Carvalho), Aristarchus, nome que correspondia ao do Dr. Amaro Bezerra, entendeu que devia ser deputado geral e unido ao Coronel Bonifacio (nessa epoca ainda dispondo de poucos recursos eleitorais), recorreu ao partido Sulista, obtendo alguns votos, sendo derrotado pelos Nortistas, que elegeram os Srs. Octaviano e Cunha.

Chegando á provincia, o Presidente Passos, uniu-se a principio aos Nortistas — Octaviano e Jeronimo, expelindo da legislatura provincial em 1854, Amaro Bezerra, mas, como o presidente rompesse com seus primitivos aliados, fez demissões e na eleição para deputados provinciais de 1856-57, «o sr. Passos organizou de acordo com o coronel Bonifacio, uma chapa em que não foram contemplados os irmãos Camara e Aristarchus».

«Então este procura a proteção do dr. Moreira Brandão, recebe dele cartas de recomendação para o Principe e para outros pontos, e o Bonifacio traindo a presidencia e auxiliado, pelos votos dos eleitores Sulistas, pôde conseguir a eleição do seu amigo por uma pequena maioria».

«Este triunfo, para que muito concorreu o dr. Brandão, foi o primeiro passo para a resumpção do *Aristarchus*, que, sem credito e sem amigos, tinha chegado ao desespero».

«O dr. Jeronimo figurava entre os primeiros eleitos e o presidente vendo na assembléa um nucleo de oposição, entendeu ser indispensavel aliar-se a *Aristarchus*, por não haver entre os seus escolhidos quem pudesse dirigir a maioria».

«Então, a força das circunstancias fez com que entrasse nas graças do senhor Passos o homem que mais o havia achincalhado, e foi tão repentina e pasmosa a metamorfose, que apenas pôs os pés em palacio, conseguiu o *Aristarchus* dominar inteiramente o presidente, que, já sem força moral e abandonado por todos os grupos e do proprio Bonifacio, a quem chamava de «vil e traidor», tinha necessidade de aceitar as consequencias de sua impericia, submetendo-se inteiramente a esse mesmo Amaro, em quem punha todas as suas esperanças».

«Uma das condições que o *Grande Politico* impôz ao presidente foi a sua eleição a deputado geral, a que o mesmo curvou-se, sujeitando-se ainda o presidente á candidatura do sr. José Xavier (Garcia de Almeida), imposta por Bonifacio».

«O partido Liberal protestou contra a afronta ás liberdades publicas feitas pelo poder, unindo-se o mesmo a vultos dos mais importantes do partido conservador, entre os quais os drs. Octaviano e Miguel Ribeiro Dantas, 1.º e 2.º vice-presidentes da provincia, o comandante superior Manoel Varela do Nascimento,

os drs. Jeronimo, Leocadio e Lima Bastos, os vigarios de Papari, Goianinha, Mossoró e Apodi, o opulento proprietario Ignacio de Albuquerque Maranhão e o coronel Estevão José Barbosa de Moura; restando ao Sr. Bonifacio algumas relações pessoais e ao dr. Amaro as dependencias dos cofres publicos, uma vêz que a presidencia se tornára uma maquina impulsionavel ao seu sabor».

«Uma liga tentada entre os liberais e conservadores, esquecendo-se ás ofensas passadas, não deu resultado, á vista dos animos ainda não estarem preparados e não haver tempo para aplaca-las».

«Aproxima-se a eleição, fazem-se novas alterações na policia, destacam-se contingentes para os pontos mais perigosos, movimenta-se a guarda nacional, cercam-se de baionêtas as urnas, prendem-se homens pacificos, e empregou-se a fraude, onde não bastasse a violencia, dando como resultado a eleição dos amparados pelo governo». (pág. 2, cols. 5 a 7).

Realmente, Amaro Bezerra, em discurso proferido na Camara dos Deputados, afirma que a quadra em que exerceu mais influencia foi na administração do presidente Passos, tendo estado em adversidade até dezembro de 1855, mas, vendo os seus amigos na luta, entrou na liça e fez dezessete deputados provinciais, dos vinte regulamentares, sendo ele Amaro, eleito deputado geral em 1857. (Anais da Camara dos Deputados, de 1858, T. IV págs. 244 e 245; começando a lhe caber responsabilidade de direção, desde 1856 (*Anais* cits., 1864, T. IV, pág. 114).

Esta assertiva é corroborada pelo deputado Octaviano Cabral Raposo da Camara quando, discursando na mesma Camara, declarou que Amaro, em 1858, dispôz da provincia a seu talante e entendia que devia domina-la, só e exclusivamente, fosse qual fosse a politica que governasse o pais. (*Anais* cits., 1870, agôsto, pág. 363).

Quanto ao auxilio eleitoral prestado por M. Brandão á candidatura de Amaro Bezerra, é este mesmo quem o confirma, quando em artigo no *Jornal do Comércio*, de 25 de setembro de 1858, adianta que Moreira lhe prestára «proteção e favores politicos», em compensação aos que ele Amaro, fizera aos amigos dele Moreira. (pág. 2, coluna 6).

47 — *Anais* de 1864 e T. cits., 268.

48 — *Jornal* e ns. cits.

49 — Luiz Fernandes, opusculo cit. *O Progressista*, na sua edição de 8 de setembro de 1863, referindo-se ao candidato do partido progressista, disse: «Moreira Brandão é uma idéa, um principio, porque, com as armas da mais severa lógica, espancou

sempre o erro, fulminou a oligarchia, que, no longo periodo de quinze anos de duro martirio, brechára os muros santos da liberdade, que êle obreiro infatigavel entupio, arquitéto sublime reconstruiu, lidando, desde o alvorecer da aurora até mui alta noite. Moreira Brandão simbolisa a redenção, palavra magica, misteriosa, indefinivel, que perfeitamente só se pode ler no topo daquele sagrado madeiro, em que derramou a ultima gota de sangue por entre atribulações sem par e aflições mil, o mais justo dos justos — Jesus Cristo — o redentor do genero humano (*Jornal do Comercio* — Rio — de 16 de Janeiro, de 1864 — artigo assinado por Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, no qual transcreve os dois periodos supra.)

50 — *Anais* de 1864, T. I, 135 e 361.

51 — *Anais*, cits., 1861, T. I, 316 e 317.

52 — *Anais* cits., 1879, T. I, 463 — 480.

53 — *Anais* e ano, cits., T. V (anexos), 91.

54 — *Anais*, ano e vol. cits., 99.

55 — *Anais* cits., de 1864, T. I, pág. 339.

56 — *Anais* cits., 1864, T. 2, 259.

57 — *Anais* de 1864, cits., 260.

58 — *Idem, idem*, 261.

59 — *Anais*, vol. e págs., cits.

60 — *Anais*, cits., 310.

61 — *Anais* cits., 1864, T. III, 62.

62 — *Anais* e vol., cits., 64.

63 — *Anais* e vol., cits., 75-81.

64 — *Anais* 1865-66, 263-270.

65 — *Anais*, 1866, setembro, 193-198.

Desde 1864 que as posições politicas na provincia foram confiadas aos amigos de Moreira Brandão, o que determinou Amaro Bezerra fazer oposição ao ministerio Zacarias; porém, como em 1866, Moreira afastou-se dêsse Ministério, Amaro aproximou-se, e, transigindo com adversários, conseguiu ser reeleito deputado em 1867, sendo excluido Moreira (*Anais* cits., 1870, apêndice, 19; — Discurso do Deputado Gomes da Silva).

Amaro, em 1863, antes dessa eleição, declarou que aceitava como aliados todos os liberais, menos o chefe Moreira, mas, como êste fôsse eleito e reconhecido, com Amaro, apesar dêste ter ficado em terceiro lugar, Amaro ficou desapontado de tal forma que, logo, rompeu com o govêrno. (*Anais* cits., 1869, 364).

66 — *Anais* e mês, cits., 245-251.

67 — *Jornal do Comercio*, suplemento de 12 de fevereiro de 1865; *Carta* de Natal, 30, janeiro, 1865.

68 — *Jornal* e suplemento, cits.

69 — *Jornal* cit., de 15, abril, 1865; *datas* do Rio Grande do *Norte*, até 5, abril, cit.

70 — *Jornal* cit. de 17, abril, 1865.

71 — *Jornal* cit. de 5, julho, 1865; suplemento; *Carta* de Natal, de 22 de junho do mesmo ano.

72 — *Jornal* cit., 4, julho, 1865.

73 — *Jornal* cit. 6, julho, 1865.

Na legislatura seguinte não se fez candidato à deputação geral, sendo eleitos Amaro e José Maria de Albuquerque, ambos filhos de outras províncias (*Jornal do Comércio*, de 11, março, 1867, pág. 1; *Carta* de Natal, de 25, fevereiro, 1867); candidatos ambos do Presidente Luiz Barboza. (Jornal cit. 25-4-67 e *Cartas* de Natal, 25, 3 e 8 de 4-67).

74 — *Jornal* cit., de 17 de novembro e 10 de dezembro, 1866; *Cartas* de Natal, de 4 e 17 de novembro do mesmo ano. Do *Relatório* do Presidente Meira, de 1 de outubro de 1866, consta haver sido nomeado, por ato de 19 de fevereiro do referido ano, «por quem outrora havia satisfatoriamente ocupado» o cargo (Anexo, pág. 7). A exoneração a pedido é confirmada no *Relatório* do Presidente Barbosa, de 25 de abril de 1867, pág. 18.

75 — *Anais* da Camara dos Deputados, de 1879, Tomo V, pág. 99.

76 — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* do Rio Grande do Norte, vol. 18, págs. 120, 122, 126 a 129.

77 — *O Argos Natalense* de 7, setembro, 1851, pág. 3.

78 — *Jornal* cit. pág. 4; porém, Moreira Brandão em artigo publicado no *Jornal do Comercio* de 22 de setembro de 1858, esclarece, em resposta a uma acusação do deputado Amaro Bezerra, de haver oferecido uma indicação, na assembléia provincial, pedindo ao chefe da nação a convocação de uma Constituinte, não sendo verdade haver apresentado, em tempo algum, ou feito apresentar indicação nesse sentido, e tão sòmente, propusera anistia geral para os comprometidos na revolução pernambucana, do que não se envergonha, antes, gloriava-se, por manifestar sentimentos nobres e generosos. (*Publicações a pedido*, pág. 2).

79 — *Jornal* cit., 13 de setembro, 1851-2.

80 — *O Nortista*, 9 de outubro de 1849, 3. *O Sulista* de 9 de agôsto de 1849, publicou a chapa dos seus partidários, confir-

mando o assêrto referido. Em 1851, foi eleito primeiro secretário da mesa. (*Liberdade*, 21, setembro, 1883, 3).

81 — *O Jaguarary*, 16 e 26 de março, 1851; *O Argos Natalense*, de 13 setembro e 5 novembro, 1851, e 10 de janeiro, 1852.

82 — Camara Cascudo — *Historia da Cidade do Natal*, 1947, pág. 158). O projeto, considerado digno de deliberação e aprovado em primeira discussão, não passou daí, adianta êste historiador.

83 — *Jornal do Comércio*, 20 de abril, 1862 (Correspondência para o *Diário de Pernambuco* enviada de Natal, de 4 abril de 1862; *Jornal do Comércio*, cit., 30 de abril, 1862; *Carta* de Natal. de 15 do referido mês, acrescentando a gazeta carioca que nunca se vira, no Rio Grande do Norte, uma oposição liberal tão viva contra um presidente, apesar das que sofreram os Presidentes Passos e José Bento (*Jornal do Comércio*, 19 de maio, 1862).

84 — *Cascudo* cit., 173.

85 — *Coleção de Leis* do Rio Grande do Norte, 1864; 60, 124 e 139.

86 — *Jornal do Comércio* 5 de novembro, 1866, 1; *Carta* de Natal de 20 de outubro de 1866.

87 — *Jornal do Comércio*, 1 de janeiro, 1867; *Cartas* de Natal de 7 e 17 de dezembro, 1866. Êste presidente, segundo uma correspondência de Natal, dedicara-se inteiramente à causa do deputado Amaro Bezerra, nunca se tendo visto na província uma administração tão parcial, imprudente e precipitada, apesar de se dizer liberal. (*Jornal do Comércio*, de 17 de novembro 1866; *Carta* de Natal de 4 do mesmo mês).

Por isso, Moreira Brandão apresentava, na Câmara Legislativa, uma moção censurando a administração, pronunciando importante discurso seguido de animada discussão. (*Carta* cit.).

Numa publicação a pedido, confirma-se a opressão e atrabiliaridade da presidência, aduzindo-se que, desde 1838, época do famigerado Ribeiro, não registra a história provinciana, tão infausto acontecimento, repelindo as luzes do século XIX, a prepotência dos régulos. (*Jornal* cit. de 31, dez., 1866, pág. 2).

Além das demissões e perseguições aos liberais, recrutamento em massa e violência nos engenhos dos adversários, (*Jornal* cit., 24 de janeiro e 22 de fevereiro, 1867; *Carta* de Natal, de 8 de fevereiro, cit.); extinção do têrmo de S. Gonçalo (predominio do Dr. Octaviano Cabral e familia Moura) — *Jornal* cit. de 18 de fevereiro e *Datas* até 9 do referido mês); desprezou os irmãos Cabral, Drs. Souto e Gonzaga, vigários Matos e Antonio Joaquim, Coronéis Varela, José Borba e outros membros importantes do

partido conservador, só gozando favores os amigos do Dr. Amaro, como os Drs. Hermogenes Tinoco, Loyola Barros, etc. (*Jornal* cit., de 24, jan. e *Carta* de Natal de 13 do mês citado).

88 — *Jornal* cit., 24-6-67; *Cartas* de Natal, 7-6-67, e artigo referido, pág. 1.

89 — *Jornal* cit. 25-12-67; *Cartas* de Natal, 8-12-67.

Na eleição senatorial de 1867, Moreira Brandão fez uma coalisão com os conservadores do grupo chefiado por Gomes da Silva contra o deputado Amaro Bezerra, amparado pelo govêrno.

A propósito, o deputado Gomes da Silva, em discurso na Câmara dos Deputados, de 23 de junho de 1870, cita uns trechos de um artigo do *Riograndense*, em resposta ao *Correio Natalense*: «Os homens da actualidade não podendo airosamente explicar a derrota que sofreram na eleição senatorial, lançam-se furiosamente contra os drs. Moreira Brandão e Gomes da Silva. Diz e assevera a folha oficial que o sr. dr. Moreira Brandão se dirigiu aos seus amigos aconselhando-os a que fizessem atas falsas, onde lhes fosse impossivel o triunfo legitimo».

«Estamos certos que não ha na provincia quem acredite que o nosso amigo é capaz de se dirigir a alguem nesse sentido». «O sr. dr. Brandão, nos tempos das lutas mais ardentes e vertiginosas, nunca foi atacado em sua probidade e ainda quando se tratava de questões, em que era particularmente interessado, não tiveram duvida os seus adversarios em apelar para o seu testemunho». *Anais* da Câmara dos Deputados, de 1870, *Apêndice*, pág. 19).

90 — *Jornal* cit., de 30-12-1868; *Carta* de Natal de 22-11-68.

91 — *A. Tavares de Lyra* — História do Rio Grande do Norte (1922) pág. 610 *in* «Dic. Hist., Geog. e Etnog. do Brasil» Introdução Geral, vol. 2º; Luiz Fernandes, A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte, 2ª ed., 53.

Aqui, torna-se preciso um esclarecimento sôbre a ação política do Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, pernambucano, vindo para o Rio Grande do Norte, em princípios de 1849, segundo uns, para tratamento de saúde. (*Anais* da Câmara dos Deputados, 1851, T. 1, 204 e 228); segundo outros, com intenção politica, (*O Sulista* de 9, agôsto, 1849). O que é fato, é que, neste ano, já era aproveitado pelo Presidente Taques, como juiz municipal e suplente de delegado de polícia; recusando a deputação provincial e outras vantagens oferecidas pela oposição (sulista), no ano seguinte, pelo que, teve que afrontar renhida luta, processos, demissão e ameaça de prisão. (*Anais* da Câmara dos Deputados, 1853, T. IV, 99. Discurso de Amaro de Bezerra, como deputado, na sessão de 6 de agôsto).

Em 1853, já era suplente de deputado geral e, como tal tomou parte nos trabalhos da câmara respectiva, sendo que, em 1852, esteve uns 15 ou 20 dias na assembléia provincial (pág. 100), não guerreando o govêrno «e, sim a candidatura do sr. Cunha, filho da Côrte, que para ali se impunha» (*Anais* cit., pág. 103); esquecendo que êle Amaro também era natural de outra província.

Nessa mesma legislatura, a 12 de julho, frisava que o Rio Grande do Norte não «tinha filhos de influencia poderosa que possam excitar as atenções do governo». (*An.* cit. T. III, página 177).

Segue-se o período chamado de conciliação, em que sempre conseguia ser eleito deputado geral, embora sem bater-se por um princípio político definido.

É certo que era conhecido, na província, como adepto da facção conservadora, apresentando-se na Câmara geral, em 1861, com tendências em favor dos conservadores moderados, nunca, porém, manifestando-se no Rio Grande do Norte, por êste modo, nem pela imprensa, nem por ocasião alguma; tendo, certa vez, ao ser interpelado na assembléia provincial, ácêrca do seu procedimento na Câmara dos Deputados, declarado que não havia aderido à política alguma, fazendo-a por sua conta, jamais tendo estado com os conservadores vermelhos ou moderados. (*Anais* da Câmara dos Deputados, 1864, T. I, pág. 339; Disc. do deputado Moreira Brandão na sessão de 21, jan.) — Amaro negou a afirmativa, porém, ante a ameaça do seu antagonista de ler tópicos de discursos, relatórios e peças oficiais referentes ao assunto, silenciou (*Anais* e pág., cits.)

Moreira Brandão concluia, então, mas, se S. Exa. nos faz, agora, esta confissão de ser liberal ou progressista, «eu não deixo de aplaudir». E, em 1866, Amaro, na sessão de 11 de setembro, se manifestava apoiando o ministério Zacarias, atacando os liberais históricos, apesar de o haver combatido, ao ser organizado a 15 de dezembro de 1864. (*Anais* de 1866, págs. 245 e 251).

O deputado Raposo da Câmara, discursando na Câmara, em agôsto de 1870, sôbre os partidos da província, desde 1852, mostra a política avassalante de Amaro (*Anais* respectivos, pág. 363) e acrescentava haver o mesmo declarado, em 1863, que receberia como aliados a todos os liberais que quisessem associar-se à nova ordem de cousas, menos ao chefe Moreira Brandão, e como êste se candidatasse, fôsse eleito (pág. 363) e reconhecido deputado geral, Amaro ficou de tal forma desapontado com êsse reconhecimento, que rompeu, logo após, com o ministério que concorrera para a sua eleição (pág. 364); mas, tendo Moreira, em 1867, decidido pelos liberais históricos, Amaro arvorou-se novamente em progressista, sendo reeleito para a legislatura seguinte, com o apoio

decidido do novo Presidente Luiz Barbosa da Silva, o qual chegou a dizer que a sua única missão era erguer o partido amarista e fazê-lo deputado, para o que lançou mão de todos os meios, inclusive os violentos (pág. 364).

Estava nisto, quando se deu a vaga de senador, Amaro candidatou-se, não foi reconhecido, caindo com êle o ministério (pág. 365).

92 — Luiz Fernandes cit., 54. O *Riograndense* reaparecia em julho de 1868 e afirmava que o seu silêncio não significava acôrdo com a Presidência e acrescentava: «Moreira Brandão, fóra do Parlamento, não deixou o seu posto de honra, como chefe de partido. Vai seu caminho com firmêza e coragem, e sempre que é necessario pugnar pelas suas ideias e pelos legitimos interesses de seus amigos, nenhuma consideração lhe prende a vóz, nem faz-lhe cair a pena da mão. Com ele na adversidade marcham firmes e seguros os belos talentos e nobres caracteres que o acompanharão nos dias prosperos. Os partidos moralizados e bem dirigidos engrossam e fortificam-se na oposição». (*Jorn. do Com.* 27-6-1868; *Carta* de Natal, 9-6-68).

Isto se passava no govêrno do Dr. Gustavo Adolfo de Sá, que findou a 29 de julho citado, depois do que veio a resolução do Dr. Amaro Bezerra de reorganizar o partido liberal, quando já governava o Dr. Manoel José Marinho da Cunha.

93 — *Jorn. do Com.* 25-12-68 e 10-1-69; *Cartas* de Natal, de 8 e de 25-12-1868.

94 — *Jorn.* cit., de 26 de setembro de 1868, pág. 1; artigo assinado pelo ex-deputado José Maria de Albuquerque Melo, intitulado *Rio Grande do Norte* e datado do Rio, 24 de setembro de 1868).

95 — Luiz Fernandes, op. cit., pág. 54.

96 — O *Riograndense* 16 de nov., 1869; *Jorn. do Com.*, 20 jan. 1870, 1.

97 — *Jorn.*, cit., 8 de fev., 1870; *Datas* do Rio Grande do Norte até 28, jan., 1870, 1.

98 — *Diário do Rio de Janeiro*, 7 junho 1870, 1. Houve requisições de fôrças aos presidentes da Paraiba e de Pernambuco, indo desta um contingente de fuzileiros navais que foram distribuidos por vários pontos do interior, unidos à guarda-nacional, com a munição precisa. (*Jorn. do Com.* 11, nov., 1869, 1; *Carta* de Pernambuco, 29, out., 1869).

Em várias sessões do Senado, discutiu o assunto o senador Silveira Lobo que pediu o adiamento da votação do parecer, até a apresentação das atas de várias sessões eleitorais, bem

como a remessa pelo govêrno provincial de atos autênticos relativos a ordens, movimentos de fôrça e material bélico. (*Diário do Rio de Janeiro*, 10-6-1870, pág. 1); falando também os senadores Saraiva e Zacarias; assinalando o primeiro a existência de duplicatas em quasi todos os colégios (*Diário* cit., 21, junho), e o segundo proclamando: Se a eleição de 1867, foi uma eleição fraudulenta, a eleição atual, Sr. Presidente, é uma eleição violenta, sem excluir também o grande emprêgo da fraude. (*Diário* cit. 22 de junho); sendo na seguinte (15-6-70), rejeitado o pedido do Sr. Lobo e aprovado o parecer, tomando posse o Dr. Torres Homem. (*Diário* cit., 24, junho).

Zacarias, na discussão dessa eleição, leu tópicos de uma carta do presidente da provincia do Rio Grande do Norte, Pedro de Barros Cavalcante de Albuquerque, dirigida a pessoa no Rio, comprometendo o referido administrador, tendo havido a interferência de fuzileiros navais em um município. E acrescenta que era impossível o partido conservador vencer, ante o congraçamento das frações do liberal, mas, a fôrça dêste teve de enfrentar a ação dos governos central e regional. (*Anais* do Senado, 1870, T. 1 151-153).

Silveira da Mota esclarece que, na eleição anterior, votou reconhecendo Torres Homem, porque êste, de qualquer modo que se contasse os votos, constava da lista, mas, na dêste ano, crê «que ainda não houve no governo quem puzesse» as manguinhas de fora como se pôs nesta eleição do Rio Grande do Norte. (*Anais* cits., e vol., pág. 166). E acrescentou: Não votava pela nulidade e sim pelo adiamento da votação para que viessem as atas primárias, pois, não se sabe qual a duplicata que representava a verdade. Escolher-se entre duas listas é caso virgem na nossa história, não tendo havido ainda ministério que assim agisse, de posse de duas listas. A Coroa não pode escolher de seis um, e sim de três. (*Anais* e vol. cits., 166-7).

99 — *Jorn. do Com.*, 4 e 9-5-1872, 1; *Carta* de Natal de 8 e 22-4-1872.

100 — *Jorn.* cit., 27, fev. 3, 8, 14, 17, março, 10, 23 de abril; 9 de maio; 15, 23 de junho; 18 de julho; 15, out.; 8, nov. de 1872; *Cartas* de Natal, de 9, 25 fev.; 29 março; 8 e 22 de abril; 6 de junho; 23 de out.; *Fôlhas* do Rio Grande do Norte, até 20 e 25 de fev.; 5 março; 2, junho; 8, julho; 5, outubro; tudo de 1872.

Numa correspondência de Natal, narrava-se que, na sessão preparatória de 2 de outubro para verificação de poderes, a assembléia reconheceu os seus membros, decidindo logo nessa reunião, aliás a primeira, o caso das incompatibilidades, admitindo no lugar,

dos incompativeis, dois cidadãos que se seguiam aos 22 mais votados, sendo um dêles realçante adversário da política dominante. (*A Nação* (Rio), de 11, nov. 1872; *Carta* de 22 de outubro anterior). E acrescentava que o *Liberal* sempre teve a prudente reserva de nunca ter proferido juízo a tal respeito, declarando hoje nenhum acôrdo ter havido, agindo os deputados por impulso próprio ou justo, ou, por antagonismo, mas, livremente, e sem esperar que o escolhido lhe engrossasse as fileiras. (*Jorn.* e *Carta*, cits.).

101 — *O Conservador*, 22, junho, 1872, págs. 1 e 2. Dêste mesmo exemplar de *O Conservador* consta serem favoráveis ao reconhecimento do chefe liberal, os deputados Gomes da Silva, Bonifacio Camara, Enéas Torreão, Luiz Souto, Basilio de Araujo, Vasconcelos Chaves, Joaquim Guilherme, Rafael Fonseca, Henrique Camara e mais dois, perfazendo a soma de 11, maioria num total de 22, excluído o presidente da assembléia, impedido de votar, mas que, no caso de empate, como aconteceria, na sessão do dia 22, desempataria a favor do desejo governamental, ficando Moreira excluido.

Deve-se anotar que Moreira Brandão era cunhado do candidato Joaquim Manoel e concunhado do presidente da Assembléia Jeronimo Camara e do deputado Vasconcelos Chaves, todos do partido conservador, embora de facções diversas.

102 — *Jorn. do Com.*, 15, 8, de 3 e 8-11-1872, 2; *A Nação*, 11, nov., 1872; *Carta* de Natal, 22, out., anterior.

103 — *Jorn.* cit., 10, jan., e 13 março 1873; *Cartas* de 15-12-1872 e 19-2-1873.

104 — *Jorn.* cit., 10, out., 1874; artigo do padre João Manoel 2; 18, março, 1876, *Carta* de Natal de 3 de março referido; 6 de março e 3, abril do dito ano.

Dizia uma carta de Natal que havia profundas desinteligências entre os correligionários, odiando-se êstes mais que aos adversários, porém, bem estudadas as causas, não se dava pròpriamente uma dissidência e sim inimizades particulares entre os dois grupos do partido e tão arraigadas que eram de dificil senão de impossivel extirpação. (*A Nação*, 9, out., 1872; *Carta* de 23, set., anterior).

O Coronel Bonifacio era nomeado «oficial da Ordem da Rosa», em «atenção aos relevantes serviços prestados ao Estado, no ano seguinte». (*A Nação* 8, abril, 1873); demonstrando assim o prestigio do seu grupo.

105 — *Anais* da Cam. dos Depts., 1879, maio, 1784; Luiz Fernandes cit., 60. Amaro, na sua exposição, afirma ter estado exilado em Pernambuco com sua família, há três anos, para evitar grandes violências e ultrajes, ou para salvar a vida ameaçada por

uma conspiração de salteadores e sicários mancomunados com a justiça local. (pág. 784 cit.); e a 22 de agôsto do mesmo ano, declarou ter sido perseguido várias vêzes, tendo, em 1876, sido obrigado a exilar-se para escapar ao assassinato; sendo, entretanto, esbulhado nos seus haveres e interêsses (*Anais* cits., T. IV, 233).

106 — *O Riograndense* de 16 de novembro, 1869; «Noticiario».

107 — *Jorn. do Com.*, 25 de março de 1867; *Carta* de Natal, 10 de março cit.

108 — *Jorn.* cit., de 19 de janeiro de 1877 — «Camara dos Senhores Deputados».

Segundo parecer da comissão de poderes dessa Câmara, o Dr. Tarquinio de Souza teve 448 votos, Dr. Gomes da Silva, 335. padre João Manoel 170, Moreira Brandão, 85 e Amaro Bezerra 60, tendo Moreira protestado contra essa apuração; achando, porém, a comissão não procederem as suas razões, pelo que concluia pelo reconhecimento dos dois primeiros (*Anais* da dita Câmara, 1877, págs. 119-120) que, afinal, foram reconhecidos deputados na sessão de 18 de janeiro (pág. 124).

109 — *Jorn.* cit., 30 de agôsto de 1876; *Carta* de Natal, de 4 do dito mês.

110 — *O Liberal*, 24 de abril de 1875; Tavares de Lyra, Dic. cit., 610.

111 — *Jorn.* cit., de 28 de setembro de 1876 *Carta* de Natal, 9 de setembro cit.

112 — *O Liberal* de 10 de setembro de 1876, pág. 2.

Foi resolvida a fundação dêste periódico numa reunião na residência do Dr. Moreira Brandão, em maio de 1872 (*Jorn. do Com.* 29 de maio; *Carta* de Natal, 9, maio, 1872), o qual em setembro seguinte, já circulava, como órgão do partido e tendo como principais redatores os Drs. Moreira Brandão, Jeferson Mirabeau e Hermogenes Tinoco (*Jorn.* cit., de 26, set., 1872; *Carta* de Natal, 7 do mês referido); acrescentando a *Nação* de 18 do dito mês que êle aparecia dando a razão do seu aparecimento «faz o *confiteor* de velhos pecados, de antigas dissidências no seio do seu partido, hoje compacto e unido». (*Carta* de Natal, 7 de setembro cit.) Amaro e Moreira confirmam haver sido êste jornal fundado por Moreira. (*An.* da Cam. Deputs., 1879, T. V, pág. 8).

113 — *Jorn. do Com.* 7 de março de 1877 — «Senado». O senador Nogueira Jaguaribe falando sobre esta eleição, diz que o Rio Grande do Norte tem filhos dignos do Senado brasileiro, como os Srs. Tarquinio, Gomes da Silva, Octaviano, Gabriel e Jeronimo Camara de quem diz: «homem talentoso que faz figura distinta na sua provincia, cuja familia se acha ligada com

outra tambem importante, a de um senhor de engenho, homem notavel naquela provincia». Fala também nos Srs. Galvão, alto funcionario do tesouro, no conselheiro Brito Guerra, Amaro Bezerra e Moreira Brandão, êstes dois do partido liberal, destacáveis, não só pelo seu talento distinto, como pela influência política (*Anais* do Senado, 1877, vol. II, pág. 6).

114 — *O Liberal*, (Natal), 10 de setembro de 1876.

115 — *O Liberal*, 1 de outubro de 1876.

116 — *Jornal* e nº cits. — Uma correspondência de Natal censura Moreira Brandão por apoiar um ato do vice-presidente Manoel Januario Bezerra Montenegro e aduz ser aquêle «um dos caracteres mais apreciados do partido liberal desta provincia, que devia impedi-lo», «afim de não perder os foros de que gosa de partidario honesto e tolerante». (*Jorn. do Com.*, 15 de abril 1878; *Carta* de Natal, 25 de março anterior).

117 — *Jorn. do Com.*, 18, jul., 1878; *Carta* de Natal, 24 de junho anterior.

118 — *Jorn.*, cit. de 15 e 19, agto., 1878; «Publicações a Pedido» — «Rio Grande do Norte» e *Cartas* de Natal, 1 de agôsto 1878, respectivamente.

119 — *Jorn.* cit., 11, 12, 15, 18, 19, 20, 21, 23; 25; 27; 28 e 30, out.; 28, nov.; 1º, 10, 13, 14, 16, 29 e 31 dez.: 1878, 3 e 10 jan., 1879; sob os títulos «Rio Grande do Norte» e «Os orfãos do Cunhau».

120 — *Jorn.* cit., de 9 de outubro de 1878; *Datas* do Rio Grande do Norte, até 28, set., anterior.

121 — *Anais* da Camara dos Deputados, 1878, 36 e 44-5.

122 — *Anais* cits., 1878, 95 e 96.

123 — *Anais* cits., 1879, págs. 745-7. Houve algumas chuvas na região pelo que, no Rio Grande do Norte, efetuou-se um movimento de retôrno aos lares e fazendas abandonadas, mas, como se dissipassem as esperanças de chuvas seguras e benéficas, deu-se a reemigração dos flagelados da sêca, famintos e desalentados e mais engrossada ainda do que nos anos anteriores, porque aos deserdados da fortuna, juntar-se-ão os que outrora tinham fartos haveres, impiedosamente consumidos, durante a inglória luta de dois e meio anos com o monstro da morte. (*Jorn. do Com.*, 17, junho, 1879; *Carta* de Natal, 26 de maio anterior).

O presidente da provincia (Marcondes Machado) está empregando retirantes nas obras públicas. (*Jorn.* cit., 20, junho, 1879 e *Carta* de Natal, de 11 do dito mês).

No fim do ano, porém, havia-se reduzido o número de retirantes nos portos do litoral, devido a chuvas abundantes no sertão

(*Jorn.* cit. 25, dez., 1879; 4, jan., e 6 de fev., 1880; *Datas* de Natal até 14 e 25 de dez., 79; e 23, jan. 1880).

Segundo correspondência de Natal, a aglomeração de retirantes em Mossoró, passou de 60.000, em 1878 (*Jorn.* cit. 16 e 31 de maio; *Datas* de Natal, até 2 de maio e *Carta* de 14 dêste mês; diminuindo para mais de 40.000, em outubro do ano seguinte (*Jorn.* cit., 11, dez., 1879; *Carta* de 22 de outubro do ano referido. Em Macau devia subir a 20.000 individuos, afora, os que procuravam Touros, Ceará Mirim, Natal e outros pontos do litoral, chegando a morrer diàriamente em Mossoró, mais de cem emigrantes; amanhecendo os cadáveres pelas ruas, nus, largando os pedaços, devido à fome e moléstias oriundas da falta de assistência, (*Jornais* e *Cartas* referidos).

124 — *Anais* cits., 1879, jan., 98-104.

125 — *Anais* cits., 1879, T. V, 1 e 12.

126 — *Anais* cits., 1879, T. V, 6-16.

Nesse biênio de 1878-79, correspondente à devastadora sêca do Nordeste, iniciada no ano anterior, coube aos liberais dirigir os socorros distribuídos na província aos flagelados, e, como os administradores provinciais fôssem acusados de malversações, inclusive os da facção Moreira Brandão, convém aqui, registar as palavras do deputado conservador Tarquinio de Souza, pronunciadas na sessão de 15 de maio de 1882, quando afirma que a distribuição de socorros públicos no Rio Grande do Norte, pelos liberais, durante os anos dessa calamidade, foi feita com muita honestidade, abnegação e patriotismo; tendo havido enriquecimento principalmente na côrte. E acrescenta que o govêrno imperial dispendeu 74.000 contos de réis, sendo 5.800 no Rio Grande do Norte, socorrendo 60.000 pessoas, pelo que tocou a cada um 95$000, no espaço de três anos. (*Anais* cits., 1882, vol. IV, 530-531).

127 — *Jorn. do Com.*, 4, jan., 1880; *Carta* de Natal 14, dez., anterior.

128 — *Jorn.* cit. 3 e 6 de fev., 1880; *Datas* do Rio Grande do Norte até 23, jan. e *Carta* de Natal, também desta data.

129 — *Jorn.* cit., 13, março, 1880; *Datas* do Rio Grande do Norte, até 25 fevereiro anterior.

O Jorn. do Com. de 30 de junho de 1881, publica um artigo intitulado «*Rio Grande do Norte*», assinado por «Um Liberal», apontando os Drs. Vicente Inacio Pereira e Luiz Carlos Lins Wanderley como os homens talhados para salvar os brios, a honra e a fortuna da província, «tão tristemente ultrajada por uma influencia odiosa, humilhante e devastadora», que pretende torcer, amoldar, amaciar, render com falsas promessas de paz e de

reconciliação com esperanças falazes de harmonia e concordia». «Publicações a Pedido», pag. 3; transcrito do *Jornal do Recife*.

Desde 1878 que o Dr. Luiz Carlos, numa reunião em casa de Moreira Brandão, propunha que se alijasse Amaro da chefia do partido, ao que se opôs Moreira, mostrando que devia ficar como estava, no que foi apoiado por Hermogenes Tinoco, Aleixo e Manoel Quintiliano. (*Jorn.* cit., 14, dez. 1878, 2; *Carta* de Recife, 6, dez. citado.)

130 — *Anais* cits., 1880, 68, T. VI, 1.

131 — A propósito dessa transferência, o Dr. Vicente Ignacio Pereira dirigiu ao ministro do Império, Barão Homem de Melo, a carta seguinte: «Distinguido com a nomeação para o lugar de 1º vice-presidente pelo patriotico gabinete de 5 de Janeiro, prestei juramento e tomei posse em uma quadra bem dificil, levado mais pelo dever de servir á minha provincia, ao meu partido e a meus amigos, do que pelo deslumbramento do cargo e honra que me havia sido imerecidamente conferida».

«Se durante o curto mas afanoso periodo de minha administração, correspondi ou não á confiança em mim depositada, por um governo honesto e moralisado, o disseram todos os orgãos da imprensa da provincia, e satisfação manifestada no semblante de uma população inteira, que, de faces veladas, tinha pêjo de recordar-se ainda das scenas de violencias e imoralidades anteriormente praticadas pelos prepostos do bacharel Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, e que deram em resultado a exoneração de três vice-presidentes».

«A minha demissão, pois, actualmente de um lugar que tenho sabido honrar, e na fase dos maiores escrupulos de uma situação amiga, importaria simplesmente a negação de tudo quanto tem ela afirmado até hoje, e daria a medida do grau de proteção dispensada a favor do homem a quem deve o partido todas as suas infelicidades e a provincia todas as suas humilhações.»

«O que, porém, acaba de fazer o governo do meu paiz (já tão trabalhado de desenganos e decepções), rebaixando-me do 1.º para o 2.º lugar da lista, e fazendo-me substituir por aquele a quem sucedi, por ter sido nesta mesma situação dispensado a bem do serviço publico, por um gabinete que soube conquistar os foros de patriotico, honesto e ilustrado, é para mim de gravidade sem nome, tanto mais quanto veio de frente ferir a minha dignidade, que, como minha honra, preso e zelo sobretudo. É, pois, em nome de minha dignidade e da dignidade da minha provincia e de meus amigos que tomo a liberdade de dirigir-me a V. Exa., pedindo-lhe licença para declinar da honra com que se serviu distinguir-me, — da qual dizem os meus brios — me devo reputar indigno.»

«Para servir a meu partido, de nenhum outro estimulo preciso mais do que de minha dedicação, lealdade e desinteresse com que lhe tenho consagrado meus esforços até hoje; para obter a estima e respeito de meus concidadãos, de nada mais careço do que da aureola que nunca deixa o homem de honra e do prestigio com que por minhas ações e meu comportamento hei podido, mercê de Deus, conseguir cercar meu nome.»

«Digne-me, pois, V. Exa. de conceder-me a exoneração que instantemente solicito, com o que muito obrigará ao de Vossa Exa. Attº Respeitador e criado Dr. Vicente Ignacio Pereira.»

«Ceará-Mirim, 3 de Maio de 1881.» (*Jorn. do Com.* 30, junho, 1881; «Publicações a Pedido». 4; (*Do Correio de Natal*); demissão concedida no mesmo mês (*Jorn.* cit. de 26 de maio 1881; «Gazetilha»).

132 — *Jorn.* cit. 3 e 9, fev. 1882; *Carta* de Natal, 11, jan. anterior; *Anais* cits., 1882, T. I, 317, 366 e 424 441.

133 — *Jorn.* cit., de 9 abril, 1882; *Carta* de Natal, de 24 de março anterior.

134 — *Jorn.* cit., de 24, nov. 1882; «Gazetilha». Nessa presidência o Dr. Jerônimo Cabral Raposo da Câmara foi transferido do 4º para o 6º lugar de vice presidente da provincia e nomeados José Bernardo de Medeiros e Silvino Bezerra de Araújo Galvão para os 4º e 5º lugares, sendo exonerado dêste último o Dr. Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves. (*Jorn. do Com.*, de 5, nov., 1882; «Gazetilha».)

Desbancavam-se, assim, os substitutos conservadores, deixando sòmente o Dr. Jerônimo Cabral, no último pôsto; dando entrada ao Coronel José Bernardo, grande influência politica na zona do Seridó, o qual, mais tarde, derrotaria o próprio Amaro Bezerra no 2º distrito eleitoral da provincia e chegava a senador, já nos tempos da república.

Em maio de 1883, eram transferidos das 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª vice-presidências para as 1ª, 2ª, 3ª e 4ª os Srs. Antônio Basílio Ribeiro Dantas, Felipe Bezerra Cavalcante Rocha, José Bernardo de Medeiros e Silvino Bezerra de Araújo Galvão, sendo nomeado para a 5ª o Sr. Antônio Bento de Araújo Lima. (*Jorn.* cit. de 16, maio, 1883; «Gazetilha».)

135 — *Jorn.* cit., 3, dez., 1883, *Carta* de Natal, 19, nov. anterior. O Dr. Paula Salles formou-se em direito pela Universidade de Coimbra e doutorou-se perante a Faculdade de Direito do Recife, (1860) por cuja congregação foi classificado três vêzes, em primeiro lugar, afora a apresentação em 2.º lugar, para lente substituto do mesmo estabelecimento, concorrendo com candidatos

como José Higino Duarte Pereira, e outros jurisconsultos dos mais notáveis de Pernambuco, mais tarde, aureolados professores da mesma Faculdade, sem conseguir sua nomeação, por não ter sangue azul e não se curvar aos senhores de Pernambuco e ter tido a ousadia de militar sempre nas hostes liberais, apesar de haver sido secretário de três presidentes conservadores: Portela, Taques e Leitão da Cunha. (Clóvis Bevilaqua — *História da Faculdade de Direito de Pernambuco*, 1927, vol. I, págs. 156, 188, 195; H. Martins, *Bacharéis e Doutores formados em Recife; Jorn.* cit., 4 e 20, nov., 1883; «Publicações a Pedido»; artigos assinados pelo Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, sob o título «Rio Grande do Norte».)

136 — *Jorn.* cit., 15 de março de 1884; *Carta* de Natal, 22 de fevereiro anterior.

137 — *Anais* cits., 1884, vol. IV, pág. 5; e de 1885, vol. I, pág. 4.

138 — José Augusto Bezerra de Medeiros — «Um chefe sertanejo», José Bernardo de Medeiros». Dêsse artigo consta um trecho de uma carta de Amaro Bezerra a José Bernardo, concebido nos seguintes têrmos: «Moreira Brandão, a quem vc. mostrará esta, poderá redigi-la, bem como igualmente assina-la, dizendo em começo, (pág. 104) que o faz autorizado a usar conjuntamente da minha assinatura, e dando assim este bonito exemplo de abnegação pessoal e dedicação partidaria.» (Rev. do I.H.G. do R.G.N., vols. 32 a 34, pág. 105). E adianta José Augusto, expediu-se a circular, fazendo prevalecer a candidatura de Moreira Brandão, «parlamentar experimentado, com serviços reais à causa do liberalismo.» (pág. 108).

139 — *Jorn. do Com.* 5 e 10, dez., 1884; «Gazetilha» e «Telegramas».

140 — *Jorn.* cit. 22, dez., cit.; «Gazetilha».

141 — *Jorn.* cit. de 14, jan., 1885; «Publicações a Pedido». As atas chegadas à Câmara Geral, davam 1.075 votos a Amaro Bezerra e 1.773 a Moreira Brandão, porém, a comissão de inquérito reduziu os do primeiro a 627 e o seu imediato a 450, e os do segundo a 895 e o seu imediato padre João Manoel a 881. (*Anais* da Câm. dos Deputados, 1885, v. 3º, 24, mapa).

142 — *Jorn.* cit., de 12, fev.; 12 e 30 abril; 7, 9, 12 e 13 de maio, 1885; «Câmara dos Deputados», e «Publicações a Pedido». Durante o mês de abril acima referido, Moreira e João Manoel publicaram vários artigos no referido jornal, expondo as razões que assistiam ao direito de cada um.

143 — *Jorn.* cit., 28, maio, e 24 jul., 1885.

144 — *Jorn.* cit., de 28, jul., 1885. Moreira Brandão e Amaro Bezerra assinaram um projeto de lei dando poderes aos deputados da nova legislatura para reformar alguns artigos da constituição vigente. (*Liberdade*, de 5, out., 1885, pág. 1).

145 — *Jorn.* cit., 25 e 26, agto., 1885.

146 — *Jorn.* cit., de 30 do referido mês, e 27, set., seguinte. — «Gazetilha».

147 — *Jorn.* cit. 6, set., 1885.

148 — *Jorn.* cit., 5 e 24, out., 1885; «Publicações a Pedido», sendo o segundo artigo assinado por Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti.

Os vice-presidentes liberais Antônio Basílio, Felipe Bezerra e José Bernardo foram demitidos e substituídos pelos conservadores — Drs. Alvaro Antônio da Costa, Luiz Carlos Lins Wanderley (ex-liberal) e Francisco Gurgel de Oliveira (*Jorn. do Com.*, 5, out.; 3 e 22 nov., 1885; «Gazetilha»).

149 — *Anais* cits., 1886, v. I, pág. 4). Tarquínio escolhido pelo 1.º distrito, obteve 636 votos, seguindo-se Amaro Bezerra com 442 e o Dr. Jerônimo Câmara com 30; e João Manoel, pelo 2º (*Anais* cits. págs. 17 a 19); adiantando o *Jorn. do Com.* que João Manoel tivera 429 sufrágios, Moreira Brandão 155 e Miguel Castro — 105 (pág. 1 do nº 19, jan., 1886; «Gazetilha»).

Num artigo assinado por Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, datado da Côrte, 27, fev., 1886, o chefe liberal afirma que a política de perseguições praticada pelo presidente Moreira Alves e o vice Alvaro A. da Costa escolhidos ambos para ajustarem contas com êle Amaro foi devida «a odios velhos, sedentos e insaciáveis» (*Jorn.* cit., 28, fev., referido, 3.)

150 — *Anais* cits., 1889, v. I, 146-9.

151 — *Jorn. do Com.*, 30, out., 1888; «Senado, Câmara dos Deputados» e «Gazetilha».

152 — *Jorn.* cit., 10, out. e 14, nov., 1888; *Datas* do R. Gr. do Norte até 2, out., e 4, nov., referidos.

153 — *Jorn.* cit., 16 junho, 1889; «Gazetilha».

154 — Para maior esclarecimento do assunto e mostrar a situação do partido desde 1883, transcrevemos os principais tópicos de um artigo do Coronel José Bernardo, datado de Príncipe, 7 de agôsto, publicado na côrte, em resposta a circular do Dr. Amaro, de 24 de julho.

Entre outras cousas, narra José Bernardo que o Dr. Amaro chama-o de traidor, por ser o Dr. Miguel Joaquim de Almeida

Castro, candidato amparado pelo primeiro, cearense, e querer enfeudar o Rio Grande do Norte ao Ceará; que, desde 1883, foi êle José Bernardo colocado à frente do partido liberal, do qual desejou retirar-se por diversas vêzes «ao que se opoz o dr. Amaro, por *julgar-me o seu principal sustentáculo*»; que, em 1884, pela primeira vez, alguns liberais apresentaram o nome do Dr. Miguel Castro, conservando-se o Dr. Amaro neutro entre esta candidatura e a do Dr. Moreira Brandão, dizendo-lhe em carta escrita na côrte, a 25 de julho: «A campanha é sua e portanto a deliberação com a respectiva responsabilidade, pois, que ninguém melhor do que v. pode avaliar as conveniências do partido no presente e no futuro. Quero que tenha a iniciativa, reservando-me para oportunamente auxiliar seu plano e seus esforços». «Ora, em 1884, quando apenas fazia um ano que estava á frente dos negócios da provincia, e o dr. Amaro ainda tinha parte ativa na politica provinciana, já a iniciativa da apresentação do candidato pelo 2.º distrito era minha, de modo que, naquela época, se eu tivesse achado conveniente, teria apresentado o dr. Miguel Castro e merecido os aplausos e auxílios do dr. Amaro Bezerra.» «Em 1889, tendo eu tomado a direção suprema dos negocios politicos da provincia, por delegação especial dos amigos de ambos os distritos, desde que o dr. Amaro abandonou-a para cuidar simplesmente de seus negocios particulares, não me era permitido ter, não a iniciativa, mas a faculdade de apresentar a candidatura do dr. Miguel Castro, reclamada por tôdas as influenciais liberais do distrito!» «O dr. Amaro conhece-me, há 29 anos, e sabe que nunca pratiquei uma deslealdade.» «A unica, de que pode *acusar-me* é não ter eu aceitado, em 1887, em nome do partido liberal a candidatura do sr. Evaristo Galvão, rico comerciante residente na côrte, extranho aos negocios da provincia e que o dr. Amaro queria á força inclui-lo na chapa, preterindo amigos dedicados e com direitos legítimos, exigindo ultimamente que substituisse por ele o capitão Antônio Joaquim de Oliveira Costa, como se vê do telegrama de 9 de dezembro de 1887. Desde então, incorri no seu desagrado, a ponto de S. Exa. interromper comigo as suas relações. Continuei no meu posto, por que estava alí, não a seu serviço e sim do partido. A minha dedicação chegou ao ponto de nunca hostilizar a sua candidatura pelo 1.º distrito, o que poderia ter feito. Nunca tive a iniciativa da candidatura do dr. Castro, sendo ela reclamada constantemente pelas influencias politicas do 2º distrito. O dr. Amaro chegou á provincia, desconhecendo a marcha dos acontecimentos, e, «sem consultar os amigos regeitou *in limine* a candidatura do dr. Miguel Castro, antes mesmo de ser ela apresentada e tratou por

todo o modo de hostilizar-me». «Apesar de alguns amigos abandonarem-me, «fascinados pela linguagem sonante do dr. Amaro», fiz questão da causa do dr. Castro — de vida e morte, para dignidade do 2º distrito. E acrescenta: «Se para representar uma provincia fosse necessario nela ter nascido, o sr. dr. Amaro não podia ser hoje representante do Rio Grande do Norte, por ser pernambucano e ter sempre feito em minha província uma politica pernambucana». O Dr. Castro nasceu no Ceará acidentalmente, criou-se no interior do Rio Grande do Norte, onde tem tôda a sua família, e começou a sua vida pública e se se retirou para outra província, foi devido a ter sido magistrado; estando, porém, sempre presente a tôdas as crises e necessidades por que tem passado a província, auxiliando sem alardes os seus melhoramentos e pondo-se à sua disposição para qualquer serviço. Logo o Dr. Amaro não pode combater nesse terreno por não ser norteriograndense. «É uma baixesa acoima-lo de politico cearense é uma indignidade que pratica contra estes que o têm auxiliado desde o dr. Euclides, que dedicou-se de corpo e alma a sua causa, sacrificando os seus haveres e saúde», «até o comendador Umbelino de Melo, o seu mais dedicado amigo, na província.»

Lembrou-se, agora, de que o Rio Grande do Norte se limitava com o Ceará, apesar de se falar no assunto, há muito tempo, e, quando ainda o ano passado se discutiu o caso na Câmara dos Deputados e na imprensa, S. Excia. não se dignou pronunciar uma palavra em favor dos nossos interêsses. Agora, que «se vê contrariado nos seus planos de prepotência, suscita esta questão, levando-a para um terreno odioso». E depois de outras palavras em defesa do Dr. Castro, conclui o articulista: «É tempo de mostrar que a independência, o brio e a dignidade são o apanagio de todos os sertanejos». «Se o segundo distrito quer libertar-se, se pretende ter uma representação legitima, filha dos seus interesses, é correr fileiras cerradas a votar no dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro». (*Jornal* cit., 3, setembro, 1889, 2; «*Rio Grande do Norte*».)

155 — *A. Tavares de Lira*, cit., pág. 616.

156 — *Jornal* cit. de 10 e 13, novembro, 1889; Câmara dos Deputados.

157 — *R. I. H. G. R.G.N.*, XVIII, 136 a 142.

158 — *Biblioteca Nacional*, Seção de manuscritos, gaveta 32, 28, maços 5 a 8; Coleção de Leis do Rio Grande do Norte, 1864, págs. 57-60. 124 e 139; *Jornal do Comércio* 15, março, 1884, *Carta* de Natal, 22, fevereiro anterior; *O Liberal*, 12 março, 1885;

Liberdade, 11, outubro, 1888; *Jornal do Comércio*, 14 novembro, 1888; *Fôlhas* do Rio Grande do Norte, até 4 do mês citado.

159 — Tendo escrito ao escritor Luiz da Câmara Cascudo, o qual tinha a mão as atas manuscritas das sessões da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte, pedindo-lhe dados a respeito, respondeu-me que a ação de Moreira Brandão fôra «mais politica, diretiva do que no plano da administração. Seus projetos não são poucos nem salientes. Alguns foram notaveis pelo pioneirismo, reclamando maior numero de deputados gerais para a provincia, propondo o ensino de musica, etc. Mas, a força era intelectual, moral, serena e conspicua.» (*Carta* de Natal, datada de 22-6-53.)

160 — Êste episódio foi confirmado, em 1938, por outra filha de Moreira Brandão, Estefânia Ó'Grady, quando procurei elucidar o assunto, em carta que me fez, datada de Fortaleza (Ceará).

E como só restasse um dos filhos varões do antigo politico Antônio Vitor Moreira Brandão, nada pôde adiantar de seguro, por já se encontrar com a memória muito fraca.

Recorri a meu pai, genro de Moreira Brandão e correligionário de Pedro Velho, o qual, em carta de 1939, respondeu-me que se não recordava dessa passagem, porém, não a contestou. Em 1889, tinha a sua residência na povoação de Utinga, sendo bem provável que, no momento, não estivesse em Natal, provindo daí a sua ignorância do fato, ou, mesmo de sua avançada idade, em 1939, quando dêle solicitei informes sôbre o caso.

161 — *Diário de Natal*, 17, novembro, 1949; *Norte Rio Grandense* 18, fevereiro, 1890, *Rev. do I.H.G.R.G.N.*, XLVIII-XLIX, 135.

162 — L. da Câmara Cascudo, *A República*, de 19-3-1940, 8; *Acta Diurna*.

Os republicanos históricos e antigos conservadores e liberais, em confraternidade, organizaram um Centro Republicano, denominando-o *Quinze de Novembro*, formando uma comissão executiva delegada do Diretório, o qual se compunha dos Drs. Hermógenes Tinoco, Olinto Meira, Moreira Brandão, Santos, Souto, Heráclio Vilar, vigário José Paulino, comendadores Joaquim Guilherme e Umbelino de Melo; sendo repelido o Dr. Pedro Velho (*Jornal do Recife*, 16, março, 1890; *Gazetilha* — Telegrama recebido da redação da *Gazeta do Natal*, Rio Grande do Norte.)

163 — *O Povo* (Caicó — Rio Grande do Norte), de 15, março, 1891).

164 — *O Nortista*, 8, julho, 1892, 2.

Não consegui averiguar desde quando vinha exercendo essa função no domínio republicano. Se viera desde a administração do Presidente Miguel Joaquim de Almeida Castro, de quem era amigo e correligionário, e, mantido até a data de sua exoneração, ou, se fôra aproveitado por outro chefe de govêrno estadual, que substituira aquele. O que é certo, é que, em abril de 1892, quando governava o Dr. Pedro Velho, Moreira Brandão já exercia o cargo referido. (*O Nortista*, 15, abril, 1892).

165 — *Rio Grande do Norte*, 18, abril, 1895, 1 e 2.

Eram redatores dêsse periódico os Drs. A. de Amorim Garcia, Fr. Amintas da Costa Barros e José Gervásio de Amorim Garcia.

Êste mesmo jornal, na edição de 24 do mês referido, defendendo a chapa indicada, dizia: O Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco é um cidadão de incontestável capacidade, com uma honrosa tradição de serviços prestados à causa pública, que sobremodo nos desvanece.

«No antigo regimem, em que foi sempre um político muitíssimo honesto e prestimoso, moderado e cheio de rectidão, foi deputado geral na 12ª, 17º e 19ª legislaturas.»

«No seio da representação do país, seu nome andou sempre rodeado da maior consideração; o nosso ilustre representante esteve sempre na linha dos mais distintos, dignificando-se e à sua terra, em todas as suas manifestações e ilustrando os debates, em todos os certamens feridos.»

Cita o cargo do deputado provincial, presidente desta assembléia, promotor público da capital, secretário do govêrno e diretor da instrução pública, que desempenhou e termina: «Atualmente ocupa brilhante lugar entre nossos advogados, sendo uma das glórias da nossa tribuna forense». (pág. 2), sob o título — «Eleição de governador»).

Os Drs. Amintas e José Gervásio foram membros do ministério organizado pelo governador provisório Pedro Velho, ficando ao lado dêste, quando Moreira retirou-se do dito conselho e o Dr. Antônio de Amorim Garcia fôra eleito deputado à primeira constituinte republicana, na chapa organizada por Pedro Velho, mas, ao se proceder a eleição de presidente da República, em fevereiro de 1891, os representantes do Rio Grande do Norte dividiram-se e a política estadual mudou, sendo o Dr. Amintas nomeado governador do estado, ficando todos os redatores dêsse jornal em oposição a Pedro Velho.

166 — *Rio Grande do Norte,* de 12, junho, 1895. Na edição de 19 seguinte, dêste periódico, encontra-se um artigo, narrando que as eleições correram «como de costume», sendo na maior parte dos municipios uma verdadeira farça!...»

E, acrescenta que em S. José, Papari, Penha, Macaiba, São Gonçalo e S. Antônio não houve eleição, fazendo os governistas as atas, distribuindo a votação à vontade.

167 — *Rio Grande do Norte,* 19, junho, 1895.

168 — *Anais* cits., 1853, III, 177.

169 — *Correio do Natal,* de 10, junho, 1880.

Êste jornal era de propriedade e dirigido pelo Sr. João Carlos Wanderley.

170 — *A Imprensa* (Natal), de 7, maio, 1915.

171 — *Anais* cits., 1879, V, 100.

172 — Chamavam de *Camisas Prêtas* a um bando de desordeiros que se reuniam nos têrmos de Goianinha e Canguaretama, sob a direção do indivíduo Manoel Joaquim, por alcunha *Camisa Preta,* que, armaram-se e acometiam a fôrça pública nos caminhos, povoados e prisões, soltando recrutas, guarda nacionais designados e prêsos de justiça, tolerando as autoridades públicas alguns dêsses fatos, e repelindo outros, tanto que alguns foram dispersos e outros mortos. (*Jornal do Comércio* cit., 30, abril, 1868; *Publicações a Pedido;* e 11 de maio seguinte; *Carta* de Natal. 27 de abril referido.)

173 — *Jornal* cit., 1 e 4 de abril, 1868; *Cartas* de Natal, 14 e 22 de março anterior.

174 — *Jornal* cit., 12 de fevereiro, 1865: *Cartas* de Natal, 30 de janeiro, anterior.

175 — *Jornal* cit., 4 de março 1865; «Suplemento» pág. 1.

176 — *Anais* cits., 1864, III, 260; 1866, set., 196.

177 — *Jornal do Comércio* 30 de abril (*Publicações a Pedido*), e 11 de maio, 1868; *Carta* de Natal de 27, abril anterior.

178 — *Jornal* cit., 4 de abril 1868; *Carta* de Natal de 22, março anterior.

Muitos meses após, ainda uma correspondência de Natal para o Rio de Janeiro, confirmava que só foram pronunciados os cúmplices adversários do deputado Amaro que, por essa época, ainda não pertencia ao Partido Liberal, sem incluir os cabeças que ficaram impunes, dando-se a esquisitice de haver coniventes num

crime, sem autor!!! (*Jornal* cit., 9 de dezembro, 1868; *Carta* de Natal, 22 de novembro, anterior.

179 — *Jornal* cit. 7 de junho de 1877; (*Publicações a Pedido*) «O Padre João Manoel ao dr. Gomes da Silva».

180 — *Liberdade* (Natal) 14 de março de 1888, 3.

181 — *Boletim* comemorativo do décimo aniversário da Associação Potiguar. Rio de Janeiro — (1944), pág. 7.

O INTELECTUAL

Como homem dado às letras, foi jornalista, escritor, poeta, polemista, sendo impossível tratar da vida jornalística da pequena província, sem incluir o seu nome. Depara-se-o a cada momento, ora fundando periódicos, adquirindo para isso prelos, ora dirigindo-os, ou nêles colaborando.

Quase uma dezena, êle criou e orientou em Natal, de 1851 a 1872, durando a maior parte dêles alguns anos, sendo que o *Liberal* estendeu-se, com pequenas interrupções, por mais de um decênio, superado, apenas, de meses nessa trajetória, pelo *Conservador*, órgão do partido adverso, que também sofreu solução de continuidade, apesar de contar, na sua primeira década, com a maioria dos governantes provinciais, todos pertencentes à sua grei política.

Ainda, quando acadêmico em Olinda, fundou, acompanhado por uma pleiade de inteligentes colegas, o mensário científico e literário *Aurora*, dirigindo-o de maio a outubro de 1849; impresso na Tipografia Imparcial da Viúva Roma e Filhos, do qual só encontrei uma coleção, na Biblioteca Nacional, correspondente ao período de maio a agôsto, enumerando 120 páginas, das quais faltam 32, ao que parece, relativas ao mês de julho.

É periódico raríssimo, como informa Alfredo de Carvalho, talvez, existente em alguma biblioteca particular em Recife, afora a compilação referida (1).

Clóvis Bevilaqua, aludindo ao decênio de 1849 a 1859, diz que o mesmo assinalou-se, em Pernambuco, pelo exagêro do *romantismo sentimental*, destacando nessa fase, além de outros periódicos, a *Aurora*, na qual se liam «trabalhos de José Moreira Brandão Castelo Branco, Manoel Benício Fontenele, Pedro Leão Veloso, Antônio Alves de Souza Carvalho e Inácio de Barros Barreto Júnior» (2), mas, do texto da própria revista, vêem-se produções também assinadas por Joaquim Pires Machado Portela, Almeida Freitas, Sousa Reis, F. A. Barros, L. R. de Albuquerque, P. Francelino Guimarães, J. J. de Sousa Leão, R. S.

Paes de Andrade, P. W. Cantanhede, bem como outros artigos subscritos apenas por iniciais.

Alguns eram poetas como Almeida Freitas, M. B. Fontenelle, Machado Portela, F. A. de Barros, P. W. Cantanhede, R. S. Paes de Andrade e Moreira Brandão, sendo que os dois primeiros são incluídos por Silvio Romero, entre os românticos da terceira e quarta fase, em Pernambuco e Maranhão, respectivamente (3). Fontenelle, Moreira Brandão, Portela, Barros e Paes de Andrade eram ao mesmo tempo prosadores.

Dentre os demais, destacaram-se Pedro Leão Veloso, escrevendo sôbre a educação da mulher e sua influência na sociedade, e que, mais tarde, sobressairia na política e administração do país, governando várias províncias, inclusive a do Rio Grande do Norte, em cujo govêrno deixou rastros acentuados do seu saber e tino político; sendo depois deputado e senador pela Bahia, ministro e conselheiro de Estado, títulos que não desmereceram no conceito dos compatrícios, aliás, renovados no filho e neto de iguais nomes, num caudal por demais profícuo à Nação; e Machado Portela, representando Pernambuco, em mais de uma legislatura, na Câmara dos Deputados; como um dos fundadores do Instituto Arqueológico Pernambucano e diretor do Arquivo Nacional, publicando entre outras obras a *Constituição* política do Império do Brasil confrontada com a de outros países (1876).

Entre os seus contemporâneos do curso acadêmico, distinguiram-se depois de formados, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, que foi presidente das províncias do Rio Grande do Norte, Ceará e de Pernambuco, deputado geral e senador pelo Maranhão, Visconde de São Luiz e conselheiro de Estado e desembargador; Domingos José Nogueira Jaguaribe, deputado e senador pelo Ceará, ministro em 1871, desembargador e Visconde de Jaguaribe; Joaquim Lustoza da Cunha Paranaguá, deputado e senador pelo Piauí, presidente do Maranhão, Pernambuco e Bahia, ministro da Justiça, Guerra, Marinha, Estrangeiros e da Fazenda, presidente de Ministério, magistrado, conselheiro de Estado, Marquês de Paranaguá, e presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, e do Instituto Histórico Brasileiro; Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, deputado geral pelo Rio Grande do Norte, muitas vêzes, e chefe político de grande prestígio na província, a princípio, militando nas fileiras do Partido Conservador, dizendo-se, por vêzes, independente, e depois, nas do Liberal; Jerônimo Cabral Raposo da Câmara (4), um dos fundadores do Partido Conservador no Rio Grande do Norte, ao lado do seu irmão Octaviano Cabral; Antônio Vasconcelos

de Menezes Drumond, lente distinto da Faculdade de Direito de Recife; tendo sido seus calouros Braz Florentino Henrique de Souza, também lente da Faculdade; José Próspero Jeovah da Silva Caroatá, autor do *Vademecum Forense* e outros trabalhos sôbre direito; Tito Franco de Almeida, político liberal e publicista; Vicente Alves de Paula Pessoa, magistrado, senador e autor de várias obras jurídicas; Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, lente da Academia referida; o poeta mineiro Aureliano José Lessa; o historiador, literato e romancista Antônio Wituvio Pinto Bandeira Acioli de Vasconcelos; Luiz Felipe de Souza Leão, deputado e senador por Pernambuco, Manoel Pinto de Souza Dantas, deputado e senador pela Bahia e ministro de Estado, várias vêzes; Olinto José Meira, deputado geral pela Paraíba, presidiu o Pará e o Rio Grande do Norte, onde se fêz agricultou, apesar de ser um homem de cultura variada, tendo deixado alguns trabalhos impressos; Gabriel Soares Raposo da Câmara, magistrado e político no Rio Grande do Norte, chegando a representá-lo na Câmara dos Deputados; Joaquim Ferreira Chaves, magistrado, governador e senador do Rio Grande do Norte, ministro de Estado da Marinha e da Justiça; José Liberato Barroso, lente da Faculdade do Recife; Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, magistrado, deputado geral por Pernambuco e ministro de Estado que apresentou o projeto para a libertação dos escravos em 1871; Leandro Chaves de Melo Ratisbona, professor, advogado, orador e deputado geral; Pedro Eunápio Deiró, escritor, crítico literário e deputado várias vêzes; além de outros que, por diversos motivos, sobressairam-se no cenário político ou das letras do País.

Está assinado por Moreira Brandão o primeiro artigo dessa revista, intitulado *Introdução*. Ei-lo: «Já lá se vão dois periódicos, fruto d'Academicos olindenses, que, em tão curto espaço, com o mesmo fito, deste, hão saido aos olhos do publico, e pôsto que valentes e esperançosos, caíram de morte prematura. Habeis cabeças os regulavam, delicadas penas os redigiam. Prescindindo deste ou daquele, que, de fora vinha ofertar o seu ramilhete para ornar o templo da ilustração, do seio mesmo do Corpo Acadêmico, surgiram estimáveis escritores; e tanto o *Phileidemon*, como o *Polymatico* viram esmaltadas as suas paginas de ricas joias preciosas, e tanto em um como em outro esperançosos talentos deixaram estampados, aqui a profundidade d'uma inteligencia vigorosa, ali os arroubos d'uma fecunda imaginação. Não faltavam, portanto, materiais para fortalecer os edificios que se levantavam, firmados em tão robustos alicerces. E como foi que o sucesso não correspondeu à expectação? Divididos em dois

ramos os jovens Academicos, viram pouco a pouco arrefecer aquele fogo divino, que os havia associado, e que então começando a acender-se, não pudera resistir ao gelo da indiferença, ou antes ao desgosto, que nasce da falta de uma verdadeira associação. Mas, apagado o arrojo dos dois primeiros ensaios, ainda ficou sob suas cinzas o rescaldo teimoso, que ora nos anima, por ventura mais ateado em nossos espiritos».

«Já no principio de abril deveramos ter apresentado o primeiro número do nosso periódico, segundo nos havíamos comprometido por meio d'um prospecto, que oferecemos ao público; fomos, porém, forçados a faltar a uma de nossas promessas. Quem haverá ahi, todavia, que refletindo por um pouco nos desastrosos sucessos desta bela província, nessa revolução sangrenta, que, gerando-se no seio da Patria, bebia insaciavel o sangue fraternal; e vendo, por outro lado, a distancia em que nos patrios lares descansavamos das fadigas do estudo; quem, dizemos nós, nos não desculpará dessa falta originada por um motivo tão extranho a nossa vontade? Eis-nos, porém, aqui, e posto que não no tempo prometido, ao menos, quando as circunstancias no-lo consentiram».

«Levantemo-nos, pois, e vamos ofertar ao publico os frutos de nossas vigilias, senão para ilustra-lo, que tão aquem ainda ficam as nossas forças, ao menos para procurarmos um meio de melhor nos ilustrar a nós mesmos, fazendo, quanto em nós for, por aproveitar a quem menos aquinhoado houver mister de nossas luzes, e agradar a quem prestar-se a ouvir os nossos sonhos d'imaginação. Já não é uma sociedade filha da corporação Academica, é a mesma corporação, que em geral se levanta para a publicação da *Aurora*».

«As nossas faculdades ainda tenras, as nossas luzes ainda apoucadas, o que mais podem apresentar que uma — *Aurora?* São o anuncio, os arrebois de um sol, que nasce, mas que ainda lutando com as nuvens da ignorancia, não pode dar o fulgor, que promete o seu porvir. Eis a razão do nome, que escolhemos para o periodico; eis o que dele deve esperar o publico. Certo de que em uma corporação, como a Academia de Olinda, em que tantas inteligencias procuram ilustrar-se, não é possivel, que não tenham d'aparecer d'entre elas luminosas estrelas, que façam honra a sua Patria, preciosos brilhantes, que hajam de enriquecer a corôa literaria do Imperio Brasileiro; mas Hércules que sejam, o que podem fazer no berço? Nem ainda o tempo lhes sobeja para apresentarem o que bem dam as suas forças: empregados nos trabalhos escolasticos, as horas que deveram con-

sagrar ao descanso, são as que se prestam ao serviço do periódico».

Aqui já nos parece roçar os nossos ouvidos a rouca voz dos zoilos, *falsas aguias, que pretendem noticiar das regiões que nunca exploraram,* já como que ouvimos objectarem: — se conheceis a nulidade de vossas fôrças, se o tempo vos foge, e é pouco para embeber-se nos vossos trabalhos escolasticos, como vos levantais para ocupar a atenção do público, que não podeis satisfazer? Porque vos não encerrais em vossos gabinetes até que se dissipe a nuvem, que envolve as vossas idéias até que vos possais aperfeiçoar?

«Se aguardassemos a perfeição, nunca principiariamos, se não principiassemos nunca seriamos escritores. O exercicio, e só o exercicio é que afina o espirito, que escolhe as ideias e que pule o estilo: é êle o caminho mais reto, que conduz a perfeição, ou que dela mais nos aproxima.

«Muito dificil é o escrever, muito dificil estampar no papel as copias de nossos pensamentos, porque ahi se descortinam necessariamente as nossas fraquezas, sem que o que sentimos e pensamos de belo, saindo de nosso espirito, conserve as suas galas e os seus fulgores. Os dicionarios parecem quase sempre mesquinhas fontes, onde não achamos uma palavra, que exprima exactamente uma ideia: a pena é um estreito canal, incapaz de transmitir sem corrupção a grandeza dos tesouros do espirito; o papel um baço espelho onde podem refletir as sombras dos pensamentos; as suas flores como que murcham sob a atmosfera do mundo exterior. Isto que geralmente se observa, ainda mais de perto é aplicavel aos arrebatamentos da imaginação; ahi para servimo-nos da expressão d'um ilustre francez, não é tão dificil pensar e produzir, quanto exprimir o pensamento completo de modo que agrade, que convença, que seduza. O escrever bem requer mais alguma cousa do que o ser sabio; pode o espirito enriquecer-se das mais belas concepções, dos mais sublimes pensamentos, e a pena infiel não dar os traços, nem realizar as côres só existentes no ideal. É certo, quantas coisas não ha que facilmente podemos compreender, e de feito, compreendemos, e entretanto quando nos propomos a explica-las, e a desenvolve-las, as ideias como que se nos embaraçam e encalham a cada passo! É isto exactamente o que a respeito do tempo disse o mais eloquente dos doutores da Igreja. — *Si nemo ex me quoerant, scio, si quoeranti explicare velim, nescio.* Ainda pois hão de ficar os nossos escritos aquem de nossos pensamentos».

«Muitas faltas portanto devem inçar o nosso periodico, somos os primeiros a confessa-lo; e nem se pense, que cego amor pro-

prio nos ha vendado os olhos; mas se tambem esperassemos por compor tão belas peças que namorados de nossas proprias feituras, as julgassemos sem defeito, ou que pelo menos correspondessem sem quebra aos nossos pensamentos, ficariamos com a pena ociosa, e usando da expressão de um filosofo, não sabemos se escreveriamos uma pagina em toda a nossa vida. Nós com razão admiramos, a Eneida, e Virgílio pretendia queimá-la; o profundo filósofo, o insígne poeta, o imortal Voltaire confessava, que havia de morrer sem compor uma obra, que o satisfizesse; e como é que, a não sermos arrastados pela cegueira do nosso amor proprio, poderiamos esperar satisfazer-nos? Sabemos que d'um para outro dia vai a inteligencia vigorando, e quanto mais robusto, melhores frutos deverá produzir; mas por essa razão, criando cada dia novas forças, nunca deveramos escrever aguardando melhor futuro» ?

«O tempo que nos falta, quem sabe se nos sobejará ? As necessidades, que nos clamam ao grande mundo, em que iamos entrar, talvez nos roubarão o proprio descanso, que os serviços escolasticos nos permitem. Esses caminhos são mais espinhosos, essas fadigas são mais complicadas».

«A politica do dia, esse iman poderoso, que seduz e atrai entre os pequenos os grandes talentos, vai roubando ao Imperio das letras os seus melhores ornamentos. Poucos hão podido vencer o pendor do seculo para o positivismo; poucos, encerrados em seus gabinetes, trocam pelo silencio dos livros o bulicio da sociedade; poucos lêem e escrevem sómente por amor da gloria literaria, ou pelo prazer de a merecerem; poucos desprezam as honras, os incensos da lisonja e as corôas civicas pela doçura da sabedoria. Poucos e bem poucos os que gastam onze anos para formarem uma Eneida; os que pensam sempre para explicarem o sistema do universo; os que recomeçam inumeros calculos para descobrirem um erro; os que tendo por divisa o trabalho não perdem um instante; os que gastam vinte e cinco anos para compor um Espirito das Leis; incessantes no estudo e na meditação para conquistarem os titulos do gênero humano: por isso poucos e bem poucos ha tambem poetas como Virgilio, naturalistas como Newton, matematicos como Keppler, filosofos como Voltaire, publicistas como Montesquieu. Quem poderá, pois, resistir a essa gravitação de nossa natureza, a esse pendor para o positivismo tão combinado com o espirito da epoca?... Mas a Patria a nossa querida Patria, não exigirá muitas vezes os nossos serviços? Teremos o tempo, que sobrou a Bufon para passar cincoenta anos em seu gabinete, e dezoito vezes escrever as suas — *Epochas da Natureza?* E de mais o serviço que hoje prestarmos á causa da

ilustração, nos não tolhe, mas antes nos habilita a prestarmos maiores para o futuro: dest'arte adquirimos o habito e nos aperfeiçoamos pelo exercício. Se formos acolhidos do publico, isto nos estimulará, porque desejaremos progredir; se formos mal sucedidos, o desejo de nos acreditarmos nos impelirá a maiores esforços; e de todo o modo aproveitará o nosso trabalho».

«Quem somos, pois, e o que podemos, no que levamos dito fica patente aos leitores. Aqueles que levados dos mesmos sentimentos que nós, por amor da instrução procurarem o campo das discussões ou que com o farol da razão nos alumiarem o caminho, que trilharmos para nos apontarem os nossos tropeços, ou nos acautelarem dos precipicios, estes ouvi-los-emos de bom grado, ora justificando os nossos pensamentos, ora recebendo as suas correções; mas, os outros, que pretendem corrigir erros, que não conhecem, que só buscam atassalhar, ou para quem, no exprimir de Piron:

«Critiquer... c'est ne pardonner rien,
«Grossir toujours le mal, et desguiser le bien».

«A estes já d'antemão respondemos com o judicioso Horácio: «Bilem, soepe jocum vestri movere tumultus»; porque o desprezo é a resposta, e o riso o castigo que merecem».

«Ahi vão, pois, os nossos escritos; soltemo-los a esse mar tempestuoso do mundo, são frageis bateis, que vão sulca-los: feliz porto os aguarde»! (págs. 4 a 6).

Na parte que deve corresponder ao mês de junho, encontra-se um outro artigo, em prosa e versos, epigrafados: *Uma noite de luar* — também de sua lavra. Transcrevê-mo-lo:

«Alta vai a noite!... oh! e como blasona de louçania, e formosura! A formusura está estampada no céu, o céu se veste de azul; o azul de borda de ouro, o ouro se reflete nas aguas do mar, o mar banha as orlas da terra, a terra se cobre de verdores, os verdores são bafejados pela brisa, a brisa anima a natureza, a natureza cerca o homem, e o homem pensa... oh, e que profundo é o seu pensar!... É um espirito, que adeja pelo firmamento, que, percorre num instante a vastidão do universo... é o homem que se eleva acima de si mesmo... é um pisar na terra e habitar na imensidade!... Que feliz que é a alma do poeta, que no curto espaço da terra contempla as invejadas delicias do paraíso! Como é que deslumbra a triste realidade do mundo, e sonha feliz com os gozos da Divindade! Em cada fôlha lê uma significação magica, em cada som, se lhe offerece um pensamento sublime! Ditosa vida... vida de pensamento!

«Ó noite!... e como és bela! que encantos, que doçuras não infiltras no espirito do homem pensador!»

«Salve! deusa gentil, ó noite amena
«De formoso luar, precioso mimo
«Da natureza, encanto dos meus olhos,
«Patria do coração, enlevo d'alma.
«Ó deusa, como és bela!... outra vez, salve!

«Quem contemplando em teu seio tantas graças, tantos primores, se não verá logo em um mundo de rosas, em um ceu fantastico de gozos e folgares? Quem se não julgará nessa idade de ouro, que enfeitiça a mente dos poetas? Quem não esquecerá as seduções perigosas do mundo, e seus falsos entretenimentos pelos prazeres inocentes da natureza, pelos castos amores? Quem não amará o luzir formoso da lua, o scintilar engraçado da estrela, o brilhar sereno do céú? Quem tendo ulcerado o coração pelos mais amargos sofrimentos, não o sentirá como que repousar em um leito de consolação, e um orvalho celeste refrigerar sua alma? A alma do poeta ou nadando sobre as ondas da incerteza, ou amargurada por cruel saudade, aqui a modo que se expande por esses mundos sem fim, e uma embriaguez suave vem arrebatar-lhe o pensamento! Já pelos olhos lhe goteja o pranto, excesso do sofrimento, mas antes um sorriso de melancolico prazer lhe transluz na face, e em vez de um gemido de dor e desesperação, um hino grandioso lhe rebenta dos labios!... um hino ao Autor Supremo de tantas maravilhas! um hino festivo e harmônico, que vai em seu leito de flores acordar a natureza, que dorme! Ó noite, como és formosa! como és divina! três vezes, salve! Em teu seio as magoas s'esvaecem, os prazeres se redobram, os pensamentos se multiplicam!... oh! formoso luar, tu não embelezas somente a fantasia do poeta, exaltas tambem a razão do filosofo!»

«Ó vós, politicos mesquinhos, que por ahi correis após o vil interesse, que vos domina; ó vós homens corrompidos do mundo, que a troco de prazeres momentaneos buscais dores eternas, e encantados com o brilho dos raios, vos ofereceis como vitimas, aos seus furores; ó vós, que escravos do ouro, enfeitiçados pelo amor da riqueza, vos esqueceis de vós próprios, vinde, vinde, contemplar este quadro de maravilhas: aqui achareis um interesse mais puro, um prazer mais verdadeiro uma riqueza mais preciosa. Ah! se pisasseis, como eu piso, esta alcatifa de verdura, que cobre a face da terra; se sentisseis, como eu sinto, este aroma encantador, que enobrece o reino das flores; se visseis, como eu vejo, neste anilado céu aquele astro gentil, que me seduz os sentidos, e me atrai o pensamento; se viesseis, como eu venho,

conversar a sós com os vossos corações e entregar-vos às vossas fantasias! oh! serieis anjos na terra, desfrutando as delicias do paraiso!»

«Ó noite de primores e de graças, como sabes arroubar a mente do que te contempla! Ó astro divino, que inspirações não trazes á sua alma!»

«Como, ó noite graciosa,
«Me trazes doces prazeres!
«Me trazes doces prazeres,
«Meiga lua tão formosa!

«És mais belo, astro luzente,
«Do que o sol, ao meio dia:
«Do que o sol, ao meio dia,
«Ou nas galas do oriente.

«Como é brando o teu fulgor!
«Como é belo o teu semblante!
«Como é belo o teu semblante,
«Na forma, na luz, na côr!

«Oh quadro de gentileza!
«Deus te salve, almo luar!
«Deus te salve, almo luar,
«Que conténs tanta beleza! (págs. 34-5).

Mais adiante, também se vê com a sua assinatura, a poesia seguinte:

B E L L I Z A

«Belliza, se do céu baixasse à terra
Um anjo, ou se da abóbada estrelada
A estrêla mais formosa entre os humanos
Viesse achar pousada,
Fulgente fôra a estrêla e o anjo belo;
Mas, daquela o fulgor, dêste a beleza
Ficariam de todo escurecidos.
Se a rara gentileza,
Vissem do teu semblante,
Primor da natureza;
«Se vissem êstes sóis, que são teus olhos,
Êstes lindos rubins, que são teus lábios,
Êstes gêmeos limões da côr da neve,
Que engraçados palpitam no teu seio,

Êstes negros cabelos ondeantes,
Que em anéis sôbre o colo se derramam,
Estas lindas fileiras engraçadas
De jasmins, entre cravos purpurinos;
Se vissem... sôbre as asas da tristeza

Voltara o anjo ao céu, e entre os mais anjos
Não pudera furtar-se à amarga inveja
Da beleza do mundo primorosa.
E a estrêla voltaria inda mais triste;
Que as outras mais mimosa,
Do seu mal confessando a causa ignota,
Dissera — Lá na terra um anjo existe
(Mais que um anjo, divino é seu semblante)
Estrêla
Brilhante,
Que vence o lindo sol na formosura,
Tão pura
Como o puro cristal, e tão serena
Como a lua no céu, quando fulgura,
Sem nuvens meiga lua em noite amena.

«Oh beleza sem par, esfôrço extremo
Da natureza! oh mágico atrativo,
Que o coração m'enlêas,

E me teces d'amor doces cadeias!
É teu nome, expressão do teu semblante,
Oh beleza sem par, Belliza amada!
Tu és soberbo trono,
Adonde empunha o cetro a formosura,
Painel, onde se exalta a simpatia.
De preciosos dons sagrado cofre
Tens em teu seio, onde a virtude habita.

«Não é a formosura
Impondo leis de ferro
Tirana, austera e dura:
Como a rosa não és cheia d'espinhos;
A tua mão divina
Raios de morte ao peito não fulmina,
Não, não; mas, piedosa
Só benéfico orvalho ao seio entorna!

«Tu não vês... e um sorriso vem rolando
Sôbre os teus lábios, sôbre o teu semblante;
Dos rubins já s'escua um tom macio,
Uma frase, onde amor transluz modesto,
Expressiva a quem ama, aos mais estranha.
Teus olhos lá se volvem...
Meio suspiro vem morrer-te aos lábios
Como fumo, que escapa a um fogo ardente;
Teus olhos lá se volvem, lá fuzilam
Como vagas, inquietas labaredas
De ardente amor, que o coração abrasa.
Tu amas, afinal, não é ferino
Teu peito, que co'o meu tanto s'entende,
Nascida para o amor,
Queimas-lhe incenso puro,
Em ti perde o rigor
O nume acerbo e duro.
Bem sei que aos rogos meus sempre t'esquivas,
Que, às vêzes, desamor teu rosto finge,
Quando ordena o pudor o fingimento,
E eu no horror da paixão de chama fera...
Porém, tu meiga e branda me respondes
C'um sorriso, que amor te põe nos lábios,
Tão lindo, tão celeste
Como o raio do sol, que rompe as nuvens
Co'a luz adelgaçadas
Tu respondes... e um doce lenitivo
Infiltras no meu peito,
Grato perfume o esp'rito m'embalsama,
É doce o ardor, que o coração m'inflama.

«O meu anjo! e sem ti!... sem ti que fôra
Neste mundo a ventura?...
O dia mais sereno se tornara
Medonha noite escura,
A lua perderia os seus encantos,
A estrêla o seu fulgor,
Sem flor seria o prado
E sem aroma a flor.

Oh, tu, encanto, lume de meus olhos!
Chara, preciosa vêia da minha alma,
Alma do meu amor!
Fôste, sim, pelo céu predestinada
Para seres meu anjo nesta vida.
Mete o meu coração dentro em teu peito,
Tua alma com a minha identifica,
E de dois um seremos,
Ainda além da campa
Unidos viveremos;
Lá mesmo a minha lira
Acordes sons em teu louvor desfira. (págs. 64-6).

Há uma quarta produção nas 88 páginas encontradas, das 162 efetivamente publicadas dêsse periódico, que já trasladei para o capítulo referente ao político, por explanar assunto alusivo à administração pública, próprio de um estadista.

É possível que, nas 74 páginas não encontradas, apesar de indagar sôbre sua existência até em Pernambuco, houvesse mais algum trabalho seu, não só relacionado com as musas, como respeitante à literatura, ao progresso e bem-estar da sociedade, conforme êle mesmo prometia no seu primeiro artigo sôbre trabalhos públicos.

Um outro jornal — *O Brinco das Damas*, 1849, Recife (nove números de junho a agôsto), encerra poesias dos referidos Portela, Fontenele e Moreira Brandão. Também era de acadêmicos olindenses (Pern. Tip. de M.F. de Faria).

Eis uma produção do biografado:

RETRATO

O Belo Realizado

«Eu pensei que a realidade
Jamais pudesse igualar
O que pode o pensamento
Livremente imaginar.
Mas oh! fujam loucos sonhos

D'esquentada fantasia.
Um bem real encontrei,
Que fere, mata, extasia.
Não é mesquinha a beleza,
Que o pincel possa exaltar;
Eu me dera por ditoso,
Se a pudesse retratar.
Não é Vênus, falsa deusa,
Produto do pensamento;
É uma bela mais bela
Que os astros do firmamento.
Não é de Laura a beleza,
Que áurea lira eternizou;
É deidade, que radiante
Do céu à terra baixou.
Quand'o céu s'abre aos mortais
Petrarcha exímio emudece,
Não abrilhantam estrêlas
Sol, que vivo resplandece.
Seus olhos são mais luzentes
Do que polidos brilhantes?
São dois astros luminosos;
Do que o sol mais fulgurantes.
É a bôca rubro cravo
Da côr do lindo carmim?
São animados pedaços
De precioso rubim.
As mãos, os braços roliços
D'excelsa delicadeza,
São primores singulares
Da sua rara beleza.
O colo (ó musa, onde levas
O teu louco atrevimento?!)
De contemplá-lo falece
Em êxtase o pensamento.
A voz, o gesto; o semblante
Nos encantos são rivais,
Defeitos da espécie humana,
Dizei-me — nela, onde estais?
Ah! não pode uma só falta
Suas graças desdourar!
Só nasceu para êste mundo
Em paraíso tornar.

«Porém, cessa, ó minha musa,
Oh! quem pode retratá-la?!
Não profanes a beleza,
Vai em silêncio adorá-la.
E tu, ó bela, ó deidade,
Ouve sim, ouve os meus cantos:
É um tributo devido
Ao primor dos teus encantos». (Nº 2, pág. 4).

Noutra edição dêste periódico, vê-se:

MODINHA

«As belezas, que adoramos,
Têm gentis, meigos carinhos;
Mas, a par de tais doçuras,
Como as rosas, têm espinhos.

É verdade, nos encantão
Com seus doces agradinhos;
Mas, também noss'alma pungem
Como as rosas, com espinhos.

Contudo nós as queremos,
Embora seus arrufinhos,
Bem como as rosas cheiramos
Apesar de seus espinhos» (nº 3, pág. 4).

Nota — «O Sr. J. Fachineth está compondo engraçada música para êstes versinhos; breve terão nossas jovens patrícias mais esta «Modinha» para cantarem ao piano» (*Brinco das Damas*, números e páginas citados (9, julho 1949).

Nesse mesmo exemplar e página, havia outros versos epigrafados.

EFEITO MÁGICO

«Em teus lábios graciosos,
Donde amor meu estro inspira,
Meu coração desfalece,
Meu pensamento delira.

Glosa

A doce paz, que eu fruía
De menos dias ditosos,
Apenas te vi, perdeu-se
Em teus lábios graciosos.

Desde então, em mago enlêvo
Dedilhando argentea lyra,
Canto os mimos de teus lábios,
Donde amor meu estro inspira.

E se a voz meiga desprendes.
Doce, branda, que enternece,
Em suspiros se esvaindo
Meu coração desfalece.

E no peito palpitando,
Pulsa, geme, arfa e suspira;
E n'um extasis divino
Meu pensamento delira».

(Nº 4, pág. 4, de 16 de julho de 1849).

A poesia e quadras transcritas do *Brinco das Damas* não se achavam assinadas por Moreira Brandão, mas lhe foram atribuídas por colegas com uma nota à margem feita a lápis, conforme os exemplares existentes na Biblioteca Nacional.

Do pouco que apuramos no tocante à musa, o seu estro não se pode equiparar a um poeta de escol, mas, dentre os seus colegas contemporâneos em Olinda, êle destacou-se, tanto que as produções encontradas nas páginas dos periódicos indicados não superam às suas, nem se lhe equiparam, apesar de Almeida Freitas e Benício Fontenelle merecerem, posteriormente, a inclusão dos nomes na História da Literatura Brasileira de Sílvio Romero. Certamente, aperfeiçoaram-se e continuaram a publicar suas produções, dando lugar a que se pudesse apreciá-las, ao passo que Moreira as recitava para os amigos e não lhes dava publicidade ou deixava-as anônimas, de sorte que, atualmente, não se pode aquilatar, com segurança, se êle progrediu, ou se estacionou aos 25 anos de idade, época da maior efervescência poética dos jovens brasileiros, na maioria dos casos, segundo Sílvio Romero (5), ou se ultrapassou essa idade versejando.

Esta última hipótese é a mais provável, tanto que os seus contemporâneos elogiavam e apreciavam as suas estrofes.

O poeta Lourival Açucena, apontado pelo historiador Rocha Pombo, como pontífice do espírito na província, até o princípio do século atual, não se cançava de elogiar a veia poética de Moreira Brandão e, de tal maneira que afirmava, contìnuamente — «era só quem entendia dessa arte em Natal» (6).

Joaquim Fagundes, o grande talento norte-riograndense prematuramente arrebatado dentre os vivos, quando discursava, «nunca deixava de mencionar o nome do Dr. Moreira como um assombro de inteligência», denominando-o de «Byron Riograndenses» (7).

O professor Lourival Câmara afirmava ser êle poeta, porém, não «cogitava de publicar as suas belas produções, aliás, tão apreciadas por todos» (8).

E' possível que os afazeres da política, do jornalismo, da advocacia, não lhe deixassem vagares para melhor se dedicar às musas, aperfeiçoando-se na arte, e daí, não se interessar pela sua publicidade.

O que se pode registrar é que êle viajando, certa vez, a bordo de um navio, apontaram-no à gentil dama, como poeta e esta se lhe dirigindo, pediu-lhe algo. Moreira escusou-se, mas, sempre fraco ante o belo sexo, e, devido à insistência, respondeu-lhe de pronto:

«Tu pedes-me um canto, formosa deidade,
Um canto eu vou dar-te; que canto há de ser ?
As cordas da lyra já tenho-as quebradas,
Coitadas ! não cantam, só fazem gemer».

Mais tarde, talvez, já desiludido, das doçuras do amor, dos encantos e prazeres do mundo, revelando a tristeza dos vates brasileiros, escreveu as quadras adiante transcritas, as quais me foram transmitidas pelo seu bisneto cônego Jorge O'Gradv de Paiva, que as encontrou entre papéis de sua avó materna Estefânia O'Grady, caligrafadas por esta filha do poeta:

«Já não tenho prazeres na vida,
Já não sinto as doçuras do amor.
Apagou-se-me a luz da esperança,
Tenho n'alma uma noite de horror».

Os prazeres que o mundo idolatra
Já não quero, não posso gozar.
Só me sinto feliz na desgraça.
Ah, só sinto prazer em chorar.

Vivo só de uma triste lembrança
Que é meu sonho, que é minha ilusão.
Vivo só de uma dor que me mata,
Tenho a morte no meu coração.

Amo, adoro uma idéia, uma imagem,
Uma sombra que foge de mim.
Queiram os céus que possamos ditosos
Reunir-nos no mundo sem fim».

E' provável que não haja sido um aêdo famoso, mas, no meio pequenino da atrasada Natal, da segunda metade do século XIX, em que êle surgiu nas lides de imprensa, outro vulto mais imponente, mais perfeito, mais atraente, ali não houvesse, de modo a suplantá-lo. Nizia Floresta já se retirara da Província desde 1831 e Lourival Açucena, Luiz Carlos L. Wanderley e Izabel Gondim não lhe regateavam aplausos.

No jornal *O Recreio,* de Natal, encontramos as quadras que se seçuem, as quais me pareceram ser da autoria do biografado, não só por observar o seu estilo, como por estar subscrito com as iniciais — M.B.

TEUS OLHOS

«Como são lindos teus olhos,
Oh. Virgem, por quem suspiro!
Quando lânguidos se volvem,
Ao vê-los quasi deliro.

Os olhos pardos encantam,
Os azúes causam furor;
Os olhos negros brilhantes
Disparam setas d'amor.

Mas os teus côr de esmeralda
Tem mágica expressão,
Que ao volver d'êles estalam
As fibras do coração.

Teus meigos, lânguidos olhos
Dominam o peito meu:
Não são luzes cá da terra,
São estrêlas... lá do céu» (10).

Como cultor das boas letras não deixou obras publicadas, lembrando Lourival Câmara haver êle escrito, ainda muito moço um drama intitulado *André de Albuquerque*, o qual deveria ser representado em Natal pela sociedade «Juvenil Natalense», porém, um matuto inspirado pelo diabo pediu-lhe o manuscrito emprestado e nunca mais o devolveu, pelo que o seu trabalho que, segundo se dizia, era uma perfeição histórica, não logrou ser encenado ou publicado (11).

Além disso, concorreu para auxiliar o teatro, não só como um dos fundadores da Sociedade Teatral Apolo Rio Grandense em 1854 (12). como também apresentando, com outros deputados provinciais, um projeto, em 1860, autorizando o govêrno a despender certa soma com a construção de um teatro em Natal (13); sem descurar os que desejavam aprender música, tanto que a primeira tentativa de se ensiná-la partiu dêle, quando apresentou na referida assembléia, a 19 de julho de 1856, um projeto criando uma cadeira de música coral e instrumental, que, apesar de julgado objeto de deliberação e merecedor de aprovação em primeira discussão, não chegou a segunda votação (14).

Contudo, não desanimou e, em 1858, lembrava ao Presidente Nunes Gonçalves, como diretor da instrução pública, a instituição de uma casa de educação para órfãos desvalidos, na qual no meio de um curso para artífices, fôssem incluídas aulas de desenho e música (15), devendo a de música ter funcionado uns dois anos, pois, o estabelecimento foi inaugurado em dezembro de 1858 (16) e, em abril de 1861, já não se lecionava a disciplina (17), sendo extinto o colégio, de 1861 para 1862 (18).

Sem possuirmos outros elementos para falar sôbre êste assunto, passemos ao palco em que o biografado demonstrou aos poucos a sua tenacidade de defensor de idéias democráticas e puras, de amor à sua província, sem a afoiteza dos politiqueiros egoistas, mas, intransigente na luta pelos princípios que sustentava, nos vários jornais que fundou em Natal.

Por êsse tempo, como esclarece Edgar Barbosa «o jornalismo vivia em função da política e o jornal se editava porque o artigo de fundo era um estimulante necessário ao prazer de doutrinar, mesmo quando não havia doutrina e sim eleições. Sentimos ainda hoje, nas salas de redação, êsse desejo de fazer o antigo jornalismo do artigo de fundo, porque êsse era uma fuga para a literatura e um devaneio inconfessado» (19).

As dificuldades com que lutaram os primeiros periódicos na então província são bem conhecidas; uma cidade com poucos milhares de habitantes servindo de cabeça a uma região, cuja

população, pobre e escassa, vivia na quase totalidade analfabeta, sem poder arcar e compreender o enorme esfôrço dispendido por alguns homens de letras que se propunham a defender e esclarecer os seus direitos.

Êsses obstáculos e óbices concorriam para que o público adquirente e ledor fôsse insignificativo, sem ter nos primeiros tempos o valioso amparo das publicações comerciais para aumentar seus réditos (20), como acontece na era presente, só contando com a iniciativa, boa vontade, pertinácia e os próprios recursos dos proprietários e redatores, e, talvez, algum auxílio do partido a que pertenciam, afora alguma retribuição do govêrno provincial, quando o jornal publicava o expediente oficial.

E' preciso assinalar que a conservação de uma fôlha liberal, na fase de 1867 a 1878, com os presidentes liberais contrariando a sua orientação (1866-8), e o partido conservador ininterruptamente no poder (1868-78), era quase insuperável. Contudo, Moreira Brandão, tendo Amaro Bezerra contra, e, mais tarde, quando correligionários, sem a sua ajuda, por ter êste se retirado para Pernambuco, manteve o órgão do partido em todo o período, apesar dos estorvos criados pelos adversários, inclusive o oferecimento de maiores salários aos seus tipógrafos, suspensão do pagamento do expediente público contratado e oferecimento ao seu diretor de cargos políticos e administrativos (21).

Daí, o que ocorreu com quase tôdas as gazetas do período imperial na província; não passando de uma vida efêmera; meses ou alguns anos, e os poucos, que ultrapassaram um decênio de existência, sofriam, vez por outra, soluções de continuidade.

Até 1850, e, mesmo depois, várias dessas fôlhas eram impressas fora da província, ora em Pernambuco, ora no Ceará, e mesmo na Paraíba e Maranhão, chegando a Natal bem atrazadas, muitas vêzes, sem o sabor e oportunidade requeridas para certos fatos e assuntos debatidos.

O Natalense (1832-37) teve seus primeiros números impressos no Ceará, Maranhão e Pernambuco (22), já sendo estampado do nº 12 (10, nov., 1832) em diante na «typographia Natalense» (23), vindo, em seguida *A Tesoura* (24) e muitos anos depois o *Publicador Natalense* que viveu uns dois ou três anos, também impresso na mesma tipografia, estabelecida à rua Grande.

Depois dêsses, surgem *O Nortista* (1849-51), *O Sulista* (1849-50), *O Brado Natalense* (1849), *O Jaguarary* (1851), *O Argos Natalense* (1851-52), e *O Clarim Natalense* (1851-52),

uns editados no Ceará, outros em Pernambuco e Maranhão, sòmente gravado em Natal, o último, na Tip. de J. M. Navarro.

A Tipografia Natalense dos três primeiros periódicos desaparecera da província, sendo o govêrno autorizado a adquirir um prelo em 1847, permissão, aliás, revogada dois anos depois.

O que é certo, é que, em 1851, já as leis provinciais eram impressas na tipografia Navarro aludida, bem como *O Clarim Natalense* (25), não sendo gravados em Natal, como registra o autor da «Imprensa Periódica do Rio Grande do Norte», *O Jaguarary* e o *Argos Natalense*, fundados por Moreira Brandão em 1851, conforme já elucidamos no capítulo — *O Político*, nota 18.

Moreira em 1852 fundou *O Fagote*, que pouco durou e, sòmente, em 1856, instalava o seu quarto periódico — *A Liberdade*, e ainda nesse primeiro decênio de sua vida política e jornalística, *O Rio Grandense do Norte*, mantendo-o cêrca de um lustro, o único que igualou ou superou a vida do *Natalense*, o iniciador do jornalismo na província, dentre os trinta publicados até 1860.

Foi êle, como já vimos, no capítulo antecedente, que, deixando o programa de ataques desabridos à reputação dos antagonistas, passou a defender idéias políticas, doutrinando sôbre democracia e direito constitucional, além de apontar os defeitos do organismo político do país, o atraso da indústria nacional, a falta de liberdade nas eleições, de independência da magistratura e de garantia dos direitos do povo, sem esquecer os melhoramentos morais e materiais, desenvolvimento do comércio, da lavoura e proteção às artes, concorrendo para que a sociedade se firmasse em bases sólidas dentro do império da lei e da razão.

No referido capítulo, transcrevemos alguns artigos da sua lavra, encontrados em muito poucos números de jornais por êle redigidos, dando, por isso, uma pálida idéia do seu valor intelectual que, ainda se verifica num relatório sôbre a instrução pública, discursos no parlamento nacional, assembléia provincial e na instalação do Ateneu Riograndense, além de outros não encontrados ou que se perderam por falta de registro, referentes à tribuna popular ou do juri.

De 1856 a 1883, sempre teve um jornal sob sua direção, fundando, além dos apontados, *O Progressista* (1862-66), *O Riograndense* (1866-69), *O Liberal* (1872-83) e *O Ceará-Mirim* (1877) (26), somando nove periódicos, palma a que nenhum riograndense do seu tempo lhe pode disputar, só, talvez, o ultrapassando Elias Antônio Ferreira Souto, mais tarde, isso mesmo relacionando várias fôlhas fundadas no interior da província,

tendo, porém, Elias a glória de haver sido o fundador do primeiro diário surgido no Estado ou Província (27).

Além disso, na sua tipografia Liberal-Riograndense e depois Independente, facilitou a publicação de vários jornais, entre outros, *O Estudante, O Beija Flor, O Arrebol, O Barbeiro,* o *Atalaia, A Luz, O Echo Miguelino, A Voz do Povo, O Espírita, A Situação* (28).

Nos jornais que compulsamos, quase nada se encontra que possa denotar a sua cultura, além do que já citamos, e, recorrendo-se aos diários do Rio de Janeiro, deparamos no *Jornal do Comércio,* de 1857 e 1858, alguns artigos da sua lavra, entre os quais os transcritos em as notas, 16, 38 e 46 do capítulo anterior; sendo que, em 1858, foi ao Rio de Janeiro, defender a administração do Presidente Dória, quando êste já se achava exonerado (29); além de muitos outros publicados, mais tarde, na imprensa carioca sôbre assuntos eleitorais e políticos, sem grande repercussão nos meios literários do país, exibindo, porém, no correr de 1864 a 1867, no *Correio Mercantil* alguns editoriais sôbre assuntos da atualidade, em que demonstrava tal valor intelectual ao versá-los, que o conspícuo diretor do jornal, Francisco Octaviano de Almeida Rosa, recebia cumprimentos e francos elogios de ilustradas figuras da época, por julgarem-no autor dêsses artigos segundo me expôs, mais de uma vez, o meu tio Moreira Brandão Filho.

E' certo que Sylvio Romero diz ter Almeida Rosa passado, durante muito tempo, por chefe emérito da poesia e do jornalismo no Brasil, mas, não foi êle um temperamento literário irresistível, tendo feito literatura incidentalmente, produzindo versos originais, traduzindo Byron e fazendo jornalismo, porém, sem o porte altivo dos mestres, dos chefes, dos grandes heróis do pensamento, tendo sido o período de sua melhor produção o que vai de 1850 a 1865; mas, foi absorvido depois inteiramente pela política. Acha que não deixou a mesma impressão da de Torres Homem, ou de Justiniano da Rocha, tendo florescido numa época de transição entre Justiniano e Quintino Bocayuva (30).

Contudo, a redação de um jornal do Rio de Janeiro, ao comemorar o centenário do seu nascimento, afirmou ter sido Otaviano «uma das mais completas organizações intelectuais que o Brasil tem produzido», predominando nêle o jornalista, do qual «foi, no seu tempo, a figura mais vigorosa, e, pelos recursos que possuía no ataque, mais respeitada e temida» (31); expondo Salvador de Mendonça que, «contemporâneo de Justiniano José da Rocha o maior jornalista que até hoje teve o Brasil; de José

Maria do Amaral o jornalista mais culto e viajado que conhecemos, e de Quintino Bocayuva, o discutidor sempre aparelhado para o ataque e para a defesa, mas sempre calmo e frio, Otaviano excedeu a Justiniano da Rocha na beleza da forma, a José do Amaral igualou na cultura e a Quintino venceu no calor da frase, que lhe denunciava a sinceridade e chegava, às vêzes, a explodir como uma granada» (32).

O que é fato é que Otaviano foi um renomado homem de letras e admitindo mesmo com Sylvio Romero que êle se destacou numa época de transição e decadência, não se pode negar o seu valor intelectual e a sua cultura, sendo muita honra, para o modesto filho da obscura e atrasada província nordestina, ser confundido com o pontífice do jornalismo do Brasil, nesse período, glória de que poucos brasileiros podem ufanar-se.

Tinha razão, pois, Lourival Câmara quando escrevia ao começar um artigo para *A Imprensa*, de Natal, sôbre o intelectual riograndense: «Tem o leitor uma verdadeira glória diante dos olhos (33).

Para os historiadores e escritores regionais, êle era «inteligente e ilustrado, hábil jornalista e advogado de mérito», ou «jornalista de mérito e orador correto e sóbrio» (34); «operoso e abalizado jornalista» (35); «jornalista e advogado de renome» (36); «figura ilustre do jornalismo do Estado» (37); «grande em tudo» (38); foi «um homem fora do seu tempo, um precursor que se diferenciou de sua época pela concisão do estilo, sério, substancial, disciplinado, mesmo no ardor das refregas eleitorais» (39); «jornalista político de incessante participação, doutrinador, polemista, escrevendo com inegável serenidade e uma polidez incomparável» (40).

Era um orador fluente e correto e «o mais notável advogado do seu tempo» (41); ocupando atualmente «brilhante lugar entre os nossos advogados, sendo uma das glórias da nossa tribuna forense» (42); tendo, certa vez, em Angicos, patrocinado seguidamente a causa de seis réus: três perante o tribunal do Juri e três ante o Juiz de Direito conseguindo, devido à sua «capacidade intelectual e brilhante eloqüencia» a absolvição dos três acusados submetidos a apreciação do juri e a de um dos julgados pelo juiz singular (43); e de tal modo se havia na sua profissão principal que, ao falecer, deixou «na sua classe um claro que dificilmente será preenchido» (44).

Até o órgão do partido adverso, numa ocasião em que Moreira acabava de proferir um discurso durante várias horas, na assembléia legislativa provincial em defesa de seu diploma

de deputado, assim expressou-se: «foi o mais esplêndido de quanto temos assistido, bastante, por si só, para firmar a grande reputação de que geralmente goza S. Exª como orador» (45).

Não podemos compulsar os seus trabalhos forenses, mas, segundo me informaram seus filhos Moreira Brandão Filho e Antônio Victor, ambos formados em direito, o biografado executava os seus exercícios jurídicos, como petições, agravos, embargos e apelações, ou, provarás, articulados e razões, de uma só vez, sem emendas, nem rascunhos ou minutas; fazendo-as, de próprio punho, ou ditando-os a uma de suas filhas, cometimento raramente praticado.

Diz Tavares de Lira que, «como advogado, correm impressos alguns trabalhos que lhe deram grande nomeada, escritos em defesa de causas de que foi patrono» (46); e Sacramento Blake, que êle escreveu «Coleção de Acórdãos que contém matéria legislativa proferidos pelo Supremo Tribunal de Justiça, desde a época de sua instalação, aliás, feito em colaboração com o seu colega A. A. de Barros». Rio de Janeiro, 18 * *, in 4º (47).

Como advogado procedeu sempre com a máxima lisura, sendo certo que foi esta a profissão que lhe proporcionava a sua manutenção, bem como de sua numerosa prole, e, talvez, dela ainda retirasse recursos para mantença de seus jornais.

Quando moço, teve alguns haveres deixados por seu genitor, mas, a sua educação e formatura reduziram-nos, absorvendo a política e jornais o resto.

Falecendo sua espôsa em 1870, deixou uma fazenda denominada «Barra», num dos afluentes do médio Potengi, herança do sôgro Coronel Estevão José Barbosa de Moura, a qual foi dividida pelos seus nove filhos existentes no momento e ainda conservada por ocasião do seu passamento, sem outro valor que o da terra, pois, o gado desaparecera na voragem das sêcas e abandono dos condôminos.

Em Natal, onde residia, nem sequer tinha uma casa para morar, morrendo pobre, mas, honrado, tanto que, pouco antes de falecer, aceitara procuração para tratar de uma causa cível, de um constituinte do interior do Estado, e, como não pudesse movimentá-la, apesar de iniciada, devolveu a prestação recebida para propô-la, fato êste que causou admiração ao cliente e pessoas que tiveram conhecimento do sucedido.

O acontecimento se torna digno de nota, por estar na ocasião o enfêrmo em tratamento médico e sem recursos pecuniários para

custear as despesas, a não ser a reputação em que era tido no meio social em que vivia.

NOTAS

1 — *Anais* da imprensa periódica pernambucana de 1821 a 1908, Recife, 217. Carvalho esclarece que o primeiro número saiu em maio e o sexto (último) em outubro de 1849, somando ao todo 162 páginas, e confirma ser dirigido por Moreira Brandão, auxiliado pelos seus colegas indicados por Clóvis Bevilaqua, e outros. Tinha por divisa Surge et Ambula.

2 — História da Faculdade de Direito do Recife, 1927, I, 239.

3 — *História da Literatura Brasileira*, II, 194, 328 e 389, nota 2.

4 — Foi redator principal do *O Polymathico*, periódico do Instituto Literário Olindense, do qual saíram três números, em 1846, correspondentes aos meses de setembro a novembro. (Alfredo de Carvalho, cit. 201-2).

5 — *História* e vol., cits., 113.

6 — *História do Estado do Rio Grande do Norte*, 1922, 414.

7 — *A Imprensa* (Natal), de 7, maio, 1915; «Natal do meu tempo» LIII — Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco — ass. por L. Câmara. O autor do artigo era o professor Joaquim Lourival Soares da Câmara, filho do referido Lourival Açucena, o qual, segundo o escrito, conterrâneo L. da Câmara Cascudo «era a maior e a melhor informação provinciana, o Vieira Fazenda local» (*A República*, 6, maio, 1940, *Acta Diurna*).

8 — *Jorn.* n.º e art., cits.

9 — *Jorn.*, nº e artigo, cits.

O deputado Amaro Bezerra, numa polêmica travada na imprensa da côrte, em 1858, com Moreira Brandão, criticando a atitude política e jornalística dêste aconselha-o a moderar os seus impetos e refletir mais, para que sua inteligência produzisse melhores frutos, preparando-lhe uma bela carreira e «persuadir-se de que a vivacidade da imaginação e a exaltação do sentimento podem produzir *belas poesias;* mas, a reflexão e a prudencia são indispensaveis para dirigir o homem na vida com acerto e segurança. (*Jorn. do Com.*, 9, set. 1858, 3). Quem sabe se Amaro não se referia às produções poéticas de Moreira, e também as achava boas? O grifo é nosso. Moreira tinha nessa ocasião trinta anos de idade.

10 — Edição de 6, out., 1861, 4. Como afirma Lourival Câmara, Moreira não publicava suas produções, é possível que algum amigo o fizessa à sua revelia.

Dos nomes das pessoas que faziam versos naquele tempo, em Natal, nenhum dêles se adapta às abreviaturas indicadas.

11 — *A Imprensa*, n.º e artigo, cits., Acrescentava o professor Câmara que o velho Lourival, pai dêle Câmara, adiantava haver o Dr. Moreira o convidado para fazer o papel de André de Albuquerque e por vêzes citara de cor trechos do drama, que teve sua época, e, ainda hoje, teria valor histórico devido ao mérito intelectual do autor.

O articulista esclarecia que o primeiro ato representava o engenho Belém (local em que foi prêso o governador Borges); o 2.º a posse do govêrno na rua Grande; o 3.º a revolução, na praça e a prisão e ferimento de André pelos realistas; 4.º Albuquerque na prisão escura da fortaleza, e o 5.º, finalmente, a chegada do corpo à cidade.

Houve em Natal, segundo Câmara Cascudo, uma «Sociedade Recreativa Juvenil» de 1850 a 1862 (História da Cidade do Natal (1947), 179-181), bem como a «Tália Natalense» (1855-56); fazendo Lourival Açucena parte das duas (182-183).

12 — *A República*, de 15, agto., 1940; L. da Câmara Cascudo — *Acta Diurna*.

13 — Câmara Cascudo — *História* cit., 173.

14 — Câmara Cascudo — *História cit.* 158.

15 — *Relatório* do Presidente Nunes Gonçalves, 18, junho, 1858.

16 — *Relatório* do dito presidente, datado de 14 de fevereiro de 1859.

No dia 24 de fevereiro de 1859, apenas, 80 dias após a sua inauguração, a população admirava o seu progresso, extasiando-se com uma audição de música oferecida pelos alunos dêsse educandário. (*Jorn. do Com.* 1, abril, 1859; *Carta* de Natal de 8 de março anterior).

17 — *Relatório* do Presidente J. Bento da Cunha Figueiredo, 6, abril, 1861.

18 — *Relatório* do Presidente P. Leão Veloso, 6 fev., 1862.

19 — *Revista* da Academia Norte-Riograndense de Letras, I, 22-13; *A República*, 1, jul., 1939, 2ª seção, 1.

20 — Alguns dêles publicavam raros e pequeninos anúncios, semelhantes a avisos de advocacia, venda e arrendamento de propriedades e de jóias. *O Rio Grandense do Norte*, 30, agto., 1861;

O Progressista. 13, jun., 1863, 4); de clínica médica, advocacia, salão para alugar na «rua nova»; venda de escravo no «bêco novo»; pílulas reguladoras (*O Rio Grandense do Norte*, 23, agto. 1862 4); da casa comercial «Fabrício & Companhia»; de livros, (*Jorn*. cit., 27, out., 1867, 4).

21 — *Jorn. do Com.* 1, jan., 1867; *Cartas* de Natal, 7, dez., 1866; e 26, set., 1868; artigo assinado pelo Dr. José M. de Albuquerque Melo, ex-deputado; *Anais* da Câmara dos Deputados, 1879, V, 12.

22 — Luiz Fernandes, cit., 3.

23 — *Bib. Nacional* — Seção de Obras Raras — alguns números alí existentes.

24 — Em 1833, havia no Rio Grande do Norte dois jornais, tendo o *Natalense*, por falta de assinantes, deixado de circular, e a *Tezoura* que só se ocupava em elogiar o presidente e o ouvidor da província «para ver se pescava a deputação, e como comessem a isca sem aproveitar o anzol. sepultou-se nas trevas» (*Jorn. do Com*. 28, junho, 1833; *Interior* — Notícias dos Portos do Norte, extraídas do *Diário de Pernambuco*).

O primeiro voltou a circular, indo até 1837, quando, por imposição do chefe do govêrno provincial, extinguiu-se, reaparecendo, em 1840, com o título de *Publicador Natalense*. (L. Fernandes cit., 11 e 24).

25 — L. Fernandes, cit., 9 e 13.

26 — L. Fernandes, op. cit., 47, 52, 60 e 101.

27 — Luiz Fernandes enumerava entre os jornais fundados pelo professor Elias Souto, oito, porém, o *Diário de Natal*, de propriedade do dito professor registra maior número. (Edição de 18, maio, 1906, 1 e 2).

28 — Op. cit., 16, 21, 23, 27, 30, 32, 33 e 36 respectivamente. A propósito da *A Situação*, o autor da «Imprensa Periódica» transcreve as cartas seguintes: «Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Moreira Brandão. Faço apelo aos sentimentos liberais de V. Exª. E' o caso: «Intento a publicação de um jornal conservador infenso a actual administração. Acontece porém, que a unica tipografia conservadora que há nesta cidade está publicando o expediente oficial por um contracto no qual a sua directoria obrigou-se a não dar publicidade a cousa alguma contra o govêrno. Não querendo eu que o Exmo. Sr. Dr. Nicolau Tolentino, desde que alí seja impresso o meu jornal, prevaleça-se de semelhante motivo para rescindir o contracto aludido, vindo assim a ser feridos interesses, que eu não tenho em mira prejudicar, por qualquer forma, peço a V. Exa., que, para o fim já indicado, ceda-me a tipografia de sua

propriedade, actualmente desocupada mediante condições que v. exa. estipulará.

Quando o presidente serve-se dos meios de que pode dispor para amordaçar a opinião, a despeito dos quais traçou de antemão a norma que observará na administração da província aos oprimidos, espero, V. Ex. não fechará a única valvula, por onde poderão desafogar-se da pressão que estão sofrendo».

«É um dos mais gloriosos princípios da escola liberal o que assim se inscreve:

«Liberdade da palavra, escrita e falada».

«Permita-me v. ex. fazer o uso que me convenha de sua resposta, dada em seguimento a esta, que tenho a honra de dirigir a v. ex.»

«Prevaleço-me da ocasião para renovar a v. ex., os protestos da minha subida consideração e respeito a pessoa de v. ex.».

«De v. ex., cr. att.º venro. Dr. Henrique Leopoldo Raposo da Camara.

Illmo. Exmo. Sr.

«Em vista dos fins, a que v. ex. se propõe com a publicação do seu periódico, entendo eu que, embora conservador, longe de mostrar-se hostil ao partido liberal, pode servir a causa que ele igualmente defende, combatendo os erros e desvios da actual administração, e não devendo negar-lhe os meios que possam estar á minha disposição, para frustrar os planos de quem quer que seja que pretenda amordaçar a opinião; em resposta á sua carta retro, declaro-lhe que está ás suas ordens a tipografia que pede, a qual embora não seja de minha exclusiva propriedade, se acha entregue aos meus cuidados e sob a minha unica direção».

«Tenho a honra de ser

«De v. ex. Att.º cr.º venr.º

«José Moreira Brandão Castelo Branco» — (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico* do Rio Grande do Norte, vol. VI (1908); Luiz Fernandes — *A Imprensa Periódica* cit., nota 15, págs. 112 a 114).

29 — *Jorn. do Com.*, fev. a set., 1858; *Correio Mercantil*, 2, set. cit.).

30 — *História* e vol., cits., 112, 113, 116, 119 e 123.

31 — *O Imparcial*, 26, jun., 1925, editorial.

32 — *Jorn.*, nª e págs., cits., col. 2. Não cobe, aqui, a defesa de Otaviano, mas, é bom registrar que, havendo Silvio Romero considerado contrafeita, extravagante e impossível a tradução feita por Odorico Mendes das obras de Homero (*História* cit., I, 545),

Salvador de Mendonça, no artigo referido, informa que, na presença de Ferreira de Menezes, do Barão de Tautphoeus e dêle articulista. Otaviano leu «durante horas e com o maior enlêvo a sua tradução da *Iliada* de Homero»; acompanhando-o Tatphoeus a leitura com o original grego na mão, transparecendo no rosto do último «o prazer supremo de ouvir o grande épico traduzido na linguagem simples do povo, como convinha ao poema conservado por tradição oral». E acrescentava o barão: — «Esta não precisa ser traduzida para o portuguez, como as traduções do sr. Odorico Mendes» (*O Imparcial* e nª cit., pág. 7).

O nosso conterrâneo padre João Manoel de Carvalho, altivo e de uma independência admirável, apesar de professar idéias contrárias às de Otaviano, diz que êste ilustrara com as refulgências do seu belíssimo talento as páginas do *Correio Mercantil*, (*Reminiscências*, Amparo, 1894, pág. 93, ou «do seu talento brilhantíssimo e invejável» (97).

Quando êle faleceu, dizia o *Jornal do Comércio* ter sido Otaviano literato dos melhores, prosador ameno, poeta suave, harmonioso, «jornalista sem superior» e polido, orador correto, inteligência vigorosa, mas, «os seus maiores triunfos deveu-os á pena de jornalista» (edição de 29 maio, 1889; *Gazetilha*).

Em 1952, a Academia Carioca de Letras, comemorando o centenário de *A Semana*, crônica escrita por Francisco Otaviano, no *Jornal do Comércio*, gênero literário até então desconhecido na Côrte e que teve por sucessores cronistas da estirpe de Machado de Assis, Olavo Bilac, Carlos de Laet, João Ribeiro e outros, o acadêmico Phocion Serpa lembrou o acontecimento «como homenagem á memoria do grande jornalista que passou a posteridade, dentro da aureola que para ele teceu a justiça de Joaquim Nabuco chamando-o «a pena de ouro do Segundo Reinado» (*Jornal do Comércio*, 12, dez., 1952, 6).

33 — *Jorn.* cit., 7, maio, 1915.

34 — Tavares de Lyra, cit., 612 e 649.

35 — *Rio Grande do Norte*, 19, jun., 1895, 1.

36 — Nestor Lima — «Municípios do Rio Grande do Norte», II, 48.

37 — *A República*, 26, abril, 1939, 2.

38 — Lourival Camara, art. cit.

39 — Edgar Ferreira Barbosa — «Moreira Brandão em confronto com a nossa época» — Discurso na sessão de 22 de abril de 1939 (Revista da Academia Norte Riograndense de Letras, I, 13).

40 — *Tribuna do Norte,* 1, julho, 1950, 3; — artigo de Luiz da Câmara Cascudo.

41 — Lourival Câmara art. cit.

42 — *Rio Grande do Norte,* 24, abril, 1895, 2.

43 — *O Rio Grandense do Norte,* 23, agôsto, 1862, 1; e carta de Angicos inserida na mesma edição, 2. Em Natal, a 25 e 26 de agôsto de 1876, fez a defesa de dois réus, conseguindo a absolvição de ambos. (*O Liberal,* de 28, agto., 1876).

44 — *Rio Grande do Norte,* 12, junho, 1895, 1.

45 — *O Conservador,* 2, junho, 1872, 1.

46 — Obra cit., 49.

47 — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro,* Rio, 1899, V, 103.

O CONVITE PARA IR AO PRATA

Conta o nosso conterrâneo, padre João Manoel, nas suas *Reminiscências* que, tendo sido escolhido Honório Hermeto Carneiro Leão para ir ao Rio da Prata em missão especial e, precisando de um secretário, com o seu espírito prático, perfeito conhecedor dos homens, perspicaz em suas vistas, tático em seus planos, estratégico em suas manobras, superior às sugestões do egoismo, empenhado em aumentar as fôrças do seu partido com a aquisição de novos talentos, calculou, mediu, pesou tôdas as conseqüências que podiam resultar do passo arrojado que pretendia dar, e não hesitando um só momento, seguiu para a redação do *Correio Mercantil*, onde, entre a pleiade de moços liberais que ali trabalhava, achava-se em seu pôsto iluminado pelas irradiações do seu talento, José Maria da Silva Paranhos, e, penetrando naquele reduto formidável de seus adversários, despertando surpresa e curiosidade, dirigiu-se a Paranhos, pedindo-lhe uma conferência particular; disse-lhe que ia ao Prata em missão especial, e, «precisando de quem o ajudasse nessa melindrosa emprêza e percorrendo os talentos da nova geração que mais se distinguiam, lembrei-me do seu nome já laureado pelos esplendidos triunfos conquistados no jornalismo, vindo agora convida-lo para ser meu secretário, podendo continuar no seu partido, mantendo as mesmas crenças políticas que não perdem com o grande e importante serviço que vai prestar, não sòmente a mim pessoalmente como também, mais ainda, á causa nacional».

Paranhos, ouvindo-o com religiosa atenção, calculando, meditando e pesando tôdas as conseqüências que podiam resultar de sua decisão, respondeu simplesmente: «Com V. Exª, irei até para o inferno!»

E conclui o ex-parlamentar potiguar: «Desde esse momento abriu-se uma nova fase na sua vida, tornam-se mais largos os horizontes, tendo sido Paranhos um dos mais ilustres e proeminentes chefes do Partido Conservador, conquistando glória e imortalidade» (1).

O fato não se deu assim. Nem Carneiro Leão foi ao *Correio Mercantil*, nem Paranhos era da sua redação, nem do Partido Li-

beral, nem tampouco foi o primeiro convidado. Não sei por que o adulterou o vigoroso polemista, principalmente, por adiantar no mesmo opúsculo que João Alfredo foi o chefe com quem mais teve intimidade, merecendo sua inteira confiança (2).

Tive o cuidado de examinar bem o assunto e me informar tanto quanto possível de pessoas conhecedoras do incidente.

Em março de 1851, já José Maria da Silva Paranhos fazia parte da redação do *Jornal do Comércio* (3), deixando o *Correio Mercantil,* do qual fôra um dos seus acionistas e diretores, e, onde trabalhou «quase dois anos», desligando-se do mesmo por um convênio (4).

Sòmente em outubro do aludido ano, quase oito meses depois, foi o conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão escolhido para a célebre missão diplomática ao Prata, sendo Silva Paranhos nomeado seu secretário a 21 dêste mês (5), embarcando ambos, dois dias depois, para Montevidéu, onde chegaram a 31 de outubro referido (6).

O *Correio Mercantil,* de 23 de outubro citado, anunciava a nomeação de Carneiro Leão para a dita missão e acrescentava: «o qual será acompanhado do sr. dr. José Maria da Silva Paranhos — *não sabemos com que caráter*», porém, o de 24 seguinte. anunciava a partida de ambos e dizia que Paranhos ia como secretário do conselheiro. Em junho de 1852, Carneiro Leão chegava ao Rio de Janeiro, como triunfador, sendo nomeado «Visconde de Paraná»; o Conde de Caxias, que muito o auxiliou, passou a «Marquez» e Paranhos, além do título de ministro residente no Uruguai, mereceu a «Comenda da Ordem da Rosa» (7).

Em dezembro de 1853, Paranhos já era escolhido para ministro de Estado da Marinha, seguindo a sua gloriosa carreira de estadista.

Pelo exposto, verifica-se que Paranhos não estava mais na redação do *Correio Mercantil,* quando escolhido para dita missão, e que fôra nomeado, apenas dois dias antes do embarque, para Montevidéu, já à última hora.

Desde a juventude que ouvia falar ter sido convidado para tal encargo o meu avô materno, que não aceitara a importante e honrosa missão. No Rio de Janeiro, auscultei vários conterrâneos, sendo que o jornalista e historiador Tobias Monteiro m'a transmitia por tê-la ouvido do próprio conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, o qual esclarecia haver Carneiro Leão se lembrado de Moreira Brandão, com quem já trabalhara em Pernambuco, no ano anterior, insistindo por várias vêzes para que aceitasse o cargo de secretário dessa missão, só se resolvendo

convidar Silva Paranhos, apesar de seu correligionário e redator do *Jornal do Comércio,* por indicação de um amigo, cujo nome, agora não me recordo, e após êste lhe mostrar, por mais de uma vez, o valor intelectual do indicado.

Como se vê, não foi uma escolha espontânea. O homem que lhe pareceu apropriado à difícil investidura foi o jovem norte-riograndense, que tinha apenas 22 anos de idade, na ocasião.

É certo, que se saiu bem, pois o futuro Visconde do Rio Branco correspondeu perfeitamente à confiança do futuro Marquês do Paraná: a alma de vários ministérios, o triunfador de Pernambuco, em 1850 e do Prata, em 1852, o instituidor da conciliação política de 1853, o estadista que, no dizer de Euclides da Cunha «foi o ponto culminante do Império», e que sabia cercar-se de auxiliares inteligentes e cultos, como provam os seus atos.

Contudo, parece que Honório Hermeto tinha razão quando preferia Moreira Brandão, uma vez que êste escrevia com extrema facilidade e sem emendar os seus trabalhos, ao passo que o Visconde do Rio Branco, segundo o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira e o Visconde de Taunay, que fôra secretário de Paranhos, era «muito inteligente», porém, «escrevia com suma dificuldade» (8).

Taunay acrescenta que Rio Branco «enchia de momento fôlhas e fôlhas de papel, deixando, contudo, largo espaço entre as linhas», e «nunca despachava o trabalho como fôra escrito», e, ao «relê-lo, começava a emendá-lo, enchia as entrelinhas, riscando o que julgava ser sacrificado», acontecendo não raro «inutilizar tudo quanto já estava feito, recomeçando a escrever, de princípio ao fim, mas, sem esquecer das entrelinhas para novas correções».

É preciso notar que Lafayette foi contemporâneo de Rio Branco, sem ser seu desafeto, tendo escrito sôbre êste muito tempo depois do passamento do visconde, dando, assim, mais robustecimento à sua informação.

Taunay, como já disse, foi secretário do venerando estadista, além de haver sido um dos seus mais dedicados amigos, pelo que se acha entre os mais credenciados para falar sôbre o primeiro Rio Branco.

NOTAS

1 — *Reminiscências,* Amparo (S. Paulo) 1894, 94 e 95.
2 — Opúsculo cit., 121.
3 — *Jorn. do Com.,* 1, março, 1851.

4 — *Jorn.* cit., 6, março, referido, (artigo assinado pelo próprio Silva Paranhos.

5 — *Jorn.* cit , 22, out., 1851.

6 — *Jorn. cit.*, 12, nov., 1851.

7 — *Jorn.* cit., 7 e 27 junho, 1852.

8 — *Diário de Notícias* 18, julho, 1948, «Suplemento» — «O Visconde do Rio Branco», por Mozart Monteiro.

«Já estava terminada esta biografia, quando tive a honra de conhecer o ilustre Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, bisneto do Marquês de Paraná, a quem dirigi uma carta, pedindo-lhe que me esclarecesse o assunto, e de quem recebi a resposta que segue, na íntegra:

«Ilmo. Senhor

José Moreira Brandão Castello Branco Sobº.

Prezado Senhor,

Com particular satisfação respondo á sua carta de 23 do corrente, acerca da qual tivemos ensêjo de conversar, naquele mesmo dia, nos salões do Instituto Histórico.

Infelismente, dentre os papeis de meu bisavô Honorio Hermeto Carneiro Leão, conservados pela família e ora em meu poder, nada existe em relação ao seu digno avô José Moreira Brandão Castello Branco.

Sabia, por tradição avoenga, que o vindouro Marquês de Paraná guardara excelente impressão dos serviços prestados, durante sua presidencia de Pernambuco (1849-50), por um jovem funcionario *Moreira Brandão*, que ali fizera jús á sua confiança e estima.

Posteriormente, quando andei coligindo elementos para uma desenvolvida biografia do Marquês de Paraná, por diversas vêzes ouvi o saudoso historiador *Tobias Monteiro* referir-se ao alto apreço em que o referido estadista tinha aquele auxiliar da secretaria do governo pernambucano, tanto assim que pensara em leva-lo como secretario, em 1851, na Missão Diplomatica ao Rio da Prata. Dizia-me então *Tobias Monteiro* que, somente por excessiva modestia ou desejos de encarreirar-se na politica do Rio Grande do Norte, declinara Moreira Brandão de tão honroso convite, preferindo que o vindouro Paraná o coadjuvasse, com seu prestigio, a eleger-se deputado provincial.

A este respeito, acrescentava *Tobias Monteiro* que, não contando com a colaboração do seu digno auxiliar, Honorio Hermeto

narrara o caso a alguns amigos durante um almoço realizado no «Jornal do Commercio», tendo então o diretor dessa fôlha sugerido o nome de Paranhos, que ao depois foi convidado e serviu com inexcedível zêlo e competência.

O mesmo sempre me contou outro historiador de renome, meu prezadissimo Amigo e Mestre *Ministro Augusto Tavares de Lyra,* o qual terá naturalmente particular agrado em fornecer-lhe valioso depoimento em relação ao aludido convite a Moreira Brandão.

Ocorre-me, no entanto, lembrar-lhe que, presentemente está o dr. Jordão Emerenciano, diretor do Arquivo Estadual de Pernambuco, reunindo ali documentação respeitante á presidencia de Honorio, cuja memoria será assim homenageada com a realização de uma exposição histórica, a realizar-se no Recife, no próximo mês de Setembro. Seria conveniente que o Prezado Amigo se dirigisse ao dr. Jordão Emerenciano, pois muito provavelmente hão de existir no Arquivo de Pernambuco inapagaveis traços, que bem recordem os serviços prestados por seu ilustre avô na Secretaria do Governo de Pernambuco, ao tempo da mencionada presidencia.

O assunto interessa-me sobremaneira, e por isso quaisquer achêgas que a tal respeito sejam encontrados eu teria gosto em mencional-as no trabalho que estou escrevendo.

Creio ter-lhe demonstrado, com o tamanho desta carta, quanto apreciei a sua consulta e o feliz ensêjo de podermos dora avante honrar, de certo modo, as amistosas relações que outrora tiveram nossos antepassados.

Atenciosamente

Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.» «Rio, 27-7-56.»

OUTRAS ATIVIDADES

Não estava destinado a exercer a profissão de funcionário público, tendo ocupado um cargo na secretaria do govêrno em Recife, logo depois de receber a sua láurea bacharelícia (1), a função de promotor público em Natal, ao iniciar-se a sua carreira política (2), a de secretário do govêrno provincial, diretor da instrução pública e do Ateneu Riograndense, de lente de filosofia dêste educandário, além da de agente visitador da diretoria de instrução pública no município da capital, acidentalmente, para servir ao partido em que militava ou para atender ao pedido de amigos, uma vez que êsses encargos o desviavam de sua verdadeira ocupação que era a advocacia e dos torneios jornalísticos, doutrinando e ensinando ao povo os princípios democráticos, sua maior preocupação.

Para não se afastar da província natal e poder concorrer para o seu progresso material e moral, recusou um convite insistente do Conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, para servir como secretário da missão ao Rio da Prata, em 1851; o oferecimento de políticos pernambucanos para ocupar um lugar na Justiça, no mesmo ano; bem como o cargo de Juiz de Direito em 1853 e a função de membro da Justiça na guerra do Paraguai, em 1867, além da presidência de províncias, mais tarde (3).

Qualquer dêsses cargos podia conduzi-lo às maiores honrarias. Com a ilustração e inteligência que possuia, poderia ter conseguido, não só na diplomacia, como na magistratura judiciária ou administrativa os mais altos e gloriosos postos.

A tudo renunciou para permanecer entre os seus comprovincianos, achando que assim lhes seria de maior préstimo, embora desprezando ensejos que lhe possibilitariam honrarias e dignidades, principalmente, quando essas ofertas eram feitas por uma personalidade dominadora da época, como o Marquês do Paraná.

Silva Paranhos, que o substituiu na missão ao Prata, e outros, que seguiram a carreira de juiz, subiram aos mais elevados píncaros da direção política do País ou da magistratura imperial, atingindo muitos as mais nobilitantes graduações.

Na província, durante o prolongado ostracismo de 1868 a 1878, rejeitou vários oferecimentos de cargos públicos, pelos seus adversários políticos (1872-8), sendo que, em 1868, não acedeu em ser candidato a deputado geral, na chapa prestigiada pelo govêrno; recusando também a incumbência de presidir a mesa examinadora de línguas para o curso superior no Ateneu Riograndense, em 1875. Êste caso, não passava de uma distinção do governante da provincia, seu adversário político, reconhecendo, em documento público, como o seu discurso de abertura à Assembléia Legislativa, daquele ano, a cultura do convidado (4).

Tomou parte na fundação de algumas sociedades em Natal e foi membro de várias comissões para prestar serviços à província e ao País, como as que se seguem.

Em 1854, para desenvolvimento do teatro, foi um dos fundadrões da Sociedade Teatral Apolo Riograndense, com os padres Luiz da Fonseca e Silva e Bartolomeu da Rocha Fagundes, Dr. Otaviano Cabral, Bonifácio Câmara, Joaquim Manoel Teixeira de Moura, João Carlos Wanderley, Joaquim Lourival de Melo Açucena, João Manoel de Carvalho, Fócio Joaquim do Rêgo Barros, Matias Carlos de Vasconcelos Monteiro, além de outros (5). É possível que Moreira houvesse escrito a peça sôbre André de Albuquerque, de que falamos noutro capítulo, por essa época, como um incentivo à arte dramática e à novel associação.

No decênio seguinte, era instituída na capital, uma sociedade patriótica denominada União e Perseverança, cujos estatutos foram aprovados pelo vice-presidente da província Trajano Leocádio de Medeiros Murta, na ausência do presidente efetivo Leão Veloso, sendo a reunião presidida pelo vigário Bartolomeu da Rocha Fagundes, e eleitos quase por unanimidade: presidente da mesma, o Dr. José Moreira Brandão Castello Branco; vice-presidente o Tenente-Coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara; tesoureiro, o referido vigário Bartolomeu; secretários, Dr. Francisco Gomes da Silva Júnior, e o vice-cônsul Joaquim Inácio Pereira Júnior, e para a comissão de redação os Drs. Luiz Rodrigues de Albuquerque, Adelino Antônio de Luna Freire e Francisco Gomes da Silva Júnior (6).

Dadas as suas idéias mui liberais difundidas ao lançar o seu primeiro jornal no mundo político norte-riograndense, pelo meado do século XIX, não podia Moreira Brandão ser partidário da escravização do homem pelo homem, mas, sòmente deparamos manifestações suas de maneira clara e evidente a favor da abolição dêsse sistema, no correr de 1869, quando da publicação do

programa do Partido Liberal do Império, cuja facção regional da província o adotou.

Em 1885, como fôssé anti-escravagista, e o número de deputados governistas na Câmara Geral fôsse mais ou menos igual aos da oposição, o seu reconhecimento como deputado estêve perigando e foi protelado durante meses (fevereiro a maio), como já vimos ao narrar a sua ação no Parlamento Imperial (7).

Em 1888, fêz parte da Sociedade Libertadora Norte-Riograndense, fundada em Natal, a primeiro de janeiro dêsse ano, dia em que logo após a oração do Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, explicando os motivos da fundação da associação, aclamação de sua diretoria e nomeação de comissões, discorreu sôbre o objeto da reunião e concluiu congratulando-se com a província por tal instalação.

Durante o funcionamento dessa sociedade Moreira Brandão pronunciou vários discursos, sendo dois em Natal, três em São José de Mipibu, dois em Canguaretama, um em Macaíba e outro no engenho Estivas, estendendo a sua atividade à povoação de Utinga e engenho Arvoredo, no município de São Gonçalo (8).

Além disso, informa um jornal de Natal, fêz intensa propaganda em prol dos escravos no interior do município de Canguaretama (9), sendo mui provável que tivesse estendido esta sua atividade a outras localidades.

O professor João Carlos de Albuquerque Gondim o aponta como abolicionista e relatou-nos casos de compra de escravos pelo mesmo, a fim de alforriá-los.

Ao encerrar-se a campanha abolicionista na província, Moreira Brandão escreveu o seguinte: «Já não há escravos no Brasil!

«Perante o mundo civilizado não temos mais que envergonhar-nos de manter uma instituição condenada pela razão e pela justiça, pela filosofia e pela religião!

«O dia 13 de maio de 1888, em que a escravidão foi abolida, marcará uma época de gloria para a Nação e permanecerá como uma data feliz e memorável na história da humanidade!

«Congratulo-me por isso com a Sociedade Libertadora Norte-Riograndense, com a província, com o País e com todos os povos livres, saudando do fundo d'alma e do coração — *A Patria e a Liberdade*» (10).

Relativamente às comissões, encontrei registradas apenas as seguintes: Em 1859, foi nomeado para compor, ao lado dos Drs. Octaviano Cabral Raposo da Câmara e Luiz Carlos Lins

Wanderley, Srs. Bonifácio Câmara e Joaquim Ignacio Pereira, a que deveria cumprimentar S. M. o Imperador Pedro II, à sua chegada no Recife, em nome da Câmara Municipal de Natal (11); em 1863, em companhia dos Drs. Gomes Filho, Luna Freire, Pereira de Brito e Albuquerque, para encarregar-se de redigir os estatutos de uma sociedade para coadjuvar o govêrno, no caso do conflito anglo-brasileiro (12); em 1874, para promover com o Coronel Bonifácio Câmara, Dr. Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves, Capitão José Ferreira Nobre e Major Tomaz A. Ramos Zany, as medidas necessárias à realização de uma exposição provincial no dia 2 de abril de 1875, já tendo tomado várias providências, inclusive a designação de comissões municipais, esperando-se bom resultado (13); em 1889, foi incluído na Comissão de Recepção e Festejos ao Principe Gastão d'Orleans, Conde d'Eu, na sua visita a Natal, a 11 de agôsto.

Era na ocasião presidente da Assembléia Legislativa e teve por companheiros nesse encargo os Drs. M. de Carvalho e Souza, secretário do dito congresso, engenheiro Luiz Soter Thompson Viégas, industrial Jovino Barreto, Dr. José Calistrato Carrilho de Vasconcelos, vice-cônsul Odilon Garcia e o negociante José Domingues de Oliveira (14).

Além disso, desempenhou a função de agente auxiliar do diretor do Arquivo Nacional, na província do Rio Grande do Norte, no tempo em que êste tão útil estabelecimento era dirigido pelo seu antigo companheiro da redação da *Aurora*, em Pernambuco, Joaquim Pires Machado Portela, que, durante um quarto de século (1873-1898), dirigiu sàbiamente o Arquivo referido, revelando-se um verdadeiro técnico e administrador, não só ao dar-lhe um regulamento, cujas diretrizes substanciais as reformas subseqüentes não modificaram, bem como um famoso plano de classificação de documentos, ainda mantido na sua estrutura geral (15).

Êste operoso administrador, dando cumprimento ao art. 16 do Reg. de 24 de março de 1876, tinha que propor ao ministro do Império a nomeação de três agentes auxiliares nas províncias, encarregados de descobrir e obter para o referido Arquivo documentos importantes relativos à história do Brasil, facultando-lhes a lei a franquia dos arquivos e cartórios dos tribunais, repartições e estabelecimentos públicos, cabidos, conventos e associações particulares, precedendo licença ou autorização necessárias.

Não consegui saber o número dos nomeados para o Rio Grande do Norte, mas, o Dr. P. H. Tautphoeus Castelo Branco, chefe de serviço no estabelecimento referido, diz: «dadas as na-

turais dificuldades decorrentes da missão que lhe fôra confiada, nem todos êles puderam desempenhá-la com eficiência; entretanto, é de justiça que salientemos, aqui, como homenagem póstuma desta instituição os vultos já desaparecidos das seguintes personalidades: «Do Rio Grande do Norte: — Drs. José Moreira Brandão Castelo Branco e Francisco Gomes da Silva» (16).

Entre os agentes do antigo «Município Neutro» viam-se, Senador Cândido Mendes, Barão Homem de Melo, Drs. J. Manoel de Macedo e M. D. Moreira de Azevedo; do Pará: D. S. Ferreira Penna e A. N. Monteiro Baena; do Ceará: P. N. Borges da Fonseca e Tomaz Pompeu de Souza Brasil; de Pernambuco: Dr. José Higino Duarte Pereira, afora muitos outros nomes de relêvo no meio intelectual brasileiro (17).

Como bom católico fazia parte das principais confrarias da capital, sendo mordomo da Irmandade de N. S. dos Passos (18) e juiz perpétuo da Santíssima Virgem da Conceição (19).

Os pósteros lhe renderam três homenagens, reconhecendo, dêsse modo, os serviços que prestou à terra do seu berço.

A primeira foi quando ao escolher-se a denominação do Grupo Escolar de Goianinha, foi preferido o seu nome, apesar do município ter tido vários outros filhos notáveis, como Basílio Quaresma Torreão Filho; desembargador Enéas de Araújo Torreão; conselheiro Miguel Arcanjo Galvão; João Tibúrcio da Cunha Pinheiro, «o professor modêlo, exemplo da classe»; D. Joaquim Antônio de Almeida, primeiro bispo de Natal (20).

Em 1910, já funcionava o referido grupo (21) e no dia 18 de outubro de 1925, era apôsto no salão da sua diretoria, na presença do Dr. Nestor Lima, diretor do Departamento de Educação do Estado, o retrato do patrono, ouvindo-se discursos alusivos ao ato, inclusive o do próprio diretor-geral (22).

A segunda se deu quando o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte resolveu incluir na sua galeria, no dia 3 de maio de 1926, o seu retrato e de outros ilustres riograndenses, frisando o orador do ato, que ainda vivia e se retratava «na memória de muitos dos nossos coestadoanos o perfil destacado dêsses eméritos cidadãos que defenderam galhardamente, durante largo trato da vida provincial, os interêsses dos partidos monárquicos, a que se filiaram, e ora, no aceso das lutas eleitorais (pág. 151), ora no seio augusto do Parlamento Imperial, propugnaram pelo bem-estar do Rio Grande do Norte e pela felicidade dos seus comprovincianos» (23).

A terceira realizou-se por ocasião da fundação da «Academia Norte-Riograndense de Letras», em maio de 1937, época em

que Moreira Brandão foi escolhido pelo acadêmico Edgard Ferreira Barbosa para patrono de uma de suas cadeiras, no momento apenas constituída por vinte membros que deveriam escolher mais cinco, a fim de completar o total de 25, número de que se deveria compor (24).

A posse solene de cada acadêmico, sòmente dois anos mais tarde se iniciaria, e a primeira foi justamente a do acadêmico Edgard Barbosa, a 22 de abril de 1939.

A República de Natal, referindo-se à sessão de posse, dizia: «Moreira Brandão, jornalista e tribuno, grande advogado e um dos chefes prestigiosos do Partido Liberal, dez vêzes deputado provincial e três deputado geral, foi uma figura sugestiva pela clareza de sua inteligência, dignidade de atitude e ampla fôlha de serviços públicos». «Pela palavra brilhante do acadêmico Edgard Barbosa, Moreira Brandão será evocado com justiça e segurança saldando-se a velha dívida de honra com o ilustre norte-riograndense que a morte não podia ter o direito de arredar do nosso convívio intelectual» (25).

Aludindo, posteriormente, à solenidade, o mesmo jornal exprimia-se da maneira seguinte: «A primeira sessão pública da Academia Norte-Riograndense de Letras constituiu uma esplêndida, e se poderia dizer, surpreendente manifestação de interêsse pelos destinos da nossa mais elevada sociedade literária. Dos vinte e cinco acadêmicos que a constituem, apenas não compareceram Henrique Castriciano e Adauto Câmara, por se encontrarem no Rio de Janeiro, e Sebastião Fernandes, assíduo nas sessões ordinárias, que não pôde comparecer por motivo superior ao seus desejos». «Ninguém pode contestar, evidentemente, que a presença de vinte e dois acadêmicos, em uma terra como a nossa, sem transporte e sem meios que promovam melhor confiança nas reuniões intelectuais, não tenha sido uma entrada triunfal da Academia no terreno dos seus propósitos de sociabilidade e cultura».

«Lá estiveram homens de ciência, de artes e de letras. Lá estiveram jovens que começam a meditar nas questões da vida inteligente e criadora. Lá eu vi pessoas outras que não sendo intelectuais, nem por isso, a sessão dos acadêmicos norte-riograndenses lhes passou no pensamento senão como um fato digno do seu interêsse de civilizados».

«Edgard Barbosa e Câmara Cascudo falaram em uma casa que tinha expressão de valores reais. O elogio de Moreira Brandão, feito pelo primeiro, e as palavras do segundo sôbre a personalidade do orador, foram ouvidas no silêncio de uma reunião

ilustre. Cada um dêles expôs, em páginas magnificas de erudição. estilo e eloqüência, que fazem de Edgard Barbosa um escritor fascinante e de Câmara Cascudo um orador que seduz, a vida de um dos patronos da Academia, justamente dos mais interessantes e menos lembrados das nossas grandes figuras do passado» (26).

O discurso do recipiendiário, dificilmente pode ser mutilado, contudo, destacarei alguns trechos: «Moreira Brandão deu causa à fundação do Partido Liberal na província. Sua conduta, sua técnica política, sua maneira de enfrentar os dissabores das lutas partidárias, são exemplos do passado e não podemos acusar o presente de os não haver seguido. A própria Inglaterra de Disraeli e Gladstone não foi capaz de preservar êsse passado na longa e rumorosa história da sua evolução democrática. A lembrança de Moreira Brandão nos sugere, melancòlicamente, êsse confronto com os dois grandes chefes da era vitoriana. Êle era uma alma de instintos puros, como argutamente o retratou Luiz da Câmara Cascudo, em um perfil biográfico que é, com o de Tavares de Lira, o mais claro depoimento sôbre a vida do chefe liberal conterrâneo.

«Êle foi, sem dúvida, um disciplinador dos métodos partidários, um capitão que só sabia combater com as armas da tolerância e da lealdade. Vendo-o nos estertores do antigo regime, quando a evidência do triunfo republicano se sobrepunha à marcha valetudinária da monarquia, é que compreendemos o seu desinterêsse e a energia espiritual de sua autoridade» (27).

«Jornalista, Moreira Brandão foi, ainda, um homem fora do seu tempo, um precursor que se diferenciou de sua época, pela concisão do seu estilo, sério, substancial, disciplinado, mesmo no ardor das refregas eleitorais. Essa atitude não comportava o ódio que exalta, nem as prolongadas incompatibilidades que põem em perigo as democracias pelo afastamento pessoal dos seus homens representativos. Sob êsse aspecto, Moreira Brandão preferiu ser coerente consigo mesmo, com a sua educação e a sua índole, a mutilar-se para brilhar mais alto, como satélite dos queridos da fortuna.

«O que vemos em Moreira Brandão é, sobretudo, um norte-riograndense estreitamente ligado ao seu povo, um homem do interior que se prendeu à terra com aquêle amor de camponês, de que nos fala René Bazin. A metrópole, a côrte, o murmúrio dos debates parlamentares só existem para êle no sentido do bem que poderiam trazer ao seu Rio Grande do Norte (28).

NOTAS

(1) «Sôbre o exercício do cargo de oficial maior da Secretaría do Govêrno de Pernambuco, recebemos as cópias das Portarias seguintes, por intermédio do dr. Nilo Pereira:

S. E. N.I .J. + ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL — PERNAMBUCO.

Achando-se vago o lugar de Oficial Maior desta Secretaría por ter sido nomeado interinamente para o Cargo de Escrivão de Órfãos Floriano Correia de Brito tenho resolvido nomear para o dito lugar ao Bacharel José Moreira Brandão Castello Branco, que entrará desde já em exercício independente de título. Palácio do Govêrno de Pernambuco, 7 de dezembro de 1849.

a) *Honorio Hermeto Carneiro Leão.*

In Portarias, vol. P-6, 1849 (MSS.)

O Presidente da Província de Pernambuco resolve conceder a demissão que pediu o Bacharel José Moreira Brandão Castello Branco, do lugar de Oficial Maior da Secretaria do Govêrno. Palácio do Govêrno da Província de Pernambuco, 17 de maio de 1850.

a) *Honorio Hermeto Carneiro Leão.*

(*In* Portarias, vol. P-7, 1850 (MSS.)

«De mais de duas dezenas de códices existentes no referido arquivo, há papéis burocráticos em que Moreira Brandão figura como funcionário da dita Secretaria de Estado. (Informação do dr. Jordão Emerenciano, diretor do dito Arquivo, o qual também forneceu as cópias de nomeação e exoneração supra mencionadas)».

(2) *O Rio Grande do Norte,* 4, abril, 1895.

(3) O professor João Carlos de Albuquerque Gondim contou-me mais de uma vez, haver Moreira Brandão recusado presidências de províncias, inclusive a do Maranhão, cujo convite fôra feito pelo senador Gomes de Castro, Chefe liberal nessa província.

(4) *Relatório* do Presidente Bandeira de Mello, de 1º, maio, 1875, pág. 34.

(5) L. da C. Cascudo, *A República,* de 15, agôsto, 1940. *Acta Diurna.*

(6) *O Progressista,* 13, junho, 1863. *O Correio Mercantil* (Côrte), de 13, maio, dêsse ano, noticiou que fôra nomeada uma comissão composta dos Drs. Moreira Brandão, Gomes Junior, Luna

Freire, Pereira de Brito e Arbuquerque, para o fim de redigir os estatutos de uma sociedade para coadjuvar o govêrno no caso de conflito com o estrangeiro. Tratava-se da questão anglo-brasileira (pág. 1). — Era presidente da província por ocasião dessa nomeação o Dr. Pedro Leão Veloso (L. da C. Cascudo — «Govêrno do Rio Grande do Norte», 30), adversário de Moreira.

(7) *Anais* da Cam. dos Deputados, 1885, III, 150. Nesta legislatura, o reconhecimento de Moreira Brandão esteve perigando e foi procrastinado durante meses, pois tendo sido apresentado o seu diploma à Câmara respectiva, na sessão preparatória de 11 de fevereiro (*Jorn. Com.*, 12, fev., 1885; «Câmara dos Deputados»), sòmente obteve parecer da comissão de inquérito em princípio de abril, (*Jorn. cit.* 12, abril, 1885; «Acta da Sessão de 11 abril cit.»), e reconhecido e tomado assento a 12 de maio seguinte. (*Anais* da Cam. dos Deputados, III, 67).

Moreira de Barros, liberal e presidente da Câmara, mas, escravagista, contrariava o reconhecimento de Moreira Brandão, liberal e favorável à libertação dos sexagenários sem indenização. (*Jorn. cit.*, 1, (pág. 2) e de 6 (pág. 3), maio, 1885). Esse projeto deu lugar à queda do gabinete Dantas e a organização do ministério Saraiva, que conseguiu pequena maioria, por o haver modificado. (*Jorn. cit.*, 9 e 12, maio, referido), ensejando a posse do biografado.

(8) *Boletim da Sociedade Libertadora Norte-Riograndense*, ns. I, pgs. 3, 5, 6 e 7; III, págs. 20 e 21; V, pág. 37 e VII, pág. 56.

(9) *Liberdade*, 14, março, 1888.

(10) Boletim cit., nº IX (20, maio, 1888, pág. 67).

(11) *O Rio Grandense do Norte*, 13, out., 1859.

(12) *Correio Mercantil*, (Côrte), 13, maio, 1863.

(13) *Jorn. do Com.*, 14, dez., 1874; *Carta* de Natal, 24, nov., do mesmo ano. Esta exposição foi aberta a 6 de junho (*Jorn. do Com.*, 22, jun., 1875; *Datas* do Rio Grande do Norte, até 10 do mês referido). Apesar dêsses jornais falarem em exposição provincial, o Presidente Bandeira de Melo se dirigindo à assembléia legislativa diz que nomeou uma comissão para promover a colheita de produtos da lavoura e indústria, para figurar na exposição universal de Filadélfia nos Estados Unidos, em abril de 1876. (*Relatório* de 10, maio, 1875, pág. 37). Seria outro, ou o certame de 1875, era um preparativo do da cidade norte-americana?

(14) L. da C. Cascudo — *A República, Acta Diurna* de 28, abril, 1942.

(15) Pandiá H. de Tautphoeus Castelo Branco, *A História do Arquivo Nacional*, I, 40 e 41.

(16) *História* e vol., cits., 138. Conforme documento que me forneceu o diretor do Arquivo Nacional, Dr. Vilhena de Moraes, em fevereiro de 1947, Moreira Brandão foi nomeado agente auxiliar na província do Rio Grande do Norte, por portaria de 31 de dezembro de 1879. Era deputado geral, no momento.

(17) *Hist.* e vol., cits., 138 e 139.

(18) *O Rio Grandense do Norte*, 24, set., 1859.

(19) *O Liberal*, 8, fev. 1879. Sua filha Justina, solteira, era juiza por eleição, na festa da padroeira de Natal, no mesmo ano. (*Jorn. cit.*, de 8, mço. seguinte).

Esta mesma filha que, desde 1870, quando Moreira enviuvou, dirigia a sua casa, afirmava que o seu pai, apesar de insistentemente convidado por amigos para entrar na maçonaria, nunca acedeu, alegando não poder pertencer a uma sociedade em que os candidatos eram submetidos a provas iniciais, contrárias à sua formação e caráter.

(20) L. da C. Cascudo, *Acta Diurna*, 7, agto., 1940.

(21) Em comemoração ao aniversário da morte de Augusto Severo (*A República*, 12, maio, 1910), realizou-se na vila de Goianinha, na presença do governador Alberto Maranhão, a inauguração do grupo escolar «Moreira Brandão» (*A República*, 14, maio cit., pág. 1).

(22) *A República*, 28, out., 1925.

(23) *R.I.H.G.R.G.N.*, XXIII e XXIV, 152.

(24) *Diário de Notícias*, (Rio), 13, maio 1937.

(25) Edição de 21 de abril, 1939, 3.

(26) Edição de 25 de abril, 1939, pag. 12; «Sociais» ass. por Danilo, pseudônimo do jornalista Aderbal França.

(27) *Revista* da Academia N. Riograndense de Letras cit., 12.

(28) Rev. e vol. cits. 13 e 14.

O CHEFE DE FAMÍLIA

Casou-se aos vinte e quatro anos de idade, alcançando sua prole uma dezena de filhos, havidos no período de 1854 a 1870, tendo o caçula — Estevão José Barbosa de Moura Neto, vivido, apenas, cêrca de um lustro.

Muito pouco posso narrar sôbre êsse particular, pois, quando Moreira Brandão desaparecia dentre os vivos, eu contava menos de sete anos, recordando-me vagamente do seu porte e fisionomia, sendo as escassas notas, que vou fixar, extraídas de elementos fornecidos por parentes, entre os quais as minhas tias Justina e Estefânia, filhas do biografado.

Todos os dias, por ocasião das refeições, dava lições de moral aos filhos, mostrando-lhes como se deviam portar na sociedade para com os seus semelhantes e autoridades.

Explanava, nesses momentos, teses relacionadas com a educação e instrução, procurando evitar que incidissem em faltas e desregramentos, devendo pautar a sua norma de viver sempre de acôrdo com os bons costumes e o bom tom.

Enviuvando ainda em idade em que podia convolar novas núpcias, não o fêz, passando vinte e cinco anos disponível, para não dar u'a madrasta aos filhos, segundo alegava, pelo que foi alçada à dona de casa a sua filha mais velha Justina, cuja idade, nesse ensejo, beirava quinze anos.

Nesse quarto de século, Justina dirigiu, não só a parte econômica, como o lar, cuidando dos irmãos mais moços, sob a orientação do desvelado pai, vendo, gradualmente, crescerem, educarem-se e deixarem a casa paterna, uns pelo casamento e outros em procura do sul do País, aonde esperavam colocar-se e conseguir um futuro mais promissor.

Apesar de ter sido político influente, ocupado vários cargos importantes, ser advogado dos mais notáveis do seu tempo e haver herdado alguns bens, não só de seus genitores, como do seu sogro, morreu pobre, sem possuir uma casa para residir, nem dinheiro em depósito, legando, sòmente, aos seus descendentes,

um nome honrado, respeitado e admirado, além de poucos hectares de terra no sertão, ora dadivoso, ora adusto, mas, sem gado.

Próximo ao seu passamento, o sacerdote católico romano, padre Francisco Constâncio da Costa, que lhe ouviu em confissão, saiu da alcova do moribundo tão emocionado que a poetisa e professôra Isabel Gondim, presente, vendo-o, assim, indagou, ansiosa, do que se tratava, e o reverendo, de maneira simples, mas firme, retrucou-lhe: «Acabo de confessar um justo».

De sua numerosa prole, formaram-se em ciências jurídicas e sociais os seus filhos José e Antônio Victor. O primeiro foi juiz na província e Estado de Minas Gerais, representando êste, por vários quatriênios, na Câmara dos Deputados e exercendo, por alguns anos, a advocacia em São Paulo. O segundo foi magistrado em Minas e Paraná, professando, durante muitos anos, a advocatura em São Paulo; passando, depois de várias crises econômicas, na grande circunscrição brasileira, a desempenhar cargos públicos no Distrito Federal.

Teófilo e Joaquim sempre foram funcionários públicos: aquêle no Estado natal e êste na província, e, por cêrca de três decênios, na capital do País.

Quanto às mulheres, tôdas contraíram matrimônio, ocupando seus maridos posições de certo relêvo na sociedade em que viviam.

A FAMÍLIA

I

José Moreira Brandão Castelo Branco nasceu na antiga povoação de Goiana, ou Goianinha, mais tarde, vila e cidade dêste nome (1), berço de vários riograndenses ilustres, num sobrado existente na sua rua principal, a 4 de setembro de 1828, tendo como pais — Antonio Pita Brandão e Justina Moreira Castelo Branco (2).

Esta nasceu em 1804, ignorando-se se veio pequena de Portugal ou se viu a luz no Brasil, pois, seu pai João Moreira Cordeiro Castelo Branco, só requeria sesmarias no município de Vila Flôr, no Rio Grande do Norte, em 1819, (3) parecendo que, dois anos antes, fôra nomeado secretário do govêrno republicano chefiado por André de Albuquerque, passando antes por Pernambuco (4).

Antonio Pita Brandão era natural do Rio Grande do Norte, fazendeiro e comerciante em Goianinha e Natal, tendo falecido em 1838, de hidropisia, com 40 anos de idade (5), deixando dois filhos menores: José e uma irmãsinha que faleceu aos treze anos de idade, e como não tivesse havido outro filho varão, foi e ficou sendo o único descendente do casal.

Justina faleceu em Natal, a 6 de setembro de 1879, com 74 anos de idade (6), sobrevivendo aos seus irmãos Antonio e Ana Margarida, o primeiro falecido em 1876, no seu engenho Mipibu, hoje «Morgado», e a segunda anteriormente a 1866 (7).

Tendo tido Justina um irmão, morgado, chamado Antonio Moreira Cordeiro Castelo Branco, procuramos estudar a origem dêsse ramo dos Castelo Branco pois, sendo êle português, bem como o seu genitor João Moreira Cordeiro, e se acharem no Brasil desde o princípio do século XIX, não se podia entrozá-lo na descendência de D. Francisco da Cunha Castelo Branco, (irmão do Conde de Pombeiro), vindo para Pernambuco em 1693, e que se estabeleceu, anos depois, no interior do Piauí, onde

deixou três filhas, «de que procedem todos os Castelo Branco brasileiros e seus colaterais de outros nomes» (8).

A procedência dos Castelo Branco remonta ao reinado de Dionísio (9), sendo que, em Portugal, à época da dinastia de Aviz, no reinado de Afonso IV, o Bravo (1325-1357), que dividiu em dois senhorios a jurisdição de *Pombeiro* e *Arganil*, agregando êste ao dote da sua neta, a infanta D. Maria, casada com Fernando de Aragão e ficou com a de Pombeiro oriunda de Castela, com ancestrais descendentes de príncipes e reis. Com o correr dos tempos, o morgadio dessas duas denominações, alargou-se por muitas léguas, tendo sido senhor de *Pombeiro* e *Arganil* — Martim Lourenço da Cunha, originário de Dom Guterre Pelayo, companheiro do conde D. Henrique (10).

De Payo Guterre Pelayo descenderam varões ilustres como Tristão da Cunha (capitão-mor da Armada), D. Nuno da Cunha (Governador da Índia), D. Pedro da Cunha (Governador de Ceuta) (11), os Condes de Pontevel e de Pavolide, os morgados de Vidigueiras, Atouguias, Goes e muitos outros, florescendo a família de modo prestigioso e opulento nos reinos de Espanha e Portugal (12).

Contudo, sòmente no início do século XVI, é que foi instituído o condado de *Pombeiro*, cabendo ao 7.º senhor dêsse nome, descendente de Mateus da Cunha e de D. Maria de Briteiros da Cunha, D. Antônio de Castelo Branco, comendador de Vilela e Rio Torto, na Ordem de Cristo, morgado de Castelo Branco, dando lugar à formação de uma poderosa casa, cujo chefe aparece em feitos importantes, como *Alcacer-Quibir*, onde ficou prêso com seu filho sucessor. Uma centúria após é que foi criado o título de Visconde de Castelo Branco na pessoa de seu bisneto D. Pedro de Castelo Branco Cunha, o primeiro titular da família e segundo viscondado de Portugal, mais tarde, elevado a Conde de *Pombeiro*, falecido em 1675, juntando o seu sucessor mais o título de senhor de Belas. Era o 14º senhor de Pombeiro (13); residindo o atual chefe da casa, D. Antônio, na capital do Brasil.

Em portugal, varios dos seus membros se destacaram em missões e postos dos mais honrosos, tendo D. Afonso de Castelo Branco, bispo de Algarve e Coimbra (da casa dos Condes de Vilanova) sido alçado a vice-rei de Portugal, de 1603 a 1605 (14). E, no Brasil, vemos Francisco Caldeira Castelo Branco prestar valiosos serviços ao Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão e Pará, fundando esta futurosa província amazônica e sua capital (15). D. Francisco da Cunha Castelo Branco, irmão do Conde de Pombeiro, prestar serviços ao Maranhão e Piauí, fundando neste último Estado a grande família dêsse

apelido, em 1693, da qual se tem espalhado pelo território pátrio, rebentos ilustres e tidos como de grande influência na sua formação política, na indústria e nas letras, podendo destacar-se entre outros, os barões de Campo Maior, de Anadia e de Castelo Branco (16); D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, carioca e primeiro antístite brasileiro que sentou no trono episcopal do Rio de Janeiro (1774-1805) (17); D. Joana de Castelo Branco, neta do Conde de Sabugal, D. Duarte, meirinho-mor do reino, que se casou com Antônio de Albuquerque Maranhão, fidalgo da Casa Real, governador da Paraíba, em 1630, e, mais tarde, do Maranhão (18); D. Antônia Margarida de Castelo Branco, casada com Braz Teles de Menezes, da mais alta nobreza de Portugal (19); Antônio Fernão Castelo Branco e João de Abreu Castelo Branco, capitães mores da Paraíba, de 1720 a 21 e de 1722 a 1729, respectivamente (20).

O nome não é estranho ao Rio Grande do Norte, desde os primórdios da capitania. O referido Francisco Caldeira Castelo Branco foi seu capitão mor de 1613 a 1615, concorrendo para o povoamento da região, ao conceder algumas dezenas de sesmarias nos vales do Potengi, Jundiaí, Pitimbu e outros (21); Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, juiz de fora de Olinda, que fundou as vilas de Regente, atual Pôrt'Alegre, em 1761, e a de S. José de Mipibu, em 1762 (22); Diogo Rangel de Castelo Branco, primeiro ouvidor do Rio Grande, em 1818 (23); e Luiz Lopes Castelo Branco, juiz municipal e de orfãos, em Natal, e alternadamente os de juiz de direito, dos feitos da fazenda e de chefe de polícia, no govêrno Machado Doria, de 1857 a 1858 (24).

Após varios anos de investigações, o ilustre genealogista português Dr. J. J. M. Rodrigues d'Oliveira, residente em Funchal, na ilha da Madeira, indicou-me o Dr. Rodrigo Rodrigues, morador em Ponta Delgada, capital da ilha de S. Miguel, no arquipélago dos Açores, o qual poderia esclarecer-me sôbre a origem de João Moreira Cordeiro Castelo Branco, por haver nessas ilhas vários Cordeiros e Moreiras, sobretudo na de S. Miguel. (*Cartas,* datadas de Funchal, 11-5 e 5-6-1949); e, realmente, dirigindo-me ao Dr. Rodrigo Rodrigues, recebi dêste uma longa carta, com a data de 25 de março de 1950, seguida das de 26-3 e de 5-5-1950, nas quais se encontrava a genealogia de João Moreira Cordeiro, desde o princípio do século XVI, a qual segue:

Lopo Anes de Araujo veio de Viana (Portugal) para a ilha de S. Miguel (Açores) em 1506, casando aí com Guiomar Rodrigues de Medeiros, filha de Rui Vaz de Medeiros (25). (Gaspar Fructuoso — *Saudades da Terra,* livro 4.º, cap. XIX), iniciando, assim, a geração dos Araujos na ilha de S. Miguel.

Seu filho Miguel Lopes de Araujo, capitão de ordenanças de Agua de Pau, casou com Catarina Luiz (G. Fructuoso e Liv. cits., cap. XXVIII).

Dêste casamento saiu Manoel de Medeiros Araujo que se casou com Isabel Filgueiras (testamento do seu cunhado padre Antônio de Araujo, vigário de Água de Pau); originando-se dêste casal Matias Lopes de Araujo, capitão-mor de Lagôa, falecido em Água de Pau, a 3-5-1649, casado com Catarina de Oliveira, pais de Antônio de Medeiros Araujo, falecido em 8-4-1670, que se consorciara a 17-3-1657, em S. José de Ponta Delgada, com D. Maria de Castelo Branco.

Dêste matrimônio nasceu D. Catarina de Castelo Branco, herdeira do vínculo dêsse título que fez testamento em Ponta Delgada a 2-7-1717, e se maridou com Antônio Cordeiro de Sousa, na matriz dessa cidade, a 2-7-1679; nascendo do casal Pedro Cordeiro de Castelo Branco, capitão mor de Água de Pau, batizado em S. Pedro de Ponta Delgada a 14-10-1681, e casado com D. Maria Francisca de Medeiros, no lugar referido, a 26-7-1713.

Desta união provém D. Catarina Maria de Medeiros Castelo Branco, herdeira do vínculo dêsse nome, batizada em Água de Pau a 23-7-1714 e falecida em 1766; tendo sido seu inventariante seu filho Valério José de Medeiros Azedo. Foi casada com Miguel Dias Azedo, na matriz da Ribeira Grande, tendo tido outros filhos, entre os quais Antônio de Medeiros Araujo Castelo Branco, que se matrimoniou a primeira vez com D. Maria Rosa Moreira de Melo Cabral, na matriz de Ponta Delgada, a 6-4-1763, a qual era filha do Capitão Manoel de Sousa Moreira e de sua espôsa Maria de Araujo, casados em Capelas a 28-7-1742.

Do casamento de Antônio e Maria Rosa, nasceu João Moreira de Melo Cordeiro Castelo Branco, em data ignorada. Antônio de Medeiros Araujo Castelo Branco era administrador de um vínculo, conhecido por «morgado Castelo Branco».

E continua o informante: «João Moreira de Melo Cordeiro Castelo Branco foi para o Brasil em princípios (?) do século XIX e casou-se no Brasil com D. Maria Felipa do Nascimento, de quem não teve filhos, «mas teve um de outra união, chamado Antonio Moreira Cordeiro Castelo Branco, que administrou do Brasil o dito vínculo (ultimo administrador) e se casou com D. Leocadia Carolina Augusta», nada sabendo o Dr. Rodrigo Rodrigues sobre a seqüência deste consórcio, e se houve geração; adiantando, apenas, que Antonio Moreira Cordeiro administrou, do Brasil, o vínculo do seu tio paterno Antonio de Medeiros Castelo Branco, que morreu sem filhos e foi casado com D. Mariana Tereza da Camara Medeiros.

Segundo a mesma correspondência Antonio de Medeiros Castelo Branco e João Moreira de Melo Cordeiro, tiveram outros irmãos que faleceram sem geração, sendo que o de nome Manoel de Medeiros Castelo Branco, foi juiz de fora em Ponta Delgada e se casou nas Capelas a 1-8-1790, com D. Roza Margarida Jacinta do Rego, sem progênie (Carta de 25 de março de 1950).

A instituição do «vínculo ou morgado» foi feita por D. Ana de Melo Bicudo Castelo Branco, mulher de Manoel de Medeiros Araujo, cap.-sargento-mor de Agua de Pau, por testamento assinado em 1706, (carta de 26 de março, 1950), tendo sido o apelido Castelo Branco transmitido à família por D. Maria de Castelo Branco maridada com Antonio de Medeiros Araujo em 17 de março de 1657: «sendo os morgados Castello Branco assim chamados porque as suas propriedades vinculadas ficavam num lugar chamado Castelo Branco, junto de Agua de Pau» (26).

* * *

O padre Gaspar Fructuoso ensina que, entre as primeiras pessoas que vieram para a ilha de S. Miguel, no tempo do 3.º capitão dela, Ruy Gonçalves Camara, achavam-se Diogo Castelo Branco (27), Ruy Vaz de Medeiros (28) e os Cordeiros (29).

Na familia houve membros de raras virtudes, como Soror Isabel de S. Luiz, filha de Manoel Cordeiro, natural de Ponta Delgada, falecendo aos 82 anos, em 1718; freira Ursula de Sant'Ana, filha de Manoel Raposo Bicudo; soror Faustina da Cruz, filha do mesmo Bicudo e de Ana de Medeiros (30); bem assim, pessoas de distinção pelas funções que desempenharam e serviços que prestaram à nação lusa, como Roberto Ivens, notável africanista que explorou o vasto território de Angola e África Central, acatado pelas sociedades geográficas da Europa, como as de Londres, Paris e Madrid (31); Felix Borges de Medeiros, governador civil do distrito de Ponta Delgada (32); Manoel de Medeiros Costa Canto e Albuquerque (1º barão de Laranjeiras, por carta de 27 de maio de 1836); Duarte Borges da Câmara Medeiros (1º Visconde da Praia, por decreto de 7 de maio de 1845) (33), D. Ana Theodora Borges do Canto Medeiros, Viscondessa da Praia, espôsa do visconde acima referido, grande, nobre, inexcedível na missão de fazer o bem, habituando o povo a procurar o seu palácio quando necessitado. Deixaram ilustres descendentes na ilha de S. Miguel, sendo, atualmente, representante da poderosa casa o Sr. Antônio Borges de Medeiros Dias da Câmara e Sousa, Conde da Praia e Monforte (34).

Não foi possivel descobrir a origem continental de D. Maria de Castelo Branco, casada em 1657, com Antônio Medeiros de Araujo, em Ponta Delgada. Apenas o Dr. Rodrigo Rodrigues

informa que ela era, nessa época, viuva de Pedro de Matos do Quental. Êste Quental estava enlaçado às famílias Marecas, Mendonça e Azem (35).

O primeiro titular da família foi Pedro de Castelo Branco, visconde dêste nome, a 25 de setembro de 1649, agraciado ainda com o título de Conde de Pombeiro, a 6 de abril de 1668 (36); parecendo que D. Maria ou os seus pais chegaram ao arquipélago açoreano, antes da obtenção da primeira dessas honrarias, notadamente, se ela pertencer ao ramo de Diogo Castelo Branco, um dos primeiros que aportaram a S. Miguel, ainda no govêrno de Ruy Gonçalves Câmara, terceiro governador dessa ilha (37).

A prova do parentesco entre Justina, Ana Margarida e o morgado Antônio Moreira Cordeiro Castelo Branco se acha corroborada pelos informes de descendentes das duas irmãs e outras pessoas que os conheceram.

As filhas de Moreira Brandão — Justina e Estefânia, falavam constantemente no tio morgado, residente em S. José do Mipibu, alegações essas confirmadas pelo meu pai Joaquim Manoel e outros parentes; tendo Leopoldina Augusta, filha do professor João Tibúrcio da Cunha Pinheiro me informado que «o parentesco de João Tiburcio com sua mulher Maria Rosa, é que a mãe do dr. Moreira Brandão era irmã da mãe de Maria Emiliana da Cunha Pinheiro, tendo essa um irmão morgado» (38).

Antônio Moreira Cordeiro Castelo Branco Brandão, diz Joaquim Manoel de Meiroz Grilo, vindo para o Brasil, viveu a princípio em Pernambuco e depois no Rio Grande do Norte, tendo sido senhor do engenho «Jardim», no município de Goianinha, que vendeu ao padre João Jerônimo da Cunha e mudou-se para o de S. José de Mipibu, instalando-se no engenho «Mipibu», que passou a chamar-se «Morgado» (39), nome que ainda hoje persiste.

Em 1827, (15-12), era nomeado tenente da sétima companhia do 47.º Regimento de Cavalaria da segunda linha da cidade do Natal, e, promovido a capitão da 6.ª Companhia do Batalhão da Guarda Nacional da vila de Goianinha, por ato de 29 de novembro de 1847 (40).

A sua mudança para S. José de Mipibu deve ter sido depois de 1851, uma vez que em maio dêste ano ainda conservava o seu engenho Jardim (41).

Adianta Meiroz Grilo que nunca teve filhos não obstante se ter casado três vezes: a primeira em Goianinha, ignorando êle o nome da espôsa (42; a segunda com uma filha de Trajano Leocádio (43), a terceira com Maria Freire de Alustau Navarro, que lhe sobreviveu e maridou-se com um paraibano, realizando-se os dois casamentos em S. José de Mipibu (44).

Consta mais da carta do Dr. Grilo que o morgado viveu «como fidalgo, amando os bons cavalos e fruindo os encantos da vida do campo na fazenda residencial» e «Viajava faustosamente, todos os anos, com um sequito de pagens, ao Recife, para ajustar contas com o seu correspondente, ali, o qual era incumbido de receber os rendimentos do seu morgadio em Portugal» (45).

No Rio Grande do Norte, além de senhor de engenho e fazendeiro, emprestava dinheiro a juros (46); chegando a exercer a presidência da Câmara Municipal, (cargo, hoje, equivalente ao de prefeito), de S. José de Mipibu, de 7 de janeiro de 1865 a 7 de fevereiro de 1869 (47); pertenceu ao partido liberal e exerceu a função de juiz de paz (48), tendo falecido em 1876, no seu engenho de Mipibu (49).

Quanto à progênie de Moreira Brandão pelo lado paterno, além do que ficou narrado no início dêste capítulo, nada consegui apurar, a não ser o casamento de um «Rocha Pita com Isabel Brandam», formando assim, a família Pita Brandão (50).

Os Rocha Pita moravam na Bahia, tendo sido grandes latifundiários no Rio Grande do Norte, nos vales dos Piranhas e Apodí, bem como noutros lugares (51).

Os Pitta eram, segundo alguns genealogistas, originários da Galicia (52), mas, conforme o Visconde Sanches de *Baena,* eram oriundos da Escóssia, de onde passaram a Portugal no tempo de Afonso V, (sec. XV) os irmãos João e Gonçalo Pitta (53), tendo havido na Galícia uma heroina chamada Maria Pitta, a qual animou os espanhóis contra os inglêses, em Coruña, rechaçando-os, pelo que Felipe II a premiou com o título vitalício de Alferes, perpetuado nos seus descendentes por ato de Felipe III. Todos os anos essa cidade comemora o sucesso com uma solenidade cívico-religiosa (54).

No Brasil, pertencia à família, o coronel de um regimento baiano de ordenanças, Sebastião da Rocha Pitta, fidalgo da casa real e autor da *America Portuguêsa,* que, nasceu na cidade de Salvador, a 3 de maio de 1660, herdando o sobrenome de sua mãe D. Brites da Rocha Pitta (55).

No Rio Grande do Norte, possuiram várias sesmarias, conforme já aludimos acima; tendo havido um capitão-mor Fabião, (segundo Domingo da Veiga) (56), ou Cipriano Pita Porto Carreiro (1627-32), conforme outros autores (57).

Resta o cognome Brandão, com o qual o biografado, ligando-o ao Moreira do lado materno, instituiu a familia Moreira Brandão, na então província.

Não é menos ilustre que a estirpe da sua genitora. Talvez a supere, desde que se atente para suas raízes e entrelaçamentos.

como, entre outras, a dos Douglas, a maior e mais nobre da Europa, com um grande número de ancestrais notáveis, ligados por uma série de alianças reais, durante sete séculos, gozando de verdadeiro renome por serviços prestados ao Estado e provas de indômita bravura e coragem, perdendo-se a sua origem na poeira dos séculos. Basta dizer que êles fundaram as principais linhas de baronato, possuindo domínios no condado de Lama, no tempo de Guilherme, o Leão, e dos dois últimos Alexandres, alcançando grande evidência durante o agitado reinado de Eduardo I e de Roberto Bruce (58).

Para alguns linhagistas a familia Brandão, em Portugal, vem dos irmãos Carlos e Fernão Brandão, moradores na visinhança do mosteiro de Grijó, sendo descendentes do segundo todos os portuguêses dêsse apelido (59); achando, outros, porém, que são oriundos da Normandía, donde passaram à Inglaterra e daí, para Portugal, no reinado de Afonso V, que, em 1479, naturalizou Edward Brandon, ato, aliás, confirmado por João II (1485), e por D. Manoel (1497) (60).

Todavia, a palavra se origina do velho alemão, segundo *Larousse*, havendo na Inglaterra uma cidade e condado com êste nome, duas nos Estados Unidos e uma aldeia na França (m. do Grasne), tendo numa colina próxima vestígios de um castelo do tempo dos Romanos (61).

Na Inglaterra, havia um *sir* William Brandon, no reinado de Henrique VII (1485-1509), que se casou com Elisabeth, descendente da Duquesa de Norfolk, de cujo enlace houve filhos, sendo que o de nome Thomas, foi cavaleiro da mui nobre ordem da Jarreteira e chefe da Côrte das Defesas Ordinárias.

Um sobrinho dêste, Charles Brandon, «pessôa de belo físico, corajoso e afeiçoado ao rei Henrique VIII» foi escudeiro da guarda do rei, camareiro do príncipe de Gales, par do reino, Visconde de L'Isle e Duque de Sufolk, com direito a todos os domínios e senhorios do antigo Duque Edmundo de La Pole, títulos alcançados por serviços prestados no exército, marinha e embaixadas.

Nesta qualidade, assistiu à coroação de Lady Mary (irmã de Henrique VIII, casada com Luiz XII de França); fez a reconciliação dos reis da Inglaterra e da França e foi membro da comitiva real na célebre entrevista com Francisco I, na Picardia. Como soldado, comandou um exército até quasi às portas de Paris, evitando com a sua presença o exterminio da população civil e distinguindo-se num combate naval, ao largo de Brest.

Dirigiu a justiça corregedora real, chefiou o fechamento dos grandes mosteiros, participando largamente do espólio, e legislou contra o cardeal Wolsey, assinando, no ano imediato, a decla-

ração contra o papa Clemente VII, a respeito do divórcio do rei com Catarina de Aragão.

O duque era tambem cavaleiro da ordem da Jarreteira, e casou-se quatro vêzes, sendo que, da segunda com Lady Maria Tudor, segunda filha do rei Henrique VII e sobrinha do rei Luiz XII, de França, em 1515, deixando descendência de todos os matrimônios.

Não só êle, como outros Brandons, ligaram-se a várias famílias titulares inglêsas, entre as quais as dos Duques de Norfolk, Somerset e de Hamilton; dos Marqueses de Dorset, de Douglas e Claydesdele; Condes de Lincoln, Hertford, Cumberland, Devonshire, Argos, Avian e Lanard, Manha, Immerdale, Albernathy e de Chester; Viscondes de Grey, afora uma infinidade de lords e pares, chegando um dos seus descendentes — Guilherme Alexander Stephen Douglas Hamilton, já no século XIX, a ser o 12º Duque de Hamilton e o 9º de Brandon (na Inglaterra) e Duque de Chatelleranet (na França, de Napoleão III), casado com Lady Maria Montagu, filha mais velha do Duque de Manchester.

Possuiam domínios, como o palácio de Hamilton, condados de Lamark, Luilsthgow, Buth, Brandon e Suffolk; ilha de Anam, castelo de Brodick, parque de Easton, casas Kimnell, da cidade de Clubs-Turf, Malmorough, Husligham e Orleans (62).

No nordeste brasileiro, destacou-se Ambrosio Fernandes Brandão, que, segundo os historiadores Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, foi o autor do *Dialogo da Grandeza do Brasil* (63). Além disso, ligou seu nome à história da Paraíba, ajudando a conquista da capitania, aí estabelecendo-se antes de 1613, e lá deixando três engenhos de açúcar e avultados bens (64).

No Rio Grande do Norte, justamente no município de Goianinha, em cuja sede nasceu Moreira Brandão, há um ribeiro denominado — rio *Brandão,* que conflui com o da *Ponte,* no lugar S. Miguel, daí seguindo numa só corrente fluvial até o desaguadouro na lagoa Guarairas (65). Alguns habitantes do lugar pensam que o nome Brandão, neste riacho, aliás visinho à vila de Goianinha, vem de parentes do biografado, que, no século XVIII, já residiam na circunscrição, porém, na centúria anterior, os cartógrafos holandeses Marcgrave e Wingboons o registravam com o título de *Agoa de Brandão* (66).

Como se vê, a denominação é bem mais remota, devendo estar ligada a alguem mais antigo, talvez, aos Brandões da então capitania visinha da Paraíba, onde tiveram vários engenhos, antes da ocupação flamenga (67).

* * *

Ficando Moreira Brandão órfão de pai, aos dez anos de idade, sua mãe procurou educá-lo da melhor maneira, preocupação esta que já prendia a atenção do seu genitor; ignorando-se o local em que iniciou as suas primeiras letras, bem como quem haja sido seu professor, ou professores, no decorrer dos seus estudos primários.

Fêz o curso de humanidades em Pernambuco e o de direito, em Olinda, recebendo a láurea respectiva aos 13 de novembro de 1849, obtendo sempre, nesses cursos, as melhores notas.

Antes de concluí-lo, já escrevia e versejava em periódicos de Recife e Olinda, sendo certo que dirigiu a revista *Aurora* e colaborava nesta e noutra como *Brinco das Damas*, ambas de acadêmicos olindenses, publicando trabalhos em prosa e verso, que se destacaram no momento, como anotou CLOVIS BEVILAQUA.

Findo o tirocínio acadêmico, o presidente de Pernambuco, Honório Hermeto Carneiro Leão, sabedor do brilhantismo do seu curso e seus variados conhecimentos, num espírito de apenas 21 anos de idade, convidou-o para oficial maior da secretaria do govêrno, cargo que êle aceitou e serviu durante seis meses, com zêlo e inteligência, num período agitado de Pernambuco, como fôra o da revolução praieira.

Sufocada esta e julgados os seus chefes, Honório Hermeto, em maio de 1850, transmitia o govêrno ao seu substituto e Moreira Brandão seguia para a sua província natal, em cuja capital, estabeleceu banca de advogado e tratou de fundar uma gazeta, não para elogiar ou apoiar os homens do govêrno, ou os grandes do momento, mas, para combater os poderosos do tempo, os irmãos Cabral, tratando simultâneamente, de aproximar-se dos chefes da facção sulista e fundar o partido liberal, com elementos daquela, cujos princípios defenderia até o cair do segundo Império, num decurso de quatro decênios, sem desfalecimentos e tergiversações, a despeito de prolongados ostracismos e fortes procelas.

Chegado, pelo meado de 1850, na pequenina e atrasada Natal, que, apesar dos seus dois e meio séculos de existência, não passava de uma aldeia de poucos milhares de almas, sem iluminação e sem calçamento, poeirenta e triste, desprezando outros centros maiores e mais atraentes, procurou servir à terra natal de modo o mais eficiente, em vários setores, até que, aos 9 de outubro de 1852, casou-se com o senhorinha Ana Joaquina Teixeira de Moura, filha do abastado fazendeiro Estevão José Barbosa de Moura, senhor de mais de uma trintena de propriedades, oriundo de famílias lusitanas da mais alta linhagem e ligadas ao Rio Grande do Norte, não sòmente na época da capitania, dos governos geral e bizonal do

Brasil, como do vice-reinado, primeiro império, regência, segundo império e República.

Antes de qualquer outro nome, já El-Rei D. João III concedia ao historiador João de Barros a capitania que ficava ao norte, da Paraíba, chamada mais tarde — Rio Grande (68). Era êle um dos vassalos mais beneméritos pelos seus serviços a Portugal, ocupando cargos como de Feitor da Casa da Índia e Mina, apelidado pelos nacionais de «*Tito Lívio* português» e por Veneza «um dos maiores homens do seu tempo» (69). Para se poder calcular a classe dêsse donatário, basta acrescentar que êle ainda foi beneficiado, juntamente com parentes seus, com outro enorme trato de terra, abarcado pelas águas do Parnaíba e do Amazonas (70).

Duas investidas foram feitas para a conquista da terra: cêrca de 1535, por uma esquadra chefiada por Aires da Cunha e que foi dispersada por um temporal nas proximidades dos parrachos de S. Roque; e por volta de 1665, pelos filhos do donatário, Jerônimo e João de Barros, que, infelizmente, também malogrou-se (71).

Parece extemporâneo falar-se, aqui, do renomado autor das *Décadas*, mas, uma vez, sabendo-se que dêle descende a família pernambucana Rêgo Barros, que procede de Gonçalo Nunes de Barros, senhor de Crastodairo e de outras terras, no tempo de El-Rei D. João I, sendo seu solar no lugar *Barros*, no Entre-Doiro e Minho (72), a qual se ligou o Coronel Estevão, ao casar-se com uma filha do Coronel Joaquim José do Rêgo Barros, de origem pernambucana, não se pode negar a necessidade de remontarmos a êsse tempo do nosso passado. Logo a seguir, na terceira tentativa para se apoderar da terra, então, já no domínio castelhano, vemos o capitão-mor da esquadra, que apoiou Manuel Mascarenhas Homem, na conquista da capitania do Rio Grande, em 1597, Francisco de Barros Rêgo, e, mais de sete décadas após, governar a mesma, como capitão-mor, Antônio de Barros Rêgo (73).

Em Pernambuco, esta família destacou-se sobremodo, vendo-se ali os Condes de Boa Vista, os Barões de Ipojuca, os Barões de Goiana, sendo que Francisco do Rêgo Barros (1802-1870), Conde da Boa Vista, foi brigadeiro, deputado, senador, presidente de Pernambuco e do Rio Grande do Sul (74), e Sebastião do Rêgo Barros (1803-63) defensor entusiasta das idéias liberais proclamadas em 1824, pelo que foi desterrado, tendo estudado em Coimbra, Lisboa e Gotinga e chegando mais tarde a deputado, senador por espaço de 20 anos, presidente de Pernambuco e ministro da Guerra (75); João do Rêgo Barros, olindense e guerrilheiro brasileiro, que administrou a capitania da Paraíba de 1663 a 1670. Sebastião do Rêgo Barros, além de parlamentar e ministro, foi militar, conselheiro, matemático, notabilizando-se pelos seus serviços (76).

No Rio Grande do Norte, o mestre de campo (título mais tarde, substituído pelo de coronel), Francisco Machado de Oliveira Barros, natural de Pernambuco, administrou a capitania do Rio Grande, em 1786, na qualidade de vereador, com o comandante das tropas João Barbosa de Gouveia (77).

Era filho de Oliveira Barros, o coronel de infantaria de milícias Joaquim José do Rego Barros (1772-1832), nascido em Natal e que foi comandante das armas na capitania, e, como tal, administrou-a ao lado do vereador Luiz Antônio Ferreira (19, fev. a 23 mço. 1806) bem como no govêrno republicano, chefiado pelo Coronel André de Albuquerque (29 mço. a 25, abril, 1817); e na qualidade de presidente da Junta Constitucional, (de eleição popular), substituiu o presidente da província José Ignácio Borges (3, dez., 1821 a 7, fev. 1822). Além disso, presidiu as eleições para deputados portuguêses, (dez. 1821), oficiou ao Príncipe Real, agradecendo a regeneração política da província; e fôra contìnuamente eleito para o Conselho do Govêrno, nos pleitos de 25 de março de 1821, 30 de agôsto de 1825 e 17 de novembro de 1829, mandato em que permaneceria até falecer, em 1832; tendo sido dignitário da ordem de Cristo (78), e rejeitou a patente de brigadeiro, que lhe ofereceu André de Albuquerque, em 1817 (79).

Diz o escritor Câmara Cascudo que êle atravessou as épocas mais originais e vivas da sua terra: assistindo à transformação elegante feita por José Francisco de Paula Cavalcânti d'Albuquerque; vendo as maluquices de Melo Póvoas; presenciando Silva Sanches colocar o galo de bronze na tôrre da igreja de Santo Antônio e Lopo Joaquim de Miranda Henriques construir a primeira reprêsa do «Bardo», popularizada «Baldo», e privou com José Inácio Borges e André de Albuquerque, chefes do govêrno do Rio Grande do Norte, de 1791 a 1821.

Além disso, era proprietário, possuindo várias fazendas na então capitania e província e, mesmo fora de suas raias, sendo senhor do histórico engenho de açúcar «Ferreiro Torto», no vale do Jundiaí, o segundo a ser construído no período colonial e sítio em que se realizou o primeiro morticínio em massa na capitania pelos holandeses aliados aos ferozes janduis, logo que os primeiros se apossaram do Rio Grande, em 1633.

Nesta ocasião, foram massacrados o proprietário do engenho, Francisco Coelho, sua espôsa e cinco filhos, além de sessenta pessoas ali refugiadas; encontrando-se entre os asilados o rico senhor M. Pita Ortigueira, o provedor da fazenda real Pedro Vaz Pinto, o chefe militar João Ferreira e o Capitão Sebastião Pinheiro Coelho (80).

Ferreiro Torto, na primeira metade do século XVIII, tinha melhor aquartelamento que a capital, tanto que uma das duas com-

panhias sediadas na cidade, ora aboletava-se na fortaleza dos Reis Magos, ora naquele sítio (81); e segundo os mapas de Marcgrave e Wingboons (sec. XVII), teve predicado de cidade, ou havia nas suas imediações um povoado com êste título (82); tendo tido durante a revolta dos índios, do fim do século XVII para o princípio do XVIII, uma casa forte que resistiu a investidas dos janduís (83).

Já no século XIX, o Coronel Estevão José Barbosa de Moura recepcionava aí os políticos e presidentes da província, ficando memoráveis os seus banquetes e o modo fidalgo por que tratava os seus hóspedes (84).

Na época em que a capitania ainda não estava conquistada pelos portuguêses e durante os três primeiros lustros, depois de sua conquista, era embaixador do poderoso rei Felipe II em Portugal, D. Cristovam de Moura (85), agindo em Lisboa de maneira tão hábil e inteligente que conseguiu se escolhesse o soberano castelhano para reinar em Portugal no lugar de um príncipe lusitano, em paga de cujos serviços foi nomeado vice-rei de Portugal, em 1600, (fato que se verificava pela primeira vez, neste país), honrosa função esta que se prolongaria até 1613, interrompida, de 1603 a 1605, quando foi substituído pelo bispo D. Afonso de Castelo Branco, como já vimos ao tratar dos Castelo Branco.

Destacamos o nome dêsse político castelhano, por ser irmão de D. Manuel de Moura, de quem era filho Felipe de Moura, descendendo dêste os Moura de Pernambuco (86).

No Brasil, vemos vários membros da família serem alçados a posições das mais elevadas.

Alexandre de Moura, substituto de Mascarenhas Homem no govêrno de Pernambuco, assistiu antes a solenidade das pazes dos índios na Paraíba, indo a Natal, em 1614, presidir a revisão das sesmarias até então concedidas; prestando em seguida relevantes serviços à colônia na conquista do Maranhão e Pará (87).

D. Felipe de Moura, chegado a Pernambuco em 1556, era filho, como já vimos, de D. Manuel de Moura com D. Isabel de Albuquerque, cunhada do donatário de Pernambuco Duarte Coelho (88), e prestou serviços ao país, inclusive à esquadra do Almirante Diogo Valdez, quando esta incendiou várias naus francesas e se fundou o forte de S. Felipe Santiago, no rio Paraíba (89).

D. Francisco Rolim de Moura, (1580-1640), natural de Olinda, ex-governador de Cabo Verde, assumiu a administração da Bahia, cuja defesa viera promover em 1624, com D. Afonso de Noronha, vice-rei da Índia e do Brasil (1626), achando-se entre os capitães de nau dessa esquadra, Rui Barreto de Moura e um seu parente Rui de Moura Teles (90). D. Francisco portou-se com galhardia na luta contra os holandeses no nordeste brasileiro;

tendo exercido, por algum tempo, a governança do Brasil, prestando muitos serviços. Pertencia ao conselho do rei e foi senhor das vilas de Azambuja e Montargil, tendo escrito vários livros (91).

D. Manuel Rolim de Moura foi governador e capitão general do Estado do Maranhão e Grão Pará (1702-5) e de Pernambuco, (1722-7) (92).

D. Antônio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja e primeiro governador de Mato Grosso, (1751-64), fundou Vila Bela, sua capital no alto Guaporé, passando a administrar a Bahia, em 1766, e o Brasil de 1767 a 69, como vice-rei, entregando o govêrno ao Marquês de Lavradio (93).

No Rio Grande do Norte, também não faltou essa família com o seu concurso. Além de Alexandre de Moura, influindo para sua conquista e manutenção desta no govêrno de Pernambuco, o nome é lembrado em cada ciclo, desde a fundação da capitania, domínio holandês, capitania, província e estado republicano, não só pelo apelido Moura, como pelo cognome Rodrigues, do qual se origina a família na península ibérica (94).

Entre os potentados dos primeiros dias da capitania, vê-se Manuel Rodrigues, um dos mais antigos senhores da terra, propulsor do seu povoamento e riquezas, encontrando-se entre os mártires de Uruaçu, no domínio dos flamengos, Manuel Rodrigues de Moura, que deve ser o mesmo, à cuja mulher «cortaram as mãos e os pés», permanecendo viva no chão durante três dias, depois do que deu «a alma ao Creador» (95). Uma santa e uma mártir.

Na exploração do imenso trato de terra que vai das margens do rio Açu às do Jaguaribe, já em território cearense, Estevão Velho de Moura foi dos primeiros, procurando povoá-lo, tanto que obteve, com outros companheiros, a data da sesmaria respectiva, em 1681; já possuindo, em Natal, um chão para construir, na rua em que morava o capitão-mor.

Também foi um dos defensores da capitania na luta contra a indiada revoltada, do último quartel do século XVII, aos primeiros decênios do seguinte (96).

No século XVIII, veio de Pernambuco para Natal, Estevão José Barbosa, também conhecido por Barbosa de Moura, em companhia do seu pai Francisco Delgado Barbosa, da freguesia de N. S. do Rosário da Várzea, de Goiana, filho de outro de igual nome, de Goiana, e de Micaela Teixeira Barbosa, de Muribeca.

O segundo Delgado Barbosa casou com a olindense Bertoleza Quadros Sarmento, de cujo matrimônio originou-se Estevão os quais devido ao falecimento de Bertoleza, transportaram-se para Natal, realizando Delgado um segundo matrimônio com Ana Maria Soares, filha de Luiz Soares Corrêa, do lugar Prato (arcebispado

de Braga, Portugal) e da natalense Lourença de Araújo Corrêa, a 5 de abril de 1769; e Estevão casou-se com Rosa Maria Josefa, filha do Capitão-mor Jerônimo Teixeira da Costa e de Luzia de Melo de Andrade, da freguesia de N. S. da Luz da Mata, visinha de S. Lourenço da Mata, em Pernambuco, no dia 20 de janeiro de 1774, em Natal (97).

São filhos do casal Estevão José — Rosa Maria; Manuel, Luzia (10-12-1779), Estevão (17-4-1781), etc.; parecendo que Manoel foi o primogênito (98).

Êste, conhecido por Manuel Teixeira Barbosa, principalmente, nos atos oficiais em que funcionou, também assinava Manuel Teixeira da Costa Barbosa, casou com D. Ana da Costa Vasconcelos, filha do Tenente Coronel Francisco da Costa Vasconcelos e D. Joana Gomes de Abreu, a 24 de abril de 1809 (99).

Teixeira Barbosa foi sargento-mor e comandante superior da guarda nacional, membro do Senado da Câmara de Natal, e dos Conselhos do Govêrno e Geral da Província, Juiz ordinário, presidente da referida câmara e vice presidente da província, tendo na qualidade de presidente do Senado da Câmara assumido o govêrno da província de 24 de janeiro a 5 de maio de 1824 e de 20 de janeiro a 21 de março de 1825, e, como 3.º vice-presidente, de 25 de abril a 3 de julho de 1838; falecendo a 29 de junho de 1839 (100).

Barbosa casou-se duas vêzes, sendo em segundas núpcias, com D. Ana Teixeira da Costa, a 7 de fevereiro de 1835, falecida no ano seguinte, mas, só houve prole do primeiro enlace: *a*) Estevão José Barbosa de Moura, nascido em janeiro de 1810, no lugar «Pousa», no vale do Ceará-Mirim, naquele tempo, pertencente ao município de Extremoz e atualmente ao de Taipu e falecido a 2 de dezembro de 1891, em Macaíba; *b*) Manuel Teixeira Barbosa, falecido em Natal, a 12 de dezembro de 1865; *c*) Joana Teixeira da Costa, casada, a 27 de outubro de 1839, em Natal, com o Tenente Coronel Luiz da Fonseca e Silva; *d*) Joaquina Teixeira da Costa, casada a 8 de março de 1835, com Manuel Teixeira da Costa Borba; *e*) José Teixeira da Costa Barbosa, casado com Maria de Góes e Vasconcelos, no mesmo dia (101).

Quanto aos Teixeira, em Pernambuco, basta citar a imponente figura de Pedro de Araújo Lima (1793-1870), nascido no engenho Antas de Serinhaen, deputado, 1821-37, senador, 1838-70, conselheiro em 1842, e ministro de estado, em 1823, 27, 32 e 37, presidente dos gabinetes de 1848, 57, 62 e 65, regente do império 1837-1840, e marquês com grandeza, em 1854. Era filho de Manuel de Araújo Lima e de D. Ana Teixeira Cavalcanti, neto paterno do sargento mor Antônio Casado Lima e neto materno de Pedro Teixeira Lima Cavalcanti, todos pernambucanos, e possuía várias comendas (102).

Dizia meu pai que o marquês era parente dos Teixeira de Moura, do Rio Grande do Norte.

II

Passada uma vista na origem de vários troncos que contribuiram para a formação da nossa família e alguns feitos praticados por antigos componentes dos mesmos, não só nos países donde êles procederam, como em vários pontos da terra de Santa Cruz, mais tarde Brasil, passemos a tratar do Coronel Estevão José Barbosa de Moura que deu lugar à constituição da família Teixeira de Moura, na antiga província, pois, todos os seus filhos adotaram essa designação; não sabendo eu por que apareceu, antes disso, um capitão-mor chamado Manuel Teixeira de Moura, casado com Micaela Joaquina Sanches, filha do governador da capitania do Rio Grande do Norte, Caetano da Silva Sanches (1798-1800) (103).

Estevão poderia ter mantido o prestígio político do seu pai, pelo resto de sua vida, como êste conservou até morrer, mas a não ser no período de 1839 a 1843, que se destacou como vice presidente da província, assumindo as rédeas do govêrno de 6 de julho a 4 de dezembro de 1841, de 31 de março a 31 de maio de 1842 e de 15 de novembro de 1842 a 7 de julho de 1843, substituindo sempre o Presidente D. Manuel de Assis Mascarenhas, nunca mais conseguiu sobressair entre os homens representativos de sua terra.

E' certo que sempre teve influência nos meios políticos; mas, cargos de relêvo como os referidos, jamais os ocupou (104).

E, a meu ver, isto se deve ao envolvimento do seu nome no assassinato do Presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisbôa, em abril de 1838.

Não há dúvida que, logo após a êste atentado, foi que êle criou fama e subiu, sendo nomeado coronel da guarda nacional, em 1838; suplente de deputado provincial, tomando parte nas sessões de 1838-39, e eleito efetivo nos biênios de 1840, 1842 e 1844; bem como alçado, por três vêzes, a curul administrativa (105), demonstrando, assim, sua influência regional; mas, na côrte, aonde preponderava a sisudez e o critério do jovem imperante, de nada valeu a ação dos seus amigos junto ao govêrno no sentido de ampará-lo.

Naquele tempo, dominava a política local o senador Francisco de Brito Guerra, achando-se como representante da província na Câmara dos Deputados o seu leal amigo D. Manuel de Assis Mascarenhas, tanto que, apesar de Estevão ser eleito em sexto lugar para a vice-presidência pelo congresso legislativo provincial,

foi classificado pelo govêrno imperial, no primeiro, conforme permitia a lei que regia a espécie (106).

E caminhava tudo muito bem, quando o deputado pela Paraíba, Carneiro da Cunha, na sessão de 21 de abril de 1843, interpelou o ministro do império sôbre o atentado e se houve algum procedimento contra os criminosos, sendo que, ainda hoje, alguns dêles influem na administração da província, e o mais culpado está feito vice-presidente (107).

D. Manuel aparteou o orador com veemência, negando as alusões, e, na sessão de 29 do citado mês, refere-se ao assassinato, inquirição de testemunhas e corpo de delito, sem pronúncia e, que, quando ali chegou, sete meses depois, achou a província agitada, guerreando-se terrìvelmente os dois partidos existentes; sabendo anteriormente que o crime «fôra filho de vinganças particulares», e, apesar dos esforços do govêrno, o delito não foi punido, nem há mesmo qualquer pessoa pronunciada; tendo, porém, conseguido a harmonia dos partidos, por espaço de mais de dois anos (108).

Na sessão de 22 de maio seguinte, D. Manuel contou que, logo que chegou à côrte, a notícia do atentado aludido, o govêrno tratou de nomear um presidente para o Rio Grande do Norte, e, êle, que estava designado para o Espírito Santo, foi mandado para aquela província; adiantando: «Então, me disse o ministro do império, que era o senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, que não tivesse o menor susto, que aquele assassinato fôra filho de vinganças particulares» (109).

D. Manuel, continuando, acentuava haver o deputado pela Paraíba feito gravíssima censura ao gabinete transato e ao atual, um por haver nomeado e o outro por ter conservado na vice presidência do Rio Grande do Norte ao Sr. Estevão José Barbosa de Moura, que tomara parte no assassinato do seu infeliz antecessor; porém, o govêrno assim agiu em consideração à eleição pela assembléia provincial, tendo o vice-presidente referido administrado a província, por três vêzes, com satisfação dos seus habitantes, não me constando que, contra êle, se haja dirigido queixas ao govêrno imperial. E aduz: «o deputado pela Paraíba deve ser mais circunspecto nesses assuntos, não se baseando em cartas particulares, ou artigos de imprensa, até porque numas e noutras tem havido vítimas das mais atrozes calúnias» (110).

O periódico, que publicava o debate final circulava a 25 de maio e quatro dias após, o govêrno imperial dava substituto ao Coronel Estevão, nomeando primeiro vice-presidente da província o Coronel André de Albuquerque Maranhão (111).

Em 1864, segundo o deputado Amaro Bezerra, houve uma tentativa para se elevar o Coronel Estevão à primeiro vice-presidente

da província, a qual frustrou-se devido à oposição feita por êsse congressista, envolvendo-o em fatos criminosos (112).

Em 1845, houve um atrito entre Estevão e o presidente da província Casimiro José de Moraes Sarmento, tornado público pelo próprio Estevão, como veremos abaixo: «Ilmo. Sr. — Acuso a recepção do oficio de V. Ex. datada de 17 de Setembro passado, em que de novo me ordena que declare a V. Ex. se, como coronel da primeira legião desta capital, estou fardado: em resposta, cabe-me dizer a V. Ex. que, não obstante ter sido bem expressivo na linguagem simples e intelegivel que empreguei no oficio que tive a honra de dirigir a V. Ex., não resta a menor duvida que me acho fardado, devendo declarar a V. Ex. que não aceito a repreensão de V. Ex. por injusta e caprichosa: injusta porque, estando eu fardado, como se colige do meu oficio de 19 do supra citado mês, em resposta ao de V. Ex., e não faltando com aquele respeito que devo tributar á primeira autoridade da província, não era de esperar que V. Ex., em que devo supôr toda a prudencia e moderação, me tratasse da maneira mais acrimoniosa e inqualificável: caprichosa, porque pondo V. Ex. de parte o meu proceder, e ouvindo somente os meus adversarios politicos, crueis detratores da minha vida publica e particular, um só momento não hesitou de satisfazer as exigencias exageradas desse punhado de homens que, em linguagem pura e correta, posso chamar aduladores; os quais (em numero de 4 a 5), servindo unicamente para lisongear o governo de V. Ex. e chegar, por este meio ignobil, aos seus fins sinistros e virulentos, não deixarão, logo que V. Ex. descer do poder, de estigmatizar a administração de V. Ex.». «Deus guarde V. Ex. Quartel do Comando da primeira legião da guarda nacional da cidade do Natal, em 8 de novembro de 1845».

«Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento, presidente desta província» — (a. «*Estevão José Barbosa de Moura*. coronel chefe da primeira legião».

«Ao secretario do Governo».

«Acuso a recepção do oficio de Vm., datado de 8 do corrente, em que me transmitiu inclusa a portaria do Exmo. Sr. presidente da provincia, suspendendo-me, por tempo de três meses, do exercicio do posto de coronel-chefe da legião da guarda nacional desta Capital: em resposta devo dizer a Vm., para que leve ao conhecimento do mesmo Exmo. Snr., que, conquanto a minha suspensão não esteja compreendida no art. 60 da lei de 18 de agosto de 1831, a qual diz expressamente que, havendo queixa ou representação contra qualquer oficial da guarda nacional, o governo poderá suspender do exercicio do seu posto por ordem motivada,

procedendo audiencia do oficial, todavia, a despeito desse ato arbitrario, eu aceito a sobredita suspensão com tanto maior prazer quanto, deixando de estar, por estes três meses, em contacto direto com uma administração tortuosa e arbitrária, com pôr-me ao abrigo desse drama, cujo desfecho vou contemplar em meu observatório politico; e praza a Deus que estas cenas, em cujos atos Vm. é um dos primeiros protagonistas, se encerrem unicamente em mim, e não se estendão aos seus proprios correligionarios».

«Deus guarde a Vm. — Cidade do Natal, 10 de novembro de 1845. — Sr. João Carlos Wanderley, secretario do Governo desta provincia. — Estevão José Barbosa de Moura, coronel chefe da primeira legião» (113).

Por aí se vê que o próprio secretário do govêrno, um dos antigos componentes do partido a que pertencia Estevão Moura, também estava contra êste, que, possìvelmente, nesta fase da sua vida, passou-se para as hostes contrárias, tanto que o órgão destas, em 1849, tratava o Coronel Estevão como correligionário, chamando-o «rico proprietario da provincia e um dos saquaremas mais proeminentes» (114).

E' certo que os genros do Coronel Estevão alcançaram posição de destaque, não se podendo, porém, afirmar que fôsse, apenas, devido à sua influência, tanto que seguiam orientações políticas diferentes. Jerônimo Câmara foi sempre nortista, saquarema ou conservador, (1847-1889); Moreira Brandão nunca se afastou da opinião liberal, cujo partido fundou, aproveitando legionários das hostes sulistas ou luzias, (1850-1889) e Vasconcelos Chaves alistou-se na facção conservadora, (1872-1889).

Apesar dos primeiro e terceiro serem conservadores, pertencia cada um a grupo diverso, hostilizando-se mùtuamente, afastando, assim, a coordenação do sogro, que, segundo parece e alguns parentes esclarecem, inclinava-se mais pelo genro mais novo, em detrimento dos mais antigos e até dos filhos, como aconteceu na vida partidária de S. Gonçalo, em que o velho Estevão patrocinou a candidatura de Vasconcelos Chaves a intendente municipal contra a do seu próprio filho Joaquim Manuel, sendo derrotado na eleição, por haverem corrido em auxílio de Joaquim, o Coronel Luiz da Fonseca e Silva e filhos, sogro e cunhados do referido Joaquim Manuel.

Vê-se, assim, os laços de simpatia concorrendo para a falta de coordenação politica, que prejudicava a coesão da família.

Não tinha, tampouco, o Coronel Estevão tino político, talvez, baseado na influência de homem abastado e de família importante, já com o passado firmado na província e fora de suas raias (115). pensou ser isto suficiente para os seus caprichos e não tratou de

unir os seus descendentes, colaterais e amigos, passando os primeiros tempos da sua vida a hospedar e banquetear altas autoridades da província, na antiga «casa grande» do Coronel Rêgo Barros, substituída por elegante palacete, provido de água encanada, esgôto, varandas, vidraças, fôrros, santuário, tendo os dormitórios no segundo pavimento, cujo conforto não tinha rival nem nos edifícios da capital da província.

Não se deve olvidar que, nesse palacete, havia dois esconderijos: um, na parede posterior do sobrado, dissimulado por uma janela, apenas desenhada pela parte externa, com os relevos e pinturas indispensáveis a guardar a harmonia das esquadrias, e outro, no fôrro da escada, que conduzia ao segundo pavimento, disfarçados de tal forma que pessoas estranhas não conseguiam descobri-lo.

A propósito, conta-se que, devido a vários processos a que submeteram o Coronel Estevão, por injunções políticas, foi êle procurado por agentes policiais ou judiciais, em sua residência do «Ferreiro Torto», e que, apesar de se mostrar aos mesmos numa das sacadas do sobrado e facultar-lhes a entrada, os oficiais de justiça, por mais que o procurassem, nas várias divisões da sua residência, não o encontravam.

Daí, certamente, chegarem a imaginá-lo um ser fantástico, irreal, úbiquo, irresistível (116).

Outros parentes narram que muitas das pessoas que compunham a fôrça pública provincial eram seus afilhados, sendo que alguns dos oficiais eram seus parentes e os membros da guarda nacional seus subordinados, por ter êle ocupado, por muito tempo, o cargo de comandante da primeira legião sediada em Natal, pelo que o corneteiro da tropa encarregada de capturá-lo, ao atingir o cimo do morro de Guarapes, anunciava estridentemente a aproximação da tropa, dando largo tempo para que se preparasse ou fugisse, caso desejasse.

Não temos dados para negar ou confirmar crimes que se lhe imputam, tendo encontrado referência a alguns de natureza eleitoral, não só em peças oficiais, como em jornais, de certo modo justificáveis, desde que se atente para os costumes e hábitos políticos da época, tanto que, dificilmente, se encontra um personagem influente nesse período, que escapasse à pecha de infringência ao instituto eleitoral — praticando desmandos na hora do pleito, ou alterando e falsificando as atas comprovantes do ato.

Quanto à sua vida particular, não se pode negar que, no meio dos seus defeitos, também se pudessem destacar atos de hospitalidade, fidalguia, filantropia e generosidade.

O Dr. Egas Moniz Barreto Carneiro de Campos, médico que tratou da epidemia do cólera-morbo, no Rio Grande do Norte, em

1862, em carta publicada na imprensa local, agradece o bom agasalho e tratamento que lhe dispensou o Dr. Leão Veloso, presidente da província, desde 5 de julho último, e bem assim ao Coronel Estevão José Barbosa de Moura, «que tão benignamente nos acolheu enquanto o cólera reinou na povoação de Macaíba, em cujas proximidades existe sua bela e grande propriedade, e tambem depois que se acabou nossa missão na vila de São Gonçalo, para onde nos havia removido S. Excia. o Sr. presidente da província para ajudarmos ao nosso honrado amigo e colega o Sr. Dr. Cândido José Casado de Lima» (117).

E acrescenta: «O sr. coronel Estevão e sua respeitavel familia não se cansaram de obsequiar-nos e proporcionar todos os meios de bem desempenhar nossa dificil e perigosa missão, permitindo até que seu filho Estevão Junior nos acompanhasse sempre até ao leito dos cholericos e que se incumbisse de administrar-lhes remedios que prescreviamos, no que se distinguiu esse jovem estimavel, por sua inteligencia, zelo, abnegação e caridade para com os pobres doentes atacados de uma das mais cruéis e temíveis enfermidades que aflingem a especie humana» (118).

Em 1887, Estevão já declarava livres os três únicos escravos que lhe restavam, sem condição alguma, por ocasião da instalação do «Clube Abolicionista Padre Dantas», em Macaíba, no dia 31 de julho (119), antecedendo-se, dessa maneira, à lei de 13 de maio do ano seguinte, apesar de nessa época não ser mais o homem abastado de outrora.

Também contribuiu para o progresso moral e material da província. Em 1840, fez parte da «Sociedade Promotora da Civilização», do Rio Grande do Norte, composta de 40 sócios, a cujo conselho diretor pertenciam o Presidente D. Manoel de Assis Mascarenhas, padre Manuel Pinto de Castro e outros (120); construiu uma estrada de Natal a Macaíba; tendo custeado a metade das despesas feitas na construção da ponte sôbre o Jundiaí, em Macaíba (121); além de haver fundado vários engenhos nos vales do Jundiai e do Potengi, e foi por êle montada a primeira máquina a vapor, para moer canas, na então província (122).

Além de cargos eletivos, também exerceu o de juiz municipal e de órfãos, em Natal, como terceiro suplente, em 1858, ocupando, nessa ocasião, os lugares de 1.º e 2.º suplente, os Drs. Otaviano Cabral Raposo da Câmara (1.º vice-presidente da província) e Lodolfo Herculano Marinho Falcão, respectivamente (123); passando a segundo suplente, também na capital, em 1860, nomeado pelo Presidente Oliveira Junqueira (124).

Na administração provincial, o seu ato mais importante, foi a criação da vila, município e comarca de Maioridade, hoje Martins, na antiga Serra da Conceição, ou Martins (125).

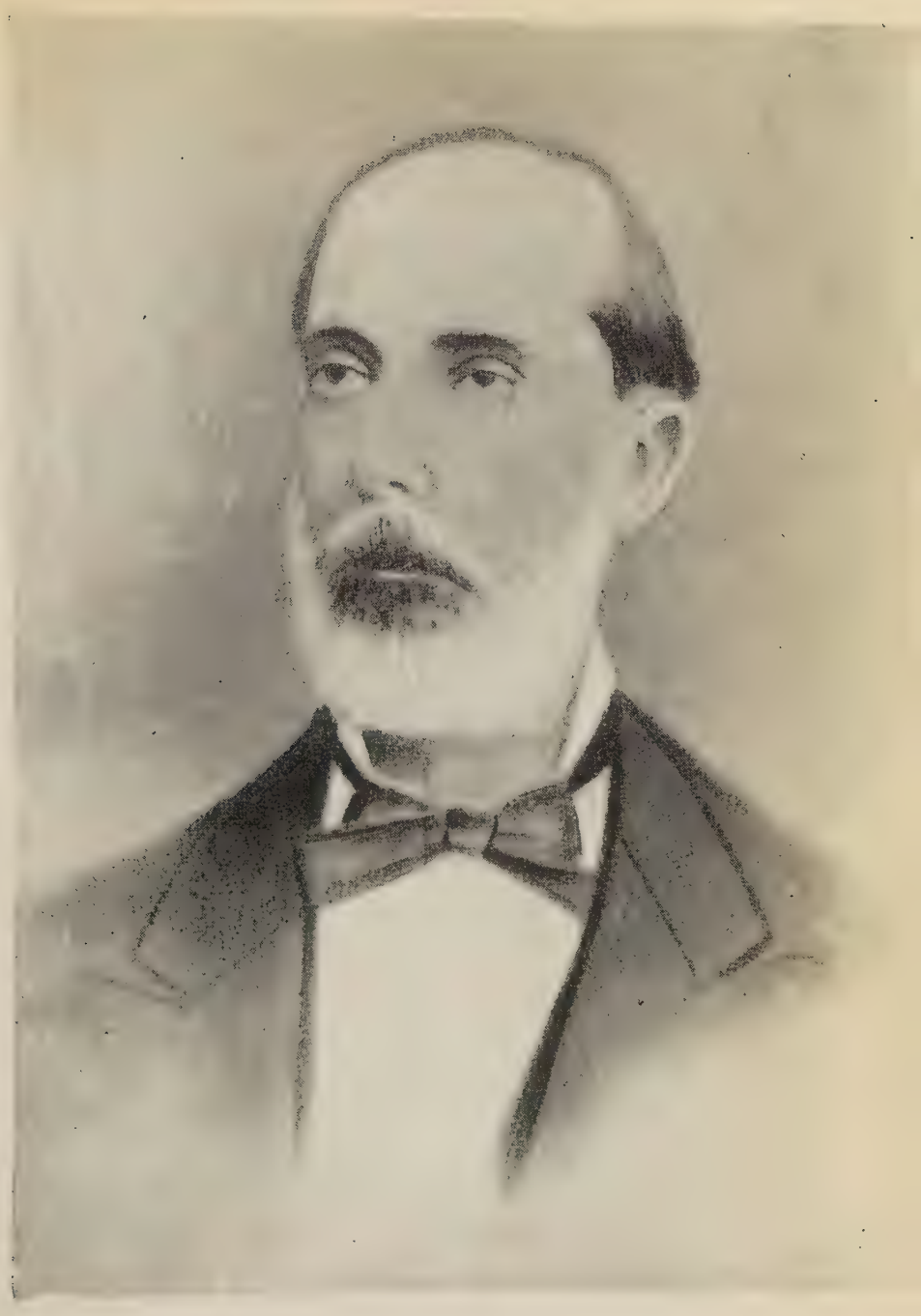
Apenas nos biênios de 1858-59 e 1868-69, não houve parente seu no corpo legislativo provincial: Luiz da Fonseca e Silva (cunhado) em 1835-7, 1838-9, 1842-3, 1844-5 e 1846-7, 1852-3 1856-7; José Fernandes Carrilho (primo, como suplente, em 1840-1; padre Luiz da Fonseca e Silva, (afim), em 1844-5; 1846-7, 1850-1, como suplente; Dr. Braz Carrilho do Rêgo Barros (primo), em 1848-9, 1850-1; Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco, (genro) em 1850-1, 1856-7, como suplente, 1860-1, 1862-3, 1864-5, 1866-7, 1872-3, 1882-3, 1884-5, 1886-7, 1888-9; Jerônimo Cabral Raposo da Câmara, (genro), em 1852-3, 1854-5, 1856-7, 1860-1, 1862-3, 1864-5, 1870-1, 1872-3, 1874-5 e 1882-3; Joaquim Manuel Teixeira de Moura (filho), em 1870-1; Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves, (genro) em 1872-3, 1874-5, 1876-7; João Tibúrcio da Cunha Pinheiro Júnior (neto-afim), em 1878-9 e 1880-1; Manuel Joaquim Teixeira de Moura, (filho), 1884-5 e 1888-9; e João da Fonseca e Silva Sobrinho, (sobrinho), em 1888-9 (126).

Houve legislaturas em que os seus três genros faziam parte da referida assembléia, como a de 1872, se bem que em polos opostos; sendo renhida a luta desenvolvida nesse ano, por Cabral para que Moreira não fôsse reconhecido deputado, como já ficou explicado na primeira parte dêste trabalho.

* * *

Estevão casou-se com uma prima, senhorinha Maria Rosa do Rêgo Barros, filha do Coronel de milícias Joaquim José do Rêgo Barros, comandante do único regimento de infantaria sediado em Natal, o qual, sendo aparentado com as primeiras famílias da capitania e abastado proprietário, desfrutou de grande prestígio social na velha sociedade colonial, desempenhando com atilamento e habilidade as funções que ocupou. Faleceu no seu engenho «Ferreiro Torto», a 4 de setembro de 1832, antes de completar sessenta anos de idade, com os sacramentos devidos e sepultado na capela do mesmo engenho; firmado o assento de óbito pelo vigário Antônio Xavier Garcia de Almeida, sobrinho do célebre revolucionário de 1817, padre Miguelinho.

Rêgo Barros casou-se no lugar *Coité*, hoje cidade de Macaíba, visinho ao engenho «Ferreiro Torto», às cinco e meia horas da madrugada, com D. Maria Angélica da Conceição e Vasconcelos, filha do Coronel de milícias Francisco da Costa e Vasconcelos, paraibano, e de D. Maria Rosa Teixeira de Melo, de Natal, neta paterna de Lourenço de Góes e Vasconcelos, português, e de D. Maria de Araújo e Vasconcelos, paraibana, e neta materna do Coronel Manuel Teixeira Casado, de Muribeca (Pernambuco) e de Rosa Maria Josefa, de Natal. (Câmara Cascudo — Governo do Rio Grande do Norte (pág. 138).



Moreira Brandão

«Ferreira Torto», Residência do Coronel Estevão José Barbosa de Moura, que a edificou cêrca de 1847, em substituição ao antigo solar do seu sôgro, Coronel Joaquim José do Rêgo Barros»

Foram seus filhos: Francisco (7-7-1803), Miguel (20-2-1805), falecido em junho; Antônia (19-4-1806), falecida românticamente de saudades do pai, quando êste estivera preso nos cárceres da Bahia (1817-21); e Maria Rosa, casada com Estevão José Barbosa de Moura. D. Maria Angélica morreu a 22 de novembro de 1830, dois anos antes do marido, aos 60 anos de idade (Câmara Cascudo *Ata Diurna* de 26 de novembro de 1939).

A referência aos parentes do velho Rêgo Barros e do seu filho Francisco Machado do Rêgo Barros será feita em «Colaterais».

Do matrimônio de Estevão José Barbosa de Moura e Maria Rosa do Rêgo Barros, primos pelo lado materno, houve a prole seguinte:

I — Maria Angélica, certamente nascida em 1834.

II — Ana Joaquina, que nasceu a 19 de novembro de 1835.

III — Joaquim Manuel Teixeira de Moura, nascido em 1838.

IV — Manuel Joaquim Teixeira de Moura, nascido a 13 de março de 1840.

V — Estevão José, nascido, talvez, em 1842.

VI — Antônia Rosa, talvez, nascida em 1844.

VII — Isabel Cândida, nascida em 15 de julho de 1848.

VIII — José Getúlio Teixeira de Moura, que nasceu a 5 de maio de 1849 (127).

Vejamos pela ordem estabelecida a descendência dos filhos dêsse casal e o que aconteceu de mais relevante na vida dêles.

Antes, porém, convém dizer algo sôbre os bens de fortuna do casal. Além do famoso engenho «Ferreiro Torto», Estevão José Barbosa de Moura possuía vastas extensões de terra na província, e mesmo fora dela, parte herdada do seu pai e outra porção trazida ao acervo pela sua espôsa Maria Rosa do Rêgo Barros.

Dentre as propriedades entradas na comunhão, via-se o referido engenho «Ferreiro Torto», onde o Coronel Rêgo Barros tinha a sua residência senhorial, com engenho, capela, campos e matas, alargando-se das margens do Jundiaí até as dos Pitimbu.

A capela deve ter sido construída pelo velho Rêgo Barros, uma vez que o casamento dêste celebrou-se no lugar Coité, onde se fundou mais tarde a cidade de Macaíba, a 25 de fevereiro de 1802, dando, assim, a entender a sua inexistência no engenho, por essa época. Contudo, o Coronel Rêgo Barros foi sepultado na capela do engenho, em 1832, conforme consta de sua certidão de óbito, acrescentando D. Isabel Cândida, filha mais moça do Coronel Estevão, que dita capela, cuja padroeira era Sant'Anna, foi

demolida pelo seu pai, cêrca de 1847, quando Estevão fez erguer o confortável palacete de dois andares atualmente em ruínas, passando o santuário para uma das divisões da nova residência, e destruindo o velho casarão térreo, em que morava Rêgo Barros, provàvelmente secular, como era o engenho, anterior ao domínio bátavo.

A montante de «Ferreiro Torto», também conhecido pelo nome de «Arraial». Estevão Moura possuiu mais quatro engenhos de açúcar no vale do Jundiaí, denominados Jundiaí, Várzea, Araçá e Periperi, fábricas essas que, em 1894, ainda existiam, já na posse de estranhos (128).

Em 1853, quando faleceu D. Maria Rosa, tocou a cada um dos filhos mais de uma propriedade, com escravos, tendo cabido a Joaquim Manuel — «Destêrro» (engenho) — e «Santo Estevão» (fazenda de gado); a Manuel Joaquim «Arvorêdo» — (engenho) — e Cachoeirinha (faz.); a José Getúlio «Valparaíso» (engenho) e «Cabaças» (faz.); a Ana Joaquina — «Barra» (faz.); a Isabel Cândida — «Ferreiro Torto» (engenho) e «Riacho Salgado» (faz.); ignorando-se o que tocou à Maria Angélica e Estevão (129).

As terras de «Ferreiro Torto» pertenceram à família de 1793 (Rêgo Barros) a 1914 (Suzana), isto é, mais de um século, aí vivendo o Dr. Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves, casado com a referida Isabel Cândida, em 1864 e falecido em 1896, continuando a posse com a sua viúva e filhos, que a transmitiram em 1912 ao Dr. Francisco Pinto de Abreu, casado com Maria Suzana de Moura, sobrinha de D. Isabel Cândida, pelo lado paterno, que, por sua vez, as vendeu dois anos após, à pessoa alheia à família.

Atualmente, está arruinado, já tendo desabado algumas partes do velho e suntuoso solar.

Voltemos aos descendentes do casal.

I) — Maria Angélica maridou-se a 29 de junho de 1851, com o bacharel em direito Jerônimo Cabral Raposo da Câmara, conhecido por Dr. Loló, no engenho «Ferreiro Torto». Nasceu na fazenda Arraial, no município de Açu, a 11 de janeiro de 1821, e era filho de Gabriel Arcanjo (ou Soares) Raposo da Câmara e de D. Maria Francisca de Oliveira Cabral, descendente aquele do morgado português Manoel Raposo da Câmara e esta do Coronel Jerônimo Cabral de Macedo, grande fazendeiro na ribeira do Açu.

Jerônimo bacharelou-se em 1847, na faculdade de Olinda, tendo, como acadêmico, se destacado pela sua inteligência e diri-

gido o periódico *Polymatico* (1846). No Rio Grande do Norte, filiou-se à corrente política denominada «Nortista», mais tarde «Conservadora», ao lado dos seus irmãos Otaviano e Leocádio, fundando jornais e lutando pela sua facção até 1889. Com o passamento de Otaviano, os Cabrais perderam o predomínio anterior, mas, Jerônimo ainda manteve algum prestígio até 1883, lutando sòzinho, mesmo contra membros do seu partido, inclusive parentes. Foi, deputado provincial em dez biênios, e presidente dessa assembléia, várias vêzes, nunca tendo conseguido entrar na Câmara Geral de Deputados, apesar de ter sido candidato em várias legislaturas, seguidamente. Em 1870, foi incluído na lista tríplice para senador, não sendo escolhido. Como 4.° vice-presidente, governou a província de 11 de janeiro a 17 de agôsto de 1871 e de 11 a 15 de junho de 1872. Era muito popular, advogando às mais das vêzes, gratuitamente, tolerante e caridoso. Faleceu, paupérrimo, a 24 de maio de 1900, em São Gonçalo.

Deixaram a prole seguinte:

I — Maria Francisca de Moura Câmara, apelidade Yayá, nascida, talvez, em 1852.

II — Maria Rosa de Moura Câmara, chamada Nenen.

III — Maria Angélica de Moura Câmara (Senhorinha).

IV — Maria Isabel de Moura Câmara (Beleza).

V — Maria Leonor de Moura Câmara (Nô).

VI — Gabriel Cabral Raposo da Câmara (Gaby).

VII — Jerônimo Cabral Raposo da Câmara Filho (Jeró).

As segunda e terceira faleceram solteiras, já em idade muito avançada.

I — Maria Francisca consorciou-se com Angelo Rodrigues da Rocha (Anjuco), senhor de engenho em S. Gonçalo, sem prole.

IV — Maria Isabel maridou-se com seu primo Estevão Cesar Teixeira de Moura, cêrca de 1884, tendo os filhos seguintes:

I — Ana Benedita da Câmara Moura (Anita).

II — Pedro Alcides da Câmara Moura;

III — Jerônimo Cabral da Câmara Moura (Jeromito).

IV — Estevão Cesar Teixeira de Moura Filho (Estevito);

V — Joaquim Manoel Teixeira de Moura, neto ou sobrinho, (Quinzito);

VI — Adalgisa Benedita da Câmara Moura;

VII — Maria Benedita da Câmara Moura (Belezita);

VIII — Mario Aprigio e Maria Marinete da Câmara Moura (gêmeos);
IX — Maria Marinete da Câmara Moura (Marinete);
X — João Batista da Câmara Moura (Joãosito); (22-9-1905).
XI — Estevão Cesar Teixeira de Moura Filho.

Morreram no período infantil: os dois Estevãos e a gêmea Maria Marinete, tendo o de nome João falecido solteiro, em Natal, (R. N.) a 1-5-1944.

Dos restantes, há descendência de Ana, que se casou em 1903, com o industrial inglês Edgard Carlos Smith, e faleceu, no ano seguinte, de febre puerperal, deixando apenas, um filho — Edgard de Moura Smith; de Pedro, casado com sua prima Lígia Chaves de Moura, com prole — Clovis, Calby, Cely e Celuta Chaves de Moura, todos solteiros e empregados; de Jerônimo, casado com sua prima Maria Bernardina Chaves de Moura que tiveram: Albaniza, Walter e Nadir Chaves de Moura; de Joaquim, casado com Aida Brandão Moura e sòmente um rebento Manoel Ronaldça Brandão de Moura; e de Mario, casado com Maria das Neves Machado de Moura, e a prole seguinte: Estevão, Marly e Antônio Machado de Moura. Maria Benedita (Belezita) não se casou.

Dos netos do casal Estevão Cesar-Maria Isabel, casaram-se Albaniza com o Tenente do exército Dante Toscano de Brito, atualmente, tenente-coronel reformado e advogado no fôro do Distrito Federal, com uma filha chamada Myrna, casada e o seu irmão Walter, engenheiro civil, técnico da Companhia Telefônica Brasileira (Rio de Janeiro), que se casou com Maria Aparecida Moura, mineira, de quem tem dois rebentos: Sergio Augusto e Suelena Maria.

5) Maria Leonor se maridou com Enéas Rodrigues da Rocha, de quem teve dois filhos: Maria Leonor da Rocha, que se casou com Tarquineo Seabra de Melo, e Maria Angelina da Camara Rocha, solteira.

Restam os dois filhos varões — Gabriel e Jeronimo.

6) O primeiro se casou com sua prima Alice da Fonseca Moura, provindo do casal:

1) Walter Ises Moura da Camara;
2) Manoel Osorio Moura da Camara;
3) Gabriel Camara Filho;
4) Ary Tatti Moura da Camara;
5) Maria Alice Moura da Camara;
6) Maria Pepa Moura da Camara;
7) Edith Moura da Camara;
8) Enid Moura da Camara.

Todos estão vivos e ainda solteiros Pepa e Edith, estando viúva de João de Moraes Barbosa, Maria Alice, sem prole.

Casaram-se Walter Ises com Branca Nogueira, tendo uma filha — Paula Frassinete; Manoel Osorio com Maria de Lourdes de Lima Mendes, mineira, havendo do casal um filho — Evandro; Gabriel com a prima, Lenira Moura, tendo duas filhas: Gilka e Lucia; Ary Tatti com a senhorita Nancy, tendo uma filha — Maria Angela; e Enid com o Dr. Cleodon Tavares, sem prole. Manoel Osorio, além de telegrafista, é médico veterinário em Juiz de Fora (Minas Gerais).

7) Jeronimo Cabral se casou com a prima Maria Rosa da Fonseca Moura, originando-se do casal:

1) Jeronimo Orlando de Moura Camara;
2) Maria Elite de Moura Camara;
3) Nival Neri de Moura Camara;
4) Tereza Cristina de Moura Camara;
5) Jorge Jaime de Moura Camara;
6) Dulce Arimá de Moura Camara;
7) Manoel Caio de Moura Camara;
8) Tamar Sadi de Moura Camara.

Conservam-se solteiros Jeronimo Orlando e Tereza Cristina; tendo-se casado Maria Elite com José do Nascimento, sem prole; Nival Neri com Giselda Moura, de quem tem os filhos: Maria Lenise, Acacia Rosa, Maria Lair, Maria Laise, Ismar e Rita Cassia; Jorge Jaime com Mariana Dantas, com os filhos: Maria Arilda, José Osian, Ana Marta, Eduardo Luiz e Teresa Cristina; Dulce Arimá com o desembargador Floriano Cavalcanti de Albuquerque, sendo seus filhos: Emmanuel Waundt, Miriam Angela, Marlucia Lucimar, José Valerio, Marco Aurelio, Antonio Pio, e Adriano Augusto; Manoel Caio com Rosa, tendo dois filhos: Marlene e Rosa; Tamar Sadi com Hermelinda, tendo uma filha — Maria Neide.

II) Ana Joaquina consorciou-se, a 9 de outubro de 1852, com o bacharel em direito José Moreira Brandão Castello Branco, falecendo a 4 de julho de 1870, e sepultada em Macaíba, com a descendência que segue:

1) Maria Rosa Moreira Castello Branco, n. a 9 de setembro de 1853.
2) Justina Deodata Moreira Brandão, n. a 25 de julho de 1855;
3) Ana Corina Moreira Brandão, n. a 7 de novembro de 1856;

4) José Moreira Brandão Castello Branco Filho, n. a 17 de fevereiro de 1859, na rua Grande, hoje praça André de Albuquerque;

5) Antônio Victor Moreira Brandão (Tota), n. a 15 de junho de 1860, na mesma praça;

6) Estefania Alzira Moreira Brandão, n. a 11 de novembro de 1861, na rua da Conceição;

7) Isabel Leopoldina Moreira Brandão, n. a 5 de janeiro de 1864;

8) Teofilo Cristiano Moreira Brandão, n. a 20 de julho de 1865, às 5 horas, na rua da Conceição, sendo batizado pelo padre Bartolomeu Fagundes de Vasconcelos, sendo seus padrinhos o seu tio materno Estevão José Barbosa de Moura Junior e N .S. da Apresentação.

9) Joaquim Henrique Moreira Brandão, n. a 15 de julho de 1867, na praça André de Albuquerque;

10) Estevão José Barbosa de Moura Neto, n. a 9 de novembro de 1868.

Sòmente o último não passou da infância, morrendo em 1873; tendo os demais atingido a maioridade e se casado, quasi todos com descendência.

1) Maria Rosa maridou-se com o primo paterno, João Tiburcio da Cunha Pinheiro Junior, em 1871, e faleceu, na rua da Conceição, a 18 de dezembro de 1878 (130), deixando os seguintes filhos:

1) Leopoldina Augusta (Leó);
2) Ana Krause (Naninha);
3) Maria da Glória (Glória);
4) Maria Rosa (Sinhazinha);
5) Leonidas Octavio;
6) Asclepiades Cantalice.

Vivem ainda Leopoldina Augusta (solteira), em Recife, (Pernambuco) e Maria Rosa em Natal (R. G. do Norte).

Ana, que se maridou aos treze anos com o comerciante inglês John Krause, viveu na capital pernambucana, onde faleceu em 1950, com 78 anos de idade, sem prole.

Maria da Glória se casou aos 24 anos de idade com o funcionário público Julio Tinoco e faleceu sem descendência.

Maria Rosa se maridou aos quinze anos com o funcionário da fazenda federal Joaquim Carlos Vieira de Melo, do qual teve três filhas: Anilda, Alice e Noemy; Anilda consorciou-se com o Doutor Alberto Roselli, ex-deputado federal pelo Rio Grande do Norte e advogado; já falecida, deixando dois filhos — Alberto Vieira Roselli

e Anadil Vieira Roselli. Alberto é bacharel em direito e funcionário da Universidade do Rio de Janeiro, c. com Clara de Oliveira Roselli, filha de Salvador Peregrino de Oliveira, tendo dois filhos: Alberto de Oliveira Roselli, n. a 31-10-46, e Antonio Carlos de Oliveira Roselli, n. a 3-6-50; e Anadil, c. com o Dr. Eugênio Marcos Cavalcanti, sem prole. Ambos são médicos e trabalham no Hospital dos Servidores Públicos. Alice maridou-se com o comerciante Oscar Rubens de Paula, falecido em 1943, de quem teve nove filhos: 1) Avany, solteira; 2) Aída, viúva do agrônomo Felipe Pegado Cortez, falecido em 1951, com prole: Oscar (morto), Marcus Filipe, Marcius Frederico, Maria Cristina e Maria Alice; 3 — Adail de Paula Leitão casada com o Major do exército Fernando Correia Leitão, com filhos: Fernando e Fabricio; 4 — Altair de Paula Campos c. com o agrônomo Afonso Dantas Campos, sendo seus filhos: Fausto e João Oscar; 5 — Adila de Paula Meneses, c. com o advogado e escritor José Rafael de Menezes; 6 — Ademar, solteiro, acadêmico de direito; 7 — Oscar, falecido aos seis meses; 8 — Arnaldo Oscar; 9 — Alberto Luiz, estudantes.

Noemy casou com o médico Osvaldo Pinheiro, no Rio de Janeiro, tendo falecido, sem prole.

Leônidas Octávio foi para Mato Grosso, onde se casou e morreu, nada sabendo os parentes sôbre sua mulher e se houve filhos.

Asclepiades Cantalice, casou no Pará com Lenor Ferreira Pinheiro, tendo êle falecido no Rio de Janeiro, a 2 de maio de 1947, no pôsto de coronel do exército, deixando vários filhos, inclusive dois oficiais do mesmo exército, que são o Major Rosalvo da Cunha Pinheiro, possuidor da medalha de guerra e dos cursos de cavalaria, motomecanização, de aperfeiçoamento e estado maior; e o 1º Tenente Zeno da Cunha Pinheiro, com o curso de intendência do exército. As filhas chamam-se Maria da Natividade, Osvaldina e Yolanda, tôdas casadas.

João Tiburcio casou pela segunda vez com Josefa Emília da Cunha Pinheiro que lhe sobrevive e deixou a prole seguinte: Armando, falecido como tenente de exército; Pompílio, contabilista, c. com Alzira Pinheiro e tem um filho de 18 anos de idade; Natália, c. com o comerciante Joaquim Coelho Galvão com muitos filhos, entre os quais Drs. Neopito e Paulo Galvão, agrônomo e professor, e Helena, solteira, morando uns em Natal e outros em Pernambuco.

2) Justina Deodata, tinha 15 anos de idade, quando faleceu a sua genitora e foi quem a substituiu nos afazeres domésticos, dirigindo a casa paterna, durante 25 anos (1870-1895), período em que Moreira Brandão conservou-se viúvo até falecer. Justina, nesta situação de dona de casa, preparou o enxoval e viu casarem-se as

suas quatro irmãs e o mano Teófilo, assistindo à partida dos irmãos José, Antônio e Joaquim para o sul do país, onde fixaram residência, só se consorciando a 24 de fevereiro de 1896, com seu primo Joaquim Manoel Teixeira de Moura, depois dêste ter ficado viúvo de sua irmã Ana Corina, cujos filhos todos menores de dez anos ficaram aos seus cuidados e por ela foram criados e educados até 2 de janeiro de 1910, data em que sucumbiu, devido a uma enfermidade cardíaca. Êste enlace matrimonial realizou-se na residência de Alexandre James O'Grady, seu concunhado, no bairro «Belomonte», hoje Petrópolis, em Natal, tendo como testemunhas os Drs. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, governador do Estado, e José Paulo Antunes (médico).

Dessas núpcias houve um nati-morto, havendo Justina falecido a 2 de janeiro de 1910, tendo comparecido ao seu entêrro, aliás muito concorrido, autoridades, chefes de serviço, o governador do Estado Alberto Maranhão e representantes de tôdas as classes (131).

3) Ana Corina, a quem seu pai ditava trabalhos forenses, era uma espécie de secretária, herdando do genitor a veia poética, dotada de inteligência viva e possuidora de certa instrução, notável para a época, em que a mulher geralmente não se destacava nesse particular. Não a pôde transmitir aos seus filhos por ter-se finado muito cêdo, deixando-os em tenra idade, sem o amparo que era de esperar de sua ternura e capacidade.

Casou-se a 22 de dezembro de 1883, com o seu primo materno Joaquim Manoel, de que já falamos (132), e faleceu a 29 de setembro de 1895, três meses após ao seu pai.

Quanto à geração ver Joaquim Manoel Teixeira de Moura (III).

4) José Moreira Brandão Castello Branco Filho. Fez o curso de humanidades no Ateneu Riograndense e de bacharel em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife, de 1879 a 1883, tendo sido contemporâneo de Clóvis Bevilaqua e Martins Junior (133).

No Rio Grande do Norte, ocupou os cargos de secretário do Ateneu de 1878 a 79 e de promotor público de Macau, em 1884 (134).

Em 1885, já se achava no Rio de Janeiro e era nomeado juiz municipal e de órfãos do têrmo de Arroio Grande, na província do Rio Grande do Sul, e, como não aceitasse, foi aproveitado no de Jaguari, na de Minas Gerais, por decreto imperial de 20 de junho do mesmo ano e reconduzido em julho de 1889 (135).

No início do govêrno republicano, teve um atrito com o governador do Estado de Minas, Dr. João Pinheiro, demitindo-se dessa juizança (136), pelo que foi advogar na comarca de Bragança, em S. Paulo, limítrofe, nesse tempo, com o têrmo de Jaguarí; só voltando a Minas, como juiz de direito de Cambuí, comarca que foi inaugurada por Moreira Brandão Filho, em 1892 (137); da qual foi transferido a pedido para a de Jaguarí, em 1895 (138), hoje Camanducaia, em que ficou até ser eleito deputado federal pelo quinto distrito do Estado, residindo alí até falecer.

Casara com a senhorinha Maria Augusta Cardoso, irmã do Coronel Simeão Stylita Cardoso, deputado estadual várias vêzes pelo 5.º distrito de Minas, e, enviuvando, em 1916, contraiu segundas núpcias com a senhorinha Dora Antunes Maciel, filha do conselheiro Francisco Antunes Maciel, político sul-riograndense no império e na república, que foi, naquele período, ministro de Estado e acatado chefe liberal.

A primeiro de novembro de 1922, falecia na cidade do Rio de Janeiro, sem deixar filhos.

Ao ser indicado pela Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro, a 4 de janeiro de 1911, para candidato à vaga com a renúncia do Dr. Delfim Moreira (quinta circunscrição), a dita Comissão aponta-o, por ser um nome muito conhecido, estimado e digno da honrosa investidura, magistrado de nomeada, aplaudido orador e escritor vigoroso (139).

Na mesma ocasião era feita a indicação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, futuro presidente de Minas e vice-presidente da República, para uma outra vaga de deputado pela segunda circunscrição.

O Diário de Minas expressava-se, assim, a respeito: «serão na Câmara Federal figuras de destaque e irão prestar à União e ao nosso Estado os serviços que devemos esperar da sua reconhecida competência para o desempenho do mandato e do patriotismo de que têm dado sobejas provas» (140).

O Jaguaryense, jornal que se editava na sede da comarca em que Moreira Filho fôra até então juiz de direito, acrescentava: quanto ao mesmo: «é um brasileiro dos mais distintos, muito ilustrado e com direito adquirido pelos relevantes serviços que, sem cessar, vem prestando ao partido, enfrentando dificuldades sem medir sacrifícios e, sobretudo, desinteressadamente como ninguém ignora».

Residia em Jaguary, há mais de 25 anos e é «Filho desse ninho de aguias que é o norte brasileiro, onde contrastando com a aridêz e esterilidade dos sertões adustos, á ardencia do fecundo sol tropical, florescem os mais belos e pujantes talentos, descende o emi-

nente compatriota de nobre e fidalga estirpe, tronco seivoso, de que promanam vicejantes rebentos, dando á patria, em varias esferas de actividade, filhos distintos que, honrando seu berço, mantêm e perpetuam a tradição de nobreza do nome ilustre de Castello Branco...» «laureado em Recife, após brilhante tirocinio, partia para o sul. Seu espirito anciava librar-se em horizonte mais vasto, e o sul, que já se avantajava ao norte, na conquista da civilização, atraia e fascinava, oferecendo infindavel arena á sua assombrosa actividade».

Foi advogado de nomeada em S. Paulo, fixando-se pouco depois, entre nós, dedicando mais da metade da sua sua preciosa vida à magistratura, ao desenvolvimento e progresso do nosso Estado.

«Minas o quer como filho dilectissimo e o seu nome cada vez mais cresce no horizonte de nossa gratidão. Magistrado, houve-se como poucos na catedra de Juiz; um discernimento grave que só a solidez dos primeiros pode grangear, e uma funda e variada erudição literaria abriram aos seus talentos uma carreira sem tropeços; fervoroso sempre no zêlo pela justiça; desinteressado na ignorância das pessoas dos litigantes; de uma rara inteirêza de animo, qualidade que exige a concorrência de muitos predicados, como firmêza no decidir, clarêza de percepção, consciencia de responsabilidade, amor á toga, foram virtudes que sempre sobraram ao homenageado de hoje.»

«... no convivio social, o cavalheiro distinto, o amigo capaz de todos os sacrifícios por seus amigos».

«Minas, agradecida, eleva-o ao cenario de sua representação, seu longo e glorioso passado é a mais solida garantia do que será a sua acção no cenario politico que se lhe abre, amanhã».

«Personificação da inteirêza e da honra, dotado de fulgurante talento, fino *causeur*, tribuno eloquente, escritor vigoroso, ardente na compreensão do verdadeiro patriotismo, Minas, muito espera, ainda do eminente patricio que sóbe ás mais altas posições, impõe ao paiz o respeito e a veneração ao seu nome por meio de uma unica alavanca: o trabalho, o merecimento» (141).

Um periódico de S. José do Paraiso (sul de Minas) dizia: «Estimadissimo, verdadeiramente popular nesta zona o sr. dr. Moreira Brandão se recomenda por uma ilustração não vulgar, por seu caracter ilibado e por um trato pessoal que agrada a todos quantos dele se aproximam» (142).

«Desde muito, conforme já tivemos ocasião de nos manifestar, era vontade desta zona vê-lo representar o quinto distrito de Minas no Congresso Nacional: a conduta exemplar do digno magistrado, no honroso posto de juiz de direito, que lhe grangeara a admiração

de seus jurisdicionados, irradiando-se por esta região sul mineira, e a sua elevação de vistas, tantas vêzes posta em prova, crearam-lhe essa popularidade que o pronunciamento dos directores locais vêm de afirmar á Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro, dando em resultado a recomendação dessa prestigiosa agremiação politica aos proximos sufragios eleitorais».

«Moreira Brandão é, de facto, um nome querido, e digno, portanto, desse premio significativo da estima publica, — que é o voto popular. E demais, tratando-se de um cidadão cujo valor intelectual a ninguem será licito contestar, o eleitorado do quinto distrito de Minas tem a certêsa de que o ilustre candidato é digno dos sufragios que, a 29 de janeiro, vão exprimir a soberania popular».

«A sua candidatura não é um facto ocasional, resulta, sim, do que há de mais sagrado no regimen sob que vivemos — de legitima aspiração popular. E é o que as urnas de 29 de janeiro virão demonstrar, clara e ineludivelmente» (143).

A Fôlha Popular de Pouso Alegre, já depois do pleito, dizia: «o sentimento politico do eleitorado, que, na pessoa do ilustrado candidato, terá o Hercules da palavra, o tribuno de estilo terso e fluente pela defesa do seu direito». «Orador ilustrado, o dr. Moreira Brandão possue essa faculdade inteligente — o dom da palavra, que prende as atenções até um ponto onde não se sabe o que mais admirar».

«A eloquencia, a belêsa da frase, a lucidêz, as imagens, tudo forma um ritmo que atráe o auditorio que tem a felicidade de ouví-lo». «Na oratoria, s. exa. firma o conceito de fino orador e estilista primoroso, ligando-o á cultivada reputação de escritor e jurisconsulto notavel (144).

No mesmo ano em que tomou assento na Câmara Federal, apresentou à consideração desta, um projecto de lei, estendendo ao fisco dos Estados e dos municipios as vantagens de que gozava até então a fazenda nacional, relativas às prescrições de cinco anos para as suas dívidas passivas; justificando-o de maneira tão brilhante que causou excelente impressão a sua estréia, segundo telegrama do Rio de Janeiro, e pelo que se lê nos jornais do Rio, S. Paulo e Minas, está s. exa. com a reputação de parlamentar exímio feita e reconhecida, por ter produzido «uma oração das mais perfeitas no fundo e na forma» (145).

Para não encompridar a narrativa sôbre a sua personalidade, registro, aqui, o que houve na sessão da Câmara dos Deputados do dia três de novembro de 1922, após o seu passamento: telegrama do Presidente da República Epitácio Pessoa, transmitindo pêzames pelo falecimento do deputado Moreira Brandão e discurso dos Srs. Bueno Brandão e José Augusto.

O deputado Bueno Brandão justificando o lançamento na ata de um voto de profundo pezar, e o levantamento da sessão, disse entre outras coisas, tratar-se de um grande preito tributado à memória daquele que foi um dos grandes ornamentos da casa e, que apezar de não ser natural de Minas, veio do Rio Grande do Norte ainda muito moço, servindo na justiça mineira por algum tempo e da qual afastou-se para advogar em S. Paulo, até quando regressou a Minas, na qualidade de juiz de direito, demonstrando «alto espirito de justiça, culta inteligencia e caracter ilibado», nessa judicatura, pelo que seu prestígio crescia dia a dia na região e passou a representar o Estado no Parlamento brasileiro.

E aduzia que: «A figura de Moreira Brandão, na Câmara dos Deputados, foi sempre de grande relevo. Si bem que o traço predominante do seu caracter fosse a excessiva modestia, aqueles que se aproximaram de S. Exa., sentiam para logo o influxo da sua inteligencia clara e reflectida, de uma cultura muito sólida e de um perfeito sentimento de patriotismo, de amor á República e ao paiz».

Nesta Casa, S. Exa., nos primeiros tempos, foi membro e presidente das comissões de Tomadas de Contas e de Constituição e Justiça, elaborando pareceres «sempre mui acatados» e «suas ideias sempre aceitas por todos quantos se dirigiam a S. Exa., solicitando conselhos, uma orientação». Era verdadeiramente idolatrado no lugar de sua residência (146), achando-se o seu nome ligado a todos os melhoramentos morais e materiais daquela cidade mineira: higiene, confôrto, instrução; sendo ao terminar muito aplaudido e abraçado (147).

Em seguida ao deputado mineiro, falou o Sr. José Augusto, representante do Rio Grande do Norte, que associou às justas homenagens pedidas à Câmara em memória do seu conterrâneo, a bancada do Estado natal. Prosseguindo, disse José Augusto: «Senhor Presidente, o nome de Moreira Brandão eu o ouvira pronunciar desde criança, no seio de minha familia e na terra em que nasci, aureolado sempre pela simpatia e pelo respeito publico».

«E' que dele era portador uma grande figura do Rio Grande do Norte, seu representante em legislaturas varias no Parlamento do Imperio, apontado pelo consenso geral como uma inteligencia peregrina, uma séria cultura juridico-social e um caracter dos mais severos».

«Do filho, o nosso querido morto, de agora, eu me aproximara ha oito anos apenas», e, «notei desde os primeiros momentos, que se tratava de um homem finamente educado, caracterizando-se por uma extrema polidez, já hoje infelizmente rara nos nossos habitos parlamentares».

Com êle conviví quatro anos a fio, no mesmo hotel, e nunca ouví, assim como no período sucessivo, «dos seus labios uma palavra

mais aspera, uma expressão mais amarga, um comentario qualquer que pudesse ferir a quem quer que fôsse»; e, talvez a essa polidez se deva «não ter sido ele um frequentador assidio da tribuna parlamentar que ele poderia ter perlustrado com brilho, pois era um orador de vastos recursos tribunícios, de palavra facil, pronta, eloqüente».

«É que Sr. Presidente, as nossas justas parlamentares vão se caracterizando nesses ultimos tempos, e cada vez mais acentuadamente por uma feição de agressividade pessoal, incompatível com temperamentos como o de Moreira Brandão, que só se sentem bem em ambientes serenos e calmos».

«Não fora isso e certamente Moreira Brandão teria revelado a toda Camara aquilo que nós os que o conheciamos de perto sabiamos e sempre proclamaremos: a sua primorosa inteligencia ao par de solida cultura jurídica» (148).

5) Antônio Victor Moreira Brandão, apelidado pela família de Tota, e, quando estudante no Ateneu Rio Grandense, assinava Antônio Victor de Moura Castelo Branco (149).

Em 1881, era secretário da instrução pública no Rio Grande do Norte (150). Estado em que foi promotor público logo após a proclamação da república no país, mudança esta para a qual concorreu ao lado de Pedro Velho.

Já diplomado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Recife, em 1887, aborreceu-se com o governador Pedro Velho e, em 1890 (151), seguiu para o Sul, tendo servido como Juiz substituto ou municipal em várias comarcas do Paraná e Minas Gerais, consorciando-se a 15 de junho de 1893, na cidade de Paranaguá, no primeiro dêsses Estados, com a senhorita Saturnina da Costa Brandão.

Cêrca de 1895, sentindo a morosidade da carreira de magistrado em Minas, foi para São Paulo com o intuito de ingressar na magistratura dali, mas, ante os óbices encontrados, resolveu dedicar-se a advocacia e foi para Socorro, de onde se transportou para Avaré e mais tarde, para Araraquara, sempre tangidos pelos políticos regionais, que não lhe perdoavam o seu desinterêsse pelos encantos da política partidária. Suportava 3, 4 e 5 anos de solicitações para ingressar em qualquer das fações locais e quando as ameaças chegavam ao auge, Antônio Victor mudava de comarca, conseguindo dentro de pouco tempo ser o mais procurado dos advogados do lugar.

Deve-se frisar o antagonismo existente entre êle o seu irmão José. Enquanto êste, herdando a vocação política do pai, foi um hábil condutor de homens, e apesar de ser Juiz a princípio, nunca foi derrotado na sua zona eleitoral, Antônio Victor, a despeito de

ter sido continuamente advogado em São Paulo, tinha sempre uma evasiva para fugir aos seus enleios e quando não mais as aceitavam, livrava-se dos chefetes que o queriam empolgar, procurando outra cidade, em que pudesse trabalhar mais sossegado e livre de suas lábias.

Teve boa renda como advogado, aproveitando anos seguidos de prosperidade do café na paulistânia, mas, imprevidentemente, não pensou no futuro, julgando que aquela copiosa fonte de ouro seria permanente, e, vindo crises contínuas no comércio da preciosa rubiácea, teve que se retirar do solo paulistano e, com o irmão já deputado por Minas, arranjou um lugar de fiscal de Banco no Distrito Federal, mais tarde, lotado como fiscal de seguros e, neste cargo, aposentou-se, falecendo, a 3 de março de 1945, de arterioesclerose, viúvo, pois, sua espôsa falecera a 24 de dezembro de 1924.

No Rio de Janeiro, tentou advogar, porém, após alguns episódios desagradáveis, que se não ajustavam à linha pautada no interior e contrários à sua inteireza de caráter, abandonou a advocacia, que tanto lhe rendera outrora e com que contava para dar confôrto à sua família.

Do casal, houve a prole que segue: Maria Antonieta, nascida em Rio Branco (Minas), e casada com Artur da Costa Silveira, funcionário público, sem filhos; Sarah, natural de Mariana (Minas), solteira; Côra nascida em Avaré (São Paulo), casada com João Benvindo Rau, funcionário público, com 5 filhos: Walter, casado com Lygia, de quem já tem uma menina; Lêda, João, Taís, e Sônia; José Moreira Brandão Castello Branco Neto, nascido em Avaré, professor, solteiro; Nice, nascida em Araraquara, (São Paulo), faleceu solteira; Paulo, nascido na mesma cidade, técnico em seguros, casado com Eracy Sandermann, de quem tem dois filhos: João Paulo e Victor Augusto.

6) Estefânia Alzira Moreira Brandão, casou-se em 6-9-84, em Natal, com o canadense Alexandre James O'Grady, um dos construtores da E. F. de Natal a Nova Cruz, da qual foi chefe de tráfego (1881) e superintendente (1897), deixando a companhia, porque lhe tiraram a direção para dar o pôsto que já ocupara, montando, então uma fazenda. Foi incansável abolicionista, esforçado republicano e zeloso membro da Câmara Municipal de Natal na primeira década republicana. Aproveitou a grande naturalização, tendo sido «um alto e sereno exemplo de honestidade, em pensamentos, palavras e ações, vida em linha reta, clara e simples, segundo muito bem registra o historiador Câmara Cascudo (152).

Dêsse casal nasceram Alzira Mac-Farlane, Gentil Nabuco, Alexandre Lincoln e Omar Grant O'Grady. Nabuco e Lincoln faleceram com três anos de idade.

Alzira casou com o senhor de engenho José Ribeiro de Paiva, residente no Vale do Ceará Mirim e falecido, em 1952, no Distrito Federal, já como fiscal do consumo aposentado, função esta que exerceu desde 1923, deixando os seguintes filhos: Maria Odete O'Grady de Paiva, solteira, funcionária pública; Jorge O'Grady de Paiva, sacerdote católico romano, ex-professor e diretor do seminário de Mossoró, capitão capelão da Armada Nacional, e coadjutor da matriz da Glória no Rio de Janeiro, atualmente cônego do cabido desta cidade, capelão do colégio do Cenáculo e professor; Eudóro, falecido; Marilda, casada com João Ferreira de Souza, chefe da Fazenda Municipal em Natal, com dois filhos: Ezequiel e Maria da Graça; Hermengarda, casada com Odorico Ferreira de Souza, irmão do precedente, agrimensor, fazendeiro, comerciante e deputado estadual, com cinco filhos: Moema, Tupan, Uiara, Jaíra e Iberê; Alberto, casado com Cecília Ciarlini, de quem houve seis filhos: Alexandre, Mariuza, Pedro Luiz, José Ribeiro, Clóvis Sérgio e Jorge Alberto; Walda, casada com o tenente coronel do exército Francisco Cavalcanti Filho, com 4 filhos: Margarida, Eduardo, Paulo Afonso e Francisco; Alexandre O'Grady, falecido; e Joana D'Arc casada com o Capitão de fragata Paulo Teófilo Gaspar de Oliveira, com três filhos: Patrícia, Alziralice e Joana D'Arc.

Omar formou-se em engenharia pelo Instituto de Tecnologia Armour, de Chicago, nos Estados Unidos da América do Norte, depois do que voltou ao Rio Grande do Norte; trabalhou na construção de estradas de rodagem e edificações particulares, foi nomeado Prefeito municipal de Natal em 1924, permanecendo no cargo de janeiro dêste ano a 5 de outubro de 1930, com real proveito para a urbanização da cidade. Depôsto pela revolução dêsse ano, transferiu sua residência para Fortaleza (Ceará), onde continuou seus labores de engenheiro construtor, incorporando-se também a sociedades exploradores de minérios, não só no Ceará, como no seu Estado natal. Casou com a senhorita Isabel Dantas, oriunda de importante família siridoense, da qual tem uma filha: Norma. Enviuvando, convolou segundas núpcias com a senhorita Leonor Dantas, irmã da primeira, dela tendo quatro filhos: Paulo, Maria Izabel, Lília e Cléa. Norma casada com o bacharel em direito e comerciante em Fortaleza, Walter Cabral, de quem tem três filhos: Walter, Maria Izabel e Fernando; Lília casada com o engenheiro militar, Capitão José Artur Cabral, irmão de Walter, tendo uma filha chamada Liliana; e Maria Izabel casada com Armando Souto Maior.

Estefânia O'Grady faleceu a 4 de dezembro de 1951, aos noventa anos de idade, no Rio.

7) Isabel Leopoldina Moreira Brandão, casada a 28 de novembro de 1891, com João Olímpio de Oliveira Mendes, funcionário da Fazenda Federal, (1890), que faleceu, em Pôrto Alegre, (Rio Grande do Sul), em 1916, bem como a sua espôsa, havendo, apenas, uma diferença de três dias entre um óbito e outro. João Olímpio, antes de ingressar no funcionalismo Federal, serviu na secretaria do govêrno provincial (153) e no Tesouro do Estado (154), tendo sido transferido para o Rio Grande do Sul, em 1895, depois do que dirigiu as alfândegas de Uruguaiana, São Borja e Rio Grande, terminando na Delegacia Fiscal de Pôrto Alegre. Foi um dos primeiros a construir casa no arrebalde «Belomonte», hoje Petrópolis. Houve uma filha do casal: Hermengarda, falecida ainda solteira.

8) Teófilo Cristiano Moreira Brandão, estudante no Ateneu Rio Grandense, funcionário público, desde o império, serviu logo no início do regime republicano na secretaria do Congresso Legislativo, voltando ao Tesouro Estadual, no qual fez tôda a carreira chegando a contador e inspetor. Depois de aposentado, ainda ocupou o cargo de Diretor da Fazenda Municipal, na administração Omar O'Grady. Casou com a sua prima Maria Rosa de Moura, a 22 de novembro de 1890, enviuvando a 2 de janeiro de 1895, tendo dêsse consórcio quatro filhos: Teófilo, Tancredo, Dinorah e Maria Rosaura. O primeiro e o segundo nasceram na cidade de Natal e faleceram no princípio de janeiro de 1893. Dinorah, nasceu a 2 de dezembro de 1893, no sítio Belomonte, hoje bairro Petrópolis, do qual seu pai foi um dos iniciadores, nesse mesmo ano. Casou com seu primo, José, filho de Joaquim Manoel Teixeira de Moura, em cujo título deve ser procurada, bem como sua descendência (III-1). Maria Rosaura nasceu no sítio referido, a 29 de dezembro de 1894, e se casou com o comerciante João Crisóstomo Galvão Filho (155), a 14 de novembro de 1914, nó mesmo local, já denominado «Petrópolis», tendo sido um dos paraninfos do ato o governador do Estado Joaquim Ferreira Chaves. Dêsse casal descendem: Ruth, Yolanda e Olavo. A primeira teve poucos meses de vida; a segunda se casou com o Dr. Alvaro Vieira, pernambucano, clínico e cirurgião em Natal, operador do Hospital Miguel Couto, dirigindo desde janeiro de 1951 a dezembro de 1952, o departamento de Saúde no Estado do Rio Grande do Norte, atualmente residindo em Recife (Pernambuco); tendo havido dêsse consórcio: Ruth Maria, Alvaro Augusto, Maria Auxiliadora, Antônio Francisco e João Bôsco. Antônio faleceu com meses de idade. Olavo João Galvão fez o curso de contador e seguiu a profissão do pai, substituindo-o na chefia da firma comercial «João Galvão & Cia.», em janeiro, de 1945, quando êste faleceu de uma angina do

peito. Casou a 22 de fevereiro de 1941, com Eunice Coelho, tendo quatro filhos: Frederico Marcos, Victória Katia, Fernando João e Olavo João.

Do segundo matrimônio de Teófilo Brandão, realizado a 30 de abril de 1896, com Ana Angélica de Moura, irmã da primeira espôsa, houve cinco filhos: Alina, Teódulo, Tácito, Gisélia e Tamires. Alina conserva-se solteira: Teódulo viveu pouco mais de um ano. Tamires faleceu com 24 anos de idade em 1936, em um hospital do Recife, após uma operação nos rins. Tácito, que nasceu na casa n.º 26 da rua Vigário Bartolomeu, casou-se a 26 de setembro de 1926, com a prima Maria Antonieta Chaves de Moura, tendo dessas núpcias: Marina, Mário e Maria José. Marina, que tem o curso da Escola Doméstica de Natal, consorciou-se com o comerciante e fazendeiro Geraldo Suassuna, havendo dois filhos chamados Tácito José e Fernando Antônio. Tácito fez quase todo o curso da Escola Normal da Capital, abandonando-o para fundar uma casa comercial de móveis, em 1912 e que, mais tarde, transformou numa loja de louças e vidros, da qual tem filial na parte alta da cidade de Natal.

Gisélia, nascida no sítio *Belomonte*, diplomou-se pela Escola Doméstica já citada e se casou com o industrial Luiz Veiga Filho, com dois filhos: Lúcia e Roberto Luiz. A primeira casou-se com Manoel Pires Fernandes, norte-riograndense, residente em Natal, Rio Grande do Norte, com uma filha, Lúcia de Fátima, e o segundo formou-se pela Faculdade de Ciências Econômicas do Distrito Federal, colando grau a 15 de dezembro de 1951, perante a reitoria da Universidade do Brasil.

Teófilo Brandão faleceu em Natal, a 8 de dezembro de 1937, de uremia.

9) Joaquim Henrique Moreira Brandão (Quincas) estudou no Ateneu Rio Grandense, serviu na secretaria do govêrno provincial, em 1885 (156), e na administração dos correios em Natal, donde saiu para a Capital do país ainda no período monárquico e como aportasse ao Rio de Janeiro já sob o govêrno republicano, as cartas de apresentação que o velho Moreira Brandão lhe dera recomendando-o a chefes liberais residentes na côrte, de nada lhe serviram alegando êstes não terem mais influência política junto ao govêrno estabelecido.

Contudo, não desanimou, conseguindo, depois de alguns anos, deixar o correio e ingressar na Prefeitura do Distrito Federal, onde exerceu a função de chefe do arquivo, chefe de seção e sub-diretor da fazenda municipal, falecendo a 31 de agôsto de 1918. Casou-se duas vezes, a primeira, cêrca de 1902, com D. Ana de Luna Brandão (Dondon), viúva de A. Sette, do qual tinha um filho: o escritor pernambucano Mário Sette notável por várias obras publicadas sôbre a cidade do Recife, e vida rural pernambucana.

Dondon faleceu em 1907, sem deixar prole dêsse matrimônio. Do segundo enlace, realizado, também no Distrito Federal, em 1903, com a senhorita Francisca Leal Brandão de quem houve os seguintes filhos: José, Bela, Joaquim e Derval.

José casou com Maria de Lourdes Duton, com um filho chamado Jomar; Joaquim casou com Helena Barbosa Brandão, com dois filhos: Joaquim Moreira Brandão Filho, e Véra Lúcia; Bela se maridou com o funcionário público Jaime Gomes Flores, tendo uma filha: Neyse; e Derval, se casou com Mercêdes Méra Brandão, havendo do casal três filhos: Roberto, Derval e Sérgio; todos êstes estudantes.

10 Estevão José Barbosa de Moura Neto, falecido com 5 anos de idade em 1873.

III — Joaquim Manoel Teixeira de Moura foi senhor do engenho «Destêrro» e da fazenda de gado «Santo-Estevão», ambas no vale do Potengy, aquele no baixo e esta no médio. Como político atuou nos municípios de S. Gonçalo e Macaíba, ao qual o primeiro foi anexado em 1879. Desempenhou as funções de delegado de polícia do têrmo de S. Gonçalo e da diretoria da instrução pública no município, bem como as de juiz de paz e de presidente da intendência, por várias vêzes (157). Em Natal, ocupou o cargo de juiz municipal e de órfãos, na qualidade de 2.º suplente (158); e a de deputado à assembléia legislativa provincial no biênio de 1870-71 (159); sendo reeleito para o seguinte, mas, não reconhecido, por se achar na ocasião do pleito eleitoral no exercício de juiz municipal (160). Pertencia ao partido conservador, facção chefiada pelo Dr. Octaviano Cabral; e faleceu a 2 de janeiro de 1882.

Foi presidente da «Agrícola Rio Grandense», sociedade fundada em Natal, para promover o progresso da agricultura da província. (*Diário Oficial* do Império de 1 de outubro de 1876, pág. 2, c. 4; *Fôlhas* do Rio Grande do Norte até 21 de setembro anterior).

Consorciou-se, em 1857, com a prima Ana Joaquina (1841-84), filha do coronel da guarda nacional Luiz da Fonseca e Silva e Joana Teixeira da Fonseca, com a seguinte prole:

1) Joaquim Manoel Teixeira de Moura, n. a 15, abril, 1858.
2) Estevão César Teixeira de Moura;
3) Maria Suzana Teixeira de Moura.

O velho Joaquim Manoel deixou um filho bastardo, com descendência (161).

1) Joaquim Manoel fez o curso de humanidades no Ateneu Riograndense e iniciou o de direito em Recife, não o concluindo, por haver falecido o seu pai em 1882 e se ter casado a 23-12-1883,

com sua prima Ana Corina Moreira Brandão (II, 3). Neste mesmo ano, era nomeado lente de História do Ateneu referido e, passando mais tarde para a cadeira de geografia, foi um dos examinadores dos candidatos a de história do mesmo educandário, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1885), e Augusto Tavares de Lyra (1892), futuros governadores, senadores e políticos de grande nomeada dentro e fora do Estado. Em 1896, Joaquim Manoel era eleito intendente municipal da capital pela primeira vez, vice-presidente da dita intendência em 1899, assumindo logo a administração do município e presidente efetivo em 1902, sendo reeleito em 1905, 1908 e 1911, governando-o durante catorze anos seguidos. Justamente na sua administração foram abertas as amplas avenidas e ruas do novo bairro chamado «Cidade Nova», desde a avenida Deodoro à Hermes da Fonseca e monte Petrópolis (av. Atlântica. hoje Getúlio Vargas), à Lagoa Sêca, iniciando, em seguida, a remodelação do bairro do Alecrim. Em 1913, foi eleito deputado ao Congresso Legislativo do Estado; tendo tido dois votos para senador federal no pleito de 1903 (162) em que foi eleito o Dr. Ferreira Chaves. Foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1902.

Em 1903, foi nomeado coronel comandante superior da Guarda Nacional no Estado, cargo que, em 1918, passou a denominar-se Delegacia do Exército de Segunda Linha, sob a direção do Ministério da Guerra, e privativa a direção de general de brigada. Como o Govêrno não a preenchesse com um titular efetivo, Joaquim Manoel foi designado para ocupá-la, o que fez até falecer. Foi o orador. em nome do município, na posse do governador Ferreira Chaves. em 1896 (163). Ao falecer, a 14 de março de 1941, a *República* (Natal) referiu-se ao mesmo, assim:

«Faleceu ante-ontem nesta cidade na avançada idade de 83 anos, o coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura, descendente de uma das mais ilustres e antigas famílias do litoral norte-riograndense. «Esse conterraneo exerceu durante muitos anos as funções executivas do município de Natal na qualidade de presidente da Intendencia. Esse cargo tinha naquele tempo grande importancia política. Não sòmente por esse motivo como também pela sua inata sedução pessoal e fidalga generosidade o coronel Joaquim Manoel foi durante alguns decenios um dos chefes de maior autoridade do Partido Republicano Federal neste município, partido que teve como chefe supremo o Dr. Pedro Velho. Ele dirigiu pleitos memoraveis, nos quais alcançou vitorias que, cada vez mais, o prestigiaram naquela agremiação e lhe valeram a crescente confiança daquele inolvidavel condutor de homens».

«O coronel Joaquim Manoel foi professor de geografia do Ateneu N. R. G., cargo no qual ha muito se aposentou. Sem embargo, era principalmente criador e agricultor por uma fatalidade hereditaria, ligada aos mais proximos e mais remotos ancestrais. Trabalhador infatigavel apesar da idade e de molestias frequentes e graves, não descansou um só dia, nem mesmo no dia da morte, passado numa das suas propriedades do municipio de S. Gonçalo, aonde foi e de onde regressou a cavalo, do qual apeou-se, em sua casa, já em agonia».

«Apesar do seu retraimento, conservou todas as amizades grangeadas durante sua longa vida, acrescidas de novas justificadas pelo seu feitio sociavel e de boa camaradagem».

«Foi sepultado no cemiterio do Alecrim, ante hontem, com grande acompanhamento» (164).

O Instituto Hist. e Geog. do R. Gr. do Norte prestou tocante homenagem à sua memória, como sócio fundador, na sua sessão de 16-3-1941, por proposta do seu orador Luiz da Câmara Cascudo (165), falando ainda êste sôbre a individualidade do morto, na sessão de posse da nova diretoria, a 29 do mês citado (166), o qual destacou-se ainda por ter sido uma das figuras que tiveram a iniciativa da fundação dêsse Instituto, ao lado de Vicente de Lemos, Olímpio Vital, Luiz Fernandes, Alberto Maranhão, Pedro Soares e outros (167).

Do seu consórcio com Ana Corina procedem os seguintes filhos:

1-1 Joaquim Manoel Teixeira de Moura Filho, n. a 17, maio, 1885;
1-2 Servolo Severo Teixeira de Moura, n. em 1886;
1-3 Manoel Nazareno Teixeira de Moura, n. a 25, dez., 1887;
1-4 José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, n. a 13, nov. 1888;
1-5 Arnaldo Orlando Teixeira de Moura, n. a 25, abril, 1890;
1-6 Paulo da Cruz Teixeira de Moura, n. em 1893;
1-7 Ana Dulce, n. a 13 de janeiro de 1894.

Os seis primeiros nasceram na povoação de Utinga, município de S. Gonçalo, atualmente incorporada ao de Macaíba; e a última viu a luz já no sítio «Belomonte», hoje pertencente ao bairro de Petrópolis. Servolo faleceu no mesmo ano do nascimento, e Paulo a 12 de agôsto de 1916.

1-1 — Joaquim Manoel Filho foi para o Território do Acre, em 1908, onde serviu como escrivão do Pôsto Fiscal do Alto Juruá

(bôca do rio Amonea) até 1913 e encarregado do mesmo até 1916, quando foi extinto; pelo que foi nomeado escriturário da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Norte e aposentado neste cargo em 1931, e como fôsse mandado aproveitar, em vista de reclamação, foi nomeado para a Delegacia Fiscal de Pernambuco, ocasião em que foi julgado inválido para o serviço público, vivendo até hoje dessa renda e mais alguma proveniente de imóveis que aluga e explora. Casou em 1920, com a senhorita Marcionila Dantas, filha de Carlos Manoel Ribeiro Dantas e D. Ana de Andrade Dantas, (Nininha), tendo tido dêsse enlace: Creusa, Edmundo, Hélio, Omar, Luciano, Carlos Alberto e Lígia Dantas Moura.

Omar ingressou na Escola Militar do Brasil (Realengo), donde saiu aspirante em fevereiro de 1944; fez a campanha da Itália (1944-45), contra a Alemanha; sendo, atualmente, major da arma de Infantaria, e tem alguns cursos de especialização; mantendo-se solteiro. Edmundo e Hélio, falecidos.

Creusa maridou-se com o funcionário do Banco do Brasil, Geraldo Barreto, sem prole; sendo os demais nascidos de 1938 em diante.

1-3 — Manoel Nazareno, inclinado à carreira do comércio, a ela dedicou-se, e, casando em 1910, com a senhorita Maria Amélia Galvão, filha do comerciante em grosso João Crisóstomo Galvão, chefe da firma João Galvão & Cia., para a qual entrou como empregado, sendo hoje um dos sócios da casa. Além disso, explora outros negócios.

Dêsse matrimônio houve: Maria Elizabeth, Alberto e Carlos Galvão de Moura. Alberto c. com Carminha Moura com prole.

Elizabeth, (Betinha), casou com Nelson Nóbrega, a princípio, comerciante depois, funcionário público, com a prole seguinte: Maria Ramona, Ramon, Maria Elizabeth e Ronaldo, todos solteiros.

1-4 — José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho. Em lugar de Sobrinho, deveria ter acrescido ao seu nome o distintivo — Neto, porém, como, quando começou a frequentar escolas e prestar os primeiros exames de preparatórios para o curso superior, seu avô materno, de quem herdou o nome, já havia falecido, teve que adotar aquele, por existir um tio com idêntica qualificação.

Diferem os apelidos adotados dos de seus irmãos e pai, postos a pedido de sua mãe como uma homenagem ao genitor desta.

Até 1893, moravam na povoação de Utinga, ano que, vindo a família para o alto do Morcego, em Natal, fazer uma estação de banhos salgados a conselho médico, Joaquim Manoel resolveu aí fixar residência, lá ficando até 1911, quando se transferiu para o Senegal e logo, em seguida, para o Tirol (ambos os sítios na Avenida Hermes da Fonseca), em Natal, e fundados por êle.

Em 1896, matriculou-se na Escola Modêlo, anexa ao Ateneu Riograndense, mas, como seu pai ia sempre passar uma temporada nas fazendas, «Barra», «Santo Estevão» e «Cachoeira», no médio Potengy, ou num engenho de açúcar, próximo ao Destêrro, (Magalhães) ou no Guagiru, meia légua distante da lagoa de Extremoz, pouco lucrou nessa aula e numa outra em que esteve, em 1897, no povoado Utinga, devido às interrupções, tanto que, ao ingressar em 1898, na escola particular da professora Izabel Gondim, no bairro da Ribeira, em Natal, lia alguma coisa, mas, quanto à escrita, teve que cobrir letras feitas a lápis pela mestra, na qual passou três anos. Em 1901, matriculou-se no Ateneu Riograndense, prestando exames no fim do ano de português, aritmética e geografia. Como pretendesse seguir a carreira de direito, e, não fôsse necessário fazer o curso ginasial, foi aprovado em 1902 e 1903, cujos exames só terminaram em março do ano seguinte, nas matérias exigidas para tal, matriculando-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, neste mesmo ano, e nela recebeu o diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais a 22 de dezembro de 1908. Entre os professôres dessa Faculdade, nesse período, destacavam-se os conselheiros Leôncio de Carvalho, Carlos Afonso de Assis Figueiredo e Cândido de Oliveira, os doutores Lacerda e Almeida, Alfredo Varela, Dídimo da Veiga, Serzedêlo Correia e Esmeraldino Bandeira; e entre os bacharelandos — Henrique Castrioto Figueiredo Melo, o melhor aluno da turma, mais tarde, advogado de nomeada; Joaquim Pedro Salgado Filho, advogado, político, ministro de Estado e senador; Godofredo Maciel, advogado, prefeito do Departamento do Alto Purus (Acre), e procurador do Ministério do Trabalho; Alexandre Penna, mineiro, porém, magistrado de relêvo em S. Paulo; Caio Júlio César Monteiro de Barros, advogado e político no Distrito Federal; Henrique Castriciano, poeta e político; Cipriano Lage e Joaquim Sales, jornalistas.

Formado, ocupou os cargos de juiz preparador (1909-12) e juiz municipal (1913-1930), na comarca do Alto Juruá, depois Cruzeiro do Sul; e juiz de direito da de Sena Madureira (1931-1933), tudo no Território Federal do Acre. Interinamente, desempenhou as funções de juiz de direito em Cruzeiro do Sul, em 1909 (maio-abril de 1910); 1912 (abril-outubro); 1915 (março-outubro); 1916 (dezembro-fevereiro de 1917); 1922 (agôsto-outubro); 1924 (janeiro-março-1925); 1926 (janeiro-fevereiro-1927); 1929 (abril-abril de 1931); e de desembargador do Tribunal de Apelação do Território e membro do Tribunal Eleitoral Regional (maio-novembro 1932). Em dezembro de 1933, aposentou-se como juiz de direito; tendo sido nomeado Interventor no Território do Acre, em agôsto de 1934, exonerou-se em fevereiro do ano seguinte. No Rio de Janeiro, faz parte da Sociedade

Brasileira de Geografia, tendo publicado na imprensa de Natal, «Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte» (a que pertence), «Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia» e «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», alguns artigos e monografias sôbre história e geografia do Rio Grande do Norte e do Território do Acre.

Contraiu matrimônio com a prima Dinorah Brandão, a 2 de dezembro de 1910, filha de Teófilo Moreira Brandão, que, nessa ocasião morava na cidade de Macau (Rio Grande do Norte), tendo dêsse enlace os filhos que seguem: Ary, nascido em Vila Taumaturgo (Território do Acre) e aí falecido em 1916; Diva, nascida em Petrópolis (Natal), a qual tem o curso de contador pelo Colégio da Imaculada Conceição, de Natal, e se casou com Wenceslau Rymsza, na cidade do Rio de Janeiro, riograndense do sul, é funcionário do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários; com um filho — Sérgio Castelo Rymsza; Ligya, falecida em Petrópolis (Natal), onde nasceu, aos quatro meses; Derval, nascido na cidade de Cruzeiro do Sul (Território do Acre), e falecido aos doze anos de idade no Hospital de São Francisco de Assis (Distrito Federal), de febre amarela, quando cursava o Instituto Lafayette; Dora, nascida na cidade de Cruzeiro do Sul, é funcionária do Superior Tribunal de Justiça do Trabalho; Dione, nascida na referida cidade acreana, é funcionária do Tribunal de Contas da União; Dulce, nascida em Petrópolis (Natal), pertence à Ação Católica Brasileira e é professôra de catecismo; Maria Dirce, nascida na cidade de Rio Branco (capital do Território do Acre), tem o curso ginasial. Das vivas, tôdas foram registradas com o sobrenome Castello Branco, adotando a que se casou o nome de Diva Castello Rymsza.

Em novembro de 1953, foi nomeado e tomou posse do cargo de membro da comissão de Difusão Cultural do Conselho Nacional de Geografia (I.B.G.E.), função em que permanece; e, tendo sido eleito sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 15 de dezembro de 1955, tomou posse no ano seguinte.

1-5 — Arnaldo Orlando Teixeira de Moura fêz os exames de preparatórios no Ateneu Riograndense, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais, pela Faculdade de Direito do Recife, em dezembro de 1913, seguindo no princípio de 1914, para o Estado de Minas Gerais, onde foi nomeado delegado de polícia da comarca de Entre Rios. No ano seguinte, era juiz municipal da de Jaguari, hoje Camanducaia, ocupando sucessivamente os cargos de Promotor Público e Juiz de Direito da mesma comarca, sendo que para êste foi nomeado a 28 de julho de 1922. Daí, teve acesso para a de Uberlândia (2ª entrância), em 1929, a de

Cataguazes (3ª entrância), em 1939, e para a Primeira Vara Cível de Belo Horizonte, em 1941, da qual foi removido, a pedido, para a terceira, de onde foi promovido a desembargador do Tribunal de Apelação de Minas, por decreto de 4-1-1946.

Ao tomar posse da Vara de Direito em Cataguazes, saudou-o em nome dos advogados da Comarca e serventuários do fôro, o Dr. Lobo Filho, que o chamou de «Juiz culto, esforçado, íntegro, já bastante conhecido em Minas como um luzeiro e grande servidor da justiça» (168).

Em Belo Horizonte, ao ser elevado às altas funções de desembargador, a *Fôlha de Minas*, disse que, não só na Terceira Vara Cível, como em outras altas funções judicantes, revelou-se sempre «o magistrado íntegro, culto e percuciente» (169); e *O Diário de Minas*, assim expressou-se; «uma das figuras singulares da nossa vida jurídica. Juiz, soube afirmar-se como consciência dotada de perfeito domínio da jurisprudência e de sua aplicação. Durante o tempo em que serviu no Fôro da Capital demonstrou ao vivo qualidades que agora o elevam a uma posição de justo prestígio, que vem coroar uma vida tôda dedicada á distribuição equânime da justiça. Julgador íntegro, o desembargador Arnaldo Orlando Teixeira de Moura é possuidor de harmoniosa cultura e assinala-se entre os vultos expressivos da nossa magistratura». Nunca teve um acesso por antiguidade, e sempre estêve afastado das seduções político-partidárias» (170).

Do seu consórcio com a senhorita Jandyra Escobar, filha do Coronel Stylita Escobar e sobrinha dos intelectuais Estevão e Francisco Escobar, sendo que êste, além de jurisconsulto, era profundo conhecedor da língua portuguêsa, tanto que Euclides da Cunha, antes de publicar «Os Sertões», submeteu à sua capacidade de estilista; originando-se dêsse consórcio a prole seguinte: Nise, Neusa, Norah, Eonio, Anecy e José Todos, menos o último, nasceram em Jaguarí, tendo Nise se casado com o funcionário público estadual e professor Alisson Pereira Guimarães, de quem tem cinco filhos: Aluísio, Angelo, Armando Ana Virginia e Aura Regina; Neusa se consorciou com o advogado Narciso Machado Coelho, residente também na Capital com prole: Maria da Glória José, Narciso e Arnaldo. Eonio casou-se com Emi Gonzaga de quem tem uma filha — Elisabeth Maria; José se consorciou com Cléa Bichar, com um rebento — Marcos. Neusa e José são formados em direito, advogando o segundo; e Eonio é engenheiro civil e industrial, dedicou-se também ao professorado.

1-7 — Ana Dulce casou com o bacharel em direito Ernesto Frederico de Albuquerque Maranhão, a 22 de dezembro de 1909, sendo êle promotor público em Natal (171). De 1913 a 1915, ocupou o cargo de juiz municipal na cidade de Cruzeiro do Sul

(Território do Acre), onde também desempenhou interinamente a função de juiz de direito; demitindo-se, foi nomeado funcionário da Inspetoria de Portos, lugar em que foi aposentado, em 1937. Apesar de inteligente e haver escrito para jornais, ùltimamente dedicava-se a colaborar em revistas. Tiveram uma filha: Alba, solteira.

Joaquim Manoel ainda se casou duas vêzes: com sua cunhada Justina Deodata Moreira Brandão (v. êste nome — nº 2), e com a senhorita Maria Terceira Lyra (1885-1951), em 1911, de cujo matrimônio ficou um filho — Ernani Lyra Moura, nascido no sítio «Senegal», à margem da avenida Hermes da Fonseca (Natal), o qual é funcionário da fazenda (delegação seccional), desde 1934, servindo, a princípio, em Manaus (Amazonas), e depois em Natal, onde se casou com a senhorita Cremilda Cavalcanti, de quem tem duas filhas: Teresa Christina e Ana Lucia.

2) — Estevão Cesar Teixeira de Moura casou com sua prima Maria Isabel de Moura Câmara (Belêza). V. êste nome — I-4, quanto à descendência.

Estevão Moura, como era conhecido, residia no engenho «Desterro», herdado de seu pai, o qual já conheci em 1896, de fogo morto. Foi chefe político de S. Gonçalo, desde o início do govêrno republicano, permanecendo, assim, até o rompimento do governador Ferreira Chaves, com os Drs. Tavares de Lyra e Alberto Maranhão (1914); não mais retomando a chefia do partido no seu município, onde foi chefe onipotente; representando-o de 1894 em diante, como deputado ao Congresso Legislativo do Estado, ininterruptamente.

3) — Maria Suzana Teixeira de Moura, c. em 1884, com o Dr. Francisco de Paula Sales, natural de Pernambuco, o qual se formou em direito pela Universidade de Coimbra (Portugal) e defendeu tese, doutorando-se, pela Faculdade de Direito de Recife, em 1860 (172). Perante a Congregação desta Faculdade, fêz concurso para lente substituto da mesma, em 1862, 1870, 1871, sendo classificado em 2º lugar no de 1862, e em 1º nos dois restantes, sem lograr nomeação (173). «Não obstante a sua colocação, não obstante a frase do imperador, que, por ocasião do terceiro concurso, lhe dissera, *não desanime*, frase que o candidato lembrou em petição dirigida ao chefe do Estado, o Doutor *Salles*, não alcançou a nomeação» (174).

Ainda se inscreveu noutro concurso de 1871, e nos de 1877 e 78, não comparecendo às provas do primeiro, não apresentando os documentos indispensáveis no segundo, e não sendo classificado no último (175).

Foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Norte, por carta imperial de 7 de julho de 1883, assumindo o

govêrno a 22 de agôsto seguinte e deixando-o a 30 de setembro de 1884 (176). Era Comendador da Ordem de N. S. Jesus Cristo, de Portugal; tendo concedido, na sua administração (lei de 6-3-1884), privilégio a João Avelino Pereira de Vasconcelos para organizar um serviço de *trilhos urbanos*, destinado a condução de passageiros e mercadorias, com carros movidos a vapor ou animais (177).

Filiou-se ao partido liberal, conquistou fama de jurisconsulto, foi deputado à segunda constituinte do Estado (1891), tendo sido várias vêzes presidente do govêrno municipal de S. Gonçalo e Macaíba, onde também advogava (178).

Enviuvando a 22 de julho de 1902, Maria Suzana contraiu segundas núpcias, em 1912, com o bacharel em direito Francisco Pinto de Abreu, paraibano, viúvo, formado em Recife (1892), que veio para o Rio Grande do Norte, em 1895, sendo nomeado diretor da Instrução Pública e do Ateneu no mesmo ano, de onde saiu para ser juiz de direito da comarca de Ceará Mirim, voltando a dirigir aquele estabelecimento de ensino, bem como a instrução pública do Estado, mais de uma vez. Foi o reorganizador do ensino em moldes modernos, na segunda administração Alberto Maranhão, de cujo govêrno também foi secretário, e ocupava o cargo de consultor jurídico do Estado, ao findar essa administração, em 1914. Continuou nessa função no govêrno Ferreira Chaves, mas, rompendo com êste, mudou-se para Pernambuco, sendo aí aproveitado como Secretário Geral do Estado, pelo governador José Rufino Bezerra (1917-1921), cargo em que ficou, até o fim dessa administração. Foi advogado, professor e deputado estadual no Rio Grande do Norte; tendo desempenhado em Pernambuco, antes de vir para o Rio Grande do Norte, os cargos de promotor público nas cidades de Cabo e Recife, curador geral de órfãos desta, juiz distrital em Olinda, e quando tornou a Pernambuco, em 1917, exerceu a advocacia e lecionou em vários colégios.

Maria Suzana faleceu, nesta cidade, em 1942, sem prole dêsses casamentos; falecendo Pinto de Abreu, a 11 de julho de 1951, depois de realizar um terceiro matrimônio, do qual houve descendência.

IV — Manoel Joaquim Teixeira de Moura (Seu Né), foi senhor do engenho «Arvorêdo» e das fazendas de criação — «Cachoeira» e «Cachoeirinha», além de outras que, pouco a pouco, foi vendendo ou entregando aos credores. Foi político, no município de S. Gonçalo, no qual ficavam suas propriedades, chegando a representar o povo na assembléia provincial, em mais de uma legislatura (1884-5, 1888-9).

Casou com a prima Terêsa Josefina da Fonseca e Silva, filha do Coronel Luiz da Fonseca e Silva e Joana Teixeira da Fonseca, em 1868, com a seguinte próle:

1) Manoel Joaquim Teixeira de Moura Filho (Yoyô);
2) Maria Rosa da Fonseca Moura, (Senhora);
3) Estevão Neto da Fonseca Moura, (Neto);
4) Alfredo da Fonseca Moura;
5) Artur da Fonseca Moura;
6) Joana Lídia da Fonseca Moura, (Lídia);
7) Teresa de Jesus da Fonseca Moura (Jesus);
8) Alice da Fonseca Moura;
9) Celso Nelson da Fonseca Moura;
10) Ana da Fonseca Moura, (Nana);
11) Aurea da Fonseca Moura (Bela);
12) Corinta da Fonseca Moura.

Sòmente uma não se casou.

1) Manoel Joaquim Teixeira de Moura Filho se casou com uma prima — Amélia Medeiros, filha de Aureliano Clementino de Medeiros e Maria Rosa Teixeira, filha esta de José Teixeira da Costa Barbosa, irmão do Coronel Estevão José Barbosa de Moura, havendo do casal cinco filhos:

1-1 Maria das Dôres, casada com Pedro Ferreira, sem descendência;

1-2 Luiz, casado com Diná Pacheco, tendo os seguintes filhos: Dilcéa, Dilne, Manoel e Luiz;

1-3 Maria, casada com Clóvis Guerreiro, tendo um filho, Omar;

1-4 José Medeiros, casado com Irene, sem prole;

1-5 Noemi Moura, solteira;

2) Maria Rosa da Fonseca Moura (Senhora), c. com Jerônimo Cabral Raposo da Câmara Filho, já descrito sob o título Maria Angélica (I-7).

3) Estevão Neto da Fonseca Moura, c. com a prima Arminda da Fonseca e Silva, filha de João da Fonseca e Silva Sobrinho, falecida em 1901, deixando do enlace três filhos (179). Casou novamente com Ana Araújo, deixando: 3-1 — Gasparina, solteira; 3-2 — Alba, que se maridou com Luiz Pinheiro, de quem houve. — Marigia, Luciano, Gutembergh, Luiz, Marcelo e Malba; 3-3 — Terêsa, c. com João de Sousa, de quem houve — Marilda, Maurício e Sílvia; 3-4 — Maria Anete, casada.

4) Alfredo da Fonseca Moura, c. com a prima Maria Chambre, filha de Joaquim Manoel da Fonseca e Silva, com sete

filhos: 4-1 — Maria Moura Medeiros, viúva de Lauro Medeiros, de quem teve: Fernando, Maria da Apresentação, Eliete, Paula e José; 4-2 — Francisco Canindé, c. com Janete, tendo dela: Carlos e Maria Chambre; 4-3 — João, c. com Maria Pureza, de quem tem quatro filhos: Aldio, João, José e Zélia; 4-4 — Manoel Joaquim Teixeira de Moura Neto, c. com Ana Garcia, com os filhos seguintes: Alfredo, Aglai, Maria e Maria das Graças; 4-5 — Marina, c. com Dantas, sem prole; 4-6 — Maria Luiza, c. com Domingos dos Santos Melo, e os filhos: Alfredo, Ana, Aliete, Lauro e Antônio; 4-7 — Hilda, c. com Orlando Fernandes, de quem houve: Dolfe, Epaminondas, Maria do Socorro, Orlando e Wilma.

5) Artur da Fonseca Moura, c. com a prima Maria Rosa de Vasconcelos Chaves, filha do Dr. Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves, **sem prole.**

6) Joana Lídia da Fonseca Moura, c. com o primo Sérgio da Fonseca e Silva, filho do Tenente-coronel João da Fonseca e Silva Sobrinho, com a prole seguinte: 6-1 — João da Fonseca e Silva Neto, c. com Iracema Marinho, que tiveram os filhos seguintes: Sérgio, Auristela, Kira e Goterdo; 6-2 — Sílvia, c. com Ramiro Cavalcanti de quem tem: José, Agripino e Francisco Canindé; 6-3 — Paulo, c. com Otília, com uma filha, Jacy; 6-4 — Manoel, c. com Jandira, com uma filha, Leila; 6-5 — Maria da Conceição, c. com Antônio Morais, com uma filha — Ana Lídia; 6-6 — Helena; 6-7 — Maria; e 6-8 — Rubens, solteiros.

7) Terêsa de Jesus Fonseca Moura, que faleceu solteira.

8) Alice da Fonseca Moura, c. com Gabriel Cabral Raposo da Câmara, já descrito sob o título Maria Angélica (I-6).

9) Celso Nelson da Fonseca Moura, c. com Esterlita Câmara, filha de Alfredo Leopoldo Raposo da Câmara, com a prole seguinte: 9-1 — Giselda Moura, c. com o primo Nival Neri de Moura, filho de Jeronimo Cabral Raposo da Câmara Filho e de Maria Rosa da Fonseca Moura, já descrito sob o título Maria Angélica (I-7); 9-2 — Elizabeth Moura Véras, viúva de Francisco Véras, que deixou a prole seguinte: Antônio de Paula, Cristina Maria e Maria das Graças; 9-3 — Dagmar da Câmara Moura, solteira.

10) Ana da Fonseca Moura, c. com João Pinto de Abreu, filho de Bernardo Pinto de Abreu e irmão do Dr. Francisco Pinto de Abreu, que se casou com Maria Suzana Teixeira de Moura (III-3), sem prole.

11) Aurea da Fonseca Moura, casada com Francisco Xavier Pereira de Brito, filho de Américo Brito, com a descen-

dência a seguir: 11-1 — Dr. Raimundo de Moura Brito, c. com a senhorita Inês Felix Pacheco, filha do conhecido político, escritor e jornalista, Felix Pacheco, proprietário do *Jornal do Comércio* (Rio), antigo representante do Piauí, no Congresso Nacional, ministro de Estado e membro da Academia de Letras do Brasil, já falecido e de sua espôsa D. Maria H. Pacheco, tendo dêsse enlace os seguintes filhos: Maria Inês, José Felix, Maria Helena, Raimundo, Francisco e José Teodoro; 11-2 — Maria de Lourdes, c. com Jaime Teixeira Leite, de quem tem uma filha, Maria Lúcia; 11-3 — Américo Xavier Pereira de Brito, funcionário da fazenda federal, solteiro.

O Dr. Raimundo de Moura Brito nasceu em Natal; fêz seus estudos do curso secundário no Ateneu Riograndense e formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, da qual é docente e professor da similar de Niterói. É notável operador, tendo-se especializado na cirurgia do bócio. Organizou e dirigiu o Hospital dos Servidores Públicos, estabelecimento federal que, na Capital da República, é bastante considerado, assim como no estrangeiro; exercendo, ainda, hoje, ali, a função de primeiro cirurgião, ao lado de uma plêiade de renomados homens da ciência médico-cirúrgica, nos seus variados ramos.

No fim de agôsto de 1954, foi nomeado presidente do IPASE (Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado) assumindo logo em seguida o encargo.

12) Corinta da Fonsêca Moura (Branca), c. com o comerciante do Ceará-Mirim, Semeão de Morais Barreto, já falecido, ficando do casal a seguinte prole: 12-1 — Dr. Manoel de Moura Barreto, c. com Carmon Dantas Carrilho, de quem tem os filhos: Marisa, Maurício e Marilda; 12-2 — Dr. Arino de Moura Barreto, casado com Lígia Monte, com os filhos: Célia, Maria, Marta Maria, Lígia Maria e Paulo Roberto; 12-3 — Nair de Moura Barreto, c. com Durval Paiva Filho, sendo seus filhos: Fernando Antônio, Ana Teresa, Maria Lúcia e Roberto Hugo; 12-4 — Jorge Inácio; 12-5 — Maria Lenir; 12-6 — Cirene; 12-7 — Maria do Carmo, c. com seu primo Dr. Fernando Antônio de Moura Medeiros, já falecido, deixando dois filhos.

O Dr. Arino de Moura Barreto é médico e já foi prefeito do município do Ceará-Mirim e o seu irmão Manoel é técnico agrícola.

V — Estevão José Barbosa de Moura Júnior. Não se sabe a data certa do seu nascimento. Cascudo o coloca entre os manos Joaquim Manoel, (1838) e Manoel Joaquim, (1840), o que não é impossível, por haver um ano de permeio, mas, o ilustre escritor não segue, nos seus trabalhos, a ordem cronológica dêsses nascimentos, pois, coloca as mulheres sempre após os homens. Ou-

trossim informa o historiador conterrâneo que Estevão Junior era «médico», ou «cirurgião militar» e morrera solteiro na guerra do Paraguai (180).

Investigando o caso entre parentes, o assêrto de Cascudo foi-me confirmado por Alice Moura Câmara, filha de Manoel Joaquim, que adiantava ter sido o passamento em conseqüência de moléstia contraída na região e não ferimento bélico.

Nas ordens do dia do Exército em operações no Paraguai, não encontrei o nome procurado e, apenas o *Jornal do Comércio*, de 5 de maio de 1866, fala no soldado Estevão José Barbosa, ferido no combate de 2 de maio do mesmo ano. No corpo de saúde, tampouco se o encontrava, mesmo entre os acadêmicos de medicina contratados para cirurgiões.

Contudo, *O Riograndense* (Natal), noticiava: «Faleceu, em Corrientes, em um transporte de viagem para o Rio de Janeiro, o nosso estimável comprovinciano, Estevão José Barbosa de Moura Júnior, aluno do 3º ano da Faculdade de Medicina, que, em conseqüência das extraordinárias circunstâncias do país, patriòticamente se havia oferecido para servir no corpo de saúde». Lamentamos esta perda igualmente sensivel a sua familia e á sua província natal» (181).

Depois dessa notícia encontramos as seguintes: «Tendo falecido no sul o aluno do 3º ano médico Estevão José Barbosa de Moura Junior, seus colegas mandão celebrar uma missa, na matriz de S. José, hoje 23 do corrente, as 9 horas. Convidão para assistir a ela os alunos da faculdade de medicina, os parentes e amigos do finado». *Jornal do Comercio*, 23 de outubro de 1867, pág. 3, col. 7. (Secção de missas).

Instituto Acadêmico — «O Sr. Candido Ferreira diz que tendo falecido no sul o nosso distinto colega E. Barbosa de Moura, o Instituto não podia mostrar-se indiferente a semelhante sucesso, e pede que se nomêe uma comissão para apresentar ao 3º ano médico o sentimento do instituto por tão infausta perda. O Sr. presidente nomêa o mesmo senhor e os Srs. Vila Nova e Almeida Rego para preencher essa missão. (*Jornal do Comércio*, de 22 de outubro de 1867, pág. 2, c. 4); *Gazetilha* — (Suplemento do referido jornal). Trechos da ata da sessão de 13 de outubro citado).

Instituto Acadêmico — «O Senhor Candido Ferreira lê o discurso que proferio como relator da Comissão encarregada de apresentar ao 3º ano médico o sentimento do Instituto pela infausta perda do nosso distinto colega E. J. Barbosa de Moura».

«O Sr. Erico lê o discurso que por parte do 3º ano tem de dirigir ao Instituto, agradecendo os seus sentimentos» (*Jorn. do*

Com., de 28 de outubro de 1867, pág. 1, c. 1; *Gazetilha* — (Trechos da acta da sessão do dia 20 de outubro de 1867; presentes mais de quinze socios).

Como falecesse de moléstia adquirida em campanha, tanto poderia ter sido de impaludismo, como de colera-morbo ou disenteria, ali reinantes, por essa época. (*Jorn. do Com.*, de 26 de outubro e de 15 de novembro de 1867, pág. 1; *Datas* de Buenos Aires até 18 de outubro; e *Carta* de Tuiuti, de 22 de novembro, citados; devendo o passamento ter ocorrido no fim do mês de setembro, por ter chegado a noticia na cidade do Rio de Janeiro, na primeira quinzena de outubro.

Em 1865, estava na cidade do Rio de Janeiro, em cuja Escola de Medicina foi aprovado plenamente nas materias do primeiro ano médico. (*Diário Oficial do Imperio do Brasil*, de 7 de novembro de 1865, pág. 3, c. 4. — «Noticias do Dia» (6 de novembro); devendo ter seguido para o Paraguai no fim de 1866, ou principio de 1867, uma vez que já pertencia ao terceiro ano médico.

Assim ficou esclarecido o assunto. Não era médico, mas poderia ter sido cirurgião, porque o govêrno contratava os acadêmicos para exercer essa função.

Antes, em 1862, já prestara valioso serviço aos médicos que combateram a epidemia do colera-morbo, na região em que residia a sua família, no vale do Potengi-Jundiaí, conforme salientou o Dr. Egas Moniz, em carta publicada no *Rio Grandense do Norte*, de 23 de agôsto de 1862, e a que já me referi ao tratar de Estevão Senior.

VI — Antonia Rosa. — Cascudo, apenas registra o prenome e que morreu solteira, porém, a irmã de Antonia, Isabel Candida, ainda viva em 1947, informou-me que o nome dela era Antonia Rosa, e faleceu solteira.

O Dr. Egas Moniz, na carta de 1862, citada acima, refere-se a Antonia Rosalina, talvez por engano, pois, a irmã devia saber melhor do nome verdadeiro e, mais provável, por ser uma recordação de pessoas de família: Antonia, a tia, (filha de Rêgo Barros), que morrera de saudades pela ausência do pai nos cárceres da Bahia, e Rosa — retirado de sua própria mãe, que se chamava Maria Rosa.

Por essa carta, fica-se sabendo também que Antonia era mais velha do que Isabel e que devia ter nesse tempo, cêrca de 18 anos.

VII — Isabel Cândida, que já nasceu no palacete construído por seu pai em Ferreiro Torto; casou-se a 26 de abril de 1864, na capela interna do mesmo, pois, a externa já havia sido demolida, com o bacharel em direito Francisco Clementino de Vasconcelos

Chaves. Êste, natural da Paraíba do Norte, formou-se em Recife, no ano de 1858 (182); exerceu o cargo de juiz municipal de Natal, em 1870 e 1872, como primeiro suplente (183); procurador fiscal da Tesouraria Provincial, de agôsto de 1873 a novembro de 1875 (184); juiz de direito da comarca de Jardim (R. Gr. do Norte), por decreto de 14 de fevereiro de 1877 (185); assumiu no mês seguinte, tendo tido várias e contínuas licenças, passando mais tempo no seu engenho «Ferreiro Tôrto» (186); além de servir como chefe de polícia da província, em 1878 e 1884 (187). Também foi nomeado para exercer êste cargo na província do Amazonas, em agôsto de 1884 (188), parecendo que não o assumiu.

Foi também primeiro vice-presidente do Rio Grande do Norte, nomeado por decreto de 23 de outubro de 1872, e como tal exerceu a função de presidente da província de 17 de novembro do referido ano a 19 de janeiro de 1873 (189); causando surprêsa a sua transferência do lugar de primeiro vice-presidente para o quinto lugar (190).

Na administração da província concorreu para o desprestígio da facção do partido conservador dirigido pelos Drs. Octaviano e Jerônimo Cabral (191), apesar dêste ser seu concunhado; sendo muito atacado por uns e defendido por outros, conforme os jornais da época.

Ainda fêz parte, com Moreira Brandão, Bonifácio Câmara e outros, de uma comissão encarregada de adquirir produtos de lavoura e indústria, para figurarem na Exposição de Filadélfia, (Estados Unidos) (192).

Do matrimônio Clementino Chaves-Isabel Cândida, houve numerosa prole:

1) Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves Filho, n. na Paraíba, em 1865;

2) José de Vasconcelos Chaves, n. em 1866;

3) Henrique de Vasconcelos Chaves;

4) Manoel de Vasconcelos Chaves;

5) Joaquim de Vasconcelos Chaves;

6) Maria Isabel de Vasconcelos Chaves (Yayá ou Moça), n. em 1871;

7) Antonio de Vasconcelos Chaves;

8) Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves Sobrinho;

9) João Batista de Vasconcelos Chaves (Joca), n. a 4, out., 1875 (193);

10) Maria da Penha de Vasconcelos Chaves (Penha);

11) Maria Rosa de Vasconcelos Chaves (Lola);

12) Alfredo Crescencio de Vasconcelos Chaves;
13) Abel Augusto de Vasconcelos Chaves;
14) Maria Antonieta de Vasconcelos Chaves (Antoniêta);
15) Maria Bernardina de Vasconcelos Chaves (Dina);

Dêles, faleceram com meses de idade, Henrique (3), Joaquim (5), Antônio (7), e solteira, apesar de já passar dos 70 anos, Maria Isabel (Môça), em 1945.

1 Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves Filho, engenheiro civil, diretor de obras públicas no Estado do Paraná, com sede em Curitiba, onde faleceu aos 24 anos de idade, de congestão cerebral, na ocasião em que tomava parte num baile, em estado de solteiro (194).

2 José de Vasconcelos Chaves, c. com a prima Joana Fonseca e Silva, filha de Joaquim da Fonseca e Silva, de quem não houve filhos.

3 Henrique, falecido com meses de idade.

4 Manoel Sebastião de Vasconcelos Chaves, oficial do exército, faleceu na Bahia, cêrca de 1898 (195).

5 Joaquim, falecido com meses de idade.

6 Maria Isabel (Yayá ou Môça), falecida, solteira, em 1945.

7 Antonio, falecido com meses de idade.

8 Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves Sobrinho, c. no Estado do Pará e faleceu no Rio de Janeiro, como funcionário da fazenda nacional, sem deixar filhos.

9 João Batista de Vasconcelos Chaves fêz estudos de humanidades em Natal, e concluiu o curso de ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife, em 1894 (196).

Pertenceu, com Hemetério Fernandes, Sousa Nogueira, Honório Carrilho e José Lucas da Camara, à comissão de redação do periódico acadêmico norte-riograndense *Revista Potyguar*, em Recife, que circulou de agôsto a novembro de 1893 (197).

Uma vez formado, foi ser promotor público no Estado do Pará, tendo servido nas comarcas de Baião, Soure, Cametá, Cachoeira e na capital onde se demitiu, para fazer parte do escritório de advocacia do Dr. Artur Lemos, sobrinho do senador estadual Antônio Lemos, chefe político de grande prestígio no Estado, pelo que ingressou na política partidária e foi deputado estadual de 1899 a 1912, tornando-se líder da maioria governamental na respectiva câmara; passando em 1913 a representar o Estado na Câmara Federal dos Deputados (1912-5). Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito do Pará, cabendo-lhe reger a

cadeira de direito criminal (1905-1911). Dotado de inteligência viva, operoso, eloquente e culto, honrou a tribuna popular, do juri e parlamentar, bem como a cátedra de professor de direito, especializando-se em ciência penitenciária, sôbre o que escreveu e publicou valiosa obra, sob êsse título, grangeando renome de penalista, o que era, apenas, mais um degrau na escala da fama de exímio advogado e abalizado professor.

Na fase em que representou o Pará na Câmara Federal, tomou parte na discussão do Código Civil, e demonstrou tal atividade e ser possuidor de grandes conhecimentos jurídicos, que a imprensa do Rio de Janeiro achou que êle só valia por tôda a representação do seu Estado. *O Correio da Manhã*, referindo-se à composição da Câmara nessa legislatura, destacou os deputados Octavio Mangabeira e João Chaves.

Em 1915, vítima de cruel enfermidade, e já residente em Natal, diz Câmara Cascudo que êle «estava resignado em ver-se pôr, antes do crepusculo, o vitorioso sol de promessas intelectuais»; isolando-se uns dois anos depois para morrer. E acrescenta o conhecido escritor potiguar: «João Chaves fôra um precursor, um arauto, um anunciador da ciência penitenciária. Pertence-lhe o direito de ter sido o primeiro sistematizador, a mão erudita que, por leitura e intuição admiraveis, dispôs o material, ainda informe e disperso, em forma clara, disciplinada e com direcção técnica. Seus conhecimentos de penalogia (livro que chegara a anunciar) levou-o a uma esquematização original das penas e seus diversos processos de julgamento e execução, comparando, cotejando, criticando o que de mais moderno, vivo e notavel se realizava e fazia na Europa e nos Estados Unidos. Ninguem, antes dele, e, nalguns pontos, depois, de 1912, atingiu os limites alcançados pela sua luminosa tarefa juridica». «Quando em 1935, conheci Evaristo de Morais, sua primeira pergunta foi sobre o ano da morte de João Chaves e se deixara outros volumes. Seu nome, apagado nos horizontes da indiferença provinciana, reaparece, nitido e aclamado, nos livros de quantos versem a ciencia de punir» (198).

Casou-se em 1896, com a prima Maria da Glória Lins Chaves, filha do desembargador Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves, seu tio paterno, notável advogado e um dos fundadores da Faculdade de Direito do Pará e seu diretor, durante decênios. Faleceu a 28 de abril de 1917, quando sua pátria ainda muito esperava do seu talento e saber.

Do seu enlace com a senhorita Maria da Glória, já falecida, houve a prole seguinte:

9-1 Georgenor Lins de Vasconcelos Chaves, estudante de medicina, trabalhou como engenheiro prático em várias estradas de ferro, falecendo solteiro.

9-2 Nelusco, falecido aos 16 anos de idade.

9-3 Nysia Floresta, funcionária pública, solteira.

9-4 Lygia, que se casou com o primo Pedro Alcides da Câmara Moura, cuja descendência já foi descrita em o título I, nº 4.

9-5 Irma, falecida na juventude.

9-6 Cida, falecida com meses de idade.

9-7 Ione, c. com João Barbalho, agricultor em Goianinha, onde tem um engenho e de quem tem dois filhos: Georgenor e Irma, estudantes.

9-8 Maria, solteira.

10) Maria da Penha, c. com o primo Anísio Lins de Vasconcelos Chaves, agrimensor e homem culto, que residia na cidade de Santarém, atualmente, em Belém, ambas no Pará, os quais tiveram os seguintes filhos:

10-1 Amir Oswal, comerciante no Pará, c. com Maria de Lourdes Sarmento Chaves, com os seguintes filhos: Yeda, Fernando, Irma e Gilda.

10-2 Clóvis, falecido aos sete anos.

10-3 Omar Emir Chaves, coronel do Exército, professor da Escola do Estado Maior, com vários cursos de aperfeiçoamento, c. com Maria Noemia Gantuá Chaves, de quem tem quatro filhos: Anísio Augusto, guarda-marinha; Alfredo Aníbal, bancário; Artur Afrânio e Ana Amélia, estudantes.

10-4 Francisco Ernesto, falecido com meses.

10-5 Clóvis, médico, c. com Maria da Glória Camarão Chaves, residente no Maranhão, com os filhos: Ana Lúcia, Luiz Anísio, e Maria de Nazareth.

10-6 Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves Neto, comerciante na cidade do Rio de Janeiro, c. com Jacyrema de Faria Chaves, de quem tem os filhos: Trigg, Skathi, Balder, Norn e Sigurd.

10-7 Altair Candida, funcionária pública, solteira.

11 Maria Rosa (Lóla), c. com o primo Artur da Fonseca Moura, constante do título IV nº 5.

12 Alfredo Crescêncio de Vasconcelos Chaves, formado em odontologia, falecido, c. no Estado do Pará, com Maria Aurora Pegado Chaves, de quem houve um filho — Eça Moacir, já falecido.

13 Abel Augusto de Vasconcelos Chaves, bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1908; foi promotor, juiz municipal e juiz de direito no interior do Estado do Pará,

tendo sido removido para uma das varas da capital em 1934, onde faleceu. Casou com Anésia da Costa Chaves, deixando sucessão.

13-1 José Maria Pondé Chaves, bacharel em direito, fiscal do impôsto de consumo, casado duas vêzes, tendo, do primeiro matrimônio nove e do segundo, onze filhos.

13-2 Lucy viúva do bancário Pedro da Rocha Santos, com um filho chamado Raimundo.

13-3 Maria Emília, funcionária da justiça do trabalho, solteira;

13-4 Norton da Costa Chaves, major de engenharia do Exército, c. com Licyr, tendo os filhos: Ruth Maria e Carlos Alberto.

13-5 Raimundo da Costa Chaves, médico, prefeito de Óbidos (Pará);

13-6 Aluysio da Costa Chaves, bacharel em direito, juiz do trabalho, c. com Maria de Faro Lopes Chaves, de quem tem: Aluísio Augusto, Sylvia Maria, Antônio Sérgio, Luiz Cláudio e Pedro Paulo;

13-7 Humberto da Costa Chaves, capitão do Exército, viúvo, com três filhos — Aurea, Abel e Humberto;

13-8 Maria Isabel, enfermeira-sanitarista;

13-9 Francisco da Costa Chaves, funcionário público federal;

13-10 Maria das Dores, solteira;

13-11 Maria Layse, solteira;

13-12 Maria Terezinha, c. com Dilermando Cabral, comerciante, de quem tem: Maria Elizabeth e Wanda Maria. O casal Abel-Anésia Chaves teve mais três filhos falecidos em criança.

14) Maria Antoniêta, c. com o primo Melquiades Cesar Teixeira de Moura. (V. título VIII, nº 5).

15) Maria Bernardina (Dina) c. com o primo Jerônimo Cabral da Câmara Moura (Jeromito), no título I, nº 4).

VIII — José Getulio Teixeira de Moura. Senhor do Engenho Valparaiso e da fazenda Cabaços (Potengi). Ofereceu-se para combater na guerra do Paraguai, sendo classificado como alferes da primeira companhia do primeiro corpo de voluntários do Rio Grande do Norte, que tomou o nº 28, já em caminho de Santa Catarina, de onde partiu a 11 de agôsto de 1865, para o Rio Grande do Sul, com um efetivo de 620 homens (199). A 4 de janeiro de 1866, foi dispensado do serviço de guerra com honras de tenente do exército (200). Mais tarde, já no regime repu-

blicano, foi aproveitado como oficial da polícia militar do Estado do Rio Grande do Norte, sendo promovido a capitão, em 1894. Faleceu a bordo do vapor *Brasil,* no dia 7 de janeiro de 1896, quando transitava do Rio de Janeiro para Natal, acompanhado do seu filho José Getulio, sendo sepultado na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia. Casou-se com Joaquina Angélica Marinho de Carvalho (1848-1931), cujo ato celebrou-se solenemente, no engenho «Destêrro», de propriedade do seu irmão Joaquim Manoel, no princípio de abril de 1868; na presença de salientes figuras políticas, inclusive o Dr. Gustavo Adolfo de Sá, presidente da província, que serviu de paraninfo. (v. nota 104).

Dêste enlace houve 17 filhos;

1) José, n. em 1869;
2) Maria Rosa, n. a 13, fev., 1870;
3) José Getulio Teixeira de Moura Filho, n. a 1, abril, 1871;
4) Joaquim Olympio Teixeira de Moura, n. a 19, junho, 1872;
5) Melquiades Cesar Teixeira de Moura, n. a 25, março, 1874;
6) Ana Angélica, n. a 2, setembro, 1875;
7) }
} Gemeos, sendo um dêles chamado Augusto;
8) }
9) }
} Não consegui os nomes;
10) }
11) Virgílio Cícero, n. a 27, agôsto, 1882;
12) Cícero Virgílio, n. a 27, agôsto, 1882;
13) Beatriz Zulmira, n. a 27, janeiro, 1884;
14) Artur Anes Teixeira de Moura, n. a 15, abril, 1885;
15) Francisco;
16) Francisco de Assis Teixeira de Moura, n. a 25, fevereiro, 1887;
17) Adélia Amélia, n. a 11, maio, 1888.

Casaram-se mais de dois têrços.

1) José, faleceu em criança.

2) Maria Rosa casou com o primo Teófilo Cristiano Moreira Brandão. V. título II, nº 8.

3) José Getulio Teixeira de Moura Filho, foi ainda moço para a capital do país, aonde, em 1893, tomou parte, como voluntário, na defesa do govêrno do Marechal Floriano Peixoto. Depois trabalhou no comércio e repartições públicas, indo, em 1904, para

o Departamento do Alto Acre, no Território dêste nome, sendo, três anos depois, aproveitado pelo govêrno federal como encarregado do Pôsto Fiscal Aduaneiro do Alto Juruá, no mesmo Território, daí passando para um outro de igual categoria no lugar «Remanso», fronteira com o Estado do Amazonas, cargo em que faleceu.

Casou-se, em 1910, com a prima Maria Emília Furtado, que lhe sobrevive e de cujo matrimônio não houve prole.

4) Joaquim Olimpio Teixeira de Moura. Ainda jovem, dirigiu-se ao Estado do Pará, estabelecendo-se em Irituia, como negociante, sendo aí assassinado em 1903, solteiro.

5) Melquiades Cesar Teixeira de Moura. Também foi cedo para o Amazonas, tendo estado prisioneiro dos índios Uaupés, no rio dêste nome, afluente do Negro, dos quais conseguiu desvencilhar-se, fixando-se mais tarde na mesma vila de Irituia, onde estava o seu irmão Joaquim e a quem associou-se nos negócios. Em 1908, voltou ao Rio Grande do Norte, tendo residido no engenho «Ferreiro Tôrto» e na cidade de Macaíba, depois do que adquiriu um terreno, em Natal, no arrabalde Petrópolis, ficando em boa situação financeira, após haver negociado com leite e gado. Faleceu em 1958.

Casou com a prima Maria Antoniêta de Vasconcelos Chaves (tít. VII, nº 14), da qual houve a prole que se segue:

5-1 Eros Chaves de Moura, nasceu em Belém, no Pará vindo criança para o Rio Grande do Norte. Esteve empregado em emprêsas particulares, passando a trabalhar como funcionário da fazenda federal e estando atualmente classificado na Alfândega da cidade do Rio de Janeiro. Foi guarda-mor na de Natal e chefe de seção na do Rio.

Casou-se com a senhorita Graziela Cavalcanti, de cujo consórcio tem os filhos a seguir: Haroldo Cavalcanti Moura, casado com Iris Moura, com uma filha de nome Beatriz; Grace, casada com Joaquim Avila, aviador comercial e natural de Minas Gerais, e do qual tem uma filha, Dayse; Milvea, solteira, comerciária; e Zorilho Cavalcanti Moura, estudante.

5-2 Humberto Chaves de Moura, n. no engenho «Ferreiro Tôrto», comerciário. Casou com a senhorita Etelvina Rocha, da qual tem dois filhos: Dione, estudante; e Eduardo.

5-3 Maria Antoniêta Chaves de Moura, c. com o primo Tácito Moreira Brandão. V. título II, nº 8.

5-4 Lenira Chaves de Moura, c. com o primo Gabriel Câmara Filho. V. título I, nº 6.

5-5 Eduardo, que faleceu com poucos anos de idade.

6) Ana Angélica Teixeira de Moura que se maridou com o primo Teófilo Cristiano Moreira Brandão. V. título II, nº 8.

7 a 10 Falecidos na primeira infância.

11) Virgílio Cícero de Moura que, seguindo o exemplo dos irmãos mais velhos, saiu do Estado natal, lutando pela vida em vários rios do Amazonas, colocou-se em 1907, no Alto Juruá, como empregado dos Postos Fiscais dirigidos por seu irmão José Getulio, até que, com a extinção dessas repartições, foi aproveitado na secretaria do Tribunal Eleitoral de Mato Grosso, cargo em que se aposentou em 1935. Casou, em Manaus, e como enviuvasse, realizou segundas núpcias com Maria Adélia de Carvalho, sem prole de ambos os enlaces. Faleceu a 5-6-55.

12) Cícero Virgílio Teixeira de Moura, conhecido por Cícero Moura, e com êste nome publicou um livro de versos «Esmaltes», bem recebido pela crítica conterrânea, além de colaborar em revistas literárias da época como *Oasis* e outras (201).

Casou com Austriclinea Bezerra Cavalcanti, filha do Tenente-coronel do Exército Felipe Bezerra Cavalcanti, de quem houve uma filha Alda, atualmente, funcionária do Ministério da Fazenda, em comissão no das Relações Exteriores.

Cícero faleceu a 1 de setembro de 1906, já tendo o seu irmão gêmeo transposto o septuagésimo natalício; e Alda, apesar de haver se casado, não tem descendentes.

13) Beatriz Zulmira, c. com Uldarico Bezerra Cavalcanti, filho do referido Coronel Felipe Bezerra Cavalcanti. Uldarico, a princípio, estudou medicina, tornando-se, em seguida, funcionário da fazenda federal, começando na Alfândega de Manaus, passou para a do Recife e de Pelotas, donde foi transferido para o Tesouro Nacional, no Rio de Janeiro, e daí para a Alfândega da mesma cidade, na qual chegou a conferente; tendo desempenhado o cargo de diretor das Rendas Aduaneiras do Ministério da Fazenda, e antes disso, várias comissões como a de inspetor da Alfândega de Pelotas, do Ceará e do Pará, membro do conselho de contribuintes, e depois do Conselho do Comércio Exterior; destacando-se em todos êsses serviços pela sua capacidade, zêlo e operosidade. Representou o Brasil em convênios comerciais nas repúblicas do Uruguai e do Paraguai, e dirigiu uma agência aduaneira na fronteira do Brasil com a república do Peru. Quando jovem, dedicou-se também às musas, publicando um livro denominado *Bandolinatas;* tendo antes servido como voluntário na guerra de Canudos, contra Antônio Conselheiro (1897). Faleceu a 9-1-1955, no Rio.

Dêsse casamento provêm os filhos seguintes:

13-1 Clóvis, n. em Recife, (Pernambuco), o qual ingressou na fazenda federal, pertencendo, hoje, ao quadro da Alfândega do Rio de Janeiro. Casou com a senhorita Ruth Vieira, de quem tem os seguintes filhos: Gilberto, Olavo e Réjane, estudantes.

13-2 Corina, n. no Distrito Federal, solteira.

13-3 Gastão, n. em Pelotas (Rio Grande do Sul), funcionário da Recebedoria do Distrito Federal. Casou-se com a senhorita Marisa Louzada, filha do jornalista e escritor João Louzada, com a prole seguinte: Yedda Maria, Roberto Luiz e Lucia Beatriz, sendo os últimos estudantes. Yedda maridou-se com . Geraldo Segadas Viana, com um filho chamado Fernando Mauro.

13-4 Fernando, que faleceu com meses de idade.

14) Artur Annes Teixeira de Moura, que, desde moço, dedicou-se a negócios de vacaria, dirigiu alguns anos engenhos de açúcar no município de Goianinha, voltando a Natal, onde continuou a aplicar suas atividades naqueles negócios. Cêrca de 1934, mudou-se para o Estado do Rio de Janeiro, fixando-se no município de S. Gonçalo, sem esquecer a sua inclinação de fazendeiro, vivendo também de outros serviços. Faleceu em 11 de maio de 1948. Casou-se, em Natal, com a senhorita Rita Mignai Moura, de quem houve os filhos seguintes: Corina, Ione, Luiz e Jandyra. Corina se maridou com Rouget de L'Isle Perez de Lima, funcionário público que serviu em diversos ministérios, servindo, atualmente, no da Fazenda, onde está comissionado como fiscal do impôsto de renda, havendo do casal a prole que se segue: Maria da Conceição, Zélia, Danilo, Silvio, Ronald e Jorge Eduardo, já tendo casado a primeira com Carlos Adalmir Condeixa da Costa, em Niterói. Ione fêz o curso secundário em Niterói (Estado do Rio), onde se empregou nos Correios, e, em cuja Academia de Medicina se diplomou, em 1948; exercendo a clínica geral, especializando-se em obstetrícia. Consorciou-se, em Niterói, com Eval Machado, proprietário de uma farmácia no município de S. Gonçalo citado; depois transferida para a cidade de Niterói.

Luiz trabalha em serviços mecânicos e Jandyra está terminando o curso científico.

15) Francisco faleceu criança.

16) Francisco de Assis Teixeira de Moura. Atraído, como a maior parte de seus irmãos, pela miragem amazônica, para lá partiu, com cêrca de 18 anos de idade, empregando-se na capital do Estado do Pará, no comércio; foi gerente de seringais importantes nos rios Yaco e Acre, já na zona do Território dêste nome. Acompanhando as oscilações do comércio paraense, conseguiu superá-las, ingressando na política partidária, em 1930, com a

vitória da república nova. Admirador do Capitão Magalhães Barata, que assumia a administração do Estado e, depois, foi nomeado Interventor, Francisco Moura acompanhou-o em todos os transes, prestando-lhe serviços, não só como amigo mais experimentado e prudente, como também exercendo funções de chefia em municípios, em que surgiam casos complicados, e era preciso ter no leme uma pessoa de confiança, maneirosa, hábil e resoluta.

Perdendo o atual senador Barata o domínio da política no Estado, Moura continua a apoiá-lo, fazendo Prefeito de Breves, onde tem interêsses comerciais, um correligionário seu. Barata, quando governante do Estado, nomeou-o tabelião em Belém. Casou-se, em 1910, com a senhorita Nautilia Meireles, com a descendência seguinte: Clélia, Cleonice, Cleto, Clerilda, Cleodomira e Cleógenes.

A primeira é oficial administrativo do Ministério da Fazenda, há mais de dez anos, conservando-se solteira. Cleonice, c. com Durval d'Albuquerque Rabelo, funcionário da fazenda federal, com três filhos: Maria de Nazareth, Ana Maria e Maria de Lourdes. Cleto Meireles de Moura é tabelião-substituto no cartório do pai, dirigindo-o há muitos anos, c. com Maria de Nazareth Carneiro de Moura, tendo dois filhos: Luiz Carlos, (adotado), e Cleomar (do casal). Clerilda c. com Ary Presser Belo, coronel aviador, com três filhos: Ayr, Any e Amy. Cleodomira c. com Manoel Deodoro Negrão Teixeira, tendo três filhos: Sônia Maria, Sandra e Paulo Ruy. Cleógenes Meireles de Moura, comerciante, c. com Anadir Moura, com dois filhos: Vania e Leila.

Clélia, Cleonice e Clerilda, residem na cidade do Rio de Janeiro; Cleto e Cleodomira em Belém; e Cleógenes, em Breves, Estado do Pará.

17) Adélia Amélia se casou com o bacharel em direito Urbano dos Reis Mello Filho, em Natal, Rio Grande do Norte. Reis é hoje funcionário aposentado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tendo servido, a princípio, no Instituto dos Patrimônios dêsse Ministério e, a contar de 1931, na própria secretaria de Estado, onde desempenhou cargos de chefia. Adélia faleceu em 1958.

Do casal houve a prole seguinte:

17-1 Tamires dos Reis Mello, ex- funcionário da fazenda nacional, atualmente dedicado a transações comerciais. Casou com Sílvia Holanda, de antiga família paraense, e da qual tem três filhos: Antônio Carlos, Luiz Antônio e Terêza, estudantes.

17-2 Renato dos Reis Mello, cirurgião dentista, c. com Lélia Dias Torrentes, de quem tem os filhos seguintes: Lais, Tais e Luiz.

NOTAS

(1) Goiana ou Goianinha foi elevada à categoria de vila pela resolução da Assembléia Geral Legislativa de 7 de agôsto de 1832 (Tavares de Lyra, *O Rio Grande do Norte*, 1911, pág. 69).

(2) Os dados referentes aos pais de Moreira Brandão e irmã dêste foram-me fornecidos por minha tia Estefânia, filha do biografado.

(3) A 5 de agôsto de 1819, era-lhe concedida sesmaria do sítio «Jiqui», pelo governador José Ignacio Borges, no município de Vila Flor (Nestor Lima — *Notas sôbre gente de Vila Flor*, extraídas do processo de demarcação do sítio Jiqui, Morim, Pedra Fina, ou Boa Vista do Sul, a mim dirigidas em 27 de janeiro de 1948). Da carta de concessão consta que o requerente e seus antecessores já estavam de posse há vinte anos dêsse sítio (Livro n.º 8 das Sesmarias do Rio Grande do Norte, pág. 147).

(4) Isabel Gondim — *A Sedição de 1817 na capitania do Rio Grande do Norte*, 1908, pág. 25 — quando assinala que João Moreira Cordeiro fôra nomeado secretário dessa junta.

(5) Além dos informes de Estefânia, o Dr. Hélio Galvão, em carta datada de Natal (20 julho, 1952), enviou-me cópia do têrmo de óbito, firmado pelo vigário José Gabriel Pinheiro, do qual consta haver falecido a 9 de junho de 1838, com 40 anos de idade, e achar-se sepultado na Matriz de Goianinha.

Antes dêle, houve um outro do mesmo nome, que, em 1781, era testamenteiro e inventariante dos bens de Caterina Barbosa, em Goianinha. Seria o pai do que faleceu em 1838?

(6) *O Liberal*, de 13, setembro, 1879; *Passamento*.

(7) L. da C. Cascudo — *A República* de 11, outubro, 1942; *Acta Diurna*. Quanto a Ana Margarida, em 1866, já não existia uma vez que seu filho, Luiz Moreira de Araujo Castello Branco, vendia uma parte de um sítio e engenho pertencentes à mesma (Nestor Lima, *Notas* cits.).

(8) Mário Castello Branco Barreto, Eurico Torres Cruz, e outros — *Apontamentos genealógicos de D. Francisco da Cunha Castello Branco*, Rio, 1926, págs. VII, VIII, 13 e 14. Artigo do professor Afonso de E. Taunay, sob o mesmo título, *in O Imparcial*, Rio, de 8, agôsto, 1926.

O pai do Dr. Mário C. B. Barreto, Dr. Fausto Carlos Barreto, governou o Rio Grande do Norte, de 18 de julho a 23 de outubro de 1889, tendo sido o seu último presidente efetivo no período monárquico. Era casado com Ana de Castello Branco, piauiense.

(9) *Enciclopédia Universal Ilustrada*, T. XII, pág. 236: Segundo o *Dictionaire d'Histoire et de Geographie* de M. N. Bouillet, Dionísio, o antigo, fez-se proclamar soberano de Syracusa (Sicília), reinando do ano 403 a 368 antes de Cristo (página 516).

(10) Mário C. B. Barreto cit., págs. 194 e 195; Visconde Sanches de Baena — *Pombeiro da Beira*, págs. 32-6.

Guterre Pelayo veio da Gasconha (França) para Portugal em 1095, achando alguns genealogistas que D. Guterre não é gascão e sim descendente dos antigos reis de Leão. O seu filho Paio Guterres da Cunha, também guerreiro, tomou o apelido de Cunha, a velha, no têrmo de Guimarães, onde fundou o seu solar (Mário C. B. Barreto, pág. 194).

Dizem que o nome provém do seguinte: Quando D. Afonso I cercava Lisboa em 1147, D. Paio Guterres mandou meter várias *cunhas* no castelo de Lisboa e por elas subiu com os seus, concorrendo com êste ato de heroismo para a tomada da cidade; dando-lhes, então, o rei o direito de usar o apelido CUNHA, como prêmio do feito por êles praticado (*Enciclopédia e Dicionário Internacional*, Ed. Jackson, vol. VI, pág. 2.267).

(11) Sanches de Baena, págs. 32-6.

(12) Mário C. B. Barreto, cit., pág. 194, nota.

(13) Mário C. B. Barreto, *Apontamentos* cits., livro VII.

(14) *Enciclopédia Portuguêsa Ilustrada*, v. VIII, 560; *Enciclopédia Universal Ilustrada*, T. XII, 274.

D. Egas Gomes da Cunha, filho de Lourenço Fernandes da Cunha, foi padrinho do rei D. Denis. (A. J. V. Borges da Fonseca *Nobiliarchia Pernambucana*, 1935, vol. II, pág. 19), conforme a cópia de uma certidão que se achava no Senado da Câmara da Cidade do Rio Grande, tirada autêntica da casa do Tombo, e petições e diligências do capitão-mor Afonso de Albuquerque Maranhão (Volume cit., págs. 16 a 18).

(15) Vicente Lemos, *Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte*, 1912, págs. 10-11.

(16) Mário C. B. Barreto, op. cit.

(17) *Anuário Genealógico Brasileiro*, ano IV, pág. 18; Joaquim Manoel de Macedo — *Ano Biográfico Brasileiro*, vol. I, págs. 315 e 317.

(18) Rev. do Inst. Arq. Pernambucano, v. X, nº 56, página 129.

(19) Rev., vol. e nº cits., pág. 130. D. Antonia Margarida era filha do casal Albuquerque Maranhão Castello Branco, correspondente à nota 18.

(20) J. B. Coriolano de Medeiros — *Estado da Paraíba*, in Dic. Hist., Geogr. e Etnogr. Brasileiro, vol. 2.º, pág. 732. João de Abreu de Castello Branco também foi capitão-general do Grão Pará e Maranhão, e da ilha da Madeira (Borges da Fonseca, volume citado, pág. 441); tendo também governado o Pará João Alberto de Castello Branco (M. de M. Cardoso Barata *Ephemerides Paraenses*, pág 213, aquele de 1737 a 1748 e o segundo em 1748 (pág. 213 cit.).

(21) Vicente de Lemos e págs. cits.; Rev. do Inst. Hist. do Rio Grande do Norte, vol. VII, págs. 72-77).

(22) A. Tavares de Lyra — *O Rio Grande do Norte*, 1912, págs. 69 a 72, notas 16 e 42, respectivamente; A. Tavares de Lyra, *Estado do Rio Grande do Norte* in Dic. Hist. Geogr. e Etnogr. do Brasil, vol. 2.º pág. 572;

(23) Tavares de Lyra, in Dic. cit. pág. 562.

(24) *Jornal do Comércio*, de 16, junho, 1858, pág. 1; Discurso do deputado Amaro Bezerra que se estende à página seguinte.

(25) O fidalgo Rui Vaz de Medeiros nasceu em Ponte Lima e viveu no séc. XV, tendo sido o primeiro desta família que se estabeleceu na Ilha de São Miguel, no início de sua colonização, no têrmo, hoje, chamado «Vila da Lagoa», fundando uma grande casa e distribuindo depois de viúvo os seus bens com os filhos, fazendo, então, uma peregrinação à Terra Santa (*Grande Enciclopédia Portuguêsa e Brasileira*, vol. XVI, 675).

A origem da família é incerta, sendo a pessoa mais antiga que se conhece dêsse apelido Rui Gonçalves de Medeiros, partidário do mestre de Avis (Sec. XIV) contra D. João I de Castela. Dêle descendem os dois ramos conhecidos: um fixado no Algarve e outro na Ilha de S. Miguel, ambos no séc. XV e oriundos de Ponte de Lima. São Medeiros os condes-marqueses da Praia e de Monforte, os viscondes-barões de Laranjeiras e os atuais viscondes de Botelho, todos originários da ilha de S. Miguel (*Grande Enciclopédia*, cit. 673).

Os Araujos eram oriundos de Viana (Portugal), sendo Lopo rico, possuindo grande casa e as mesmas armas dos Araujos e Lobos (G. Fructuoso, cit., págs. 228-9).

(26) *Carta* de 5, maio, 1950. *Agua de Pau*, na ilha de S. Miguel, foi elevada à vila por D. Manoel, a 28 de julho de 1515 (*Arquivo dos Açores*, vol. I, págs. 62-3); ficando a pouco mais de uma légua a sudeste de Ponta Delgada, tendo vivido na vila «muita gente nobre, e formava uma só freguesia» (Arq. e vol. cits., página 210).

(27) *Saudades da Terra*, cit., pág. 117.

(28) Obra cit., pág. 158.

(29) Ibidem, pág. 196; Arquivo dos Açores, vol. I, página 419.

(30) *Arquivo dos Açores* e vol. cits., págs. 292 e 293.

(31) *Arquivo dos Açores,* vol. II, pág. 198. Roberto Ivens nasceu a 12 de junho de 1850, em Ponta Delgada e é filho de Roberto Brekespere Ivens. Esta família começou em S. Miguel em fins do século passado na pessoa de William Ivens, natural de Swinbrook, Osfordshire, Inglaterra, o qual, aliando-se a Isabel e Maria Ana Ibikhing, foi tronco de todos os Ivens micaelenses, atualmente dispersos pela Europa e América.

Como oficial de marinha, esteve na Índia (1870), Angola, Congo e Cabinda, em seguida; em 1874 esteve no Brasil (Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro). Em 1877, com Serpa Pinto e Capelo, traçando um caminho comercial entre Loanda e Moçambique, na extensão de 4.500 milhas; sendo recebido de volta (1880), em Portugal e Ponta Delgada com um entusiasmo indescritível, notadamente na sua cidade natal (*Arquivo dos Açores,* vol. III, páginas 221 a 224).

O Dr. Rodrigo Rodrigues afirma ter o vínculo seguido outra linha que vai dar ao africanista referido, «muito embora toda a família adotasse o apelido Castelo Branco, inclusive os ascendentes de V. Ex.» (*Carta,* de 26-3-950).

(32) *Arq.* cit., v. IV, págs. 486-7).

(33) *Arq.* cit., v. VIII, pág. 29.

(34) *Arq.* cit., v. VII, págs. 95-8.

(35) *Carta* de 5, maio, 1950, cit. — O Dr. Gaspar Fructuoso esclarece que os Quentaes foram dos primeiros a se estabelecer nas ilhas da Madeira e dos Açores (pág. 156); sendo o escritor luso Antero do Quental natural da ilha de S. Miguel (*Arquivo dos Açores,* vol. 12, pág. 210).

(36) Carlos C. B. Barreto, cit. pág. 193.

(37) Gaspar Fructuoso cit., pág. 119.

Pedro Cordeiro foi também dos iniciadores dêsse povoamento, estabelecendo-se em Vila Franca, tendo uma de suas netas se maridado com Ruy Vaz de Medeiros, e o seu bisneto, Pedro de Sousa de Castelo Branco, ido para a India, onde ocupou o cargo de capitão-mor de Melinde, no tempo de Francisco Barreto.

O primeiro a tomar o apelido de Castelo Branco, em Portugal, foi Vasco Paes, nome do lugar em que residia, o qual, em 1377, era alcaide-mor de Monsanto (Carlos C. B. Barreto, cit., página 191).

(38) Carta datada de Recife (Pernambuco), de 28, julho, 1948. Numa outra de 12, dez., seguinte, a referida Leopoldina, reforça a comunicação, dizendo: — «A mãe de minha avó, era irmã da mãe de papai Dr.» «Papai Dr.» era como os netos chamavam ao velho Moreira Brandão.

Maria Emiliana de Araujo, casada com João Tiburcio da Cunha Pinheiro (pais do conhecido professor do mesmo nome) era filha de Ana Margarida Castelo Branco e de José Alexandre de Araujo (Certidão do processo de demarcação dos sítios Jiqui, Morim, Pedra Fina, ou Boa Vista do Sul (Canguaretama).

A data do sítio «Jiqui», que depois tomou os nomes apontados, foi concedida a João Moreira Cordeiro Castelo Branco, em 1819, mais tarde de propriedade dos herdeiros de Ana Margarida (Cert. cit.); sendo que trinta anos depois daquela concessão, ainda residia na freguesia de «Santa Cruz da Cachoeira», o eleitor João Moreira Castelo Branco (*O Sulista*, de 15, set., 1849, pág. 3), freguesia que mais tarde foi elevada a município e comarca sob a denominação de Trairi, hoje, Santa Cruz, em cujo território, Antônio Moreira Cordeiro, tinha a fazenda «Barra do Morgado», talvez, herdada de seu pai, e em que o seu genitor residira pelo meado do século.

Estefânia também afirmava que a mãe de Moreira Brandão era filha do português «Moreira Castello Branco» e que êste tinha um filho morgado (*Carta*, de 22, fev., 1938).

(39) L. da C. Cascudo — *A República*, de 11, out., 1942; *Acta Diurna*.

(40) Os originais dessas cartas patentes se acham em meu poder e me foram oferecidas pelo professor João Carlos de Albuquerque Gondim, sobrinho da última espôsa do morgado, em poder de quem se encontram os restos do arquivo do referido Antônio Moreira Cordeiro.

A primeira está assinada pelo presidente da província, José Paulino de Almeida e Albuquerque, lavrada pelo funcionário Rafael Arcanjo Galvão e subscrita pelo secretário interino José Fernandes Carrilho; e a segunda pelo vice-presidente em exercício João Carlos Wanderley, feita por José Martiniano da Costa Monteiro e subscrita pelo secretário interino Joaquim Ferreira Nobre Pelinca.

Em 1827, a proposta foi feita pelo comandante das armas no Rio Grande do Norte, Tenente-Coronel Wenceslau de Oliveira Belo, avô materno do duque de Caxias, sendo a posse dada pelo capitão-ajudante e comandante interino do regimento Luiz Soares Raposo da Câmara, e, na cidade do Natal (Carta Patente cit.), e, em 1847, a proposta foi feita pelo comandante interino do bata-

lhão de Goianinha, Capitão Targino Ernesto Bananeira, que também o empossou, na referida vila, a 12 de março de 1848 (carta cit.).

Em nenhum dêsses títulos, assim como em outros atos firmados pelo morgado, encontra-se o apelido Brandão que Meiroz Grilo lhe adiciona no final do seu nome já bem longo.

(41) *O Jaguarary* de 17, maio, 1851.

(42) Como já vimos acima e, segundo informação do Dr. Rodrigo Rodrigues, de Ponta Delgada, Antônio Moreira Cordeiro se casou com D. Leocádia Carolina Augusta. Será êste o nome da primeira espôsa?

(43) Trajano Leocádio de Medeiros Murta, paraibano, veio para S. José de Mipibu, em 1825, onde se fixou; foi senhor de engenho e político de real prestígio, presidente da câmara municipal, deputado provincial em sete biênios, chegando a governar a província, como vice-presidente. Educou os seus sobrinhos Braz Florentino de Sousa, Tarquínio Bráulio de Sousa Amarante e José Soriano de Sousa, todos professôres da Faculdade de Direito de Recife. (L. da C. Cascudo — *Govêrno do Rio Grande do Norte*, págs. 30 e 206).

O morgado tratava os Drs. Tarquínio e Soriano como cunhados (Informação do prof. Albuquerque Gondim, cit.). Provàvelmente êles se casaram com filhas de Leocádio.

A referida Leopoldina Augusta (filha do professor João Tibúrcio), diz-me na carta de 12-12-948, que, quando o morgado enviuvou a segunda vez, pediu em casamento uma de suas tias paternas, ao que se opuseram seus avós, «por acharem horrível casamento de tio com sobrinha», apesar dêle ser rico.

(44) Maria Freire de Alustau Navarro, viúva que foi, em terceiras núpcias, do antigo morgado Antônio Moreira Cordeiro Castelo Branco, faleceu a 10, março, 1903, em S. José de Mipibu. (*Diário do Natal*, de 17-3-1903, pág. 2).

(45) *Acta Diurna*, de 11, out., 1942, cit.

(46) *O Riograndense do Norte*, de 13, out., 1859, pág. 4, em que êle pede aos seus credores a satisfação de seus débitos e fala no engenho e outros bens de raiz que possui no logar.

(47) Rev. do Inst. Hist. do R. Gr. do Norte, vols. XXIII-XXIV, pág. 131.

(48) *O Liberal* de 16, set., 1876, pág. 2.

(49) Câmara Cascudo, *Acta Diurna* de 11, out., cit.

(50) V. R. L. Macedo Leme, *Nobiliarchia Brasileira;* árvore 19, pág. 193, referente a família Rocha Pita (Manuscrito existente na Biblioteca Nacional).

(51) Câmara Cascudo, *Acta Diurna*, de 6, jan., 1942, in *A República* do mesmo dia; Nestor Lima — *Municípios do Rio Grande do Norte*, vol. I, pág. 63; Rev. do Instituto Hist. e Geog. Paraibano, vol. I, pág. 257; Irineu Jofili, *Synopsis das Sesmarias da Cap. da Paraíba e do R. Gr. do Norte*, 1894, T. I, pág. 185. Antônio da Rocha Pitta foi fazendeiro no Açu (Revista do Inst. Hist. Geogr. do R. Gr. Norte, v. XI-XIII, pág. 154).

(52) Dic. Enciclopédico Hispano Americano (Ediç. W. M. Jackson) T. XVI, pág. 647.

(53) Vasconcelos — *Archivo Heraldico Genealogico*, 1872, pág. CXII.

(54) Dic. Enc. Hisp.-Americano, t. e pág., cits.

(55) *Anais* da Bibl. Nac., vol. XXV, págs. 38-39. Êste Rocha Pitta, pertencia a Academia Real de História de Lisboa, sendo versado em literatura, poesia e história (A. J. V. Borges da Fonseca — *Nobiliarchia Pernambucana*, vol. I, pág. 274.

(56) Tavares de Lyra, *Estado do Rio Grande do Norte* cit., pág. 524.

(57) M. Ferreira Nobre — *Breve Notícia sôbre a Província do Rio Grande do Norte* (1878), págs. 23 e 203; Câmara Cascudo — *Govêrno do Rio Grande do Norte*, pág. 87.

(58) Bernardo Burke — *A Genealogical and Heraldic Diccionary of the Peerage and Baronetage*, London, 1873, pág. 618.

Ver também *Burkes Rise of Great Families*.

Houve um *San Brandano* ou *Brendana*, monge irlandês, de 484 a 578, abade de Clonfert, que fundou vários conventos na Inglaterra e Irlanda (Grande Dizionario Enciclopédico, de Piètro Fedeli, Torino, vol. II, pág. 554).

(59) Adianta o Visconde Sanches de Baena que é vulgarmente tida como oriunda da Inglaterra, porém, de uns títulos conservados entre os papéis que foram do padre José da Cruz, consta ser a família originária da Normandia, donde passaram a Portugal com o Conde D. Henrique (sec. XI), Charles e Fernão Brandão (*Archivo Heraldico-Genealogico*, pág. XXXII).

(60) Duarte Brandão era da Inglaterra, para onde se transferiu da Normandia outro ramo da família, e da Grã-Bretanha emigrou para o reino português em 1479 (Arch. Herald.-Geneal. cit., pág. XXXIII); atraído por Afonso V ao serviço dêste, que o recompensou largamente. Morreu em 1508, em idade muito avançada deixando ilustre posteridade (Michaud — *Biographie Universelle Anciene et Moderne*, T. V. pág. 424).

Os normandos (northmen) desembarcaram em Lindisfare, em 793 (Oliveira Martins — *Taboas Cronologicas*, pág. 328); e,

no princípio do século XI, estavam em Dublin, Waterford e Wexford, donde foram expulsos pelos irlandeses e se estabeleceram em Moray e Gallway, retornando a Wexford (pág. 329); chegando Guilherme, Duque de Normandia, a conquistar o país e ser rei de 1066 a 87 (pág. 330).

(61) Larousse Grand Dict. Univ. do XIX Siècle, T. XII, pág. 1.203.

(62) Burke, Dicionary e pág. cits. e *A genealogical History of the Dormant, Abeyant, Forfeited and Extinct Peerages of the British Empire*, London, 1833, pág. 71.

Conheci em Cruzeiro do Sul (Território do Acre), um pastor protestante chamado Brandon, que afirmava serem os inglêses e norte-americanos dêsse apelido descendentes de portuguêses, asserção essa, aliás, corroborada pela *Grande Enciclopedia Portuguêsa e Brasileira*, quando adianta que o lusitano Duarte Brandão que viveu no fim do seculo XV para o principio do XVI, naturalizou-se e batizou-se na Inglaterra, passando a chamar-se Edward Brampton ou Brandon. Em 1485, voltou a Portugal, concedendo-lhe João II, o senhorio de Buarcos, depois do que retornou à Grã-Bretanha; tendo Henrique VII armado cavaleiro, com sua própria mão, um filho dêste, em 1500. Duarte era parente do Conde de Pombeiro (vol. V, pág. 31).

(63) J. Honorio Rodrigues, *Teoria da Historia do Brasil*, págs. 213 e 214.

(64) Irineu Jofily, *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Paraiba*, 1893, T. I, pág. 3.

(65) Nestor Lima, *Municipios do Rio Grande do Norte*, vol. 2º, pág. 26.

(66) Gaspar Barleus, *Rerum Per Octenium in Brasilia Historia, Mapa da Prefeitura de Paraiba e Rio Grande*, J. Wingboons, in *Monumenta Cartografica*, de F. C. Wieder, vol. II, planta 45.

(67) A. van der Dussen, *Relatório sôbre as Capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses* (1639); tradução de J. A. Gonçalves de Mello, neto, 1947, pags. 77 e 78, notas, 187, 188 e 189.

(68) Rocha Pombo, *História do Estado do Rio Grande do Norte*, 1922, pág. 17.

(69) *Enciclopedia e Dicionario Internacional* (Jackson), vol. II, pág. 1243; *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeu-Americana*, Barcelona, T. VII, págs. 956-7.

(70) Rocha Pombo cit., págs. 17 e 18.

(71) Rocha Pombo, cit., págs. 17 a 19.

(72) Mário Melo — *Genealogia Pernambucana, in Diário de Pernambuco,* de 7, nov., 1925 (Edição comemorativa do centenário dêste jornal), pág. 13.

(73) Vicente de Lemos — *Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte,* vol. I, págs. 4 e 26. O apelido *Rego,* em geral aparece conjugado com outros: Rego Barros, Rego Barreto, Barros Rego, etc.; sendo todos provenientes do mesmo tronco (Mario Melo, jornal cit., pag. 14).

(74) *Anuário Genealógico Brasileiro,* vol. III, pág. 96.

(75) *Enciclopedia Univ. Ilust. Europeu-Americana, cit.* T. VII, pág. 957; Pereira da Costa, *Dic. Biog.* cit., pág. 389.

(76) Pereira da Costa, cit., págs. 774-6.

(77) L. da C. Cascudo — *Governo do Rio Grande do Norte,* pág. 12. Segundo êste mesmo autor, Oliveira Barros casou-se com D. Antonia Maria Soares de Melo, recifense e falecida em Natal, a 28 de abril de 1795, com 72 anos de idade, sendo por conseqüência de 1703 (*obra cit.*, pág. 107).

Devia ter muita importância política porque obteve a patente de coronel de milícias para o seu filho, Joaquim José do Rego Barros, quando êste, apenas, tinha 21 anos de idade, em 1793. (*obra cit.*, pág. 138 e *Acta Diurna,* de 26, nov., 1939, *in A Republica*).

Vivia em Natal em 1777, André do Rego Barros (Rev. do Inst. Hist. do R. G. do Norte, v. X, pág. 81. Talvez fôsse irmão de Oliveira Barros.

(78) Camara Cascudo, *Obr.* e *Acta.* cits. Foi também eleito, em novembro de 1828 a 1830, membro do Conselho Geral da Província (Cascudo, *Acta Diurna,* de 17, nov. 1940; *Govêrno do Rio Grande do Norte,* pág. 138; Rev. Inst. Hist. Geog. do R. G. do Norte, vol. I, pág. 47).

Na eleição de 3-12-1821, para a Junta Constitucional, foi o mais votado, tendo obtido 31 votos, número êste que nenhum outro candidato, para as juntas que se seguiram, conseguiu (Cascudo cit., pág. 17; A. Tavares de Lyra, cit. págs. 598, 600 e 601).

(79) A. Tavares de Lyra, cit., pág. 594.

(80) A. Tavares de Lyra, cit., págs. 534 e 535; Rocha Pombo, *Hist.* cit., pág. 103 e nota 5; Romeu de Avelar *Calabar,* págs. 165 e 179.

(81) A. Tavares de Lyra, *Dic.* cit. pág. 568.

(82) Do Relatório do Príncipe de Nassau, de 14 de janeiro de 1638, consta que estando Natal muito decaída, pelo que a Câmara desta Capitania está em Potengi com licença de s. exa. e

dos supremos conselhos (Barleus, cit., Tradução do Dr. Claudio Brandão, 2ª ediç., 1940, págs. 137-8); informação esta confirmada por A. Vander Dussen, no seu relatório de 1640 ao conselho dos XIX, (págs. 78 e 79), corroborados pelos mapas posteriores a 1640 de Marcgrave (mapa da «Prefeitura de Paraíba e Rio Grande») e Wingboons (*Monumenta Cartografica,* por Wieder, vol. II), os quais registam a margem direita do Jundiaí «Cidade Nova» e «nieu stadt», além dos sinais gráficos correspondentes a êste predicamento, depois de se transpor dois riachos, a contar do «Rood berg» (montes vermelhos), atualmente denominados Guarapes. Destarte, era possivel, que ali houvesse melhores acomodações para a guarnição da capital.

(83) C. Cascudo — *História da Cidade do Natal,* 1947, pág. 43.

(84) Eloy de Sousa — *Palavras Curtas* in Rev. Inst. Hist. do R. G. do Norte, vols. 35-37, pág. 154.

O meu pai contava que o seu avô Coronel Estevão herdara várias fazendas do sogro e do próprio pai Manoel Teixeira Barbosa, tendo passado a vida a dar banquetes e recepções a presidentes e políticos da província, de maneira que o rico patrimônio foi-se consumindo, mas, apesar disso, ainda distribuiu a cada um dos sete filhos, no mínimo, uma fazenda e um engenho de açúcar, ao falecer sua espôsa D. Maria Rosa, depois do meado do século XIX, mas, quando morreu em 1891, estava paupérrimo, pois, de vez em quando vendia um dos seus bens a fim de manter a linha em que nascera, até consumi-los totalmente.

Cêrca de 1884, contraira um segundo casamento, em Macaíba, onde residia, sem descendência.

(85) Político português a serviço de Espanha (1583-1613), pertencente a uma nobre família lusa, originária de Castela, que entrou muito cedo a serviço de D. Joana, irmã de Felipe II e espôsa do herdeiro D. João III de Portugal. Acompanhou-a a Castela com a morte dêste, e, na côrte espanhola, conseguiu sobressair-se, dado o seu perfeito conhecimento de Portugal. Unindo o acêrto com que desempenhou certas missões secretas, Filipe II encarregou-o de harmonizar o cardeal D. Henrique, regente, depois aclamado rei, com o seu sobrinho D. Antonio, prior do Crato e preparar a união dos dois rivais. Moura dispendeu tal soma de engenho, destreza e habilidade que obteve completo êxito, pelo que foi nomeado conselheiro íntimo do rei e Marquês de Castel Rodrigo. Filipe II elevou-o à Junta Suprema, constituída por quatro personalidades das mais notáveis, bem como à dignidade de duque, que êle recusou, fazendo-o, então voltar a vice-rei de Portugal (*Enciclopedia Universal Ilustrada Europeu-Americana*

(Espasa), T. 36, págs. 1477-8; *História Genealógica da Casa Real Portuguêsa*, T. XII, págs. 349-350). Casou com D. Margarida Côrte Real, senhora do morgado do seu apelido e das Capitanias das ilhas Terceira, de S. José, parte de Angra e da Terra Nova, falecida em 1610, filha e herdeira de Vasques Annes Côrte-Real, senhor das ditas ilhas e de sua mulher D. Catarina; sendo filho de Cristovam, D. Manoel de Moura Côrte-Real, 2º marquês de Castel Rodrigo (*Hist. Gen.* cit., págs. 350-1).

Os Catelbrancos, como os Monsantos e os Sousas, eram parentes de D. Cristovam de Moura (Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, vol. 40, pág. 165).

(86) A. J. V. Borges da Fonseca *Nobiliarchia Pernambucana*, Rio, 1935, v. I, págs. 70 e 426; Mario Mello, art. e jorn., cits.

(87) Rev. do Inst. Arq. Pernambucano, vol. 8, nº 50, págs. 74 e 75. Segundo Loreto do Couto, Alexandre «possuía em grau heroico aqueles dotes, que constituem um varão perfeito, sendo armado de suma urbanidade, insigne valor, profunda politica e erudição» (pág. 75).

(88) Rev. do Inst. Arq. Pernambucano, v. 8, pág. 64.

(89) Vicente Salvador, *História do Brasil* (1500-1627), 3ª edição, págs. 546 e 556.

(90) D. Francisco era filho de Felipe de Moura, do seu segundo matrimônio com sua sobrinha Genebra Cavalcanti, neta de Jeronimo de Albuquerque e Maria do Espirito Santo Arcoverde. (Borges da Fonseca (cit. pág. 427; *Dic. Hist. e Etnogr. do Brasil*, vol. II, cit., pág. 736; Pereira da Costa, *Dic. de Pernambucanos Célebres*, 1882, págs. 333-4).

A familia Rolim ou Rolin é de origem inglêsa e procede de Rogerio Child Rolin que ajudou a tomar Lisboa aos Mouros (Mario Melo, *Jornal cit.*, pág. 14). Child era filho do Conde de Chester, descendente dos reis da Inglaterra (*Enciclopédia Portuguêsa Ilustrada* de Max Lemos, vol. I, pág. 668).

(91) *Enciclopédia e Dicionário Internacional* (Jackson) v. 13, pág. 7.624.

(92) *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 28, págs. 120 e 121.

(93) *Enciclopédia e Dicionário Internacional* cit., vol. 13, pág. 7.623; Raphael Galanti, *História do Brasil*, T. II, 380.

Azambuja, vila de Portugal, deriva seu nome da palavra arabe *Azzabuya* e foi dada por Afonso I a D. Child Rolin, cujos descendentes foram sempre seus donatários (*Enciclopédia cit.*, vol. II, pág. 1.054).

(94) A família é das mais antigas e ilustres de Portugal. Originou-se de Pedro Rodrigues, natural de Castela, que, em 1107,

com seu irmão Alvaro Rodrigues, tomaram aos Mouros a Vila de Moura, pelo que, a rainha Beatriz, mulher de Afonso III, doou ao parente dela rainha, Vasco Martins Serrão de Moura, neto de Pedro Rodrigues, a referida vila, que foi solar da família (1245-79); tendo em Portugal as casas do Marquês de Castel Rodrigo, dos senhores de Azambuja, Moura e várias outras.

Entre os seus membros, vêem-se, nos tempos heroicos de Portugal — o cavaleiro andante Gonçalo Rodrigues e outras personalidades, até chegar-se a D. Cristovão de Moura, alçado às maiores honrarias e postos (*Grande Enciclopédia Port. Brasileira,* vol. 18, pág. 7).

A vila foi fundada pelos Romanos, de cuja época encontram-se inscrições nas suas ruínas e lápides (*Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu-Americana* (Espasa), t. 36, pág. 1.477).

Uma neta de D. Cristovam, Izabel de Moura, filha de Cristovam de Almada e D. Luiza de Melo, casou com Lopo Furtado de Mendonça, primeiro conde do Rio Grande (*História Genealógica da Casa Real Portuguêsa;* T. XII, págs. 38, 39 e 353).

(95) Lopo Curado Garro — *Breve, verdadeira e autêntica relação das últimas tiranias e crueldades que os pérfidos Holandeses usaram com os moradores do Rio Grande, in Publicações do Arquivo Nacional,* v. XXVI, pág. 169).

(96) Estevão Velho de Moura foi o primeiro que tratou de pazes com os gentios, domesticando-os com grande dispêndio e tendo por companheiros o cavaleiro José Peixoto Viegas, Coronel Antonio de Albuquerque Camara e sargento-mor Manoel da Silva Vieira, além de mais 32 pessoas que requereram em comum em 1681 e obtiveram uma sesmaria que partia do riacho Paraibu, na Ribeira do Açu e se estendia até as aguas dos rios Jaguaribe e Xoró, já no Ceará, data esta confirmada no ano seguinte (pág. 34) pelo governador do Brasil, Roque da Costa Barreto (Vicente de Lemos, *op. cit.*, pág. 35). Eram cêrca de 100 milhas ao longo do litoral.

Dizia meu pai que este Estevão Velho era o membro mais antigo da família, na ex-capitania de que êle tinha conhecimento.

(97) L. da Camara Cascudo, *Acta Diurna* de 2, dezembro. 1939, *in A Republica,* dêsse dia.

Francisco Delgado faleceu aos 80 anos (29, novembro, 1797) Cascudo cit.), o qual, por via materna, era descendente de Francisco Dias Delgado (Borges da Fonseca) *Nobiliarchia Pernambucana,* vol. I, pág. 204). Dias Delgado foi um dos delegados de Ipojuca na assembléia geral que o Conde Mauricio de Nassau convocou em 1640, na cidade Mauricéia (*Revista do Instituto Arq. Pernambucano;* T. V., n. 31, pág. 174); prestou grandes serviços nas guerras de Pernambuco principalmente, nas batalhas

de Guararapes, recebendo, por isso um escudo (A. J. de Melo — *Biografias* 1856), v. I, pág. 141; e, em 1649, era juiz ordinário de Olinda; sendo também homem de grande respeito e autoridade e senhor do engenho do Trapiche de Ipojuca (Borges da Fonseca cit. vol. I, pág. 204).

(98) C. Cascudo, *Acta Diurna*, cit.

Da sesmaria referente à data de Coqueiros que ia da barra do rio Ceará Mirim até contestar com terras dos Indios de Extremoz, consta que são herdeiros de Estevão José Barbosa, os senhores Francisco Xavier de Góis, Manoel Soares Raposo da Camara, Manoel Teixeira Barbosa e João Francisco Teixeira Barbosa, na qualidade de filhos e genros.

(Livro nº 8 do registro de sesmarias do Rio Grande do Norte pags. 16 e 38-v, ano de 1812).

(99) Carta de meu pai de julho de 1939, na qual adiantava que D. Ana da Costa e Vasconcelos era irmã de D. Maria Angelica da Conceição e Vasconcelos que se maridou com o Coronel Joaquim José do Rego Barros.

(100) Camara Cascudo — *Gov. do Rio Grande do Norte*, págs. 22, 24, 27 e 176; *Acta Diurna* cit.

Na primeira reunião da assembléia legislativa, em fevereiro de 1835, foi nomeado um dos seis vice-presidentes da província, com Francisco de Brito Guerra, Manoel Pinto de Castro, Jeronimo Cabral Pereira de Macêdo, Manoel Pereira Monteiro e Manoel Joaquim Grilo, ficando em segundo lugar (*O Natalense, in Jornal do Comércio* (Rio) de 10 de abril 1835, pág. 2, col. 1; mas, conforme Cascudo, assumiu a presidência em 1838, como terceiro vice (*Gov. cit.*, pág. 27).

Segundo êste mesmo autor, Teixeira era grande proprietário, político onipotente e se desincumbia perfeitamente dos cargos, embora sua inteligência não tivesse cultivo (*Op. cit.*).

Rocha Pombo diz que da lista de «Bons Servidores da Patria», enviada pelo Presidente M. do N. Castro e Silva (1825-6) ao govêrno imperial, Teixeira Barbosa estava em primeiro lugar (*Hist. cit.*, pág. 312, nota 14).

Manoel Teixeira Barbosa, na qualidade de membro de Senado da Câmara de Natal, assinou um ofício ao Rei de Portugal, em data de 6 de maio de 1815 para que fôsse declarada independente a capitania do Rio Grande do Norte (Rev. do I. H. G. R. G. N., v. VII, pág. 171).

(101) C. Cascudo — *Velhos Troncos da Familia Natalense* — I — Teixeira de Moura, *In A República* de 10, maio, 1949.

O casamento de D. Joana com Luiz da Fonseca e Silva deve ter sido antes de 1839, uma vez que, no princípio de 1838, no dia do atrito do Coronel Estevão José Barbosa de Moura com o Presidente M. Ribeiro da Silva Lisbôa, Estevão refugiou-se na casa de sua irmã, já casada com o referido Fonseca, num sítio existente no Rego Moleiro, nas proximidades da antiga Aldeia Velha, hoje Igapó.

Quanto ao falecimento do Coronel Estevão, de um livro de notas do seu neto Teophilo C. Moreira Brandão, verifica-se que o seu óbito ocorrera a 17 de janeiro de 1891.

Sôbre os descendentes de D. Joana e de José Teixeira da Costa Barbosa, v. *Colaterais*.

(102) *Anuário Genealógico Brasileiro*, Ano III, pág. 199; *Diário do Rio de Janeiro*, de 8, junho de 1870, pág. 1).

Camara Cascudo aludindo aos antepassados de D. Maria Angelica da Conceição e Vasconcelos, espôsa do Coronel Joaquim José do Rêgo Barros, diz ser esta filha do Coronel Francisco da Costa e Vasconcelos (sogro de Manoel Teixeira Barbosa) e D. Rosa Maria Teixeira, neta paterna de Lourenço de Góes e Vasconcelos e D. Maria de Araujo Vasconcelos, da Paraíba, neta materna do Coronel Manoel Teixeira Cazado, de Muribeca (Pernambuco) e de Rosa Maria Josefa (Natalense) (*Gov. do Rio Grande do Norte*, pág. 138). Como se vê, o marquês era parente dos Teixeira e Cazado.

(103) C. Cascudo — *Govêrno do Rio Grande do Norte*, págs. 13 e 35). Em 1850, formou-se em direito pela Faculdade de Direito de Olinda o cearense Luiz Lopes Teixeira de Moura Junior, (H. Martins — *Lista Geral dos Bacharéis e Doutores formados em Pernambuco* (1828-1923).

(104) Ainda, em abril de 1868, quando predominavam na política regional os liberais amaristas, uma carta de Natal, de 8 do referido mês, referindo-se ao govêrno do Presidente Gustavo Adolpho de Sá, dizia: «A gente mais importante aqui da oposição, da-lhe até em publico demonstrações de simpatia e de alta consideração, quer como administrador, qúer como cavalheiro. Ha poucos dias, por exemplo, se dirigindo S. Excia. ao engenho Desterro, propriedade do capitão Joaquim Manoel Teixeira de Moura, filho do coronel Estevão José Barbosa de Moura, para servir de padrinho de casamento de um filho deste, vieram recebê-lo, e n'um crescido numero, em caminho, as mais salientes pessoas da política oposta á dominante e á mesa lhe foram levantados os mais significantes brindes» (*Jornal do Comércio*, de 27, abril, 1868; *Carta* de Natal de 8, abril, cit.).

(105) Cascudo, *Acta Diurna* de 2, dezembro, 1939.

(106) *O Publicador Natalense*, de 11, julho, 1840, pág. 71; C. Cascudo *Gov. de Rio Grande do Norte*, pág. 27. Desde o tempo do Conselho Geral da província que cabia a êste nomear seis cidadãos para servirem de vice-presidentes da província, cuja lista era enviada ao imperador por intermédio do presidente da mesma, a fim de ser determinada a ordem numérica da substituição (*Jornal do Comércio*, de 3 de junho de 1834; *Câmara dos Senadores*);

(107) *Jornal do Comércio* de 24 de abril de 1843, pág. 3; *Câmara dos Senhores Deputados*. O deputado acrescentava que morava muito perto do Rio Grande do Norte e conhecia tudo que se passava; tanto assim que tendo sabido por um amigo de Pernambuco, que se pretendia assassinar D. Manoel, quando tocasse em Recife, avisou ao presidente da Paraiba. (*Jornal do Comércio*, de 24 abril, 1843, pág. 3).

(108) *Jornal do Comércio* de 2, maio, 1843, pág. 3. Na sessão de 22 de maio referido, repete a agitação dos partidos e o bom resultado obtido, vivendo na maior harmonia com os «três partidos que existiam na província», porém, infelizmente, sem se obter até hoje a pronúncia de alguem (*Jornal do Comércio*, cit. de 25 maio, 1843, pág. 1 *Câmara dos Senhores Deputados*).

(109) *Jornal do Comércio*, de 25, maio, 1843, pág. 1; *Câmara dos Senhores Deputados*.

(110) *Jornal* nº e pág., cits.

(111) C. Cascudo — *Gov. do Rio Grande do Norte*, pág. 27.

O nomeado teve influência política não só no Rio Grande do Norte, como na Paraiba, província esta em que assumiu a administração por varias vêzes, efetiva e interinamente (1832-33; 1843 (pág. 57) e 1844), além de ser deputado provincial, mais de uma vez. No Rio Grande do Norte, foi eleito deputado geral em 1845-7, não comparecendo (Cascudo cit., pág. 58).

D. Manoel finaliza o discurso declarando haver rompido com o gabinete ministerial.

(112) *Anais da Câmara dos Deputados*, 1864, vol. I, T. I, pág. 219; e T. 4, pág. 114; *Jornal do Comércio*, de 17, junho, 1868, pág. 1; *Publicações a pedido*, artigo ass. por Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti.

Em 1864, quando Amaro acusava Estevão de haver cometido vários crimes, o deputado Pamplona, que havia sido presidente da província, disse: «No meu tempo, encontrei um processo inteiramente falso; o sr. coronel Estevão é um homem de bem a toda prova incapaz de cometer o crime de que o acusavão» (Anais

de 1864, T. 4, pág. 114); e noutra parte falando Amaro que tem havido vários processos contra êle, Pamplona retruca: «Podem-se lavrar por crimes imaginarios», acrescentando: «S. Gonçalo é fertil em processos» (Anais de 1864, s. e pág. cits.) S. Gonçalo era sede do município, em que residia Estevão, por êsse tempo.

(113) *Jornal do Comércio* de 23, dezembro de 1845, *Publicações a pedido — Rio Grande do Norte,* em Natal, por êsse tempo não havia jornais.

(114) *O Nortista,* de 2, julho, 1849, pág. 1. Em o número dêste jornal, de 18 de março de 1850, afirma-se que, no tempo do sr. Moraes Sarmento, houve defecções, fixando-se melhor a posição dos partidos (pág. 2).

Não era sòmente Estevão que acoimava o govêrno de Morais Sarmento de arbitrário e tortuoso. Um cidadão interessado no zêlo das rendas públicas indagava do citado presidente, o motivo pelo qual não recolhia aos cofres provinciais, o produto da farinha vendida de ordem do govêrno imperial, apesar da determinação para tal recolhimento; acrescentando que, segundo constava na cidade, o encarregado da distribuição negociava com o dinheiro apurado (*Jornal do Comércio* de 29 de outubro de 1845; *Correspondencia* sob o título *Rio Grande do Norte;* ass. O. W.).

O Sr. José de Sá Bezerra, riograndense do Norte, morador na Côrte, foi à terra natal a conselho médico para tomar ares pátrios e achou que o referido presidente parecia um «mandarim daqueles memoraveis tempos que bem quizéra S. Excia. que, outra vez, volvessem»; acrescentando que o Sarmento se achava fora da esfera legal do país, da moral e da razão humanas (*Jornal do Comércio,* de 8 de novembro de 1845; *Correspondencia* datada do Rio, 24 outubro, 1845; e assinada pelo mesmo Sá Bezerra.

Este Riograndense do Norte, já em 1833, publicava no *Jornal do Comércio* de 24, outubro, um artigo sôbre as várias aplicações e produtos da carnaúba, datado também do Rio de Janeiro.

(115) O senador Nogueira Jaguaribe, falando no Senado contra a candidatura do Sr. Diogo Velho (político paraibano) para senador pelo Rio Grande do Norte, cita vários nomes de filhos da província, dignos de ocupar o cargo, inclusive o Dr. Jeronimo Camara, do qual diz: «homem talentoso, que faz figura distinta na sua provincia, cuja familia se acha ligada com outra tambem importante, a de um senhor de engenho, homem notavel naquela província» (*Anais* de 1877, vol. II, pág. 6).

Vê-se claramente, tratar-se de Estevão que era sogro de Jeronimo Camara.

(116) C. Cascudo — *Acta Diurna,* de 2, dez., 1939.

(117) *O Riograndense do Norte,* de 23, agto., 1862, pág. 3.

(118) *Jorn.* e pág. cits. — Nessa carta o signatário ressalta ainda os enormes favores e obséquios recebidos do Coronel Estevão e família, destacando os nomes de suas filhas Antônia Rosalina e Isabel Cândida Teixeira de Moura, seus filhos Estevão José Barbosa de Moura Júnior e José Getúlio Teixeira de Moura, sem esquecer os seus filhos e genros: Joaquim Manoel, espôsa e cunhado; Manoel Joaquim, Dr. Jerônimo Cabral Raposo da Câmara e consorte, D. Maria Angélica, e o Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco e espôsa, D. Ana Joaquina de Moura Castelo Branco, aos quais vem demonstrar sua profunda gratidão, saudades e amizade (*Jornal* e pág., cits.; Carta datada de Natal, 16, agôsto, 1862, assinada pelo referido médico).

Por essa época ainda eram solteiros os seus filhos Estevão, Manoel, Getúlio, Antônia e Izabel. Tendo os primeiros e quarto, falecido nesse estado civil.

(119) *Liberdade* (Natal), de 1, agôsto, 1887, pág. 1.

(120) *O Publicador Natalense*, de 6, junho, 1840, pág. 51.

Dêsse jornal consta os nomes de Estevão José Barbosa de Moura, José Fernandes Carrilho, Joaquim Ignácio Pereira, Luiz da Fonseca e Silva, Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, Trajano Locádio de Medeiros Murta, além de outros, como suplentes.

(121) *Relatórios* do presidente da província de 4, outubro de 1859, pág. 20, e de 6, abril de 1861, pág. 22; *Jornal do Comércio*, de 19, julho de 1879; *Carta* de Natal de 23, junho, anterior.

(122) «No dia 11 do corrente inaugurou-se no engenho do coronel Estevão José Barbosa de Moura a primeira maquina a vapor para moagem de cana. Estiveram presentes o Sr. Presidente da Provincia e uma luzida companhia» (*Jornal do Comércio*, de 2, abril, de 1860; *Carta* de Natal, de 20, março anterior).

Era presidente da província o Dr. J.J. de Oliveira Junqueira. Uma carta de igual procedência, datada de 17, dezembro de 1861, anunciava ter sido montada em Ceará-Mirim, uma modernissima máquina de fazer açúcar pertencente a Pacheco e Mendes; adiantando que já havia mais três máquinas a vapor para moer cana (*Jornal do Comércio*, de 28 de dezembro de 1861).

A despeito de várias pesquisas, não consegui determinar o local do engenho a vapor do Coronel Estevão. «Ferreiro Torto», segundo parentes mais antigos, sempre foi de almanjarras, e Arvoredo, que já conheci a vapor, não pude saber desde quando. Araçá, também no vale do Jundiaí, e, cêrca de meia légua distante de «Ferreiro Torto», que a êle também pertenceu, era, em 1906, engenho a vapor. (*Diário do Natal* de 29 de setembro de 1906, página 1).

(123) *Jornal do Comércio*, de 25 setembro de 1858, pág. 2.

(124) *O Rio Grandense do Norte*, de 28 junho de 1860, página 1.

(125) Lei nº 71, de 10 de novembro de 1841. Foi desmembrado do município de Port'Alegre, e a comarca da do Açu, compreendendo a comarca os municípios de Maioridade, Apodí e Port'Alegre.

Além disso, sancionou a resolução de 8 do referido mês que mandava construir um atêrro para o trânsito público, além do rio Salgado (Potengi) e uma casa de telha para o abrigo dos passageiros e gêneros, devendo o atêrro começar no ponto, em que foi principiado pelo Capitão Francisco Machado do Rêgo Barros, no ano de 1835, bem como a lei de 11 do dito mês, criando feiras na Capital e em S. J. Mipibu (Coleção de Leis da Província, ano de 1841, págs. 19, 17 e 27, respectivamente); deu impulso a estrada de Príncipe (Caicó) a Macau; concluiu as obras da casa para a Assembléia Provincial; fazendo reparos nas fontes da Bica e do Baldo, e na cacimba de São Tomé (Relatório que apresentou a Assembléia Legislativa, a 7 de setembro de 1841, págs. 15, 16 e 17).

(126) Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. XVIII, págs. 112, 114, 116 a 119, 121 a 123, 126 a 129, 131, 133 a 142.

(127) Procuramos na constituição dessa parte do nosso trabalho ouvir alguns parentes ainda em condições de informar a verdade sôbre a vida dos nossos antepassados, bem como inscrições tumulares, publicações feitas em jornais e apontamentos constantes de livros de notas particulares, alargando, assim, e retificando certos pontos dos valiosos trabalhos do ilustrado escritor conterrâneo Luiz da Câmara Cascudo, o único que cuidou do assunto.

(128) *Rio Grande do Norte*, de 7 de agôsto, 1894, página 4 — Informou haver pertencido êsses engenhos ao Coronel Estevão, o neto dêste, chamado Melquíades César Teixeira de Moura.

(129) Informação dada em 1947, por D. Isabel Cândida, filha mais moça do Coronel Estevão, com a idade de 99 anos, na ocasião porém, com o espírito lúcido. Conheci as fazendas «Cachoeira» e «Riacho da Cruz», como sendo também de Manoel Joaquim, o qual vendeu essas e Cachoeirinha ao Dr. Paula Sales, casado com a sua sobrinha Suzana, filha do mano Joaquim Manoel.

Estevão deve ter montado os engenhos, porque, quando faleceram seus sogros (1832) e seu pai (1839), só havia o «Fer-

reiro Torto» e, talvez, o engenho Utinga, nos vales Jundiaí-Potengí, em que ficavam as propriedades enumeradas.

O Engenho «Desterro», diz a mesma informante, que foi fundado nas proximidades de 1853.

Não sei se o engenho «Jaçanã» pertencente ao Dr. Jerônimo Cabral lhe coube por herança do seu sogro. Do arquivo de sesmarias do Instituto Histórico, em Natal, consta uma concessão de extensa sesmaria a uma Rêgo Barros, possivelmente D. Maria Rosa, a qual ia do Rio Doce ao Alto Potengi. (Informação de Gabriel Câmara Filho).

(130) *O Liberal* de 21, dezembro de 1878, noticiando o falecimento, a chama de Maria Rosa Moreira Castelo Branco (pág. 1) e o professor João Tibúrcio, agradecendo às pessoas que acompanharam os restos mortais de sua espôsa ao cemitério e fazendo o convite para a respectiva missa do sétimo dia, a trata pelo nome referido (*Jornal cit.* pág. 4). Entre os que seguraram nas argolas do ataúde, viam-se o vice-presidente em exercício Manoel Januário Bezerra Montenegro, o Dr. Adalberto, o capitão do pôrto e o Dr. Carvalho (*Jornal cit.* pág. 1).

João Tibúrcio, nascido no sítio «Suspiro» (Goianinha) a 13, maio de 1845, fez seus estudos com o famoso latinista, padre Jm. Severiano Ribeiro Dantas. Professor de latim por concurso, no Açu (1869), foi transferido para Natal, no mesmo ano, aonde permaneceu até 13 de maio de 1927, quando foi pôsto em disponibilidade, *ex-officio*, com todos os vencimentos e adicionais; homenagem do govêrno aos seus 58 anos de magistério. Lecionou no Ateneu, Latim, Português e Francês, ininterruptamente, e assim que o afastaram da cátedra, falecia a 24 de junho seguinte, como se lhe faltasse o ar para respirar, em Panelas (Macaíba), sendo sepultado em Natal. Foi deputado provincial nos biênios de 1878 a 1881. Dirigiu interinamente o Ateneu e a Instrução Pública, tendo sido também professor da Escola Normal. Foi primeiro suplente de Juiz Distrital e do juiz substituto federal, assumindo, por vêzes, os cargos de Juiz distrital e de direito da Capital. Devido à sua compostura, assiduidade e competência, foi tido como o professor modêlo, e como tal, teve o seu busto em bronze inaugurado numa praça visinha ao Ateneu em que lecionara mais de onze lustros, no dia 15 de outubro de 1928, dia hoje consagrado, no Estado, ao professor.

(131) *Diário do Natal*, de 4, janeiro, 1910; *A República* de 3 de janeiro cit.

(132) De uma certidão referente a êste ato, verifica-se ter sido o casamento celebrado em Natal, na residência do pai da nubente, pelo cônego Idalino Fernandes de Souza, sendo teste-

munhas o Dr. Francisco de Paula Sales e Manoel Joaquim Teixeira de Moura, sendo o noivo natural de Macaíba e a sua noiva da freguesia de Natal (*Diário de Natal*, de 3, setembro, 1905, pág. 1).

Em 1879, fôra extinto o município de S. Gonçalo e anexado ao de Macaíba, recem criado, de sorte que mesmo que Joaquim Manoel houvesse nascido naquele, em 1883, era macaibense.

(133) *O Liberal*, de 8, março de 1879, 3.

(134) *O Liberal*, de 3, janeiro de 1879, 4.

(135) *Jornal do Comércio*, de 21, junho de 1884; e de 2, julho de 1889; «Gazetilha»; Diário Oficial do Império de 2, julho, 1889; Ministério da Justiça.

(136) João Pinheiro foi propagandista dos princípios republicanos, na sua província, desde 1886 (Paulo Tamm, *João Pinheiro*, 1947, pág. 27) e, ao proclamar-se a República no Brasil, foi nomeado secretário do governador Cesário Alvim (26, dezembro de 1889), substituindo êste como governador, a 12 de abril de 1890, desempenhando êste cargo por mais de 90 dias (págs. 85, 89 e 99);

Foi nesse período que, numa audiência em que recebia Moreira Filho, acoimou-o de juiz perseguidor de republicanos. E como êste repelisse a acusação, mostrando que, apenas, havia procurado manter a ordem pública perturbada, ainda no tempo da monarquia, como juiz, renunciou, altivamente, o cargo ali mesmo, e dedicou-se inteiramente a advocacia.

(137) *O Nortista* (S. José de Mipibu), de 17, junho, 1892, págs. 1 e 2.

(138) *Tribuna Mineira* (S.J. do Paraiso), de 23, junho de 1895.

(139) *Boletim* da referida comissão, de 4 janeiro cit., *in O Jaguariense*, de 15 janeiro cit.

Antes disso, Moreira Brandão Filho recusara vários convites para ser chefe de polícia e secretário de Justiça e educação dos Presidentes Silviano Brandão, Bueno Brandão e Wenceslau Braz, sendo que os últimos pertenciam a facção política do partido republicano mineiro, conhecida pelo epíteto de *Viuvinhas*, após o falecimento do seu grande dirigente Silviano Brandão, na qual formavam também Moreira e o futuro Presidente Delfim Moreira.

Da secretaria de Justiça de Minas, saiam geralmente os presidentes de Estado, de onde iam a vice-presidência e presidência da república.

(140) *O Jaguariense* e ns. cits.

(141) Edição de 29 de janeiro 1911. Herdara do pai os dotes de espírito e a inclinação política. Como jornalista, colaborou em vários jornais de Jaguari entre os quais *O Jaguariense* e a *Fôlha do Povo;* escreveu monólogos em verso, e dramas, de maneira magistral (*Correio Sul-Mineiro* — Pouso Alegre), de 5, novembro de 1904, pág. 2); produzindo certa vez cintilante peça oratória tôda cheia de lindos e judiciosos conceitos, adornados de belas e encantadoras imagens, que a todos pareciam lhe estarem caindo naturalmente dos finos lábios (*Jornal* cit. de 10 de dezembro de 1904, pág. 3 — *Pelo Sul de Minas — Jaguary*.

(142) *Fôlha Popular* de janeiro, 1911.

(143) *Fôlha Popular* e ns. cits. *A Cidade de Bragança* (São Paulo), referindo-se a essa candidatura, disse que a mesma encontra unânime apoio no quinto distrito de Minas Gerais (in *Jaguariense,* de 29 de janeiro, 1911; informando êste na sua edição de 5 de fevereiro seguinte que, em Jaguari, compareceram às urnas 462 eleitores, votando gregos e troianos em Moreira Brandão, num total de 461 votantes, tal a estima e alta consideração em que o têm.

(144) *O Jaguariense,* de 12 fevereiro, 1911; transcrição.

(145) *O Jaguariense,* de 20 agôsto de 1911.

(146) *Anais da Câmara dos Deputados,* 1922, vol. XII, pág. 78.

(147) *Anais* e vol., cits. pág. 79.

(148) *Anais* e vols., cits., pág. 80.

(149) *O Liberal* de 9 novembro de 1878 e de 3 janeiro de 1879.

(150) *Reforma* de 31 de outubro de 1881.

(151) Foi empossado como promotor público de S.J. de Mipibu, a 25 de novembro de 1889, (Rev. do Inst. Hist. e Geográfico do Rio Grande do Norte. V. XIII e XIV, pág. 136) e, como fôsse transferido pelo governador, sem ser ouvido, dimitiu-se e resolveu retirar-se do Estado.

(152) *História cit.* pág. 355.

(153) *Reforma* de 10 abril, 1881, pág. 2.

(154) Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Norte, vol. VIII, pág. 232; *A República* de 11 de junho de 1890.

(155) João Galvão Filho foi alto comerciante em Natal, chefe da firma João Galvão & Cia., presidente da Associação Comercial, membro do Conselho Consultivo do Estado, em 1931, fazendeiro e proprietário de várias casas em Natal.

(156) *Relat.* do 1º vice-Presidente Álvaro Antônio da Costa, de 22, outubro, 1855 pág. 9. Joaquim Brandão colaborou, ainda jovem, em alguns jornais em Natal, tendo fundado com Diomedes Quintiliano «o maior talento daquele tempo» e outros, o quinzenário *Albatroz*, órgão de uma sociedade literária de estudantes do Ateneu, a primeiro de março de 1887 (Cascudo — *Acta Diurna*, de 7-3-1940).

(157) An. da Câmara dos Deputados, 1864, v. I, t. 2, pág. 221; Rel. do presidente da província Luiz Barbosa da Silva, de 25 de abril de 1867, Anexo 3.

(158) Rel. do vice-Presidente Fr. C. de Vasconcelos Chaves, de 19-1-1873, pág. 17.

(159) Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Norte, vol. XVIII, pág. 131.

(160) V. nota 89, no título «O Político».

(161) Nessa descendência conta-se o bacharel em direito Pedro Moura, estabelecido com movimentada banca de advogado na cidade de Ponte Nova, no Estado de Minas Gerais, onde se casou e faz política partidária.

(162) *Gazeta do Comércio*, de 22, março, 1903, pág. 1.

(163) *Rio Grande do Norte*, de 30, março, 1896, pág. 2.

(164) Edição de 16, março, 1941, pág. 4.

(165) *A República* de 23, março, cit.

(166) *A República* de 1, abril, 1941, pág. 1.

(167) *Jorn. cit.*, de 29, março, 1941, pág. 8.

(168) *O Cataguazes*, de 1, outubro, 1939, pág. 2.

(169) Edição de 5, janeiro, 1946, pág. 7.

(170) Edição de 6, janeiro, 1946, pág. 3. Por motivo de moléstia aposentou-se nesse cargo em junho de 1953, manifestando-se da maneira seguinte, a seu respeito, o desembargador Nísio Batista de Oliveira, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, por ocasião de comunicar oficialmente ao alto colégio judiciário a sua aposentadoria: «E' mais um colega que se afasta de nós, deixando saudades, assim como um grande reconhecimento pelos serviços que prestou à Justiça. Ocorre que, por coincidência, cabe falar a quem o conheceu desde o comêço de sua carreira, em João Ribeiro, terra natal de seus antepassados, quando êle exercia ali o cargo de delegado de polícia. Desde aquela época, a minha impressão a respeito de tão ilustre magistrado foi a melhor que se pode ter de um colega. Mais tarde, pelas mãos generosas do ex-Presidente Antônio Carlos, vim ocupar o cargo de Procurador Geral do Estado, e, em certa ocasião de seu Govêrno,

êsse grande brasileiro convocou-me a fim de dizer que precisava de um juiz para a comarca, ao tempo, de Uberlândia, mas que devia possuir, além das qualidades comuns que se exige de um magistrado, grande capacidade de trabalho, dado o enorme atraso dos serviços da Justiça, naquela comarca do Estado. Corremos a lista, S. Exa. e eu, sem que êle pudesse destacar um candidato nas condições que exigia. Apontei Arnaldo Moura, que, então, era Juiz de Direito de Camanducaia. Pedi permissão ao Presidente para antes consultar sôbre a minha opinião ao desembargador Oliveira Andrade, que exerceu o cargo de Juiz em João Ribeiro, quando Arnaldo Moura ali foi delegado de polícia e dêle ouvi que o seu conceito era igual ao meu, afiançando-me que Arnaldo Moura seria capaz de desempenhar o cargo com proficiência. Foi depois (pag. 4) dessas demarches que, inesperadamente e por ato espontâneo muito honroso foi êle surpreendido com a promoção, que não decepcionou, ao contrário, correspondeu à expectativa, satisfazendo plenamente o desideratum do presidente Antônio Carlos».

«Não preciso descrever sua passagem por esta Casa, pois todos nós somos testemunhas de como foi juiz dedicado, assíduo, trabalhador, que sempre levou a sério, a todos os momentos e em qualquer circunstância, o exercício de suas funções. Quer em Câmara isolada, como em Câmaras Reunidas ou em Tribunal Pleno, trazia S. Exa. as questões cuidadosamente estudadas, votando sempre com personalidade, dando-nos o exemplo de que, antes de tudo, é preciso que o juiz tenha coragem de sua opinião».

«Moço, relativamente, é forçado a se aposentar. O Tribunal, prestando-lhe homenagem, que traduz, exactamente grande pesar pelo seu afastamento, fará consignar em ata, com aprovação da Casa um voto de saudade, ao mesmo tempo, que lhe transmitirá pela comissão que nomeio, composta dos Exmos. Srs. Desembargadores Leão Starling, Dario Lins, e J. Burnier, a expressão sincera de nossos mais ardentes votos de felicidade».

Em nome dos advogados, solidarizando-se com a homenagem, discursaram o Dr. Marcelo Linhares, bem como o Ministério Público, em nome do qual falou o procurador geral do Estado, Doutor Onofre Mendes Júnior. (*Diário de Minas*, de 19, junho, 1953, pág. 5).

(171) Foram paraninfos do ato civil os Drs. José Paulo Antunes e Francisco Pinto de Abreu, e do religioso os Drs. Alberto Maranhão, governador do Estado, e Exma. consorte, Sérgio Barreto e senhora.

Houve numerosa e seleta assistência, abundante serviço de *buffet* e *buvette;* ouvindo-se vários trechos de música pelo maestro Nicolino Milano (violino) e professôres Teófilo Russell (piano)

e Babini Thomazo (violoncelo). (*A República*, de 23, dezembro, 1909, *Consórcios*).

(172) H. Martins — *Lista Geral dos Bacharéis e Doutores, formados em Pernambuco* (1828-1923).

(173) Clovis Bevilaqua — *História da Faculdade de Direito de Recife*, 1927, vol. I, págs. 156, 188 e 195.

(174) Clovis, cit. pág. 188.

(175) Clovis, cit., págs. 196, 220 e 224. O deputado Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, defendendo o Dr. Sales de ataques da oposição, quando êste no govêrno do Rio Grande do Norte, empresta-lhe «talento superior, solida ilustração e perícia administrativa, ao lado de qualidades de caracter que o tornam apto e recomendável para qualquer cargo eminente ou comissão difícil» (*Jornal do Comércio;* de 4-11-1883, pág. 3); e, num outro artigo, diz que o Dr. Sales não conseguiu entrar para a Faculdade de Direito do Recife, devido ao favoritismo, por não ter sangue azul e não se curvar aos senhores de Pernambuco, além de ir contra o *genrismo político* e outros embaraços e tropeços, que entre nós encontra habitualmente «o talento independente e altivo». E acrescenta haver Sales sido secretário dos presidentes pernambucanos Portela, Taques e Leitão da Cunha (*Jornal*. cit., de 20, novembro, 1883; «Publicações a Pedido»).

Em 1876, era segundo vice-presidente do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e membro das comissões de «fundos e orçamentos» e de «revisão de manuscritos» (*Diário de Pernambuco*, de 3 de março de 1876, pág. 2, c. 1).

(176) Cascudo — *Govêrno do Rio Grande do Norte*. pág. 34.

(177) Cascudo — *História da Cidade do Natal*, pág. 257.

(178) *A República*, de 22, e *Diário do Natal*, de 23, julho, 1902. Segundo êste último jornal fez uma «administração sensata e moderada, zelando sobretudo os dinheiros públicos, sob um regime verdadeiramente econômico» (pág. 2; acrescentando (*A República* de 23) que êle se casara com a senhorita Maria Suzana, depois que deixou o govêrno provincial em 1884 (pág. 1); e, segundo ambos, falecia aos setenta anos de idade, no dia 22 de julho de 1902.

(179) *Diário do Natal*, de 20, agôsto, 1901, pág. 1.

(180) *Acta Diurna*, de 2, dezembro, 1939; e *Velhos Troncos da Familia Natalense*, cit.

(181) Edição de 27, outubro, 1867, pág. 1.

(182) H. Martins, cit.

(183) *Jornal do Comércio*, de 14, julho, 1870, *Carta* de Natal, de 26, junho anterior) e, de 29, maio, 1872 (*Carta* de Natal, de 7 do mesmo mês).

(184) Cascudo — *Govêrno do Rio Grande do Norte*, pág. 101.

(185) *Relatório* do presidente da província José N. Tolentino de Carvalho, de 18-10-1877, pág. 11.

(186) *Jornal do Comércio* cit. de 24, agôsto, 1879. (Câmara dos Deputados); de 30, junho, 1882, (*Carta* de Natal, de 12 do mesmo mês).

(187) *Jornal* cit., de 31, maio, 1878, (*Carta* de Natal, de 14 do mesmo mês); e de 11, maio, 1884. (*Fôlhas* até 20 de abril, anterior).

(188) *Jornal cit.*, de 12, agôsto, 1884; «Gazetilha». O seu irmão Dr. Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves, foi chefe de polícia do Rio Grande do Norte, (abril de 1877 a maio de 1878), tendo nascido ai nessa temporada, o futuro maestro e talentoso pianista Paulino Chaves, diretor dos Institutos de Música do Pará e Amazonas, que faleceu como professor na Escola Nacional de Música (Rio de Janeiro). O Dr. Ernesto Chaves, foi presidente da província do Amazonas (1885-87) e pai dêsse notável e culto pianista brasileiro, o qual tinha «Temperamento de *virtuose nato*», sendo muito elogiado pela imprensa de Berlim (Alemanha), onde se diplomou (*Diário do Natal*, de 10, junho, 1902, página 1).

(189) Cascudo — *Gov. do Rio Grande do Norte*, pág. 32.

(190) *Jornal do Comércio* de 27, junho, 1874, «Publicações a Pedido». Foi nomeado 1.º vice-presidente pelo conselheiro João Alfredo (ministro do império de 1870 a 1875), que o demitiu na administração Bandeira de Melo. Era comprovinciano, parente e compadre do conselheiro Diogo Velho, senador pelo Rio Grande do Norte (1877-1889), e de quem o Dr. Vasconcelos Chaves se dizia amigo e correligionário, pelo que foi chefe de polícia numa situação liberal, favorecendo aos que levaram o mesmo Diogo Velho ao Senado; estando o Sr. Amaro Bezerra orgulhoso por essa aquisição (*Jornal do Comércio*, de 18, julho, 1878; *Carta* de Natal de 24, junho anterior).

(191) *Jornal do Comércio*, de 10, janeiro, 1873; *Carta* de Natal de 15, dezembro, 1872; *Jornal* cit., de 13, março, 1873; *Carta* de Natal de 19, fevereiro anterior.

(192) *Relatório* do Presidente J. C. Bandeira de Melo, de 10, maio, 1875, pág. 37.

(193) Houve uma criança do sexo masculino entre João Batista e Penha, cujo nome se perdeu.

(194) Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Norte, v. VIII, pág. 218.

(195) Era 2º tenente de artilharia de 1894 (Almanaque do Exército, 1897, pág. 100).

(196) H. Martins — Lista cit.

(197) Alfredo Carvalho — *Anais da Imprensa Pernambucana*.

(198) *Acta Diurna* de 4, outubro, 1939.

(199) Adauto Câmara — *O Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai*, 1951, págs. 40, 51 (nota 11) e 54.

(200) Adauto Câmara, *op. cit.*, pág. 71.

(201) Era hábil, estudioso, tendo-se salientado no nosso meio literário como poeta, deixando muitas produções poéticas reunidas em volume publicado em 1905 e outras esparsas pelos jornais da terra (*Diário do Natal*, de 2, setembro, 1906).

III

COLATERAIS

Sob êsse título, trataremos não só dos descendentes do mestre de campo Francisco Machado de Oliveira Barros, como dos do comandante Manoel Teixeira Barbosa, não incluídos nos anteriores.

Como já vimos, Estevão José Barbosa de Moura casou-se com uma neta paterna de Francisco Machado de Oliveira Barros, pai de Joaquim José do Rêgo Barros, de maneira que os descendentes de ambos são parentes de Estevão, uns por afinidade, outros por consanguinidade, por ser a espôsa de Rêgo Barros prima materna do referido Estevão.

I — São filhos conhecidos de Oliveira Barros e de sua mulher Antonia Maria Soares de Melo.

1) Dionísia Romana da Costa Soares;
2) Luíza Alberto de Barros;
3) Pe. Antônio Caetano do Rêgo Barros;
4) Joaquim José do Rêgo Barros.

Era procurador da Câmara de Natal, em 1824, Miguel Avelino do Rêgo Barros (1822), devendo pelo menos ser parente do Coronel Rêgo Barros, mas não sabemos se era seu irmão.

1) Dionísia Romana da Costa Soares casou a 25, jul., 1783, com Francisco Antônio Carrilho, filho de José Fernandes Carrilho, português, de origem castelhana, chegado em Natal, no meado do séc. XVIII.

Antonia Maria Soares de Melo, natalense, filha dêsse casal, maridou-se com Agostinho Leitão de Almeida que, em 1810, já estava em Natal, e em 1817, era escriturário da Real Fazenda; serviu no processo contra os revolucionários do movimento republicano dêsse ano, no qual não se envolveu, embora fôsse casado com uma sobrinha de um dos chefes da revolução, Joaquim José do Rêgo Barros. Foi membro da junta que substituiu o govêrno de Francisco Xavier Garcia, em 1822; secretário do primeiro presidente da província, Tomaz de Araujo Pereira (1823-4), época em que foi o

verdadeiro dirigente e autoridade única da província e tanto se esforçou junto à Câmara de Natal que evitou a adesão da província à Confederação do Equador; sendo o candidato mais votado na eleição para senador em 1824, e, como não fôsse o escolhido pelo Imperador, elegeu-se deputado à primeira legislatura à assembléia geral (1826-9). Não disputando a reeleição, mudou-se para Santa Catarina, onde faleceu velhíssimo (1). Contudo, na província ficaram alguns parentes seus, a cujo ramo pertenceu o Marechal Roberto Trompwsky Leitão de Almeida, culto professor da tradicional Escola Superior de Guerra e notável engenheiro militar, o qual era sobrinho de Francisco Leitão de Almeida, residente em Natal (2).

Na Câmara dos Deputados, interessou-se pela instrução pública das províncias do norte; e apresentou projetos: um extinguindo a décima dos prédios urbanos no Rio Grande do Norte e outro criando o impôsto de cem réis (um centavo atual) por alqueire de sal exportado (3). Agostinho fêz parte da comissão que recebeu o imperador Pedro I, na sessão de encerramento da Assembléia geral, em 1826 (4).

José Fernandes Carrilho, outro filho de Francisco Antônio, casou-se em Natal (26-7-1817), com Rosa Maria, filha de Luiz José Teixeira e Maria de Oliveira, com a geração seguinte: Francisco Carrilho do Rêgo Barros, João, Paulino Carrilho do Rêgo Barros, Antonia, Ana, Brás Carrilho do Rêgo Barros e Dionísia Gertrudes.

(1) Francisco Carrilho do Rêgo Barros casou com Rita Joaquina de Vasconcelos. Falecendo aquele, Rita realizou segundas núpcias com Augusto Vaz do Rêgo Barros. São filhos de Francisco Carrilho do Rêgo Barros: Carlos Augusto, José Calistrato, Enéas Carrilho e D. Francisca Teodolinda. Do segundo matrimônio de D. Rita, veio Neomísia só.

Carlos Augusto Carrilho de Vasconcelos, conhecido por Carrinho do Carnaubal, era senhor dêste Engenho, casou a primeira vez, com 19 anos, com a senhorita Mariana, filha de Antônio Bento Viana e teve uma única filha, Maria Augusta Carrilho, que, por sua vez, se casou com Virgínio Páride Arcari, italiano, sem prole; enviuvando, Carlos contraiu novas núpcias com D. Maria Hermelinda Ribeiro Dantas, filha do Tenente-Coronel Antônio Basílio Ribeiro Dantas Junior e de D. Maria Anunciada de Araújo Vilar, depois, Ribeiro Dantas, de quem houve numerosa e distinta prole, entre os quais os bacharéis Alvaro Dantas Carrilho, Eymar Dantas Carrilho e Alberto Dantas Carrilho, todos sobressaindo na alta administração do País. As filhas: Isaura, religiosa das Damas de Instrução Cristã, Recife, Pernambuco; Evangelina, casada com o Dr. Otávio de Gouveia Varela, Natal, Anunciada, casada com

Waldemiro Medeiros, Recife, P. E.; Arminda, casada com Antônio Milanês, Rio; Dulce, casada com Waldemar de Sá, agricultor no Ceará-mirim; Anita, casada com o Dr. Willy Fisher, São Paulo, e Carmen, casada com o Dr. Manoel Moura Barreto, Natal.

Tôdas têm prole, menos a primeira e a segunda.

José Calistrato Carrilho de Vasconcelos, formou-se em medicina, em 1879 (5). iniciou e fez clínica em Natal, era bom orador, foi diretor de Saúde Pública até a morte (22-10-1930) foi deputado estadual e era sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Casou duas vezes, a primeira com D. Maria Terceira Pereira, filha do comendador Joaquim Inácio Pereira Junior, da qual teve quatro filhos: Drs. Milton e Heitor Pereira Carrilho, aquele falecido em 6-5-1938 e êste último a 20 de maio 1954, Maria, casada com o Dr. Honório Carrilho da Fonseca e Silva, e Judith, solteira, residente em Natal. Em segundas núpcias, com Idalina Pereira, irmã da primeira, deixando uma só filha, Alice Pereira Carrilho, Milton formou-se em direito no Rio, era alto funcionário da Alfândega, ali, casou com D. Maria Angélica e deixou dois filhos: Maria Lúcia e José Calistrato. Heitor formou-se em medicina em 1911, era especializado em Psiquiatria, diretor do Manicômio Judiciário do Distrito Federal, adquiriu fama por seus estudos, professor da Faculdade de Medicina de Niterói, E. R., e da Faculdade de Ciências Médicas do Rio, casou com D. Virgínia Ribeiro, de ilustre família mineira, e teve uma filha Virgínia, que é casada com o Dr. Elvo Santoro, diretor da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

Judith Pereira Carrilho é solteira e reside em Natal.

Alice Carrilho casou com o professor Ulisses de Góes, pessoa que tem prestado ao Rio Grande do Norte vários serviços, contribuindo assim para o progresso material e moral do Estado.

Maria (Nitinha) casou com o seu primo Dr. Honório Carrilho da Fonseca e Silva, devendo ser procurada na parte referente aos Fonseca e Silva (II, 1).

Enéas Carrilho de Vasconcelos bacharelou-se em direito na Faculdade do Recife (1888), foi promotor público em São Luiz do Maranhão, transportando-se para o sul do País, com a implantação do regime republicano, serviu na justiça dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, até que, em 1906, foi nomeado para a magistratura do Distrito Federal como pretor, aposentando-se, mais tarde, como juiz de direito. Casou-se na cidade de Prados, de Minas Gerais, com D. Guiomar Ribeiro, filha do Dr. Olinto Ribeiro, então deputado federal por êsse Estado. Dêsse consórcio houve vários descendentes.

Francisca Teodolinda Carrilho de Vasconcelos (Sinhá) maridou-se com o Coronel João da Fonseca e Silva Sobrinho, em cujo apelido deve ser procurada.

(2) De João Carrilho do Rêgo Barros, sei que casou com Inácia de Góes, filha de José de Góes de Vasconcelos Borba, senhor de engenho no vale do Ceará-mirim, e assassinado no lugar «Cruz do Góes». Teve filhos entre os quais, José Paulo Carrilho de Góes e Antônio Carrilho de Góes, sendo filha dêste Adélia, casada com Euclides de Moura Pegado, funcionário postal com numerosa descendência.

(3) Paulino Carrilho do Rêgo Barros casou três vezes, sendo a primeira com D. Joana Dantas, filha de Antonia Bento Viana, senhor do Engenho «Carnaubal». Sua filha Rosa casou com o seu primo Pedro Leopoldo Raposo da Câmara, e a de nome Paulina com outro primo — Cícero Leopoldo Raposo da Câmara, ambos com sucessão (6).

(4) Antonia casou-se com Manoel Leopoldo Raposo da Câmara, tendo ela n. em 1828 e f. em 1918 e êle n. a 8, set., 1810 e f. a 7, nov. 1905, durando o consórcio quase sessenta anos. Êle foi dono do engenho Paraíso (C. Mirim), donde era natural, e ocupou os cargos de delegado de polícia, juiz de paz e municipal, vereador, presidente da Câmara Municipal, deputado provincial em várias legislaturas e um dos mais prestimosos chefes do partido conservador naquele município, muito concorrendo para o progresso da região em que viveu (7).

Dessas núpcias, houve numerosa prole, destacando-se Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, bacharel em direito pela Faculdade de Recife (1880) (8), que foi advogado, deputado provincial, estadual e federal, vice-governador do Estado do Rio Grande do Norte, cuja administração exerceu por cinco vezes, de 1925 a 1927; diretor do *Diário do Natal* (1906-13); juiz municipal e de órfãos, membro da Câmara Municipal de Natal (1891), procurador da República (1895-1901); secretário geral do Estado (1920-4); presidente da ordem dos Advogados, além de outros (9).

O Dr. Augusto Leopoldo casou-se com a senhorita Maria Pia Pereira, filha do capitalista, comendador Joaquim Inácio Pereira, da qual teve vários filhos: Mário, Paulo, Abelardo, Aluísio e Maria da Conceição Leopoldo Raposo da Câmara.

Mário formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife (1911). E' funcionário da fazenda federal, tendo ocupado os cargos de Delegado Fiscal no Rio Grande do Norte, oficial de gabinete de vários Ministros da Fazenda, Procurador da Fazenda Nacional, sub-diretor do Tesouro Nacional, Delegado do mesmo

Tesouro em Londres, donde passou para a Delegacia de New York, nos Estados Unidos da América. Daí, foi desempenhar o cargo de sub-chefe da casa civil da Presidência da República, sendo nomeado Ministro da Fazenda, por decreto de 11 de outubro de 1955, empossando-se no dia seguinte.

Como Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Norte, (1933-35) criou o município de S. Miguel de Jucurutu; elevou Baixa-Verde à cidade; construiu dezenas de prédios escolares; melhorou vários serviços de utilidade pública no Estado, e na capital (10).

Paulo, engenheiro civil pela Academia da Bahia, é alto funcionário do Ministério do Trabalho, já desempenhou várias comissões importantes, dirigindo, inclusive a presidência de Resseguros do Brasil; Abelardo é funcionário da alfândega do Rio de Janeiro e Aluízio é médico na mesma cidade; todos casados, com prole.

Maria da Conceição casou-se com o seu primo Raimundo Câmara, sem geração.

Entre os filhos do casal Manoel Leopoldo-Antonia Carrilho, ainda conseguí os nomes de Antéro, Teófilo, Cícero, Pedro, Alfredo, João, que foram agricultores, e Rosa Amélia, que foi casada com o desembargador Luiz Fernandes (11).

(5) Ana Carrilho do Rêgo Barros faleceu solteira aos 81 anos de idade (1826-1907) (12).

(6) Braz Carrilho do Rêgo Barros, bacharel de Olinda (1837) (13), promotor público em Martins (1849) (14); juiz municipal em Extremoz (1859) (15); deputado provincial nos biênios de 1848-9 e 1850-51; c. em Natal, com Emília Cândida, filha de Bento Gervásio Freire do Revoredo e D. Ana Ricardo do Revoredo. Um filho dêsse casal, o bacharel em direito (1874), José Carrilho do Revoredo Barros, auditor de guerra, casou no Rio Grande do Sul, com uma irmã de Júlio de Castilhos; e uma filha, D. Maria Augusta, maridou-se com o bacharel Augusto Carlos de Amorim Garcia, pais de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, que nasceu no engenho do Meio (C. Mirim) (16); formado em direito pela Faculdade do Recife (1897), onde foi redator do *Estado de Pernambuco* (1897-1901), da *A Concentração* (1899) e colaborador da *A Cultura Acadêmica* (1904-6) (17). No Rio de Janeiro ocupou o cargo de diretor da Biblioteca Nacional (1938-45) e foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, tendo falecido em 1950; deixando trabalhos de alto valor literário e científico, principalmente sôbre história e etnografia.

(7) Dionísia Gertrudes. Ignoro o que há a seu respeito.

(2) Luiza Alberto de Barros, n. em Natal, a 12, abril, 1774, c. com Manoel Inácio Pereira do Lago, que foi tenente coronel do regimento de infantaria miliciana, provedor da Real Fazenda, desde 1806, e, como tal, presidiu o confisco dos bens dos republicanos de 1817. Pronunciado, em 1818, por ter ido ao engenho Belém, a chamado de André de Albuquerque, morreu na Bahia, em 1820, antes do perdão real, com mais de 50 anos de serviço público. Fez parte do Govêrno interino da província de 26, 4 a 17, 6, 1817 (18).

Uma filha de Manoel Inácio, Antonia Luíza casou com Francisco Machado do Rêgo Barros, filho do seu cunhado, Coronel Joaquim José do Rêgo Barros, a 11-12-1821, de cujo enlace provêm Focio, Lúcio e Joaquim José do Rêgo Barros (19).

Francisco Machado era capitão de milícia (20); foi ouvidor substituto da província em 1832 (21), juiz municipal de Natal, em 1838, tendo substituído, quando neste cargo, o chefe de polícia Joaquim Ayres de Almeida Freitas, juiz de direito da capital e vice-presidente da província que se ausentara da mesma após administrá-la de 11 a 25 de abril do ano referido (22); e vereador da câmara municipal da capital, em 1842 (23) e 1850 (24).

Fócio quase sempre foi militar, tendo comandado a Companhia de Polícia mais tarde Corpo de Polícia de 1861 a 1885 (25). A princípio como capitão e, de 1870 em diante, como major (26). Na qualidade de delegado de polícia de Natal, assumiu a chefia da polícia civil, em maio de 1881 (27). Foi conselheiro da Sociedade Teatral Apolo Rio Grandense (fundada em 1854) (28).

Lúcio era, em 1864, suplente de vereador da Câmara da capital (29); alferes de polícia da referida Companhia de Polícia, em 1867 (30); e porteiro da diretoria da instrução pública, em 1878 (31).

Joaquim José foi administrador do Hospital de Caridade, de 1879 a 1881 (32); juiz municipal em exercício na capital, em 1878 (33); tabelião do 1º e 2º ofícios em Macaíba (34); e comandante do Corpo Policial da Província, por ocasião da proclamação da república, a 15 de novembro de 1889 (35). Faleceu, a sua viúva, D. Arsênia Nobre do Rêgo Barros, em 1907, deixando duas filhas, uma solteira e outra viúva que viviam em sua companhia, além de um filho médico, residente há anos em São Paulo (36).

Ainda deparo nomes como os de Cosme, Francisco César e Eduardo Correia do Rêgo Barros. Francisco César poderia ser filho de Francisco Machado, uma vez que aparece em 1872, como tenente de polícia (37); porém, Cosme não o parece, pois, já era alferes por ocasião da aclamação do Imperador Pedro I, em 1822 (38), tempo em que êle tinha, apenas, um ano de casado.

Devia ser descendente de outro Rêgo Barros, por não constar ser do Coronel Joaquim José.

Eduardo Correia, promotor público da comarca de Trairí, em 1885, era pernambucano e bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife, em 1880 (39).

Fócio e Joaquim José foram voluntàriamente à guerra do Paraguai, o primeiro como capitão e o segundo como tenente, em 1865, sendo dispensados, ambos, a 4 de novembro do ano seguinte, por haver sido dissolvido o batalhão 28º de V. P., em que foram classificados (40).

3) Antônio Caetano do Rêgo Barros, padre. Só encontramos uma referência a seu respeito feita pelo seu irmão Joaquim José, na defesa que apresentou à justiça, quando acusado como revolucionário em 1817, contra o govêrno real, na qual tratou-o, por duas vêzes, como tal (41).

Câmara Cascudo afirma que José Joaquim Geminiano de Morais Navarro, o primeiro norte riograndense formado em direito, era filho de Antônio Caetano, compondo a primeira turma saída nessa Faculdade, em 1832. N. em Natal, a 19, dez., 1799; foi nomeado presidente da província de Sergipe, em 1833, administrou-a até fevereiro de 1835 (42). No relatório que apresentou à assembléia legislativa de Sergipe, a 1 de janeiro de 1835, tratou da mudança da capital, da reforma da instrução pública, dizendo que instalara no convento do Carmo um «Lyceo» compreendendo aulas de Latim, Francês, Geometria, Retórica e Filosofia, e, acrescentava: «a instrução publica he a alma dos Estados», «por ser a bussola da razão, a salvaguarda e fiel garante das instituições liberaes». Não esqueceu nessa fala as obras públicas, justiça e aquisição de uma tipografia para impressão dos atos públicos (43).

Em 1824, fez parte de uma deputação enviada à Paraíba e Pernambuco, para entender-se com os revoltosos chefiados por Paes de Andrade (44); tendo tido 22 votos na eleição para deputado geral, em 1837, quando foi eleito Basílio Quaresma Torreão, por 106 sufrágios (45); e sete votos para regente do império, em 1835 (46).

Em 1851, requereu pagamento de ordenados atrazados à Câmara dos Deputados, dizendo-se juiz de direito, pelo que a referida Câmara mandou, no ano seguinte, pagar-lhe, apenas, o tempo em que esteve licenciado. Do parecer da comissão respectiva, conclui-se que êle foi removido do juizado de direito de Goiana para um outro de Goiás, em 1842, levando mais de dois anos sem tomar posse, em vista do que foi substituído (47).

Rocha Pombo o inclui entre os homens de letras de 1828, na província natal (48).

4) Joaquim José do Rêgo Barros. Parece o mais moço dos irmãos, porém, foi o que exerceu papel mais influente na política local, conforme já vimos ao tratar dos Rêgo Barros. Quanto à ascendência da espôsa e descendência do casal, ver capítulo anterior.

II — No tocante aos filhos de Manoel Teixeira Barbosa, pai do Coronel Estevão, não temos notícia de descendentes de Manoel Teixeira Barbosa, falecido, em 1865; bem como de Joaquina Teixeira da Costa, casada em 1835, com Manoel Teixeira da Costa Borba; restando apreciar a sucessão de D. Joana e José Teixeira.

E' certo que aparece na crônica natalense, o nome de Manoel Alves Teixeira de Moura, dizendo-me o Dr. Honório Carrilho da Fonseca e Silva tratar-se de pessoa muito inteligente, mas, não sei a ligação existente com qualquer dos membros da família.

(1) Joana Teixeira da Costa c. a 27 de outubro de 1839, em Natal, com o Tenente-Coronel da G. N. Luiz da Fonseca e Silva, o qual era fazendeiro no vale do Açu (49), político influente e que residia num sítio em Rêgo Moleiro, nas proximidades de Aldeia Velha, hoje, Igapó, no ex-município de São Gonçalo, atualmente, distrito de Felipe Camarão. Foi deputado provincial nos biênios de 1835-7, 38-9, 40-1, 42-3, 44-5, 46-7, 52-3 e 56-7 (50) e administrador do município de Açu, de 1841 a 44 (51). Tinha um irmão ou parente muito próximo, chamado também Luiz da Fonseca e Silva e que viveu quase ao mesmo tempo (1814-77) e a quem os filhos de Luiz chamavam de tio padre (52). Êste era latinista, orador sacro e homem de letras; professor de retórica do Ateneu Riograndense, em 1841 (53); visitador, em 1873 (54); vigário do Açu, de 1837-8 (55) e de Extremoz, em 1859-60 (56) e foi deputado provincial nos biênios de 1844-5, 46-7 e 50-1 (57).

Um outro irmão — João da Fonseca e Silva era suplente de juiz de paz na vila de Princeza (Açu) em 1841 (58).

Do casal Fonseca e Silva-Joana Teixeira provém: Luiz, Manoel, Maria Emília, Ana Joaquina, João, Tereza, Francisco Victor, Joaquim e José.

(1) Luiz da Fonseca e Silva c. com Yayá de Góes (Estivas, C. Mirim), tendo os filhos seguintes: Cícero, Estefânia e Maria.

(1-1) Cícero Diniz da Fonseca c. com a prima Amália Carrilho da Fonseca e Silva, filha de João da Fonseca e Silva Sobrinho, a 6, outubro, 1894, no engenho S. João, no vale do Maxaranguape (59); sem descendentes.

(1-2) Estefânia Fonseca e Silva c. com o italiano Pascoal Romano Sobrinho, em 1900, do qual teve numerosa prole: Carmino,

Garibaldi, Cristovam, Jorge, Marisinha, Sonsuêlo, Maria de Lourdes, Stela; todos casados e com prole; tendo Marisinha falecido.

(1-3) Maria (Sinhasinha) c. com Antônio Leite, em fins de 1901 (60), de quem ficaram dois filhos.

(2) Manoel Teixeira da Fonseca e Silva era poeta e jornalista. O único dos irmãos que adotou o apelido materno de Teixeira, porém, antes dêsse matrimônio, sem que se possa explicar, houve um padre Manoel Teixeira da Fonseca e Silva, vigário de Caicó, em 1821 (61).

Foi secretário da diretoria da instrução pública e do Ateneu Riograndense (62); e como jornalista colaborou em vários periódicos, entre os quais, no *O Município* (C. Mirim), 1890-92 (63); e no *O Arrebol* (Natal), 1862 do qual foi certo tempo redator responsável (64).

Fundador do engenho Cumbe-Velho, no vale do Ceará Mirim (65), em cujo município fez parte de uma comissão diretora política com o seu irmão João Fonseca e Silva Sobrinho em 1890, para apoiar o partido do Dr. Pedro Velho (66).

Em 1904, foi nomeado oficial maior da secretaria do govêrno municipal, em Natal (67), em cujo exercício faleceu anos depois.

Casou-se, tendo havido do matrimônio: Joana, Leodegaria e Maximiano.

2-1 — Joana c. com Joaquim Wanderley, falecido em 1904, deixando Isabel (Belinha), Laura e Maria Nazaré, casando as duas últimas, tendo uma filha cada uma delas.

2-2 — Leodegaria maridou-se, duas vêzes, tendo falecido sem prole.

2-3 — Maximiano m. solteiro.

(3) Maria Emília c. com Francisco Nogueira, tendo tido: Joaquim, Luiz, Ana e Francisca Emília.

3-1 — Joaquim faleceu solteiro no Pará.

3-2 — Luiz Nogueira c. com Narcisa Tinoco, havendo os seguintes filhos: Graziela, solteira; Eleonora c. com o Tenente Costa; Senhorinha c. com Walter Moura (Waltôr); Dalva, viúva de Antônio Serrano; João Magno, Luiz e Narcisa, falecidos.

3-3 — Ana, falecida em estado de solteira.

3-4 — Francisca Emília c. com o médico Antônio Emerenciano China, o qual clinicou em Macaíba, Ceará Mirim, Macau e Natal. Nesta cidade, foi médico legista da polícia e da escola de aprendizes marinheiros; especializando-se em obstetrícia; faleceu em 1944. Tiveram Armando, Alvaro, Paulo, Alice e Asta.

Armando Nogueira China doutourou-se em medicina e farmácia, clinicou em Macau, onde se fez político e prefeito municipal. Mudando-se para a capital, montou uma farmácia. Casou com Alice Barata, filha do ex-deputado federal Dr. Afonso Barata, também clínico, operador e político, e de Maria Santina Heidmann Barata. Tiveram os filhos seguintes: Lêda China Bezerra c. com o Dr. José Pedro Bezerra, médico, com dois filhos — Ana Lúcia e Armando; Afonso Barata China, c. com Maria Marta da Câmara China, com dois filhos — Maria Helena e Paulo Afonso.

Alvaro Nogueira China c. com Zulmira Paiva (filha de Petronilo Paiva) com quatro filhos: Fernanda Eugênia, Véra Alice, Dr. Ionaldo Mussolino de Paiva China (médico) c. com Maria da Conceição Barreto, com um filho — Marcelo.

Paulo China (falecido), c. com Iracema Madeira de quem tem uma filha chamada Wanda Madeira China.

Alice c. com o bacharel em direito Luiz Tavares de Lyra, que foi promotor público em Natal, juiz de direito em S. José de Mipibu e Natal, de onde foi para o Tribunal de Justiça do Estado, em 1913 e aí, permaneceu como desembargador até aposentar-se.

Asta c. com o Dr. Luiz Bandeira de Melo, sem filhos.

(4) Ana Joaquina c. com o primo Joaquim Manoel Teixeira de Moura. V. título segundo, III, quanto à sua descendência.

(5) João da Fonseca e Silva Sobrinho foi agricultor e fazendeiro, além de político, tendo sido senhor dos engenhos de açúcar São João, Riacho e Mangueira, no vale do Maxaranguape; das fazendas Carapebas (Angicos) e Serra Azul (S. Gonçalo), da metade do engenho Tapitanga (S. Gonçalo) e alguns sítios em Maracajau e Riachão (68).

Tomou parte ativa na campanha abolicionista em Touros, aonde foi um dos delegados da Sociedade Libertadora Norte Riograndense, desde janeiro de 1888 (69); foi deputado à assembléia legislativa provincial no biênio de 1888-89 (70); e já no regime republicano, compôs uma comissão política, em Ceará-Mirim, para apoiar Pedro Velho, desgostando-se, depois.

Casou-se com Francisca Theolinda Carrilho, sua prima, filha de Francisco Carrilho do Rêgo Barros e irmã do Dr. J. Calistrato Carrilho de Vasconcelos, de quem houve os filhos seguintes: Elviro, Maria, Amália, Sérgio, Honório, Evangelina, Arminda, José, Ana, Abelardo, Ducila, Elvira e Agenor.

5-1 — Elviro Carrilho da Fonseca e Silva, formado em direito pela Faculdade do Recife, em 1890 (71); fixou-se no Distrito Federal, aonde foi delegado de polícia, pretor, juiz de direito, desembargador do Tribunal de Apelação e presidente desta alta côrte

de justiça. Aposentado, faleceu anos depois (7-8-1942). O fato de haver presidido o referido Tribunal por eleição dos seus pares, mostra o prestígio de que desfrutou no seio dessa corporação e os dotes intelectuais de que era possuidor.

Casou-se em primeiras núpcias com a prima Olga da Fonseca e Silva, filha do General Francisco Vitor da Fonseca e Silva, tendo apenas dois filhos dêsse matrimônio: Octavio e Zulmira. O primeiro casou-se com Marta Fernandes, de quem tem: Aldo, Maurício e Jacy. Esta se maridou com o médico Gilberto Ferreira, com três filhos: Célia, José Luiz e Maria Célia. Maurício conserva-se solteiro.

Zulmira casou-se com Edgard James, alto funcionário da Prefeitura do Distrito Federal, tendo, apenas, um filho — Carlos Armando, solteiro.

Do segundo matrimônio com Déia Dantas (Dadá), gaúcha, da ilustre família Santiago Dantas, não deixou prole.

5-2 — Maria (Mariquinha) faleceu solteira.

5-3 — Amália. V. Cícero Diniz da Fonseca (II-1).

5-4 — Sérgio da Fonseca e Silva c. com a prima Joana Lydia da Fonseca Moura.

V. Manoel Joaquim Teixeira de Moura (IV-6).

5-5 — Honório Carrilho da Fonseca e Silva, formado em Direito pela Faculdade do Recife em 1894. Foi professor do Colégio Militar no Rio de Janeiro e jornalista, indo, em seguida, para o Rio Grande do Norte, como procurador da República, cargo em que se aposentou, depois de trinta anos de serviço; passando, então, a residir na capital do país.

Desde jovem, colaborou ou fez parte da redação de vários periódicos, como *O Tentamen* (1889), *Tribuna Juvenil* (1889), *Porvir* (1889-90), *Mocidade* (1890), *Vinte e Um de Julho* (1905); *A Evolução* (1906-7), *Pax* (1907-8) e *A Capital* (1908), todos de Natal (72).

Em Recife, ainda acadêmico, foi redator, com João Chaves, Hemetério Fernandes, Souza Nogueira e José Lucas da Câmara, da *Revista Potiguar* (1893) (73), sempre demonstrando nas suas produções viva inteligência e variada cultura; sem esquecer as musas, de que foi apaixonado cultor.

Fez parte de várias sociedades em Natal, inclusive do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, de cujas comissões e diretoria foi membro várias vêzes.

Casou-se com a prima Maria Pereira Carrilho (Nitinha), filha do Dr. José Calistrato Carrilho de Vasconcelos, da qual tem;

Edgard, c. com Aída Barreto, e formado em direito, promotor público em Paraty (Estado do Rio), com prole; Edson, formado em direito, casado, sem prole; Rômulo, casado, com prole; Mário, solteiro; Heloisa, Maria Terceira, Maria de Lourdes, Elza, Mônica, Heleno, Rômulo e Maria Itala.

5-6 — Evangelina (Yayá), solteira.

5-7 — Arminda c. com o primo Estevão Neto da Fonseca Moura. V. êste nome (título II, IV, 3).

5-8 — José Carrilho da Fonseca e Silva (Juca), agricultor, c. com Joaquina Varela, de quem houve: Maria, casada, com prole; Jacy, casada, falecida, tendo deixado uma filha chamada Jacy, solteira; Moacyr c. com a prima Amélia Carrilho, filha do engenheiro Agenor Carrilho da Fonseca e Silva, tendo dois filhos: Gilberto e Gastão; Jandyra c. com Antonio Basílio Ribeiro Dantas Francisca (Chiquita), casada, com prole; Mauro, casado, com prole.

5-9 — Ana (NANA), solteira.

5-10 — Abelardo Carrilho da Fonseca e Silva, agricultor, c. com Lilia Dantas, filha do Coronel Felismino do Rêgo Dantas Noronha, com filhos: Gerusa, casada, com prole; Arlete, solteira, assassinada em 1942 e mais três rapazes Newton, João e Marcílio.

5-11 — Ducila, solteira, falecida.

5-12 — Elvira c. com Manoel Burity, de quem tem duas filhas e um filho chamado Alcindo, já viúvo.

5-13 — Agenor Carrilho da Fonseca e Silva, diplomado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1909. Ocupou vários cargos na E. F. Noroeste do Brasil, aposentando-se; servindo atualmente como perito no Distrito Federal. Casou-se quatro vêzes, tendo do primeiro enlace uma filha chamada Vera, viúva, sem prole; do segundo, com Semiramis (Mato Grosso), com prole: Amélia, c. com o primo Moacyr, funcionário da Sul-América (V. 5-8); Agenor, radiotelegrafista, casado, sem prole; e do terceiro com Lucy Marques (Rio) tem: Sylvia c. com o primeiro Tenente do exército Orlando Lauro, sem prole; e Luciano, solteiro. O quarto matrimônio realizou-se em julho de 1953, com Odila Fonseca e Silva.

5-14 — Julieta c. com o primo Gastão da Fonseca e Silva (V. 7-1).

5-15 — Alcides Carrilho da Fonseca e Silva c. com Iracema Ribeiro, filha do Dr. Olinto Ribeiro, antigo político mineiro, e sogro dos seus parentes Drs. Enéas Carrilho de Vasconcelos, Heitor Pereira Carrilho e Mario Câmara.

Tem o casal: Marilda c. com o médico Dr. Bady Derraque, de quem houve uma filha chamada Maria Virgínia, solteira.

6) — Tereza Josefina c. com o primo Manoel Joaquim Teixeira de Moura (V. Tit. II, IV).

7) — Francisco Victor da Fonseca e Silva, n. a 15 de março de 1851 (74), sentou praça voluntàriamente em Natal, a 23 de fevereiro de 1865, com destino à guerra do Paraguai, no 2º V. P., mas devido a sua pouca idade, matriculou-se na Escola preparatória anexa à Militar, incluído como praça do 1º batalhão de artilharia a pé. Apesar disso — «Em 1866 e 1867 pediu para encorporar-se ao Exército em operações no Paraguai, o que não lhe foi concedido em vista de sua pouca idade e desenvolvimento físico». «Em 1868, aproveitando-se do embarque de uma turma de alunos da escola militar que seguia para a campanha, encorporou-se a ela e embarcou com os colegas». Ainda de bordo, o Marquês do Paranaguá, então ministro da guerra, o quis fazer regressar à escola por ver que êle não podia com a mochila, mas êle instou e seguiu (75).

No Paraguai serviu na repartição telegráfica e no batalhão de engenharia, tendo sido promovido a segundo tenente por atos de bravura no assalto à cidade de Peribebui, segunda capital da república do Paraguai, e condecorado com o hábito da Rosa e a medalha de bravura militar; tendo tido a grande honra de servir sob as ordens imediatas do bravo General Barão do Triunfo, no combate sanguinolento da ponte de Surubibi (76).

A promoção de segundo tenente, em comissão, foi a 21 de julho de 1869 (77), mas, a efetiva se deu a 15 de outubro seguinte, por ações de bravura nos combates de 21 de julho e do mês de agôsto, por ato de S. A. o príncipe imperial, comandante chefe do exército em operações no Paraguai (78).

Desde julho que êle vinha demonstrando entusiasmo e arrôjo nos embates, em que tomava parte, e chamado à presença do comandante chefe, Conde d'Eu, para ser promovido a oficial, S. A. I. não a confirmava, tornando-a sem efeito, por mais de uma vêz, por achá-lo com aspecto de criança e julgar que o cadete Fonseca, de estatura baixa e apenas aos 18 anos de idade, não sabia comandar ou não podia impor-se como comandante; mas, ante repetidos fatos demonstrativos de intrepidez e mando, não pôde mais adiar o acesso tão bravamente conquistado (79).

Antes de finda a guerra, conseguiu uma licença, mas, desistiu e ficou no batalhão de engenharia (80). Finda a luta, voltou à Escola Militar, afastando-se da Côrte, por doença, da qual se tratou na sua terra natal. Regressando, desempenhou várias

comissões de alta confiança, entre as quais as de auxiliar de gabinete do ministro da guerra, por mais de uma vêz; ajudante do corpo de alunos da E.M., pelo qual era tão estimado que, sendo certa vez demitido pelo Ministro Candido de Oliveira, levado sòmente por política, o corpo de alunos levantou-se e exigiu a sua reintegração, que se deu dois dias após ao ato de exoneração (81); ajudante de ordens do presidente da província do Espírito Santo; major fiscal do Corpo Policial da Côrte (82); e comandante do Corpo Policial da província do Rio de Janeiro, de novembro de 1888 a junho de 1889, do qual foi afastado, a pedido, por haver sido mudado o presidente que o nomeara (83).

Era primeiro tenente do exército desde 5, jul., 1884, e lhe foram concedidas honras de tenente coronel, por decreto de 25, junho, 1889 (84); mas, sòmente com a implantação do regime republicano, no que teve papel saliente, passou ràpidamente a capitão (7, jan. 1890); a major (8, out., 1890); a tenente-coronel graduado (30, agto., 1892), efetivo (12, agto. 1893) e a coronel do Estado Maior de segunda classe (3, nov. 1898) (85), reformando-se, por motivo de moléstia, porém, a pedido, como general de brigada, com graduação de general de divisão; faleceu pouco depois, a 27, jul. 1905, contando, apenas, 54 anos de idade.

A 15 de novembro de 1889, foi mandado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, assumir o comando do Corpo Policial da província do Rio de Janeiro. Esta corporação, porém, pela manhã dêsse dia já estava no arsenal de marinha, de onde seguiu para o «Campo de Sant'Ana», encontrando-a Fonseca e Silva, na rua Primeiro de Março. Aí, intimou o Coronel Honorio Lima, seu comandante, a entregar-lhe a direção do mesmo, ao que Lima retrucou-lhe que só o entregaria de ordem do presidente da província, Sr. Carlos Afonso. Ameaçado de prisão, Lima rendeu-se, dizendo, entretanto, que iria protestar perante o Marechal Deodoro.

Retornando a fôrça a Niterói, pelas 14 horas, encontrou no quartel o Presidente Carlos Afonso acompanhado de outras autoridades e paisanos armados, os quais foram desarmados e dispensados, bem como oficiais da G.N., que guardavam os postos policiais, substituídos por elementos do referido corpo. Antes dessas providências, o presidente da província indagou de Fonseca e Silva por ordem de quem vinha tomar o comando do corpo, ao que êste respondeu que «do marechal Deodoro». Interpelada a oficialidade pelo Sr. Carlos Afonso se reconhecia como comandante o Tenente-Coronel Fonseca e Silva e respondido sim, o presidente convidou-o, então, a tomar conta também da presidência,

ao que êle se recusou, porém, assumiu a 16 a chefia de polícia, que ocupou até o dia 17, quando se apresentou o chefe de polícia nomeado, e tomou várias providências para a manutenção da ordem; e na falta de outra autoridade, recebeu adesões de pessoas e funcionários da capital e do interior da província (86). A 29 de novembro, o referido Corpo, tendo à sua frente, o governador Portela, o comandante do corpo, o chefe de polícia, ajudantes, banda de música, envergando o primeiro uniforme, foi ao Rio de Janeiro cumprimentar o chefe do Govêrno Provisório, orando, na ocasião, Aristides Lobo e Benjamin Constante e agradecendo, em nome do Marechal Deodoro, o General Barreto. A tropa foi acompanhada por compacta multidão, na ida e volta, e entusiàsticamente ovacionada, ouvindo-se vivas ao «brioso corpo de polícia e seu altivo comandante» (87).

Como homenagem aos serviços prestados, foi mudado o nome da praça «19 de Fevereiro» para «Fonseca e Silva»; fundou-se um clube denominado «Fonseca e Silva» e a oficialidade do Corpo Policial lhe ofereceu um almoço (88); seguindo-se outras provas de apreço, não só pela sua promoção a capitão «por serviços relevantes», como por outras causas (89), inclusive a de acesso a coronel do referido corpo, que passou a denominar-se «Regimento Policial do Rio de Janeiro», composto de um esquadrão de cavalaria, dois batalhões de infantaria e um corpo de bombeiros (90).

No govêrno do Marechal Floriano, ocupou a função de chefe do E. M. da Guarda Nacional, desempenhando o cargo de Sub-Intendente geral da Guerra de 1900 a 1902.

Devido à sua atuação à frente do comando da polícia militar, os fluminenses fizeram-no deputado à Constituinte republicana, de 15, nov., 1890 a 15, jun., 1891; e primeira legislatura desta última data a 25, set., 1893.

Já, em fevereiro de 1890, o partido republicano, numa grande reunião em Campos, convocada por Nilo Peçanha, resolvia delegar plenos poderes «ao ilustre e bravo tenente coronel Fonseca e Silva, para representa-lo junto ao governo geral e do Estado»; e, em (91) maio seguinte, era honrado com uma visita do grande democrata Silva Jardim, no quartel sob sua direção (92).

Em 1892, esteve no Rio Grande do Norte, com o fim de repor, auxiliado pela fôrça federal, o governador Miguel Castro, mas, como o comandante da guarnição federal não aquiescesse ou parte dos oficiais do 34º batalhão de infantaria, único existente no Estado, não estivesse de acôrdo, regressou ao Rio de Janeiro, sem haver conseguido o seu desejo (93).

Contudo, em 1902, dissipado qualquer ressentimento entre ambos e gozando Fonseca e Silva de grande prestígio no seio

do Exército, Pedro Velho dêle aproximou-se, e, como diretor supremo do partido republicano federal no Rio Grande do Norte, o indicou para preencher a vaga de Augusto Severo, que falecera no desastre do «Pax», em Paris, sendo, então eleito deputado federal a 17, agôsto, 1902 (94), e reeleito para a quinta legislatura (1903-1905), em cujo decorrer faleceu.

A República, órgão oficial dêsse partido, ao fazer a indicação de Fonseca e Silva para essa deputação, diz que, nessa escolha não presidiu o critério de premiar serviços ao partido e sim «o desejo de galardoar um riograndense ilustre que desde os campos do Paraguay, tem honrado a terra que lhe foi berço». «O seu nome achando-se ligado aos grandes acontecimentos da nossa historia no periodo da transição do antigo para o novo regimen, como um dos seus mais eficazes colaboradores» (95).

E aduz, noutro número: «Teve papel saliente na proclamação da republica, valendo-lhe no Estado do Rio, um posto de alta confiança, pelo que este o elegeu representante á Constituinte, onde o coronel Fonseca e Silva deixou honrosos traços de sua passagem pelo parlamento brasileiro».

E mais: «Não podemos silenciar sobre os serviços que aos nossos patricios e aos nossos interesses na Capital Federal ha prestado o Centro Norte Riograndense, atualmente presidido pelo coronel Fonseca e Silva, que assim deseja trabalhar pelo melhoramento e pelo progresso de sua terra natal» (96).

A *Avenida,* revista da Capital Federal, dizia: «É um dos vultos mais simpaticos do nosso glorioso exercito»; que desempenhou brilhantes comissões na guerra do Paraguai, conquistando, assim, medalhas de bravura e mérito, prestou valiosos serviços ao Estado do Rio, até sua completa organização e na primeira Constituinte republicana do Brasil, distinguindo-se, atualmente, ao lado de seus companheiros de representação na Câmara Federal, não só pelo seu esfôrço pessoal, como também junto ao govêrno, promovendo os meios e auxílios para minorar os sofrimentos de seus patrícios vítimas da terrível sêca que assola o seu Estado (97).

Casou-se, em 1874, com a senhorita Elvira Neves, de cujo consórcio houve os filhos seguintes: Olga, Gastão, Cora, Carmen, Francisco, Guiomar e Aracy.

7-1 — Olga c. com o primo Elviro Carrilho da Fonseca e Silva (v. *Colaterais,* II, 1).

7-2 — Gastão da Fonseca e Silva, funcionário do Conselho Municipal do Distrito Federal, aposentando-se como chefe de serviço.

Casou com a prima Julieta, filha do Coronel João da Fonseca e Silva, de quem tem dois filhos: Francisca (Francisquinha) c.

com Orlando Thompson, funcionário da Companhia Telefônica, com um filho — Helio, c. Neiva Vidal, de quem tem um rebento — José Benício; e Roberto, desquitado, sem prole.

7-3 — Cora c. com o Capitão Tenente Mario Lahmeyer, ambos já falecidos, deixando três filhos, todos solteiros: Heitor, engenheiro civil, funcionando no Departamento de Águas e Esgôtos da Prefeitura do Distrito Federal; Renato, funcionário do Departamento Federal de Segurança Pública, no qual tem dirigido vários serviços; e Nair, de prendas domésticas.

7-4 — Carmen casou com o Dr. Julio Palma, médico do exército, de quem houve um filho — Francisco Victor da Fonseca Palma (Chiquinho), engenheiro arquiteto e construtor, que se matrimoniou com Ferreira da Silva e de quem tem três filhos: João, Marcos e Ana Beatriz.

7-5 — Francisco Maxaranguape, n. em 1887, e falecido solteiro e ainda jovem.

7-6 — Guiomar c. com o Capitão de mar e guerra Evandro Santos, falecidos, sem prole.

7-7 — Aracy, falecida aos dois anos de idade.

8) — Joaquim Manoel da Fonseca e Silva, também foi voluntàriamente para a guerra do Paraguai, assentando praça no primeiro corpo de voluntários, seguindo como 1º cadete (98), voltando da campanha, antes de findar a luta.

Foi funcionário da Tesouraria provincial, servindo como escrivão da mesa de rendas de Mossoró (99). Era condômino do engenho Tapitanga.

Casou-se com Maria Adelaide Seabra da Fonseca, tendo vários filhos: Joana, Maria Chambre, Ana, Pedro, Ignesilla, Isabel, Maria Natalia, Esther e Paulo.

8-1 — Joana, c. com José de Vasconcelos Chaves, funcionário público, sem prole. (V. Tit. II, VII, 2).

8-2 — Maria Chambre, c. com Alfredo da Fonseca Moura, funcionário público (V. Tit. II, IV, 4).

8-3 — Ana, c. com Israel de Oliveira, oficial da polícia militar do Rio Grande do Norte.

8-4 — Pedro, que foi funcionário público, muitos anos, é hoje industrial em Recife, c. com Lydia Mendes da Fonseca, de quem teve: Ruy, casado, funcionário público; Vera, solteira; Délio casado, industrial; Edmundo, solteiro, industrial; Cora, casada.

8-5 — Ignesilla, solteira.

8-6 — Isabel, c. com Augusto Carlos de Melo L'Eraistre, funcionário da aeronáutica, sem prole.

8-7 — Maria Natalia, professôra, c. com Eurico Seabra de Melo, conferente da Alfândega de Santos (S. Paulo); já falecida.

8-8 — Esther, c. com José Martorano, funcionário público no R. Gr. do Norte, com filhos: Geraldo, casado, comerciante em Recife (Pernambuco); Aracilda, casada em Recife; Eugênio, comerciante, na mesma cidade.

8-9 — Paulo, oficial administrativo dos Correios e Telégrafos, aposentado, como chefe de secção na administração de Juiz de Fora, casado, com filhos: Ridan, casada com Jorge Schimidt Nogueira, escriturário do Banco do Brasil, Rio de Janeiro; Sara, c. com Silvio Correia de Miranda, técnico de Laboratório da Prefeitura do Distrito Federal; Maria Iara, c. com Celso Cardoso Pinto, farmacêutico e funcionário público em Juiz de Fora (Minas); Humberto, funcionário público em Recife; Dante, funcionário público no Distrito Federal; Maria Adelaide, Vicente de Paulo e Joaquim, estudantes.

Há quatro tetranetos do casal — Joaquim Fonseca — Maria Adelaide Seabra da Fonseca.

9) — José Augusto da Fonseca e Silva, oficial da secretaria do govêrno provincial; tendo sido, mais tarde, fiscal do consumo em Macau, onde morreu.

Casou com Elvira Teixeira, filha de Joaquim Teixeira, agricultor no baixo Potengí, tendo sido o seu sítio *Magalhães* vendido ao governador Alberto Maranhão, que o crismou de *Califórnia*. Do casal, houve a seguinte geração: Maria Suzana, Oscar, Marieta, Ana Nila, Ulysses, Guiomar, Joana, João, Sofia e Sílvio.

Houve um segundo casamento, sem prole.

9-1 — Maria Suzana, falecida aos quinze anos de idade.

9-2 — Oscar da Fonseca e Silva foi funcionário da Intendência Municipal de Natal, de onde saiu para o sul do país, fixando-se em São Paulo, aonde c. com Rita Ferreira (portuguêsa) com dois filhos: Elvira, solteira, e Augusto, que se casou com a espanhola Dora, de quem tem dois filhos: Ricardo e Dulce.

9-3 — Marieta, c. com João Sizenando Pinheiro, comerciante em Macau, mais tarde, residente em Natal, onde foi gerente da Companhia Fôrça e Luz; falecido em 1926, deixando três filhos: Maria Odete, Dagmar e Ewald.

Ewald é auditor do Tribunal de Contas da União, tendo feito parte anteriormente do seu corpo instrutivo. Do seu con-

sórcio com a senhorita Angela Moraes de Barros, oficial instrutivo do mesmo Tribunal, há um filho chamado Luís Cláudio.

Dagmar casou-se com Afrodisio Borba Filho já falecido, tendo duas filhas: Maria Ligia e Marilda, estudantes em São Paulo. Maria Odete maridou-se com Manoel Batista de Moura, de quem tem quatro filhos: Eider, Herbert, Maria e Eduardo, estudantes.

Marieta realizou segundas núpcias com Manoel do Nascimento Fernandes de Oliveira, sem prole.

9-4 — Ana Nila (Nanila) c. com João de Freitas, com um filho — João da Fonseca Freitas que se casou com Anita, de quem há duas filhas: Maria e Tereza.

9-5 — Ulysses da Fonseca e Silva foi para o Território do Acre (Alto-Juruá), onde ocupou algumas funções públicas, dirigindo-se, em seguida, para Manaus e Boa Vista, no Rio Branco, cidade, hoje, capital do Território de Rio Branco, e na qual se fêz comerciante e casou-se com Didi Brasil, deixando três filhos.

9-6 — Guiomar c. com João Wanderley, e a sucessão se-com Maria Severo, de quem houve quatro filhos; Warton c. com Zilda Wanderley, com dois filhos: Ryane e Renan; Wilson c. com Maria Severo, de quem houve quatro filhos; Warton c. com Maria de Lourdes, tendo um filho — Sergio; Wanda c. com Newton, sem prole.

9-7 — Joana Lidia (Pretinha) c. com Décio de Carvalho, falecido, com geração: Maria das Dores, José, Edith e Geraldo. Maria c. com Jorge Dumaresc, com 4 filhos; José c. com Inez, com 4 filhos; e Edith com Clodoaldo, com 3 filhas.

9-8 — João Augusto da Fonseca e Silva que, muito jovem ainda, dirigiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, e aí, após várias vicissitudes, conseguiu equilibrar-se na vida, organizando emprêsas imobiliárias, achando-se, de certo tempo para cá, numa situação de abastança, convivendo na mais alta sociedade da capital do país e concorrendo para o seu progresso, tido como um dos mais opulentos dos seus habitantes.

Consorciou-se com a senhorita Alice de Alencar Araripe, filha do Coronel do Exército Tristão Alencar Araripe, ex-prefeito do Departamento de Alto-Purus (Território do Acre); tendo do casal uma filha Maria Alice, que se casou com o Capitão Tenente Marcos Bittencourt, com descendência: Maria Cristina, Maria Vitoria e Maria Alice.

9-9 — Sofia c. com o engenheiro civil Milton Duarte, com geração: Marta e Helena, ambas casadas e com prole.

9-10 — Silvio, falecido, c. com a húngara Myne, deixando uma filha — Maria Rosa.

2) — Resta sòmente registar a descendência de José Teixeira da Costa Barbosa, que não adotou o apelido Moura, o que era comum nas famílias antigas. A família Teixeira Barbosa, ou Barbosa de Moura, estava ligada aos Costa pelos lados materno e paterno. Manoel Teixeira Barbosa, pai de José Teixeira, era neto do Capitão-mor Jerônimo Teixeira da Costa, de Pernambuco, e se casou com D. Ana da Costa e Vasconcelos, da Paraíba, de sorte que êsse sobrenome podia ser empregado por qualquer dos descendentes de Manoel Teixeira Barbosa, que, às vêzes, também o usava, conforme já assinalamos ao tratar de sua pessoa.

José Teixeira da Costa Barbosa era agricultor e dono do engenho Boa Vista, no vale do Cajupiranga, um dos formadores do rio Pirangi.

Casou a 8 de março de 1835, com D. Maria de Góes e Vasconcellos (101), contando-se entre os seus filhos — Joaquim, Manoel, Jerônimo e José Teixeira da Costa Barbosa, Antonio Joaquim, Maria Rosa e Ana Teixeira de Carvalho.

Os quatro primeiros adotaram o sobrenome do pai; aos três últimos, porém, José Teixeira impôs o apêndice *Carvalho*, alheio à família, suprimindo, assim, o patronímico Costa Barbosa (102).

1) — Manoel Teixeira da Costa Barbosa.

2) — Joaquim Teixeira da Costa Barbosa.

Apenas conseguimos saber que se casaram com sobrinhas cujos nomes não conseguimos obter (102-A).

3) — Jerônimo Teixeira da Costa Barbosa. Casou-se com D. Filonila Teixeira de Medeiros, irmã de Aureliano Clementino de Medeiros, seu cunhado (102-B).

Não sei se deixou prole.

4 — José Teixeira da Costa Barbosa Junior. Deve ter nascido em 1842, pois, ao apresentar-se no dia 22 de fevereiro de 1865, em Natal, voluntàriamente, para servir na guerra contra o Paraguai, tinha 23 anos de idade.

Foi incluído no 28.º V.P., do qual passou ao 38.º V.P., a 24 de julho do mesmo ano, mas, ao regressar da guerra estava no 23.º V.P., cujo quartel era na cidade de Niterói, na ex-província, hoje Estado do Rio de Janeiro, onde teve baixa do serviço, a 9 de abril de 1870.

Do título de escusa ou baixa de serviço de José Teixeira, consta mais que êle fêz as manobras do exército da cidade de

Corrientes até a margem do rio Paraná, tomando parte nos combates de 2, 24, 25 e 28 de maio; bombardeio de 16 de junho; combates de 16 a 18 de julho, tudo de 1866; combates de 24 de setembro e de 3 de novembro de 1867; no sítio de Humaitá, e nas marchas desta fortaleza até a cidade de Assunção, e nos combates de 6 e 11 de dezembro de 1868; nos combates de 5, 12 e 16 de agôsto e fêz as expedições para São Joaquim, retirando-se para Rosario a 19 de novembro de 1869.

Era segundo cadete e serviu como sargento Quartel Mestre (102 C).

Por Carta Patente de 16 de julho de 1868, foi nomeado alferes do 22.º batalhão da guarda nacional do Rio Grande do Norte, pelo presidente da província Gustavo Adolpho de Sá (102 D).

José Teixeira Junior casou-se com D. Maria Amelia Teixeira de Medeiros, também irmã do Coronel Aureliano Clementino de Medeiros. Dêsse matrimônio houve três filhos: um homem e duas mulheres. Estas são Maria Elisa Meirelles e Vicência de Paula Meirelles, a primeira residente em Natal, com uma filha chamada Martha Meirelles, e a segunda residente em Recife, Estado de Pernambuco (102-E).

5) — Antônio Joaquim Teixeira de Carvalho, conhecido por «Carvalhinho», senhor de engenho no referido vale do Cajupiranga, nascido em 1850 e falecido a 1 de dezembro de 1918.

Era muito respeitado pelas suas virtudes públicas e privadas, fazendeiro e industrial de grande atividade (103).

Pertencia ao partido republicano dirigido por Pedro Velho, Alberto Maranhão e Ferreira Chaves, esclarecendo o jornal *A República* que êsse partido contava com a sua dedicação e lealdade, desde a organização republicana do Estado, ao qual nunca recusou os mais arriscados postos de sacrifício, tendo desempenhado com inteligência e critério muitos cargos de nomeação do govêrno e de eleição popular, sendo ultimamente intendente da capital (104).

Casou-se com Isabel Honorina Leitão de Carvalho, deixando a geração seguinte: Antônio Joaquim Filho, José, Joana Hercilia e Pedro Juvenal.

1-1 — Antônio Joaquim T. de Carvalho Filho, f. solteiro;

1-2 — José Teixeira de Carvalho, funcionário do Tesouro Estadual, já falecido, c. com Maria de Miranda Galvão, sem prole.

1-3 — Joana Hercilia Carvalho de Oliveira, c. com o farmacêutico Ovidio Fernandes de Oliveira, com a seguinte prole: João, Jandira, Jurandi, Maria Isabel, Analia, Raimundo e Iara.

3-1 — João Carvalho Fernandes de Oliveira, funcionário público federal, atualmente em comissão como diretor regional dos Correios do Rio Grande do Norte; c. com Joana Elisa Manço Maciel, com os filhos seguintes: José, Adamires, Maria Nina, Nilsen, Vera Maria e Ovídio.

3-2 — Jandira Carvalho de Oliveira Café, c. com João Café Filho, com um filho chamado Eduardo Antonio de Oliveira Café.

Café Filho desde môço que se interessou pelas causas sociais, defendendo o direito dos operários e pescadores, e, a despeito de haver sofrido perseguições de algumas autoridades no seu Estado natal, ressurgiu, por ocasião da revolução de 1930, que ajudou a preparar.

Após algumas alternativas próprias da política partidária e haver exercido alguns cargos de certa relevância, como o de chefe de polícia do Estado, foi eleito deputado em 1934, sendo reeleito para a Câmara Federal dos deputados várias vêzes, até que, na eleição de 1950, foi eleito vice-presidente da República, e como tal assumiu a presidência da República, no dia 24 de agôsto de 1954, para completar o quinqüênio iniciado em 1951, pelo Presidente Getúlio Vargas, que se suicidara. Pertence êle ao partido social progressista, do qual é um dos mais operosos e prestimosos membros.

3-3 — Jurandi Fernandes da Nóbrega é viúva de Mário Alves da Nóbrega, sem geração.

3-4 — Maria Isabel de Oliveira Aires, c. com Gasparino Rodolfo Aires, gerente da Atlantic Refining em Pôrto Alegre (R. Grande do Sul), com um filho de nome Rubens Antônio Aires.

3-5 — Anália c., em primeiras núpcias, com Hermínio Alves Fernandes, do qual teve dois filhos: Domingos Sávio e Fernando Antônio; e, em segundas, com José Teixeira Câmara, de quem tem um filho.

3-6 — Raimundo Carvalho Fernandes de Oliveira, funcionário da Alfândega do Rio de Janeiro, c. com Odete Fuzeira Fernandes de Oliveira, com duas filhas: Elizabeth e Tereza Cristina.

3-7 — Iara c. com Frederico Steinger, comerciante na cidade do Rio de Janeiro, com três filhos: Ana Catarina, Maria Cristina e Maria Isabel.

1-4 — Pedro Juvenal Teixeira de Carvalho, presidente da Intendência municipal de S. José de Mipibu, em 1922, 1926 e 1929, exercendo ainda hoje essa função com o título de prefeito,

reeleições essas que indicam a sua forte influência na política local.

2) — Maria Rosa Teixeira de Carvalho casou em 1877, com Aureliano Clementino de Medeiros, filho de Manoel Clementino de Medeiros e Maria Borges e neto paterno de Manoel Clementino de Medeiros e Maria da Gloria Cavalcanti (pernambucanos).

Aureliano nasceu na ex-província da Paraíba, a 14 de julho de 1853, na vila de Pilar, segundo o seu filho Aureliano de Medeiros Filho, ou no Município de Itabaiana, segundo o desembargador Luís Tavares de Lyra (105). Casara, anteriormente, com Apolonia Lustoza ou Fernandes, de quem houve dois filhos, que faleceram.

Antes de contrair segundas núpcias, já residia na povoação de Macaíba (106), onde prosperou, principalmente, depois que entrou a fazer negócios diretamente com a praça do Recife, tornando-se exportador e um dos maiores comerciantes do lugar. Foi alí chefe do partido republicano estadual e presidente da intendência municipal, mas, sem poder adaptar-se à politicagem, em 1908, resolveu mudar-se para Natal, onde, apesar de solicitado por mais de um governador, conseguiu manter-se arredado da mesma (107).

Na capital, além de ter sido um dos mais considerados comerciantes, foi reeleito várias vêzes presidente da Associação Comercial, e, devido ao seu esfôrço e tenacidade, construiu vários edifícios importantes, concorrendo para o embelezamento da cidade.

Do casal Aureliano Medeiros-Maria Rosa, houve oito filhos: Amelia, Maria Leonor, Aureliano, Olimpia, José Ulysses, Irene, João Batista e Osvaldo Orlando.

1 — Amelia de Medeiros Moura c. com Manoel Joaquim Teixeira de Moura Filho, já descrito na parte correspondente ao título II, capítulo IV, 1.

2 — Maria Leonor, viúva de João Cid Varela, com prole.

3 — Aureliano Clementino de Medeiros Filho, jornalista e professor, c. com Marcionila Leite de Medeiros, com descendência: Maria, José e Waldemar.

4 — Olimpia Olivia de Medeiros, solteira.

5 — José Ulysses de Medeiros, comerciante e fazendeiro, c. com Guiomar Mesquita de Medeiros, sem filhos.

6 — Irene Helena de Medeiros, falecida, solteira em 1939.

7 — João Batista de Medeiros, proprietário e funcionário da base Aérea de Natal, c. com Odete Xavier de Medeiros, com

prole. Do seu primeiro casamento com Laura do Rego Monteiro, tem uma filha, Tereza.

8 — Osvaldo Orlando de Medeiros, comerciante e vice-consul da França, em Natal, c. com Maria Galvão de Medeiros, de quem houve cinco filhos: 1-1- João Galvão de Medeiros, engenheiro do Departamento Nacional de estradas de Rodagem, exerceu os cargos de diretor da estrada de Ferro Sampaio Correia e de presidente do Clube de Engenharia do Rio Grande do Norte (108); sendo depois eleito deputado federal pelo seu Estado, na legislatura de 1955 a 1958.

É casado com Lucia Cotta Galvão de Medeiros, de quem houve dois filhos chamados João e Bernardo.

1-2 — Itala de Medeiros Luciano c. com Angelos Rufino Luciano, com um filho — André.

1-3 — Norma Medeiros de Oliveira, c. com o médico Mucio Galvão de Oliveira, de quem tem dois filhos: Luiz Servio e Mucio.

1-4 — Maria de La Salete Galvão de Medeiros, solteira.

1-5 — Eduardo Galvão de Medeiros, estudante.

3) — Ana Teixeira de Carvalho maridou-se com Joaquim Lustoza da Câmara Pita, com geração.

Além dêsses, José Teixeira da Costa Barbosa teve outros filhos, como informa sua neta Joana Hercília Carvalho de Oliveira, ignorando ela os nomes (109), mas, surge o nome de Francisca Teixeira de Carvalho se maridando, no Rio Grande do Norte, com o Dr. Joaquim Gonçalves Chaves Filho, irmão do Dr. Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves, casado êste com Isabel Candida Teixeira de Moura, filha do Coronel Estevão José Barbosa de Moura, irmão do referido José Teixeira.

Pedro Juvenal, irmão de Hercilia, informou-me por intermédio de minha irmã Nanete Maranhão, ambos residentes em S. José de Mipibu (R. G. Norte) que Francisca era irmã de Antonio Joaquim, pai do informante, e meu tio Moreira Brandão Filho tratava o Dr. Antonio Augusto de Carvalho Chaves, residentes no Estado do Paraná, e um filho dêste — oficial do exército, filho e neto de Francisca, como parentes, segundo me informou, por mais de uma vêz, a viuva de Moreira, Dora Maciel Moreira Brandão.

Tínhamos isso como assente quando, em pesquisas que fazíamos em jornais de Curitiba (Est. do Paraná), surgiu num dêles, a notícia de falecimento, em Natal (Rio Gr. do Norte), de D. Joana Teixeira de Carvalho, avó do deputado Carvalho

Chaves e bisavó do então aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, Eduardo de Carvalho Chaves, presentemente, general do exército brasileiro.

Sabedor de que êste se achava em Natal, como chefe da guarnição federal, a êle nos dirigimos, pedindo que nos informasse sôbre a origem de D. Joana, cujo nome não constava do nosso arquivo.

Tempos depois, não só pessoalmente, como por meio de notas que nos forneceu, S.S. informava que o primitivo nome de sua bisavó era Joana de Jesus Ferraz, filha do português Francisco Ferraz Daltro, radicado em João Pessoa, a qual se maridando com Marcolino Teixeira de Carvalho, na antiga Barreiros, hoje Baleux (Est. da Paraíba), passou a assinar-se Joana Teixeira de Carvalho, sendo filhos do casal: Manoel Teixeira de Carvalho, casado em Canguaretama, com Idalina Leopoldina Teixeira de Carvalho; Joaquim Teixeira de Carvalho, c. em Ribeirão Preto, com Leonila Pedrilha Teixeira de Carvalho; Antonio Teixeira de Carvalho, c. em João Pessoa, com Eulina Teixeira de Carvalho; Francisca Teixeira de Carvalho, c. em Natal, com o Dr. Joaquim Gonçalves Chaves Filho; Ana Teixeira de Carvalho, solteira; Idalina Teixeira de Carvalho, c. em Canguaretama, com João de Vasconcelos Fagundes; Maria Jovelina Teixeira de Carvalho, c. em Natal, com José Macabeu de Vasconcelos.

Enviuvando, D. Joana mudou sua residência para o Rio Grande do Norte, primeiramente, para Canguaretama e depois para Natal, onde faleceu a 30 de junho de 1911.

Por aí se vê que, D. Joana não era Teixeira de Carvalho, adquirindo êsse sobrenome por haver se casado com Marcolino Teixeira de Carvalho, e que D. Francisca que se supunha filha de José Teixeira da Costa Barbosa, não o era, só podendo ser neta, desde que se entroze Marcolino como seu filho, o que não seria impossível, pois José Teixeira tinha filhos com o apelido Costa Barbosa e Teixeira de Carvalho, como já vimos, mas, dada a estreiteza do tempo decorrido entre o casamento do referido José Teixeira (1835) e o enlace matrimonial de D. Francisca Teixeira de Carvalho, filha de Marcolino com o Dr. Joaquim Gonçalves Chaves Filho, provàvelmente, em 1861, uma vez que o seu primogênito, Artur de Carvalho Chaves, nasceu a 26 de janeiro de 1862, salvo engano do informante quanto às datas, decorrendo apenas 26 anos, achamos êsse período muito curto para que se realizassem duas gerações, apesar da circunstância de que, pelas notas fornecidas pelo General Eduardo Chaves, Manoel Teixeira de Carvalho e Idalina Teixeira Fagundes, filhos de D. Joana, casaram-se em Canguaretama, cuja freguesia eclesiástica

se chama «Penha» e de onde as irmãs, cunhadas e sobrinhas do Coronel Antonio Joaquim Teixeira de Carvalho, por acasião do falecimento dêste (1918), agradeceram às pessoas que acompanharam ao entêrro do mesmo, como se vê da nota 109. Certamente, naquela enumeração só há uma sobrinha, mas, nada impede que Ana (solteira) também alí residisse.

Caso, porém, não seja essa a procedência de Marcolino, por ter o casamento dêle se realizado na ex-província da Paraíba, particularidade esta que não impede ser êle filho de José Teixeira, mesmo assim, parece-me não ser estranho à linhagem dos Teixeira de Paraíba e Pernambuco, de que descende Manoel Teixeira Barbosa, genitor de José Teixeira da Costa Barbosa, por que de outra maneira, meu tio Moreira Brandão Filho não consideraria primo o Dr. Antonio Augusto de Carvalho Chaves, segundo asseverou-me a viuva de Moreira, como aludi acima, por mais de uma vez.

Além disso, o comandante Manoel Teixeira Barbosa, pai do Coronel Estevão José Barbosa de Moura, e o Coronel Joaquim José do Rego Barros, sogro do mesmo, casaram-se com pessoas da família Vasconcelos, da Paraíba, como já vimos ao tratar dos troncos da família o que também aconteceu a Joaquim Gonçalves Chaves, pai dos Drs. Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves, Joaquim Gonçalves Chaves Filho e Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves, mostrando que, por êsse lado, também há parentesco entre os Chaves e os Moura.

O Dr. Joaquim Gonçalves Chaves Filho, casado com D. Francisca Teixeira de Carvalho, nasceu no lugar «Ferreiro Torto», município de Macaiba (Rio Grande do Norte), formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo, era filho de Joaquim Gonçalves Chaves, natural também do Rio Grande do Norte e D. Bernardina de Vasconcelos Chaves, havendo dêste enlace a prole seguinte: 1) Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves, c. com D. Isabel Cândida de Vasconcelos Chaves, filha do Coronel Estevão José Barbosa de Moura; 2) Alexandrina Chaves Aranha, casada com José Aranha, na Paraíba; 3) Faustina de Vasconcelos Chaves Jurema, c. com Antonio Jurema, na Paraíba; 4) o referido Joaquim Gonçalves Chaves Filho; 5) Coronel Eduardo de Vasconcelos Chaves, c. com D. Maria Eulalia de Andrade Chaves, em Curitiba; 6) Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves, c. com D. Carolina Lins Chaves, no Recife; 7) Emilia Vital de Oliveira, c. com o Dr. Francisco Vital de Oliveira, na Paraíba; 8) Maria Rosa Chaves Oliveira, c. com José Domingues Oliveira ,em Natal.

Dêsses, destacaram-se Francisco Clementino, Joaquim Gonçalves, Eduardo Augusto e Ernesto Adolfo.

Francisco, já foi descrito no capítulo referente ao Coronel Estevão José Barbosa de Moura, VII.

Joaquim Gonçalves Filho, mudou-se para Curitiba, Estado do Paraná, em 1879, tendo aí desempenhado as funções de juiz municipal em Campo Largo e Antonina.

Eduardo Augusto também era natural do Rio Grande do Norte, nascido em 1854, e mudou-se para Curitiba no mesmo ano que o seu irmão anterior, dedicando-se alí ao comércio e indústria, tendo tido larga projeção na sociedade curitibana, onde se casou com D. Maria Eulalia de Andrade Chaves, com a prole seguinte: Rosa de Carvalho Chaves, c. com o Dr. Antonio Augusto de Carvalho Chaves; Gastão Chaves, comerciante, c. com Irene Franco Chaves; Eduardo Fernando Chaves, engenheiro civil, solteiro, falecido em 1944; e Maria da Luz Chaves, solteira, falecida em 1943.

Ernesto Adolfo já referido em a nota 188 do capítulo «Família».

Do casal Gonçalves Chaves — Francisca Teixeira de Carvalho, houve a geração seguinte: Artur, Maria Amélia, José Lourenço, Maria Bernardina, Maria Olimpia, Antonio Augusto, Maria Carolina, Samuel Anibal e Oscar.

1) — Artur de Carvalho Chaves, n. a 21, jan., 1862, em Macaiba (R. Grande do Norte) e faleceu em São Paulo, em 1952, onde se casou com Antonieta Pereira Leite, filha de Candido Leite e Emilia Leite, com os filhos: Diva, José Candido, Judite, Glorinha, Artur, Luiz e Marita. Era médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia.

2) — Maria Amelia Chaves, n. a 8, maio, 1864, casou em Campo Largo (Paraná), com o médico Dr. Francisco Machado do Rego Barros (110), de quem teve geração: Artur, Joaquim, Osvaldo, Ernani, Joneston, Yolanda, Olga e Lais.

3) — José Lourenço de Carvalho Chaves, nascido em Macaiba (R. Grande do Norte), em 1866 e falecido em 1929. Casou com Analia Rocha de Carvalho Chaves, filha de Florencio Rocha e Balbina Rocha, com os seguintes filhos: Maria, Artur, Manoel Benedito, Epaminondas Cid, Joaquim, Yolanda, Conceição e Lila.

4) — Maria Bernardina de Carvalho Chaves, falecida em 1941, solteira.

5) — Maria Olimpia Chaves Teixeira de Carvalho, n. em 1872, e falecida em São Paulo, em 1944. Maridou-se com o

Dr. Francisco Xavier Teixeira de Carvalho, com a prole seguinte: Ida, Sebastiana, Jerônimo, Orlando e Gilberto.

6) — Antonio Augusto de Carvalho Chaves, n. em Macaiba (R. Grande do Norte), a 26, março, 1875 e falecido em Curitiba, a 3, junho, 1949.

Casou em Curitiba (Paraná), em 4 de outubro, 1897, com a prima Rosa de Carvalho Chaves, filha do Coronel Eduardo Augusto de Vasconcelos Chaves e D. Maria Eulalia de Vasconcelos Chaves, como já nos referimos ao tratar da descendência dêsse casal, com a geração que segue: Jandira, Eduardo, Walquiria, Saul e Maria Nazareth.

O Dr. Antonio Augusto de Carvalho Chaves, formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo (111), seguindo logo em seguida para o Estado do Paraná, no qual, a princípio, exerceu os cargos de secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça, Instrução Pública, e mais tarde o de secretário das Finanças (1900-04), deputado ao Congresso Estadual (1906-07), e de representante do mesmo Estado na Câmara Federal dos Deputados (1904-14). Além disso pertenceu a várias associações literárias e científicas do Estado, residindo em Curitiba, cidade em que também exercitou a advocacia e o jornalismo (112).

Recomendando-o para deputado federal, em 1909, realçava o diretório central da Coligação Republicana, o seu passado, talento, serviços, devotamento, lealdade e inteireza moral, pela causa do Paraná (113), tecendo-lhe o jornal *A República*, grandes elogios, ressaltando a sua alma espartana e os belos sentimentos que lhe deram apreciável destaque na sociedade paranaense; inteligência de oiro, poderoso auxiliar da administração pública, a que há consagrado grande parte de sua jovem, mas fecunda existência, robusta envergadura de combate e elemento de prosperidade e forte coluna de defesa à causa de nossa agremiação partidária (114); o caráter límpido e excelente coração, o ilustre moço tem conquistado fortemente a estima da sociedade paranaense, e no seio da nossa hoste política, onde o seu valor vai sendo devidamente apreciado, é grande a influência que goza entre os seus correligionários (115); afeito desde moço às lides partidárias, breve ganhou esporas de cavaleiro na histórica agremiação política que, após inaugurar-se o atual regime, teve as responsabilidades do govêrno em nosso Estado, procedendo sempre com irrepreensivel compostura entre os que, a pouco e pouco, foram nesses tempos de formação partidária ascendendo pelo próprio esfôrço e intrínsecos valores pessoais, aos postos de estado maior (116).

Dos seus filhos: Jandira, conservou-se solteira; Walquiria c. com David Silveira da Mota; Saul é médico, formado pela Faculdade do Rio de Janeiro, tendo sido oficial da reserva convocado em 1943, de onde passou para capitão médico de segunda linha (117), c. com Gelta Miranda de Carvalho Chaves, filha do Coronel Alcebiades Miranda e D. Paulina Noronha de Miranda; e Maria Nazareth c. com o Major Dr. Aristides Ataíde Filho.

Eduardo cursou o Colegio Militar do Rio de Janeiro, passou à Escola Militar, saindo aspirante em 1919, segundo tenente em 1920, primeiro tenente em 1922, capitão em 1929, major em 1937, tenente coronel em 1942, coronel em 1944, ambos os postos conquistados por merecimento, e general de brigada em 1952. Tem as medalhas e condecorações de cavaleiro e ordem do mérito militar, oficial ordem mérito navegação, medalha de ouro de guerra, medalha de ouro Marechal Carlos Machado, e os cursos da Escola de Guerra Naval e Superior de Guerra (118); doutor em Ciências Físicas e Matemáticas e engenheiro civil pela Faculdade de Engenharia do Paraná (119).

Comandou a guarnição federal sediada em Natal, estando presentemente chefiando a região militar com sede em Salvador, na Bahia.

Casou com Maria Alice Catalão de Carvalho Chaves, filha do Coronel Pedro Livino Catalão e Belanisia Vieira Catalão, com prole.

7) — Maria Carolina Chaves Esteves, c. com o Tenente Galdino Luiz Esteves, com uma filha — Carolina Esteves D'Orsi, c. com o Capitão de fragata Alberto D'Orsi.

8) — Samuel Anibal de Carvalho Chaves, bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo, onde se casou com Lucilia Novaes Chaves, filha de José de Aguiar Novaes e Maria Amélia de Oliveira Novaes. Tem os filhos que seguem: Persio Novaes Chaves, engenheiro civil pela Escola Politécnica de São Paulo, c. com Caroly Ribas Novaes, filha do Dr. Paulo Ribas e Ilia Nascimento Ribas; e Regina Novaes Chaves.

9) — Oscar de Carvalho Chaves, funcionário público federal, c. com Francisca Quadros Andrade Chaves, com a prole seguinte: Ceni, Lourdes, Lauro, Armando e Ruth.

* * *

Na primeira quadra do decênio iniciado em 1911, encontraram-se na oitava legislatura da Câmara dos Deputados Federais (1912-1914) três filhos do Rio Grande do Norte, representando Estados alheios à sua naturalidade, todos parentes entre

si, sendo que dois dêles netos do Coronel Estevão José Barbosa de Moura e de sua espôsa D. Maria Rosa do Rego Barros: Moreira Brandão Filho (1911-1922), deputado pelo Estado de Minas Gerais, e João Chaves (1912-1914.) deputado pelo Estado do Pará. O terceiro, Carvalho Chaves, representante do Estado do Paraná (1904-1914), oriundo de um dos troncos de que provém os primeiros, todos vultos que, além de se destacarem na política dos Estados em que residiam, foram portadores de notável cultura jurídica e literária.

NOTAS

(1) C. Cascudo — *Gov. do R. Gr. do Norte*, págs. 50-51; *Acta Diurna* de 13 jul. 1940; *Rev. Gen. Br.*, V. III, n. 5, pág. 48.

(2) *Rio Grande do Norte*, de 7 de agôsto de 1894, pág. 4. O Dr. José Paulo Antunes dizia que Trompowsky era irmão de Evaristo Leitão de Almeida, conhecido hoteleiro em Natal. Havia parentesco, não sabendo eu o grau. Meu pai afirmava que Evaristo era nosso parente remoto, como também os Carrilhos.

(3) *Anais* da Câm. Deputs. 1827, T. I, 58; T. VI, 48, 1828, T. II, 230; T. III, 61-2.

(4) *Anais* cits. 1826, T. II, 367.

(5) *Jorn. do Com.* de 29, jan. 1880; Datas da Bahia.

(6) *Rev. Gen.* Br. ano III, n. 5, pág. 23 e Notas do Dr. Nestor Lima.

(7) *Rev.* e v. cits. pág. 48; *Diário do Natal*, de 9 nov. 1905, pág. 1.

(8) H. Martins cit.

(9) C. Cascudo — *Gov. do R. Gr. Norte*, pág. 74.

(10) C. Cascudo — *Gov. do R. Gr. Norte*, págs. 176-7.

(11) *Diario do Natal* e pág. cits.

Do consórcio de Teofilo Leopoldo com Alice Adour, nasceram vários filhos, entre os quais destacou-se Jaime Adour da Câmara, natural do Ceará Mirim, casado, com prole, escritor, jornalista e orador. Publicou o livro *Oropa, França e Bahia* — Desempenha, atualmente as funções de redator do Ipase e da Agência Nacional.

Sôbre a família Raposo da Câmara, ver *Anuário Genealógico*, de Salvador Moya, vol. 5 (ano 1953).

(12) *Diário do Natal*, de 23, abr., 1907, pág. 1.

Segundo êste jornal que, nesse tempo, já era dirigido pelo Dr. Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, Ana era irmã de D. Antonia Carrilho Raposo da Câmara e do Capitão Paulino Carrilho de Rego Barros e tia dos referidos Augusto Leopoldo, Antero, Teofilo, Cicero, Pedro, Alfredo e João Leopoldo, Dr. Calistrato e Carlos Carrilho.

(13) H. Martins, *Op. cit.*

(14) *Rev.* do Inst. H. do R. Gr. Norte, v. 35-36, pág. 264.

(15) Relatório do Presidente Nunes Gonçalves de 4 out. 1859, pág. 31.

(16) *Rev. Gen. Br.*, v. III, n. 5, pág. 49.

(17) Alfredo de Carvalho — *Anais da Impr. Period. Pernambucana*, págs. 527, 540 e 588.

(18) Cascudo — *Gov. do R. Gr. do Norte*, págs. 169 e 15.

(19) Cascudo — *Acta Diurna* de 26, nov., 1939.

(20) *Rev.* do I. H. G. do R. G. N. — V. V., pág. 303.

(21) Cascudo — *Acta Diurna* de 5, nov. 1940.

(22) Cascudo — *Gov. do R. Gr. do Norte*, págs. 134 e 27.

(23) *Jorn. do Com.* de 14, agto., 1842; Parte oficial.

(24) Representação da cidade do Natal, de 20 março, 1850, manuscrito existente na gavet. 32, 28, pág. 3, da Secção de Manuscritos na Biblioteca Nacional.

(25) Cascudo — *Acta Diurna*, de 26, nov., 1939.

(26) *Relat.* dos Presidentes Luiz Barbosa, 1867, pág. 6; Carneiro da Cunha, 1870 (anexo); Alcoforado Junior, 1876, pág. 12; Marcondes Machado, 1879, pág. 20.

(27) *Relat.* do Presidente Morato, 1885, pág. 2.

(28) Cascudo — *Acta Diurna* de 15, agôsto, 1940.

(29) *Anais* da Câm. dos Deputs., 1864, v. I, T. 2, pág. 221.

(30) *Relat.* do Presidente Barbosa, 1867, pág. 6.

(31) *Relat.* do vice-Presidente Montenegro, 1878, Anexo.

(32) *Relat.* dos Presidentes Marcondes, 1879, pág. 7; e Satiro Dias, 1882, pág. 8.

(33) *O Liberal*, de 14, dez. 1878.

(34) *A Reforma* de 21, dez., 1881.

(35) Cascudo — *Acta Diurna* de 15, nov., 1940. Rev. do I.H.G. do R.G.N., v. 8, pág. 182.

(36) *Diario do Natal,* de 21, nov., 1907, 1.

(37) *Relat.* do presidente da Prov., 1872, pág. 2.

(38) *Rev.* do I.H.G. do R.G.N., vol. V., pág. 303.

(39) H. Martins, op. cit.

(40) Adauto da Câmara — *O Rio Gr. do Norte na Guerra do Paraguai* — págs. 39, 51, nota 11; 71 e 76.

(41) A. Tavares de Lyra, *Dic. cit.*, págs. 593 e 594.

(42) Cascudo — *Acta Diurna* de 21, dez. 1939.

(43) *Jorn. do Com.*, de 30, jan., 1835, págs. 1 e 2.

(44) Rocha Pombo, *Hist. cit.*, pág. 299.

(45) *Jorn. do Com.*, de 8, março, 1837, pág. 2.

(46) *Anais* da Câm. dos Deputs., t. I, pág. 362.

(47) *Jorn. do Com.*, de 24, maio, 1851; e de 30, jul., 1852; «Câmara dos Deputados».

(48) *História cit.*, pág. 414, nota 13.

(49) *Rev.* do I.H.G. do R.G.N., vol. XXV — XXVI, pág. 177.

(50) *Rev. cit.*, vol. XVIII, págs. 112 a 123.

(51) *Rev. cit.*, v. XXV — XXVI, pág. 170.

(52) Informação de uma filha de João da Fonseca e Silva Sobrinho, conhecido por Joca Fonseca.

(53) Rocha Pombo, *Historia* cit., pág. 414, nota 13. Relat. do Presidente J. J. da Cunha, de 1851 (anexo).

(54) *Relat.* do vice Presidente Bonifácio Camara, de 1873 (anexo 4).

(55) *Rev.* do I.H.G. do R.G.N., vol. XXV — XXVI, pág. 171.

(56) N. Lima — *Municipios* cit., v. I, pág. 373.

(57) *Rev.* cit., v. XVIII, pág. 117 a 119.

(58) *Fala* do vice Presidente Estevão J. Barbosa de Moura, de 1841, pág. 5. Em 1822, assinava o protesto da câmara da vila de Princesa contra a deposição ilegal da Junta Provisória, presidida por Joaquim José do Rego Barros, com outros vereadores

o de nome João da Fonseca e Silva (Rocha Pombo, *História cit.*, pág. 278, nota 16). Em 1832, João da Fonseca e Silva ainda era vereador da câmara de Princesa (*O Natalense*, de 10, nov., 1832, pág. 47).

Em 1722, era ouvidor geral da província, o Dr. Manoel da Fonseca e Silva, talvez, avô de Luiz e João, que são do princípio do sec. XIX. Segundo informam descendentes de Luiz, vieram juntamente de Portugal para o Brasil, três irmãos, indo um para Alagoas, outro para Pernambuco e o terceiro para o Rio Grande do Norte, do qual derivam os que se estabeleceram na ribeira do Açu. Sendo assim, é possível que muitos dos Fonsecas de Alagoas e Pernambuco sejam parentes dos do Rio Grande do Norte. Os sobrinhos do Marechal Deodoro da Fonseca: Hermes, Percilio e Clodoaldo, todos oficiais generais do Exército, e naturais de Alagoas, diziam-se parentes do General Fonseca e Silva, rio-grandense do norte.

(59) *Rio Grande do Norte*, de 14, out. 1894, pág. 2.

(60) *Diário do Natal*, de 3, 12, 1901, pág. 1.

(61) Nestor Lima — *Municípios* cit., v. I, pág. 259.

(62) *Relats.* dos presidentes da provincia, entre outros o de 1867, anexo 4.

(63) *Rev.* I.H.G. do R.G.N., vol. XI — XIII, pág. 201.

(64) L. Fernandes — *op. cit.*, pág. 21.

(65) N. Lima, *op. cit.*, I, pág. 352.

(66) *Rev.* do I.H.G. do R.G.N., v. VIII, pág. 222.

(67) *Gazeta do Comércio* (Natal), de 22, maio, 1904, pág. 1.

(68) *Rio Grande do Norte*, de 30, set., 1896, pág. 3.

(69) *Rev.* do I.H.G. do R.G.N., vol. VI, pág. 191. nota 5.

(70) *Rev.* cit., v. XVIII, pág. 142.

(71) H. Martins, *op. cit.*

(72) *Rev.* do I.H.G. do R.G.N., vol. VI, pág. 209; vol. IX, págs. 106, 117 e 124; vol. X, págs. 167, 185, 196, 200, 201 e 205.

(73) Alfredo de Carvalho — *op. cit.* pág. 508.

(74) Consta de sua fé de ofício que êle nasceu em 1848 (Adauto Câmara — *op. cit.* pág. 88), mas, provàvelmente o fêz para poder sentar praça.

(75) *O Povo* (Niterói), de 25, nov., 1889, pág. 1.

(76) *O Povo*, nº e pág. cits.

(77) *Ordens do Dia* (1869-70), págs. 352, 355 e 447. Da sua fé de ofício consta que, como cadete agregado, acompanhou o Exército, na marcha de Curupaiti a Palmas, Chaco, Vileta, Assunção, Taquaral, assistindo a rendição de Angustura e tomou parte no combate de 23, set., 1869. (Adauto Câmara, *op. cit.*, página 89).

(78) *Ordens do Dia* cit., pág. 447. No assalto e tomada de Peribebui, foi dos primeiros que assaltaram as trincheiras, combatendo o inimigo até dentro da povoação, com tal bravura que mereceu destaque do coronel comandante de sua unidade (Ad. Câmara, *op. cit.*, pág. 89).

(79) Informações de Gastão Fonseca e Silva, filho primogênito de Francisco Victor.

(80) *Ord. do Dia* cit., págs. 800 e 821.

(81) *O Povo*, n.º cit.

(82) Ad. Câmara, *op. cit.*, pág. 89; *O Povo*, nº cit.

(83) *O Povo*, n. cit.

(84) Ad. Câmara — *op. cit.*, págs. 89-90.

(85) Câmara Cascudo — in *A República*, de 13, jul. 1939, pág. 3.

(86) *O Povo*, nº cit., *O Paiz*, de 16 e 17, nov. 1899, pág. 1. Sabendo que o conselheiro Carlos Afonso, ex-presidente da província e o Dr. Arnaldo de Oliveira, ex-chefe de polícia estavam detidos em suas residências, o chefe de polícia interino Fonseca e Silva ordenou que fôssem livres, acompanhando até a estação das Barcas, ao conselheiro Carlos Afonso (*Jorn. do Com.*, de 17, nov. 1889, pág. 1, col. 2).

Em 1904, quando matriculei-me na Faculdade Livre de Direito do Distrito Federal, o conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueredo era um dos seus catedráticos e o seu filho do mesmo nome, era secretário da Faculdade. Fiquei prevenido contra ambos por ter Fonseca e Silva, meu tio avô, deposto o conselheiro, mas, Carlos Afonso Filho, sabendo dêsse parentesco, tornou-se meu amigo e me afirmou que ambos eram muito reconhecidos ao Coronel Fonseca e Silva, por haver garantido a vida do ex-presidente e de sua família, contra a turba amotinada, naquela ocasião.

(87) *O Povo*, de 4, dez., 1889, pág. 2.

(88) *O Povo*, de 18 dez., cit.

(89) *O Povo*, de 22, jan., 16 fev., 16, abril, 1890.

(90) *O Povo*, de 27, jul. 1890, pág. 1.

(91) *O Povo*, de 16, fev., 1890, pág. 1.

(92) *O Povo*, de 4, maio, 1890, pág. 1. Entre outros, fizeram parte da bancada do Estado do Rio à Constituinte de 1890, os Srs. Nilo Peçanha, Alcindo Guanabara, João Severiano da Fonseca Hermes, Luiz Murat, Almirante Manhães Barreto, Froes da Cruz, França Carvalho, Erico Marinho, Viriato de Medeiros e Urbano Marcondes (*Jorn. do Com.*, de 9, nov.; 1890, pág. 2).

(93) Segundo Gastão Fonseca e Silva, filho de Francisco Victor, este estava autorizado pelo presidente da república, Marechal Floriano Peixoto, a efetivar tal reposição, e, como não encontrasse eco no comando do batalhão federal de Natal, retornando ao Rio, verberou o procedimento de Floriano, por ter êste negado o apoio prometido.

Fonseca e Silva fôra ao Rio Grande do Norte, com tal designio, porque era contrário à deposição de governadores, já tendo convencido ao Presidente Floriano de repor o governador do Estado do Rio, Alberto Torres, para o que foram postos à sua disposição o 7º e o 10º B.I., mas, persuadido da lealdade do regimento policial, dispensou a fôrça federal e, dirigindo-se a Niterói, encontrou na estação das barcas oficiais da polícia fluminense que o aclamaram governador do Estado. Fiel, porém, aos seus princípios não aceitou e conseguiu convencer aos mesmos de que deviam repor o governador ilegalmente afastado, e, assim, apesar de certa relutância, por parte da fôrça, repôs o governador deposto.

Era o que pretendia fazer no Rio Grande do Norte, mas, na perspectiva de derramamento de sangue, devido à divergência da oficialidade, e sem resposta de dois telegramas que passara ao Marechal Floriano, desistiu.

(94) Tavares de Lyra — *obr. cit.*, pág. 629.

(95) Edição de 17, jul. 1902, pág. 1.

(96) Edição de 23 do mês cit. — O vice-presidente do Centro Norte Riograndense referido, Ildefonso Azevêdo congratulou-se com o Estado pela escolha do seu presidente para preencher a vaga de Augusto Severo na representação federal (*A República*, de 23, jul. 1902, pág. 1).

(97) Edição de 5, março, 1904, pág. 18. Por ocasião dessa calamidade (1904-05), Fonseca e Silva desenvolveu grande atividade, concorrendo decisivamente para a minoração dos sofri-

mentos de seus conterrâneos, não só agindo como representante de sua terra natal junto aos altos poderes da nação, como obtendo de emprêsas teatrais, encenações públicas, cujo produto era dedicado a auxílio aos flagelados.

Fui testemunha do seu zêlo por essa ocasião, ouvindo dos seus colegas do Congresso referências ao desembaraço com que falava ao presidente da República e ministros de Estado, e, como era colega de farda do ministro Lauro Müller, muito influiu no espírito dêste para que mandasse realizar obras contra a sêca no Rio Grande do Norte, e serviços aos flagelados, inclusive a Estrada de Ferro de penetração, cortando o vale do Ceará-Mirim.

Li telegramas de apêlo a sua pessoa, feitos de Natal, pelo senador Pedro Velho, em que já o tratava de senador e não deputado demonstrando, assim, o grande chefe republicano a confiança que tinha no seu prestígio e, certamente, tinha o anseio de elevá-lo à Câmara Alta da nação, mas, Deus não o consentiu, arrebatando-o, em 1905, dentre os vivos.

Os telegramas, a que me refiro, devem estar em poder de Gastão da Fonseca e Silva, filho mais velho do general, que poderá comprovar a minha assertiva.

Tavares de Lyra, então governador do Rio Grande do Norte, mais tarde, como historiador, disse que, dessa decisão de Lauro Muller, dependeu o futuro daquelas zonas, pois, o govêrno seguinte, Afonso Pena, prosseguiu na mesma orientação: estradas, açudagem, poços tubulares, barragens, drenagens (*Estado do Rio Grande do Norte*, cit., págs. 458-60).

Ainda para comprovar o seu prestígio, registo, aqui, o caso do fornecimento de armas à polícia militar do Estado do Rio Grande do Norte. A pedido dos dirigentes do Estado, Fonseca obteve, a título de empréstimo, umas quatro centenas de carabinas *mauser* do ministro da guerra, em 1904, Marechal Argôlo, para armamento da referida polícia, com a respectiva munição. Como o oficial encarregado do embarque, na Intendência Geral da Guerra, estorvasse a remessa, adiando-a, por várias vêzes, Fonseca fez-me portador de uma carta ao ministro da guerra Marechal Argolo, pedindo providências a respeito e êste as tomou imediatamente, de maneira que o material seguiu para Natal, pelo primeiro vapor do Loide Brasileiro.

Friso êste fato, porque sabedora a bancada cearense da concessão, e, apesar de ser muito mais numerosa do que a riograndense do norte e ter no seu seio vários militares, esforçou-se em vão para obter semelhante favor para o corpo policial de sua terra.

(98) Adauto Camara — *op. cit.*, pág. 42.

(99) *Relat.* do vice-Presidente B. Montenegro de 1878, pág. 15.

(100) *Relat.* do vice-Presidente Alvaro Antonio da Costa, de 1885, pág. 9.

(101) Cascudo — *Velhos Troncos* cit.

(102) Segundo informação de Pedro Juvenal Teixeira de Carvalho, filho de Antonio Joaquim, o apêndice Carvalho provém da amizade que o velho José Teixeira da Costa Barbosa dedicava a um presidente do Rio Grande do Norte, cujo sobrenome era Carvalho, tomando-o não só para padrinho do pai dêle, Juvenal, como também acrescentou-lhe por ocasião do batismo o apelido — Carvalho.

Eis aí a origem dêsse cognome, aliás, estranho aos troncos da familia, o qual, foi adotado nos irmãos que se seguiram.

De acôrdo com a época de nascimento de Antonio, o presidente da ex-província devia ter sido o Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho, que a governou de 10, julho, 1852 a 24, out., 1853, e que, segundo parece, ainda emprestou ao afilhado o seu prenome.

(102 A) Informação de D. Joana Hercilia Carvalho de Oliveira.

(102-B) Informações do Dr. Abilio Cesar Cavalcanti.

(102 C) Pública-forma da escusa do cadete José Teixeira da Costa Barbosa.

(102 D) Pública-forma dessa patente que me foi fornecida pelo mesmo Dr. Abilio Cesar Cavalcanti.

(102-E) Informações do Dr. Abilio Cesar Cavalcanti e D. Martha Meirelles.

(103) *A Imprensa* (Natal), de 4, dezembro, 1918, pág. 1.

(104) Edição de 2, dez., — «Coronel Teixeira de Carvalho».

(105) *Bando,* ano V, v. III, n. 4, págs. 378 e 381.

(106) De um abaixo assinado feito por vários moradores de Macaiba, em defesa do Dr. Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves, e datado dêsse lugar, em 14 de março de 1876, constava a assinatura de Aureliano Clementino de Medeiros. (*Jornal do Comércio* (Côrte), de 2, abril, 1876, pág. 1, c. 7; *Rio Grande do Norte.*

(107) *Bando,* nº cit., págs. 379-80.

(108) *Bando,* nº cit., pág. 380.

(109) *A República* (Natal) de 10, dez., 1918, pág. 2, confirma essa asserção, quando publica um agradecimento das «irmãs, cunhadas e sobrinhas do coronel Antonio Joaquim Teixeira de Carvalho, falecido a primeiro do corrente», às pessoas que assistiram aos seus últimos momentos e acompanharam ao seu enterramento, datado de «Penha, 9, dez., 1918».

(110) Talvez êsse médico seja filho do Capitão Joaquim José do Rego Barros, neto do Francisco Machado do Rego Barros, e bisneto do coronel Joaquim José do Rego Barros, pois aquele Joaquim José tinha um filho médico que foi residir no sul do país.

(111) O desembargador Antonio Soares, no seu *Dicionário His. e Geogr. do Rio Gr. do Norte*, 1930, v. I, pág. 227, diz haver Antonio Augusto se bacharelado em Recife, o que contraria a informação acima, fornecida pelo seu filho General Eduardo Chaves. Este deve estar com a razão, pois não encontramos o nome dêle na *História da Faculdade de Direito do Recife* da autoria de Clovis Bevilaqua, e na *Lista Geral dos Bacharéis e Doutores, formados em Pernambuco* (1828-1923), de H. Martins.

(112) Antonio Soares — *Dicionário*, v. e pág., cits., *A República* (Curitiba) confirma essas informações, aduzindo o nº 29, agôsto, 1906, ao inaugurar-se a pinacoteca constante dos retratos dos secretários de Estado do Interior, que S. S. fôra nomeado secretário de Estado efetivo em 9, março, 1893, ocupando depois o de secretário das Finanças, sempre com muita distinção, exercendo atualmente os mandatos políticos de deputado federal e estadual (pág. 1, c. 7).

(113) *O Comércio* (Curitiba), de 29, jan. 1909, pág. 1.

(114) *A República* (Curitiba) de 25, mar. 1905, pág. 1.

(115) *A República*, de 26, mar. 1908, pág. 2.

(116) *A República*, de 28, mar. 1914, pág. 2.

(117) *Almanaque do Exercito*, 1953, pág. 799.

(118) *Almanaque cit.*, pág. 43.

(119) Notas que me forneceu, em nov. de 1954.